



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO **2018**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SUMÁRIO

1 Mensagem do Dirigente Máximo | 4

2 Visão geral organizacional e ambiente externo

- 2.1. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 6
- 2.2. Estrutura Organizacional | 8
- 2.3. Ambiente Externo | 9
- 2.4. Cadeia de Valor | 10

3 Planejamento estratégico e governança

- 3.1. Planejamento Estratégico 2016-2019 | 12
- 3.2. Estrutura de Governança | 15
- 3.3. Principais Canais de Comunicação com a Sociedade e Partes Interessadas | 16

4 Gestão de riscos e controles internos

- 4.1. Gestão de Riscos e Controles Internos | 19
- 4.2. Principais riscos identificados e suas respostas | 22

5 Resultados da gestão

- Declaração do Secretário-Executivo | 23
- 5.1. Cadeia 1: Análise do Setor e formulação de políticas | 28
- 5.2. Cadeia 2: Incentivo à agropecuária | 32
- 5.3. Cadeia 3: Gestão de Conhecimento e Tecnologia Agropecuária | 38
- 5.4. Cadeia 4: Apoio ao Desenvolvimento dos Produtores Rurais | 43
- 5.5. Cadeia 5: Fomento à Produção Agropecuária Sustentável e à Agregação de Valor | 48
- 5.6. Cadeia 6: Gestão da Defesa Agropecuária | 55
- 5.7. Cadeia 7: Inserção dos Produtos e Insumos nos Mercados Agropecuários | 65
- 5.8. Cadeia 8: Relacionamento com o Produtor e a Sociedade | 72

6 Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

- Declaração do Diretor de Administração | 76
- 6.1. Gestão orçamentária e financeira | 78
- 6.2. Gestão de pessoas | 81
- 6.3. Gestão de licitações e contratos | 86
- 6.4. Gestão patrimonial e de infraestrutura | 89
- 6.5. Gestão da tecnologia da informação | 92
- 6.6. Gestão de custos | 97
- 6.7. Sustentabilidade ambiental | 100

7 Demonstrações contábeis

- Declaração do Contador Geral | 102
- 7.1. Demonstrações Contábeis | 103
- 7.2. Notas Explicativas | 118

8 Outras informações relevantes

- 8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU | 140

1 MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO

A agropecuária tem sido uma mola propulsora da economia brasileira por sucessivos anos. O setor representa 21,1% do PIB (Produto Interno Bruto), 44 % das exportações e 37% dos empregos gerados no país. E as perspectivas são otimistas, quando consideramos o aumento de produtividade alcançado nos últimos anos e as projeções da demanda mundial de alimentos nas próximas décadas.

Compromissos assumidos com a sustentabilidade e a adoção de programas voltados para esse objetivo, a exemplo do ABC (Agricultura de Baixo Carbono), garantem ao Brasil espaço na comunidade internacional como um parceiro comercial alinhado com a defesa do meio ambiente.

Lideramos o ranking de países exportadores de açúcar, café, soja, carne de frango e carne bovina. E avançamos com o desafio de ampliar mercados e lançar novos produtos, priorizando estimular a agregação de valor à pauta comercial brasileira.

Trabalhamos com a certeza de que expandir negócios significa também abrir espaço aos concorrentes, porque o mercado é uma via de mão dupla.

Vale ressaltar que 2018 foi um ano para reafirmar a sanidade de nossa produção agropecuária durante as missões internacionais realizadas pelo MAPA, nas exposições e feiras de alimentos mais importantes do mundo , nas quais marcamos presença junto com líderes empresariais, e, também quando recebemos delegações estrangeiras no país.

Uma conquista de muitos anos foi obtida, em maio, durante a reunião anual da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em Paris. A entidade anunciou o Brasil como país livre da febre aftosa com vacinação.

A certificação oficial pela OIE, de que todo o território nacional é livre da doença com vacinação, contribuiu para ampliar e abrir novos mercados à carne brasileira. Há 12 anos sem registro de aftosa.

O próximo estágio é o Brasil atingir o status de país livre de aftosa sem vacinação em toda a sua extensão. Hoje, Santa Catarina é o único estado reconhecido como livre sem vacinação, desde 2007.

Tereza Cristina
Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento





Avançamos também em questões relacionadas a práticas de gestão modernas, influenciando não somente as relações no âmbito interno, mas estimulando também as empresas do setor a seguirem práticas de compliance, ao instituir o Selo Agro + Integridade.

O selo é conferido a empresas ou entidades que comprovem a adoção de um código de ética e de conduta específico, além de atuarem com responsabilidade social e ambiental, valores cada vez mais valorizados por consumidores do país e fora dele.

A automatização de processos foi outra iniciativa que repercutiu no setor. A integração dos Sistemas de Informações Gerenciais de Importação e Exportação e de Vigilância Agropecuária Internacional, previsto no Portal Único do Comércio Exterior, começou em abril em todas as operações de exportação de carnes.

Os ganhos foram redução de custos e de tempo de liberação das cargas nos portos, aeroportos e fronteiras brasileiros. Cerca de 200 mil exportações foram efetivadas por meio da plataforma, que proporciona, além da simplificação, transparência ao processo.

Os trâmites de embarque são processados automaticamente pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), com redução no tempo médio dispendido de três dias para apenas quinze minutos. Recentemente, as exportações de milho e do complexo soja, que exigem certificação fitossanitária emitida pelo ministério, também já estão utilizando a nova plataforma.

Na área ambiental, foi possível apresentar na 24ª Conferência das Partes (COP 24), na Polônia, o atingimento estimado entre 68% e 105% da meta de mitigação de dióxido de carbono. Os dados demonstram que o Brasil alcançou praticamente todos os compromissos assumidos pelo país na 15ª Conferência das Partes (COP 15) previstos até 2020.

Este Relatório de Gestão resume, do ponto de vista institucional, os esforços para alcançar os objetivos traçados pelas políticas públicas. Por meio desta apresentação, organizada de forma detalhada, didática e transparente, pretende-se prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU) e também a toda sociedade das ações empreendidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) durante o ano de 2018.

2

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1. O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é o órgão do Governo Federal responsável por gerir as políticas públicas que estimulam a agropecuária, pelo apoio ao agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o MAPA busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o MAPA visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

Missão	Visão de futuro	Valores
Promover o desenvolvimento sustentável da agropecuária e a segurança e competitividade de seus produtos.	Ser uma instituição moderna e ágil, que promova o fortalecimento dos produtores rurais e a qualidade dos produtos agropecuários até 2019.	Comprometimento Eficiência e eficácia Estratégia Foco no cliente Inovação Liderança Organização Respeito Trabalho em equipe Transparência



Para a consecução de seus objetivos de 2018, o MAPA contou com uma estrutura de 5 secretarias, 27 superintendências estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de 6 laboratórios, o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e o Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), que ao todo abrigaram cerca de 9.700 servidores espalhados por todo o Brasil.

Como entidades vinculadas a sua estrutura, também fazem parte do Ministério as empresas públicas: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Também são entes vinculados ao ministério, organizados sobre a forma de sociedades de economia mista, as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A (Ceasa/MG), a Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (Casemg) e a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp).

Na Tabela 2.1, seguinte, estão informados os dados de vinculação, os principais registros e os contatos do Ministério, enquanto na Tabela 2.2 estão os principais dispositivos legais regulamentadores com os respectivos links de acesso.

Tabela 2.1. Identificação detalhada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

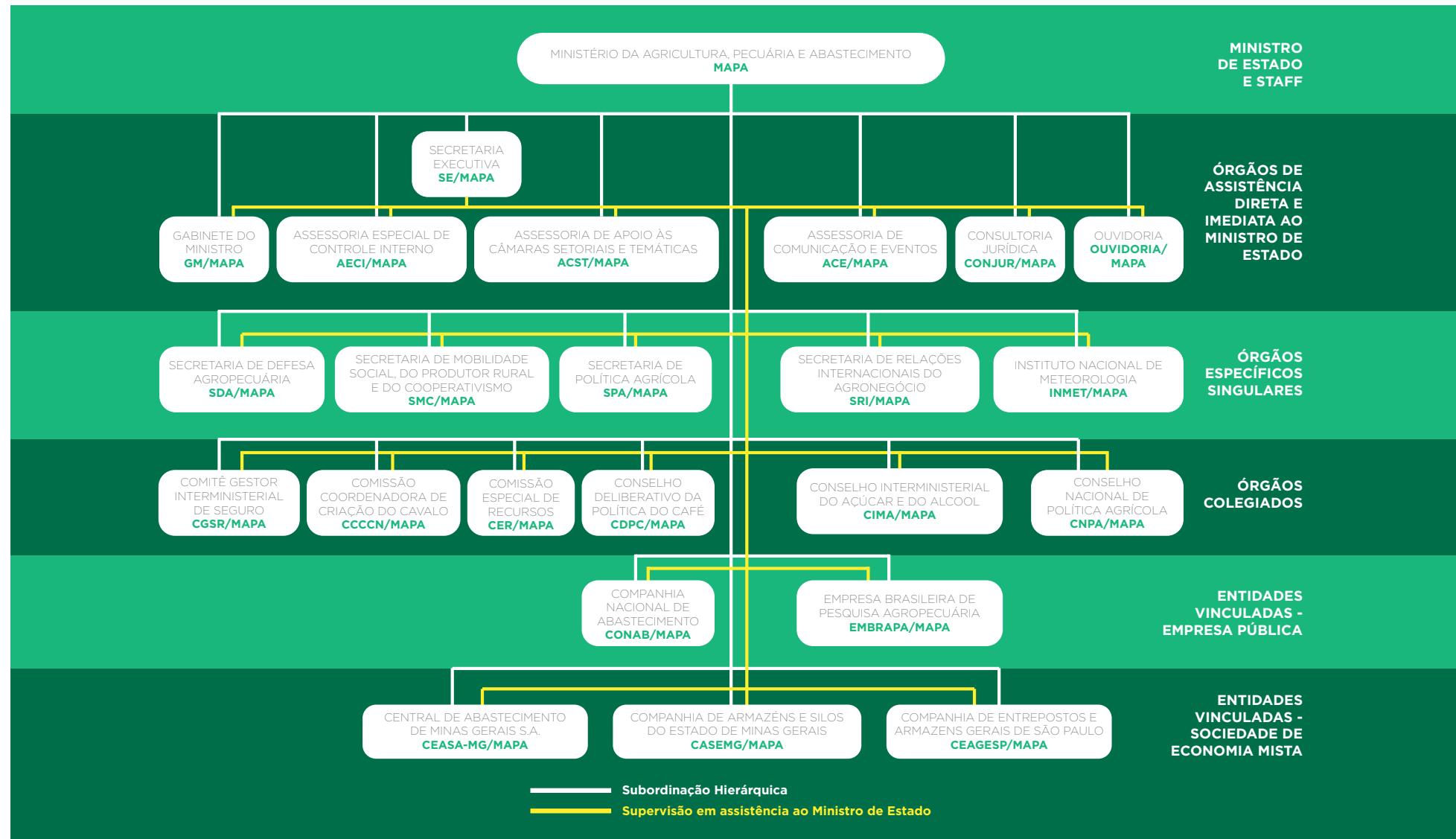
Poder e órgão de vinculação	
Poder: Executivo	
Órgão de vinculação: Presidência da República	Código SIORG: 00026
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)	
Natureza jurídica: Administração Direta	CNPJ: 00.396.895/0001-25
Principal atividade: Administração Pública em geral	Código CNAE: 8411-6
Código SIORG: 000014	Código LOA: 22000
Contatos	
Telefones/fax: 0800 704 1995 / 61 3218-2828	
Endereço postal: Esplanada dos Ministério – Bloco D – CEP: 70.043-900 – Brasília/DF	
Correio eletrônico: ouvidoria@agricultura.gov.br - sic.mapa@agricultura.gov.br	
Página na internet: www.agricultura.gov.br	

Tabela 2.2. Principais normas regulamentadoras das competências e da estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e outros documentos relacionados.

Norma	Endereço para acesso
1. Constituição Federal, art. 87 Escolhas do Ministro de Estado e atribuições	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art87
2. Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 - Organização da Presidência da República e dos Ministérios	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13502.htm
3. Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016 - Estrutura regimental e quadro demonstrativo de cargos em comissão e das funções gratificadas do MAPA	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8852.htm
4. Regimentos Internos baseados no Decreto nº 8.852/2016	http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional
5. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm
Outros documentos	Endereço para acesso
Organograma	http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional
Macroprocessos finalísticos – Cadeia de Valor	http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/planejamento-estrategico/cadeia-de-valor (Informações detalhadas sobre eles estão diversificadas nos vários temas do portal)

2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Figura 2.1. Estrutura Organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento vigente no ano de 2018



Fonte: Decreto nº 8.852/2016 e 9.067/2017 - Elaboração: Coordenação de Modernização e Inovação – CMI/CGDI/DA/SE/MAPA

2.3. AMBIENTE EXTERNO

Neste tópico são informadas às ações de gestão, participações em eventos e providências internacionais adotadas que refletiram durante o ano de 2018 nas atividades precípuas do MAPA, sendo que os principais esforços tiveram por objetivo a defesa dos interesses do agronegócio brasileiro.

No cenário internacional, diversos eventos e articulações técnicas e políticas foram realizados em prol do desenvolvimento do agronegócio brasileiro, entre os quais podem ser destacados: a implantação do Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária na Faixa de Fronteira; organização de serviços especializados no controle do javali europeu em território nacional, em parceria com o MGAP - Uruguai; intensificação dos serviços de vigilância agropecuária nos aeroportos e portos brasileiros em consequência dos casos de Peste Suína Africana (PSA) no Leste da Europa, Ásia e África; o projeto de cooperação multilateral com a Guiana e Suriname para busca de financiamento internacional destinado ao combate da mosca-da-carambola (*Bactrocera carambolae*); participação no workshop "Cooperativismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável"; participação no seminário "Projeto de Fortalecimento das Políticas Públicas para Gênero na Integração e Sustentabilidade do Cooperativismo Brasileiro, no âmbito do programa EuroSocial; participação em reuniões dos Grupos Técnicos de Trabalho Intergovernamentais (GTTI) da Comissão de Recursos Genéticos da FAO, referentes a Genéticos Animais, florestais, vegetais e aquáticos; participação na Convenção de Biodiversidade COP XIV; organização e participação do Congresso Mundial de Solos - Rio de Janeiro - Brasil, com a participação de mais de 100 países; participação na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 24 - Katowice - Polônia; e participação no Fórum Latino -Americano de SPG, realizado na cidade de Piura, no Peru.

A participação no Congresso Mundial de Solos, realizada no Rio de Janeiro, mostrou ao mundo a experiência do Brasil na área de ciência de solos e, também, pode demonstrar que a expertise do País na área foi determinante para consolidar a importância do bioma Cerrados no agronegócio brasileiro. Como resultado, foi possível a tropicalização da agropecuária que é a grande responsável pela consolidação do Brasil como uma referência do agronegócio mundial, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável da agropecuária.

Salienta-se que vários eventos nacionais e internacionais impactaram no alcance dos objetivos do MAPA quanto ao crescimento da competitividade e de acesso aos produtos agropecuários brasileira no mercado externo.



Dentre os fatores que interferiram na imagem e, consequentemente, na competitividade dos produtos do agronegócio brasileiro, ressalta-se as operações "Carne Fraca" e "Trapaça" da Polícia Federal. A primeira, ocorrida em março de 2017, provocou repercussão negativa da imagem e o enfraquecimento do mercado de carne bovina no exercício em que foi realizada e subsequentes; a segunda, deflagrada em 2018, afetou a imagem dos laboratórios de acreditação quanto a validação de produtos destinados à exportação.

Em decorrência da Operação Trapaça, a Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários/CGAL desenvolveu ações cujos resultados permitiram o aprimoramento do processo de credenciamento e monitoramento de laboratórios junto ao MAPA, por meio da automação de processos de trabalho, revisão dos regulamentos para o credenciamento e monitoramento de laboratórios e o desenvolvimento da plataforma denominada Hub Laboratorial. Este último auxiliará no monitoramento dos resultados laboratoriais emitidos pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, o que permitirá a mitigação de riscos à saúde pública e à Defesa Agropecuária do Brasil. No âmbito internacional, ainda como resultado dessa operação, dentre os embargos sofridos pela carne de aves brasileira, pode-se relacionar a revogação da habilitação de estabelecimentos abatedouros de aves, que afetou a confiança na indústria de carnes brasileira.

No âmbito nacional, podemos relacionar o impacto provocado pela greve dos caminhoneiros, que prejudicou a grande maioria das cadeias produtivas do agronegócio, tanto na importação de insumos agropecuários, como na logística de distribuição de alimentos, como nas exportações brasileiras, cujo impacto afetou todo o processo produtivo que se repercutiu no comércio exterior do agronegócio brasileiro.



A Operação Isis, realizada pelo MAPA, avaliou, no ano de 2018, cento e sete marcas de azeite de oliva comercializadas por sessenta e cinco empresas. Foram retirados do mercado trezentos mil litros de produtos irregulares e mais de quatrocentos mil litros de outros produtos classificados como temperos, mas com rótulos de azeite de oliva.

No que se refere a execução da política de crédito rural, a Emenda Constitucional nº 95/2016 afetou a formulação e a execução da política quanto à definição de volume de recursos disponibilizados e condições de financiamento para a safra 2018/19 em suas diversas linhas de crédito agropecuário subordinadas à limitação de recursos orçamentários do Tesouro, para a equalização de taxas de juros. Os critérios de apuração dos recursos vinculados às exigibilidades bancárias direcionados para o crédito rural, foram modificados e os recursos foram fixados em níveis inferiores aos inicialmente programados.

No segundo semestre de 2018 foram notificados diversos casos de Peste Suína Africana (PSA) no Leste da Europa, Ásia e África e desta forma poderiam adentrar ao País alimentos de origem animal contaminados resultando na introdução da doença. Diante disso, as atividades de vigilância agropecuária

internacional foram intensificadas nos aeroportos e portos do Brasil, por onde ingressam passageiros e cargas com produtos de origem animal provenientes das áreas afetadas.

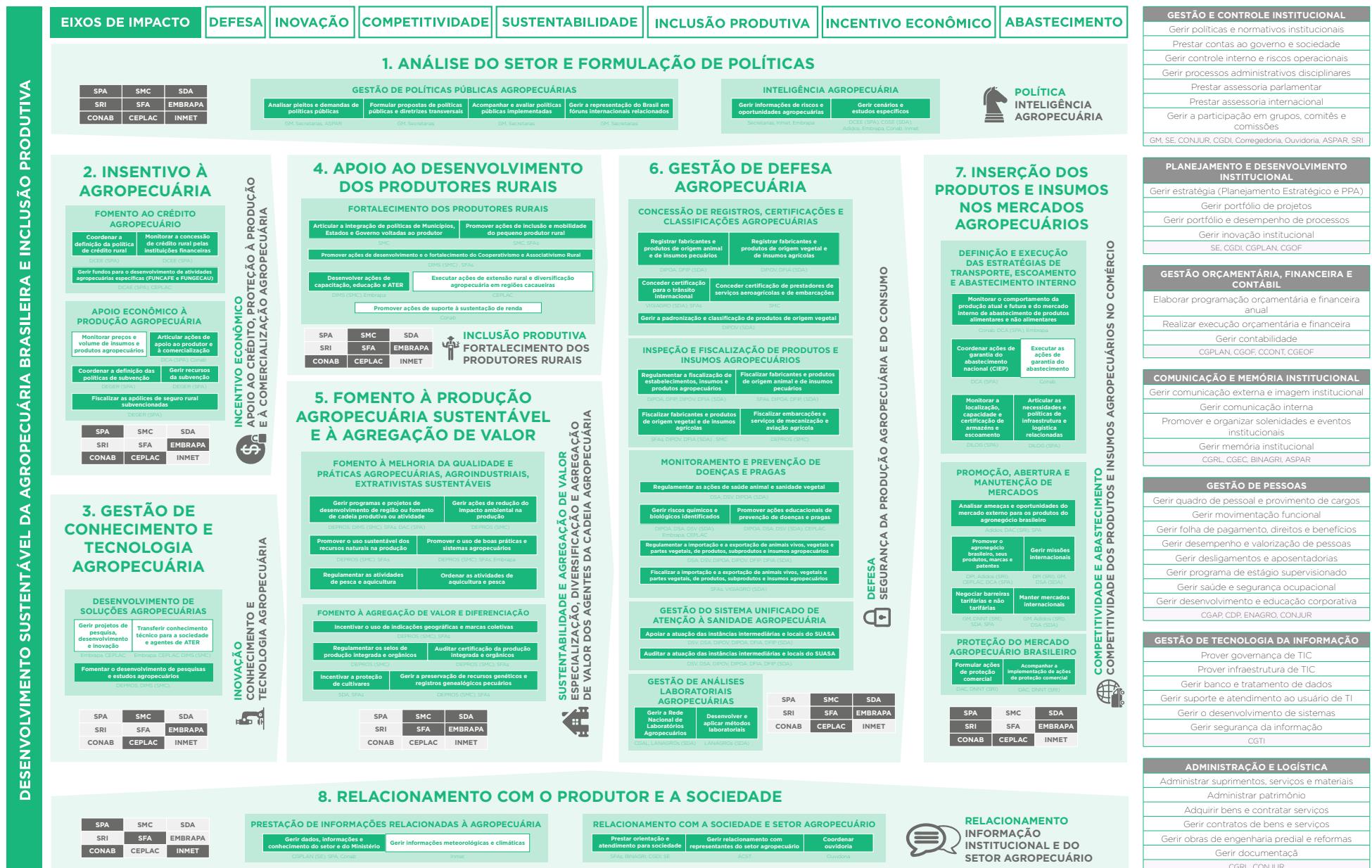
A “Guerra Comercial” entre outros países, principalmente Estados Unidos e China, também produziu seus impactos no comércio exterior brasileiro, tendo o Brasil aumentado consideravelmente as exportações de soja para a China, em virtude das restrições que aquele país impôs aos EUA, em resposta às medidas americanas que lhe foram impostas anteriormente.

2.4. CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor é uma representação gráfica de como um órgão se organiza, a partir de seu conjunto de processos, para gerar valor. No caso do MAPA, esse valor público está relacionado ao impacto social, econômico e político das ações, serviços e produtos desenvolvidos pelo próprio Ministério.



Figura 2.2. Cadeia de Valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



3

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O 2º ciclo do Planejamento Estratégico, em vigência no ano de 2018, refere-se ao período 2016 – 2019, instituído por meio da Portaria MAPA nº 101, de 12 de maio de 2016, e é resultado do trabalho de revisão do ciclo anterior, construído com base na metodologia *Balanced Scorecard (BSC)*.

O Mapa Estratégico é dividido em 3 perspectivas: de **resultado, processos e suporte**, onde estão distribuídos os eixos de impacto e os objetivos estratégicos associados. Embora não representados no mapa, os indicadores estratégicos, vinculados aos objetivos, e a carteira de projetos estratégicos fazem parte do Plano Estratégico do Órgão.

Perspectiva de Resultado

A estratégia do Ministério concentra-se nas seguintes entregas para a sociedade:

- a garantia da segurança alimentar (produtos conformes e seguros ao consumo); e
- aumento da competitividade dos produtos brasileiros no mercado interno e no mercado externo.

Perspectiva de Processo

Os nove objetivos da perspectiva habilitam o atingimento dos resultados definidos para 4 anos, e foram enquadrados de acordo com seu eixo de impacto/atuação (Competitividade e Abastecimento, Defesa Agropecuária, Sustentabilidade, Inclusão Produtiva, Incentivo Econômico, e Inovação).

Perspectiva de Suporte

Os três objetivos de suporte têm a finalidade de fornecer as bases de sustentação que permitem a execução dos objetivos de processo e de resultado. Seus principais focos são: gestão de pessoas, comunicação e processos internos.



Figura 3.1. Estrutura de Governança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



VALORES: Comprometimento | Eficiência e Eficácia | Estratégia | Foco no Cliente | Inovação | Liderança | Organização | Respeito | Trabalho em Equipe | Transparência
Para fins de simplificação de leitura, o termo "agropecuária" está sendo usado como equivalente ao "agronegócio", além de contemplar as atividades da aquicultura

O Mapa Estratégico, por intermédio dos eixos de impacto, vincula-se diretamente à cadeia de valor do Ministério. Esses, por sua vez, agrupam os objetivos e seus respectivos elementos de acordo com a similaridade do tema.

Ao todo são 14 Objetivos Estratégicos, distribuídos em 2 Objetivos de resultado, 9 Objetivos de processos, e 3 objetivos de suporte.

Atualmente, os objetivos estão ancorados em 23 indicadores estratégicos que auxiliam na sua mensuração e na demonstração de como as áreas estão desempenhando seu papel.

A cada ciclo de planejamento estratégico, faz-se a revisão do texto da Missão, da Visão, dos Valores da Instituição e dos objetivos estratégicos, e, por consequência, de seus indicadores e projetos, ações e programas vinculados.

Competiu a Secretaria Executiva o monitoramento da Estratégia durante ano de 2018. A partir da vigência do Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019, as competências relacionadas à Estratégia do MAPA, passaram a ser de responsabilidade da Assessoria de Gestão Estratégica, Unidade vinculada ao Gabinete do Ministro.



Do monitoramento da Estratégia elaboram-se Relatórios com os principais resultados, e, em 2018 ocorreu a Reunião de Análise Estratégica (RAE), com a participação da Secretaria-Executiva, de representantes das Secretarias do MAPA e Presidentes e Diretores da Embrapa, Conab, INMET e Ceplac.

O monitoramento da Carteira de Projetos Estratégico é realizado pelo Escritório de Projetos e objetiva a manutenção e o aperfeiçoamento contínuo desses projetos.

Figura 3.2. Carteira de Projetos Estratégicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no ano de 2018.

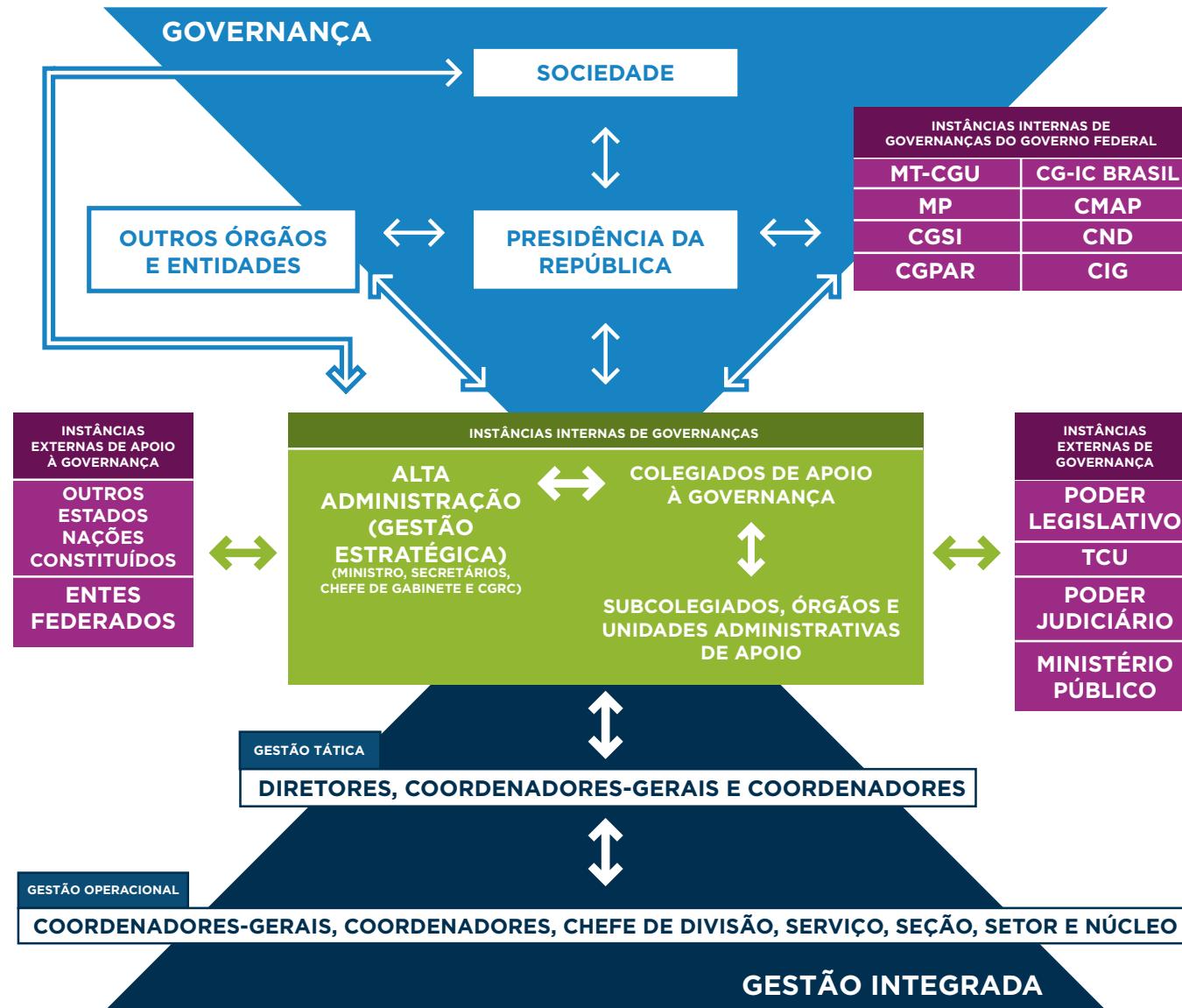


Mais informações sobre a Elaboração e Monitoramento da Estratégia do MAPA podem ser encontradas no endereço:

[http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/planejamento-estrategico.](http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/planejamento-estrategico)

3.2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

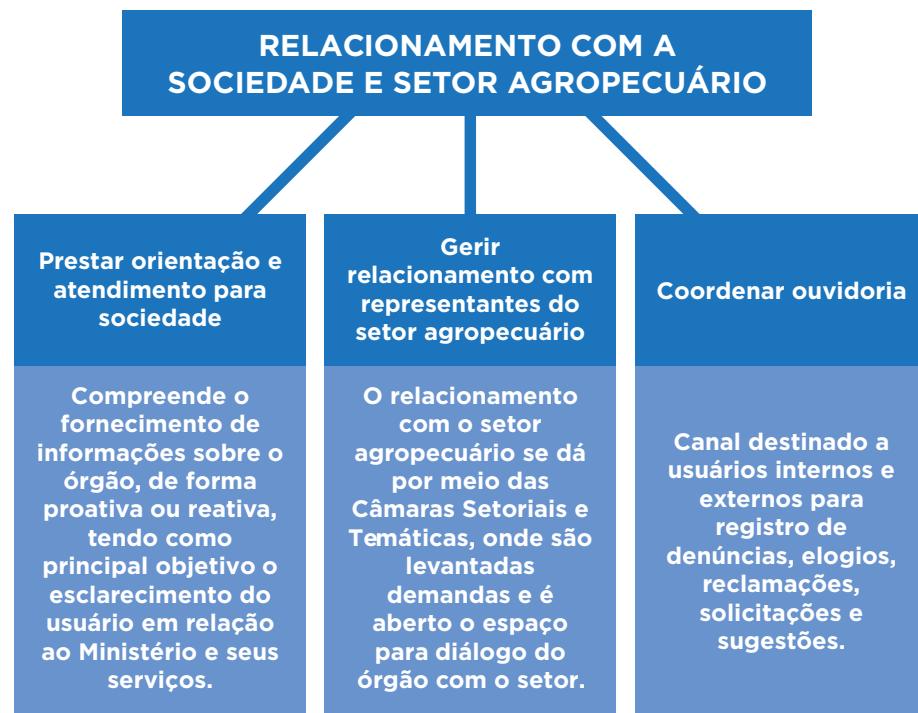
Figura 3.3. Estrutura de Governança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



3.3. PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

Ciente da importância do diálogo entre governo, sociedade e partes interessadas, o MAPA definiu uma cadeia de valor específica para este tema. Intitulada RELACIONAMENTO COM O PRODUTOR E A SOCIEDADE, a cadeia, tratada como transversal ao MAPA, apresenta como produto a entrega de informações institucionais e do setor agropecuário. Visa suportar todos os canais de comunicação e acessibilidade no relacionamento com a sociedade e partes interessadas, destacando-se neste item o macroprocesso RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E SETOR AGROPECUÁRIO.

Figura 3.4. Detalhamento dos processos contidos no macroprocesso “Relacionamento com a sociedade e setor agropecuário” da cadeia nº 8, Relacionamento com o produtor e a sociedade, da Cadeia de Valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



Em sequência são apresentados os principais resultados alcançados nos diversos canais de comunicação disponibilizados pelo MAPA.

CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS

As Câmaras Setoriais e Temáticas constituem-se em instrumento democrático e transparente de discussão, acolhimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas provenientes das diversas cadeias produtivas, contribuindo na identificação de oportunidades para seu desenvolvimento com definições de ações prioritárias para o interesse do Agronegócio Brasileiro.

São reconhecidas como principal elo de negociação entre governo e setor privado, agindo como fóruns neutros e dinâmicos na formulação de políticas públicas, auxiliando nas negociações internas e externas, sempre buscando o consenso de conflitos sobre temas que promovem o desenvolvimento, agregação de valor e aumento de competitividade dos setores que integram o agronegócio brasileiro.

Figura 3.5. Principais ações e informações do ano de 2018 sobre as Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



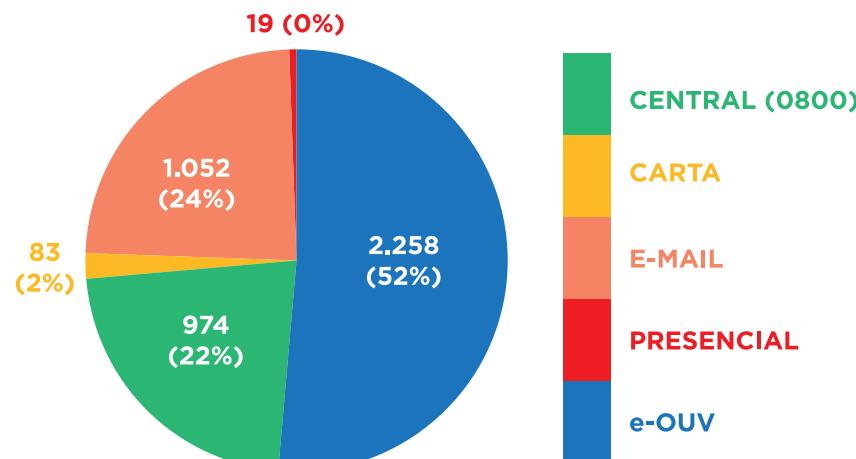
OUVIDORIA

No exercício de 2018, a Ouvidoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, registrou **4.386 manifestações**, originárias de seis canais de registros diferentes: a central de atendimento (0800), a carta, a correspondência eletrônica (e-mail), o aplicativo de mensagens (WhatsApp), o sistema e-OUV e presencialmente.

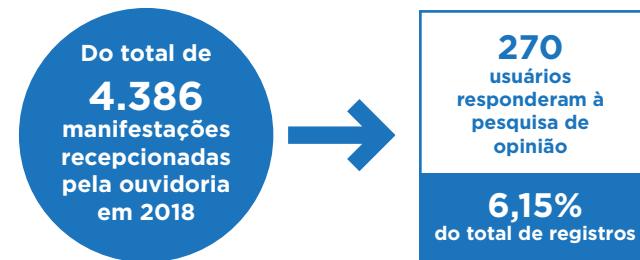
Tabela 3.1. Quantitativo de manifestação registradas na Ouvidoria em 2018 por tipo e mês de registro

TIPO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
DENÚNCIAS	184	167	246	218	239	192	108	143	125	127	82	83	1.914
ELOGIOS	27	30	16	66	109	94	4	5	2	11	2	2	368
SIMPLIFIQUE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
RECLAMAÇÕES	74	78	73	72	87	55	74	55	36	65	53	61	783
SOLICITAÇÕES	89	66	53	53	64	41	55	52	28	44	34	21	600
SUGESTÕES	8	7	12	8	4	5	4	7	5	4	6	2	72
COMUNICAÇÃO	0	0	0	0	0	26	113	139	94	106	79	91	648
TOTAL	382	348	400	417	503	413	358	401	290	357	256	261	4.386

Gráfico 3.1. Quantidade de manifestações por origem de registro e sua participação no total de manifestações registradas pela Ouvidoria em 2018. Manifestações originadas via aplicativo Whatsapp não foram contabilizadas.

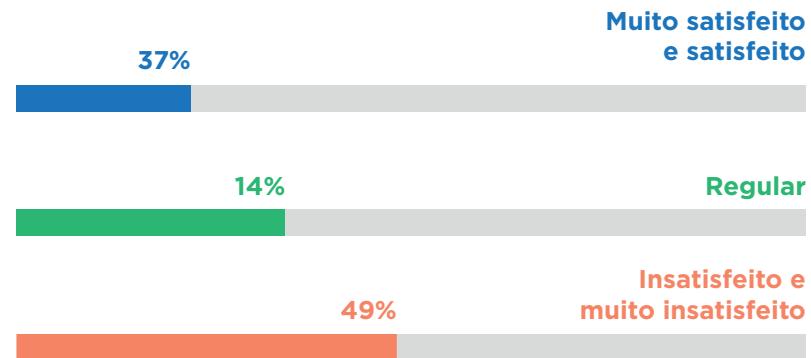


Do total de manifestações recepcionadas, apenas 270 usuários responderam à pesquisa para avaliar seu índice de satisfação. Essa pesquisa consiste no envio ao cidadão de um questionário a respeito do serviço utilizado. O encaminhamento ocorre no momento de envio da resposta através do sistema e-OUV.



Com o intuito de melhorar o índice de satisfação dos usuários, a Ouvidoria vem atuando de modo a conscientizar as unidades do MAPA a respeito dos direitos básicos dos usuários do serviço público. Nesse sentido, são dadas orientações que visam a adequação das respostas para a linguagem cidadã, a obediência aos prazos de atendimento estabelecidos e a proteção das informações pessoais dos usuários.

Gráfico 3.2. Índice de satisfação dos usuários relativo às manifestações registradas junto à Ouvidoria, no ano de 2018.



Do total de usuários que classificaram o atendimento como insatisfeito ou muito insatisfeito, 75% apontaram como motivo do descontentamento a qualidade da resposta recebida. Desse universo, destaca-se ainda que 41% se mostraram insatisfeitos em razão do prazo de atendimento da sua manifestação.

Figura 3.6. Canais para denúncias de empresas fiscalizadas pelo MAPA estabelecidos pela Portaria nº 1.370, de 20 de agosto de 2018

<p>Como inovação de 2018, destacou-se a entrada em vigor do Código de Proteção e Defesa do Usuário do Serviço Público, instituído por meio da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que estabelece normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública.</p> <p>Outra inovação foi a edição da Portaria/SE nº 1.370, de 20 de agosto de 2018, publicada no D.O.U nº 166, de 28 de agosto de 2018, que aprovou o Fluxograma de Tratamento de Denúncias realizadas por empresas fiscalizadas pelo MAPA, envolvendo atos de corrupção praticados por agentes públicos.</p>	<table border="1"> <tbody> <tr> <td>Central de Atendimento 0800 704 1995 - Opção 5</td></tr> <tr> <td>Correspondência eletrônica denuncias.empresas@agricultura.gov.br</td></tr> <tr> <td>Whatsapp (61) 99696-1912</td></tr> <tr> <td>Sistema e-OUV sistema.ouvidorias.gov.br</td></tr> <tr> <td>Presencial Edifício Sede, Brasília-DF</td></tr> </tbody> </table>	Central de Atendimento 0800 704 1995 - Opção 5	Correspondência eletrônica denuncias.empresas@agricultura.gov.br	Whatsapp (61) 99696-1912	Sistema e-OUV sistema.ouvidorias.gov.br	Presencial Edifício Sede, Brasília-DF
Central de Atendimento 0800 704 1995 - Opção 5						
Correspondência eletrônica denuncias.empresas@agricultura.gov.br						
Whatsapp (61) 99696-1912						
Sistema e-OUV sistema.ouvidorias.gov.br						
Presencial Edifício Sede, Brasília-DF						

Como cumprimento do princípio da transparéncia, a Ouvidoria disponibiliza no sítio eletrônico do MAPA a documentação referente aos relatórios mensais, semestrais e anuais de todas as atividades desenvolvidas pela unidade: <http://www.agricultura.gov.br/ouvidoria/publicacoes-da-ouvidoria>

BIBLIOTECA NACIONAL DE AGRICULTURA

Instituída desde 1909, a Biblioteca Nacional de Agricultura (Binagri/SE) coordena a gestão da informação documental agropecuária e a disseminação das informações científicas e tecnológicas de interesse do agronegócio, de modo a garantir a preservação da Memória Agrícola Nacional.

Com o objetivo de aprimorar o atendimento ao cidadão, a Binagri implementou, em 2018, ações de captação e tratamento sistemático de informações, assim como assegurou a manutenção do acervo bibliográfico do MAPA e a alimentação da Base de Dados Bibliográfica Agrícola Nacional (AGROBASE), bem como das bases de dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), do Sistema de Legislação Agropecuária (SISLEGIS) e dos Periódicos Nacionais.

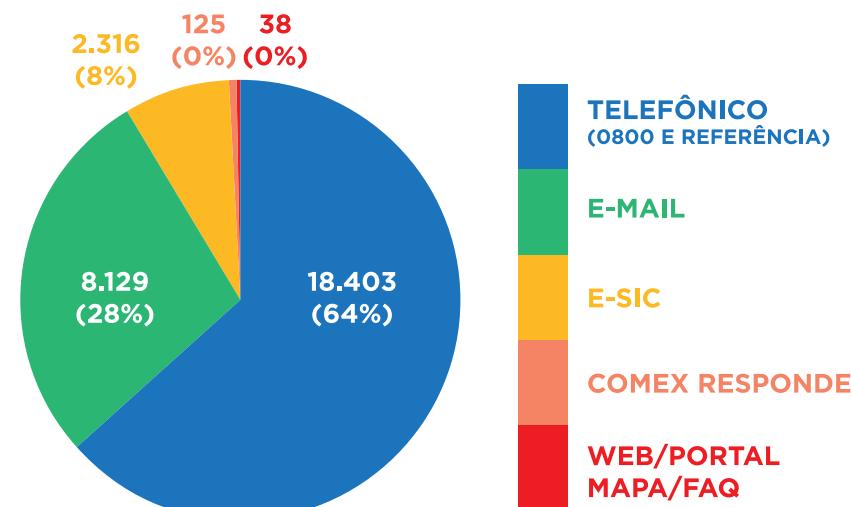
Figura 3.7. Resultado das ações de captação, tratamento da informação, e atendimento a demandas, no ano de 2018, realizadas pela Biblioteca Nacional Agropecuária.

3.214 novos registros alimentados na Base de Dados Bibliográfica Agrícola Nacional - AGROBASE
520 novos registros alimentados na Base Internacional
5.836 ingressos de novos documentos no acervo da Biblioteca Nacional de Agricultura
6.621 ações de intercâmbio de publicações realizadas

Fonte: Binagri.

Outra ação voltada para o aperfeiçoamento do atendimento ao cidadão envolveu a capacitação dos atendentes do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), bem como dos interlocutores do MAPA, de acordo com diretrizes da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Gráfico 3.3. Quantidade de demandas atendidas, em 2018, pelos canais de comunicação com a sociedade via: Telefone (0800 704 1995 e Referência); E-mail; Sistema Eletrônico (e-SIC); Comex Responde; e Portal MAPA.



Fonte: Binagri.

4

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O MAPA tem se dedicado a implementar a Gestão de Riscos em suas unidades, por meio de ações planejadas de disseminação da metodologia e capacitações que envolvam todos os gestores e servidores no processo de identificação de eventos de riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos do órgão.

Esses esforços convergem com as determinações emanadas da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 e do Decreto nº 9.203/2017. Á vista disso, o MAPA publicou em 2017 dois normativos a fim de estruturar a Gestão de Riscos no âmbito institucional, a Portaria nº 276, de 02 de fevereiro de 2017, revogada pela Portaria nº 202, de 17 de janeiro de 2019 que criou o Comitê de

Governança, Riscos e Controle – CGRC e a Portaria nº 2.042, de 02 de outubro de 2017, que instituiu a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos – PGRCI.

O órgão tem trabalhado com ações de disseminação e implementação da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos – PGRCI no âmbito das Unidades do MAPA, apoiando e facilitando o processo de mudança cultural, integrando esforços que visam capacitar e sensibilizar os gestores sobre a importância da adoção da metodologia para a melhoria e eficiência dos processos da organização.

Assim, no final de 2017, em caráter preliminar, foi elaborado o plano de ação de gerenciamento de riscos que previa inicialmente a execução de atividades de médio e longo prazo. Entre as ações previstas para serem executadas em 2018 foram realizadas: a construção de uma estrutura formal de servidores responsáveis pelo gerenciamento de riscos nas unidades do MAPA; a capacitação extensiva desses servidores; a construção de um plano de comunicação pautado extensivamente na divulgação de informes nos canais internos informando aos servidores sobre os benefícios; a necessidade de identificar e tratar riscos de forma integrada.

Dentre as ações previstas, a capacitação foi a mais explorada em função do baixo nível de maturidade dos servidores e gestores sobre o tema. As capacitações tiveram por objetivo disseminar conhecimentos introdutórios sobre a prática acerca da metodologia e a aplicabilidade da Gestão de Riscos, e motivar os servidores a aplicarem em seus processos de trabalho.

Figura 4.1. Principais ações de capacitação em Gestão de Riscos realizadas em 2018.

Resultado: 30 servidores capacitados

- O MAPA, em parceria com a Controladoria-Geral da União - CGU, promoveu o evento intitulado “Curso de Gestão de Riscos e Controles Internos”, com carga-horária de 20 horas/aula.

Resultado: 89 servidores capacitados e 22 contratações com riscos mapeados

- Realização de 3 oficinas internas sobre gestão de riscos nas contratações com intuito de capacitar fiscais de contrato quanto ao preenchimento do mapa de riscos exigido pela Instrução Normativa nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Resultado: 205 servidores capacitados na Sede e Superintendências Federais

- A Coordenação de Gestão de Riscos, em parceria com a Escola Nacional de Gestão Agropecuária, promoveu 3 encontros com palestras sobre o modelo de gestão de riscos que está em processo de implementação no MAPA para os servidores das 27 Superintendências Federais de Agricultura.
- Capacitação dos servidores da Coordenação de Gestão de Riscos no Seminário Nacional - Governança e Gestão de Riscos no Setor Público, com carga-horária de 20 horas.

Visando estabelecer um canal de comunicação direto com os representantes das Unidades de Gestão de Riscos e Controles Internos (UGRCI), motivando, capacitando e auxiliando na implementação da gestão de riscos, foi criada a Rede de Gestão, Integridade, Riscos e Controles (GIRC-MAPA). Desse modo, em outubro de 2018, as unidades gestoras de riscos e controles internos definiram seus interlocutores acerca do tema, com o total de 133 servidores cadastrados.

Ao mesmo passo, o órgão promoveu o primeiro encontro da Rede GIRC-MAPA, na oportunidade participaram o então Assessor Especial de Controles Internos do Ministério do Planejamento, que realizou uma contextualização sobre a gestão de riscos no setor público, e também o Assessor Especial de Controle Interno do MAPA, que palestrou acerca do Programa de Integridade do Ministério. O evento foi transmitido ao vivo e contou com a participação de 32 servidores distribuídos entre as 27 Superintendências Federais de Agricultura e 29 servidores da Sede. A criação da Rede tem como propósito a realização de encontros mensais, abordando os diversos temas de gestão, integridade, riscos e controles, bem como promover a troca de experiências e interação entre as áreas sobre os temas que dão suporte a estrutura de governança do Órgão.

Concernente a entrega de projetos de mapeamento de riscos, o Secretário Executivo à época enquanto Presidente do Comitê de Governança, Riscos e Controles, definiu como prioridade o processo de fiscalização e inspeção de produtos de origem animal. Outro projeto de mapeamento de riscos, ainda em andamento, trata-se do projeto de mapeamento de demandas dos Laboratórios Nacionais Agropecuários – Lanagros.

Como solução tecnológica de suporte ao gerenciamento das informações de riscos, o Ágatha, Sistema de Gestão de Riscos desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, está em fase de implantação no Órgão com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2019. A meta é que o Sistema esteja em funcionamento a partir do segundo semestre, possibilitando aos gestores responsáveis pelo gerenciamento de riscos a inserção das informações acerca dos riscos mapeados.

Contribuindo para o aprimoramento das ações em Gestão de Riscos, está prevista para o ano de 2019 a publicação da Metodologia, que tem como finalidade estabelecer diretrizes metodológicas para a realização das atividades de mapeamento e avaliação dos riscos relevantes do MAPA, possibilitando o suporte à tomada de decisão dos gestores e a excelência na prestação de serviços públicos.

Por fim, o MAPA entendendo sobre a complexidade que é implementar a metodologia em 27 Superintendências Federais e 4 secretarias finalísticas, definiu atores e responsabilidades para que as ações que venham a ser desenvolvidas sejam bem planejadas para que os gestores de processos tenham condições de realizar o gerenciamento de riscos de maneira satisfatória. Assim foi elaborado o modelo de Gestão de Riscos representado pela Figura 4.2.

Figura 4.2. Modelo de gestão de Riscos e controles do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Com o modelo de gestão de três linhas de defesa, o MAPA fortaleceu o seu sistema de controle interno e contribuiu para o atingimento de seus objetivos através do gerenciamento de riscos, realizado de forma integrada e em parceria com os gestores das diversas unidades, para que o processo da implementação da Gestão de Riscos no órgão aconteça de maneira satisfatória. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas de defesa, desempenha um papel distinto e de responsabilidades no sistema de controle interno, de acordo com a nossa estrutura de governança.



RISCOS À INTEGRIDADE

O MAPA, por ter participado de projeto-piloto das ações de integridade no âmbito do Programa de Fomento à Integridade Pública da Controladoria Geral da União - CGU (PROFIP), foi convidado a participar em abril de 2018 da cerimônia de assinatura da Portaria CGU nº 1.089 de 25 de abril de 2018, que estabeleceu orientações para que os Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal (direta, autárquica e funcional) adotassem procedimentos de estruturação, execução e monitoramento dos seus Programas de Integridade, com vistas a demonstrar o estágio em que se encontravam.

O Programa de Integridade foi instituído em 07 de abril de 2017, por meio da Portaria nº 705, esse programa inclui a implementação das ações de mapeamento, tratamento e monitoramento dos riscos à integridade, adotando os eixos fundamentais previstos no Programa de Fomento à Integridade Pública da CGU. Conforme previa a Portaria CGU nº 784, de 2016, reconfigurado pela Portaria nº 1.827, de 2017.



Nesse sentido, até em consequência de ter sido piloto das ações de integridade pública, fez publicar já em 16 de novembro de 2017, conforme Portaria nº 2.310, de 13 de novembro de 2017, o seu plano de integridade, atualizado recentemente por força das novas exigências oriundas do art. 19 do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 e da Portaria CGU nº 1.089, de 2018.

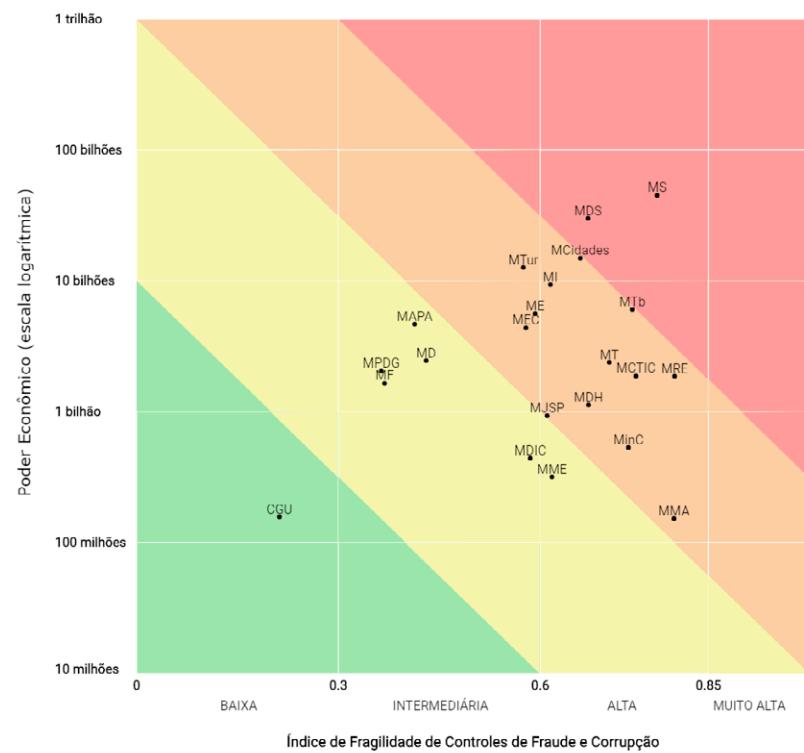
No que se refere à gestão de riscos, constam no referido Plano de Integridade, publicado no sítio: <http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/integridade/programa-de-integridade-do-mapa> - ações de curto, médio e longo prazo que devem ser efetivadas em sintonia com a política de gestão de riscos do Ministério como um todo, cuja aprovação se efetivou por meio da Portaria nº 2.042, de 02/10/2017.

O Subcomitê de Riscos e Controles Internos (SRCI) tem se reunido frequentemente e sua atuação interna, nos termos do art. 24 da Portaria nº 2.042, de 2017, prioriza o mapeamento e gestão de riscos das atividades de fiscalização agropecuária e licitações e contratos.

Finalmente, é importante consignar, no que tange aos riscos de integridade, que servidores de diversas áreas do MAPA puderam participar de treinamento na CGU, no final do exercício de 2018, sobre o guia prático de gestão de riscos para a integridade, que deve ser (e está sendo de fato) utilizado nas ações de mapeamento e proposta de tratamento de riscos junto às Unidades em que foi possível o início dos trabalhos de Gestão Interna e Defesa Agropecuária.

Por fim, é importante destacar o Acórdão nº 2.699/2018, publicado no final do ano de 2018, após auditoria operacional do Tribunal de Contas da União - TCU, que mapeou o risco de exposição à fraude e corrupção na administração pública em geral, no qual o MAPA, até por conta da sua forte política de integridade, apareceu ranqueado no Nível Intermediário, conforme verifica-se no gráfico da figura 4.3.

Figura 4.3. Mapa de risco à exposição à fraude e corrupção contido no Acórdão 2.699/2018 do Tribunal de Contas da União (TCU).



4.2. PRINCIPAIS RISCOS IDENTIFICADOS E SUAS RESPOSTAS

No processo de mapeamento de riscos do Ministério da Agricultura, a alta administração e demais executivos identificaram alguns riscos que podem impactar diretamente os objetivos estratégicos do Órgão. Entre os principais riscos identificados, destacam-se:

Tabela 4.1. Principais riscos estratégicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2018 e suas respostas para mitigação

Principais Riscos	Ações de Mitigação
Instabilidade de origem climática e ameaças sanitárias.	<p>O Seguro Rural é reconhecidamente um dos mais eficientes mecanismos de proteção de renda da atividade agrícola, atuando como elo de transferência do risco da agricultura para outros agentes e setores econômicos.</p> <p>Dentre os instrumentos de gestão de riscos está o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), instituído pelo Decreto nº 5.121/2004, que regulamentou a Lei nº 10.823/2003, o qual oferece ao produtor rural a oportunidade de segurar sua produção com custo reduzido, por meio de auxílio financeiro do governo federal na aquisição de uma apólice. Vale ressaltar que a efetividade do PSR pode ser observada, dentre outras formas, por meio da transferência efetiva do risco climático da atividade rural para o setor privado de seguros.</p>
Eventos Climáticos adversos que impactam a produção agrícola a nível nacional	<p>O Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC é um estudo que quantifica o risco climático na produção agrícola, com base em dados climáticos históricos, associados à fenologia das plantas e a capacidade de retenção de água dos solos. O objetivo é minimizar as perdas causadas por eventos climáticos adversos, principalmente seca e extremos de temperatura.</p> <p>As principais ações durante o exercício de 2018 foram o aperfeiçoamento da metodologia, elaboração e validação dos estudos de zoneamento agrícola das seguintes culturas: amendoim para os Estados de São Paulo e Nordeste, com exceção da Bahia; arroz irrigado para os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; banana para todas as Unidades da Federação, com exceção do Amazonas; cacau para o Estado de Roraima; feijão faseolus para todos Estados da Região Sul, Sudeste, Nordeste e para os Estados do Acre, Pará, Rondônia e Tocantins; palma forrageira para os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Região Nordeste; soja para o Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; uva para todos os Estados das Regiões Sul, Sudeste, Centro Oeste, Nordeste e Tocantins; uva 2ª safra para o Estado do Paraná e também o desenvolvimento da metodologia para o ZARC de produção de forrageiras/pastagens.</p>
Fraude na identificação e qualidade do azeite de oliva.	<p>A intensificação no processo de fiscalização de azeite de oliva realizada pelo MAPA, batizada de Operação Isis, avaliou, no ano de 2018, cento e sete marcas de azeite de oliva comercializadas por sessenta e cinco empresas.</p> <p>Foram retirados do mercado 300 mil litros de produtos irregulares e mais 400 mil litros de outros produtos classificados como temperos, mas com rótulos de azeite de oliva.</p> <p>Maiores detalhes, verificar as notícias divulgadas pelo MAPA sobre as ações realizadas no azeite de oliva:</p> <p>http://www.agricultura.gov.br/noticias/fiscalizacao-reprovou-59-7-das-amostras-de-azeite-de-oliva http://www.agricultura.gov.br/noticias/mapa-identifica-45-marcas-de-azeite-fraudados http://www.agricultura.gov.br/noticias/autuadas-84-empresas-por-indicios-de-fraude-no-azeite-vendido-no-pais</p>
Produtos de Origem Animal e Vegetal Importados e Contaminados	<p>No segundo semestre de 2018 foram notificados diversos casos de Peste Suína Africana (PSA) no Leste da Europa, Ásia e África e desta forma poderiam adentrar ao país alimentos de origem animal contaminados resultando na introdução da doença.</p> <p>Vale ressaltar que a peste suína africana é uma doença viral, contudo não oferece risco à saúde humana, não sendo transmitida ao homem, mas pode dizimar plantéis de suínos, sendo altamente infecciosa, o que exige o sacrifício dos animais, conforme determina a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Ademais o vírus é resistente, permanecendo nas fezes dos animais por até três meses e, em alimentos (produtos maturados), até nove meses.</p> <p>Diante disso as atividades de vigilância agropecuária internacional foram intensificadas nos aeroportos e portos do Brasil, por onde ingressam passageiros e cargas com produtos de origem animal provenientes das áreas afetadas.</p>

5

RESULTADOS DA GESTÃO

DECLARAÇÃO DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor, buscando integrar os aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, ambientais e organizacionais do setor produtivo, de forma sustentável, com vistas a garantir a segurança alimentar dos consumidores do país e do exterior, provendo a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e a inclusão social.

A Secretaria Executiva – SE tem, entre suas atribuições, assistir o Ministro de Estado na definição de diretrizes da Pasta, na supervisão, coordenação e articulação das atividades dos órgãos de assistência direta e imediata, dos órgãos específicos singulares, dos órgãos colegiados, das unidades descentralizadas e das entidades vinculadas. Além disso, o Secretário Executivo preside o Comitê de Governança, Riscos e Controle - CGRC/MAPA, com o objetivo de promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos, garantindo aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público.

Nesse sentido, a SE promove e dissemina transversalmente, em todas as unidades do MAPA, boas práticas de governança e gestão, especialmente no que tange à implementação de mecanismos de controle, bem como ao processo de planejamento e orçamento. Da mesma forma, contribui de forma ativa para a melhoria contínua do modelo de governança do governo federal, participando intensamente de reuniões e discussões a respeito da estruturação de instâncias interministeriais de governança junto à Presidência da República.

O Planejamento Estratégico do Ministério trabalha com três perspectivas: resultado, processos e suporte, distribuídos em eixos de impacto e objetivos estratégicos. As ações realizadas pelo MAPA em 2018 visaram à consecução dos objetivos estratégicos. Nesse sentido, é importante destacar que as ações

Marcos Montes Cordeiro
Secretário Executivo



desenvolvidas privilegiam o desenvolvimento das cadeias de valor, que levaram a benefícios e melhorias a partir da modernização e do fortalecimento das dimensões legais, normativas, institucional e, nesse conjunto, à agilização dos trâmites burocráticos.

Em relação à **análise do setor e formulação de políticas** destaca-se a inteligência estratégica agropecuária, gerada a partir da análise de riscos e oportunidades do setor de insumos, o que potencializou a formulação, avaliação e gestão de políticas públicas voltadas para a agropecuária. É uma cadeia transversal a todo o Ministério, tendo sido fundamental para o incremento das exportações brasileiras e o estímulo à organização de toda cadeia produtiva.

O **incentivo à Agropecuária** foi realizado principalmente por meio de instrumentos de política agrícola que objetivam assegurar níveis adequados de proteção ao produtor rural quanto à sustentabilidade do crescimento da agropecuária. Esta cadeia apoiada nos pilares do crédito, proteção à produção, comercialização e no seguro rural exerceram papel de destaque na decisão quanto ao plantio, beneficiando em subvenção ao prêmio do seguro rural mais de 42 mil produtores e viabilizando quase 150 bilhões em contratações de crédito no setor agropecuário.

Quanto à **gestão de conhecimento e tecnologia agropecuária**, o foco na viabilização de soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agropecuária em 2018, levaram a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC a desenvolver novos clones de cacau com alta produtividade e resistência à Vassoura de Bruxa e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa a se destacar no desenvolvimento de 1.152 projetos de pesquisa, organizados em 113 portfólios em temas estratégicos da agropecuária brasileira.

Dentro do **apoio ao desenvolvimento dos produtores rurais**, o direcionamento ao fortalecimento dos produtores rurais por meio da inclusão produtiva e mobilidade do pequeno produtor, bem como da utilização de mecanismos de cooperativismo e associativismo rural e as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, deram suporte à sustentação de renda como vetor de desenvolvimento. Dentre as principais realizações destacam-se as capacitações realizadas no setor de cooperativismo e associativismo e o treinamento de mais de 2.500 técnicos em assistência técnica continuada para atuar em regiões cacaueiras.

No **fomento à produção agropecuária sustentável e à agregação de valor** foram desenvolvidas ações em prol da adoção de práticas sustentáveis nas cadeias produtivas agropecuárias aprimorando políticas de responsabilidade ambiental e redução de riscos climáticos, bem como capacitando produtores rurais e pescadores na utilização de tecnologia e em boas práticas nas atividades

agropecuárias. Nesse sentido, mais da metade dos municípios brasileiros já adota sistemas sustentáveis dentro do Plano ABC, com um investimento superior a R\$ 17 bilhões para implementação das tecnologias ABC.

A cadeia de **gestão da defesa agropecuária** objetiva reduzir quaisquer riscos envolvidos nas cadeias produtivas agropecuárias e à saúde-pública, no que se refere à disseminação de pragas e doenças da agropecuária e da pesca nacional, a partir do aperfeiçoamento do monitoramento e da instrumentalização do planejamento e execução do processo de fiscalização. Nesse sentido, destacam-se as ações do Plano de Defesa Agropecuária - PDA para promover e implantar programas e ações de defesa agropecuária, possibilitando as garantias para a preservação da vida e da saúde humana e animal; do meio ambiente; da segurança alimentar; e do acesso a mercados. Em relação à Rede de Laboratórios Nacionais Agropecuários - Lanagros, destaca-se a implantação de sistema informatizado para o credenciamento de laboratórios junto ao MAPA, disponível na plataforma do Governo Federal e a inauguração das instalações com nível de biossegurança NB3-Ag, onde poderão ser manipuladas amostras suspeitas de doenças animais que exigem alto nível de biocontenção, como Influenza Aviária e Doença de Newcastle.

No que concerne à **inserção dos produtos e insumos nos mercados agropecuários**, destaca-se o incentivo ao aumento da competitividade brasileira no comércio internacional de produtos agrícolas, promovendo a agregação de valor dos produtos brasileiros, bem como a consolidação da imagem do Brasil como fornecedor de produtos seguros, de alta qualidade e produzidos de forma sustentável. Os produtos agropecuários brasileiros já possuem grande presença no mercado internacional, tendo alcançado 224 destinos em 2018, em um universo de 287 destinos cadastrados no sistema estatístico de comércio exterior do agronegócio brasileiro - AGROSTAT.

Por fim, a cadeia de **relacionamento com o produtor e a sociedade** busca fornecer dados sobre o setor agropecuário brasileiro para os mais diferentes públicos (produtores, pesquisadores, entre outros), funcionando como um hub pelo qual são redirecionadas as informações mais relevantes para a Sociedade. Além disso, foram promovidas melhorias nos processos internos bem como o aumento na agilidade dos processos de trabalho devido ao aperfeiçoamento do canal de comunicação direta com a Sociedade.

Todos os macroprocessos das cadeias de valor têm o suporte da SE, que por meio da Diretoria Administrativa - DA, exerce o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Organização e Inovação Institucional - SIORG.

O MAPA tem trabalhado com ações de disseminação e implementação da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos - PGRCI no âmbito de suas unidades, apoiando e facilitando o processo de mudança cultural, integrando esforços que visam capacitar e sensibilizar os gestores sobre a importância da adoção da metodologia para a melhoria e eficiência dos processos da organização. Com um modelo de gestão baseado em linhas de defesa, o Ministério fortaleceu o seu sistema de controle interno e contribuiu para o atingimento de seus objetivos por meio do gerenciamento de riscos, realizado de forma integrada e em parceria com os gestores das unidades, para que o processo de implementação da Gestão de Riscos no órgão ocorresse de maneira satisfatória.

Com o intuito de tornar mais ágil e preciso o processo decisório nas diversas instâncias do Ministério, foram construídos e disponibilizados painéis de gestão interativos, possibilitando aos gestores um acesso rápido e fácil a informações imprescindíveis para suas tomadas de decisão, em especial, no que tange aos assuntos de orçamento, força de trabalho, multas e recomendações de órgãos de controle. Nesse contexto, e no que concerne aos problemas estruturantes, destaca-se a necessidade de recomposição da força de trabalho e a revisão nos processos de trabalhos, em função da idade média de 54 anos do corpo funcional e 40% de servidores que já recebem abono permanência e podem aposentar-se a qualquer tempo nas diversas unidades de atuação no território nacional.

Em relação aos desafios e ações futuras pode-se destacar o foco nas ações de melhoria da governança e apoio aos gestores, além do fortalecimento do apoio ministerial às Superintendências Federais de Agricultura - SFA nos Estados, agilizando os processos de contratações, reduzindo custos e melhorando a gestão. Adicionalmente, é relevante destacar o trabalho sistemático de sensibilizar os órgãos da administração com vistas ao direcionamento e racionalização dos recursos orçamentários adequados para o cumprimento das metas, ações e iniciativas sob sua responsabilidade, de forma a contribuir para o processo decisório que privilegia desenvolvimento nacional sustentável.

Ante o exposto, e consubstanciado pelas informações constantes neste relatório, DECLARO o cumprimento satisfatório das metas contidas nos planos para o exercício, a legalidade dos atos e a eficácia, eficiência e economicidade da gestão dos órgãos integrantes do MAPA para viabilizar e concretizar os objetivos estratégicos de gestão pública em alinhamento com o plano estratégico institucional.



Análise das principais ações relacionadas aos objetivos estratégicos cujos resultados são entregas diretas ao público externo.

A - Assegurar à sociedade insumos e produtos agropecuários e pesqueiros conformes e seguros ao consumo

As ações desenvolvidas pela Defesa Agropecuária vão a montante e a jusante da cadeia produtiva agropecuária, abrangendo desde o **registro e a fiscalização dos insumos utilizados na produção** até o **controle do trânsito e da comercialização dos produtos e subprodutos animais e vegetais**. Dessa forma, possuem uma relevância social significativa, pois são essenciais para **atestar qualidade e inocuidade dos alimentos** levados à mesa dos brasileiros e de consumidores de centenas de outros países que importam estes produtos. São fundamentais também a fim de **proteger a produção agropecuária nacional da ação de doenças e pragas**, viabilizando a produção de alimentos na escala necessária à garantia da segurança alimentar da população. Além disso, a Defesa Agropecuária possui uma expressiva importância para a economia nacional em razão do seu papel estratégico para o desenvolvimento e a sustentabilidade do agronegócio brasileiro, sendo responsável por uma significativa participação nas exportações e no PIB brasileiro.

As ações realizadas pelo MAPA em 2018 visaram a consecução do objetivo estratégico, contribuindo para o desenvolvimento da cadeia de valor, levando benefícios e melhorias mediante a modernização e fortalecimento legal, institucional e normativo, assim como a agilização dos trâmites burocráticos, dentre outros. Por outro lado, a população é beneficiada pela oferta de produtos de melhor qualidade, pelo fortalecimento das instituições e métodos de controle sanitário de vegetais, de produtos animais e de insumos utilizados na cadeia de produção agropecuária, o que reduz os riscos de ingestão de produtos agropecuários contaminados.

Por fim, o país é beneficiado pelo reconhecimento internacional da exceléncia de suas ações em Defesa Agropecuária em decorrência do controle da qualidade dos produtos exportados e da segurança do sistema produtivo brasileiro, pelo uso de instrumentos de inteligência com suporte científico de ponta.



B - Aumentar a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira no mercado interno e externo.

Embora em 2018 tenha havido um crescimento do comércio exterior do agronegócio, quando comparado a 2017, o **aumento da competitividade brasileira no comércio internacional de produtos agrícolas, requer o estímulo contínuo às cadeias produtivas e o aumento do valor agregado dos produtos brasileiros**, bem como a consolidação da imagem do Brasil como fornecedor de produtos seguros, de alta qualidade e produzidos de forma sustentável.

Nesse sentido, em 2018 foram intensificadas as atividades de competência do MAPA relacionadas às negociações de acordos comerciais e não tarifários e, de promoção internacional do agronegócio brasileiro, assim como foram aprimorados dois projetos estruturantes: o Plano O Melhor do Agro Brasileiro, visando a promoção e melhoria da imagem do agronegócio brasileiro no exterior; e, a Estratégia para abertura, ampliação e promoção do agronegócio brasileiro no mercado internacional – ESIAGRO, publicada por meio da Resolução CAMEX nº 104, de 20 de dezembro de 2018, após aprovação pelo respectivo conselho de ministros.



CADEIA 1

Análise do Setor e formulação de políticas

Figura 5.1. Primeira cadeia de valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Análise do setor e formulação de políticas



O principal produto gerado desta cadeia é a inteligência estratégica agropecuária, a qual é gerada a partir da análise de riscos e oportunidades do setor; insumos para a formulação e avaliação de políticas agropecuárias; e gestão das políticas públicas. Esse processo perpassa a análise dos pleitos por parte da sociedade civil, órgãos públicos, instituições, entre outros. Após a análise do pleito, inicia-se o processo de formulação da política, posteriormente sua implementação pelas áreas técnicas, e por fim, o acompanhamento e a avaliação para que se reinicie o ciclo. É uma cadeia transversal a todo o Ministério, visto que contribui diretamente para a tomada de decisão e orientação das ações do dia a dia.

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AGROPECUÁRIAS

O Macroprocesso abrange a análise de demandas provenientes de órgãos do Poder Executivo, do Poder Legislativo e de setores da sociedade acerca de propostas de políticas agropecuárias, com vistas à avaliação do impacto social e econômico que as medidas podem gerar. Além disso, são desenvolvidos estudos para fundamentar ou aprimorar as políticas públicas para o produtor rural e a agropecuária brasileira.

1. ANÁLISE DE PLEITOS E DEMANDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Os pleitos analisados auxiliam o MAPA através das Câmaras Setoriais a priorizar questões estruturais e oportunidades para cadeias produtivas, contribui na definição de estratégias de ação para implementação de políticas públicas; promover o intercâmbio entre as diversas Câmaras Setoriais e Temáticas; estimular ações e agendas que promovam a organização das cadeias produtivas representadas pelas Câmaras. Para mais informações, acesse: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas>.

2. GERIR REPRESENTAÇÃO DO BRASIL EM FÓRUNS INTERNACIONAIS RELACIONADOS

Em 2018, o MAPA participou de 14 missões oficiais, objetivando negociação para abertura de mercados, a participação em fóruns mundiais, a defesa dos interesses do agronegócio e disseminação de informações referentes a oportunidades de investimento no setor.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Durante o ano de 2018, foram diversas participações em fóruns, realização de reuniões técnicas, fomento à capacitação e políticas públicas para estimular a organização da cadeia produtiva, fundamentais para incrementar as exportações brasileiras.

Figura 5.2. Destaque de fóruns e reuniões técnicas, realizadas em 2018, nos quais houve participação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



PRIORIDADES E METAS

Apoiar os 35 colegiados das Câmaras Setoriais e Temáticas nas realizações das reuniões e no acompanhamento das mais de 300 demandas dos setores envolvidos.

No que tange a representação do Brasil no exterior, o MAPA objetiva ampliar o escopo de atuação dos adidos agrícolas, dos atuais 20 postos para 25, que serão responsáveis por 109 países, que são destino de 85,59% das exportações mundiais de produtos agrícolas. Atualmente, o Brasil é responsável por 7,23% do total das importações desses países.

INOVAÇÕES E MELHORIAS APRESENTADAS

Estabelecimento de parcerias com a Embrapa, incentivo de troca de informações entre as Câmaras Estaduais e Setoriais e retomada da publicação de relatório de atividades das Câmaras Setoriais e Temáticas distribuído mensalmente a todos os integrantes dos Colegiados.

DESAFIOS E RISCOS

Manter os setores produtivos seguros, com as sucessivas trocas de comando, haja vista que a troca fornece novas diretrizes ao seu funcionamento, e continuar atendendo as necessidades apontadas pelos colegiados para melhoria do relacionamento entre o setor público e privado.

ATUAÇÃO DAS CÂMARAS SETORIAIS

Frente à cadeia de valor

INSCRIÇÃO DOS PRODUTOS E INSUMOS NOS MERCADOS AGROPECUÁRIOS

- Reconhecimento da Propriedade Intelectual Cachaça por parte do e México;
- Publicação da IN 26/2018 que estabelece normas de produção e de comercialização de material de propagação de seringueira (Hevea SPP)

GESTÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

- Construção do Projeto Base para o Projeto de Lei nº 6299/2002 - que dispõe sobre os agrotóxicos, suas regras para fiscalização e aplicação, pesquisa, classificação, controle, entre outros;
- Revisão e atualização do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de Origem Animal – RIISPOA; e Publicação da Portaria nº 112 de 8 de outubro de 2018, que atualiza as pragas de maior risco fitossanitário e principais culturas agrícolas impactadas.

FOMENTO A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL E À AGREGAÇÃO DE VALOR

- Lançamento Nacional de Plano Nacional de Florestas Plantadas; e
- Lançamento da Cartilha "Diagnóstico da Produção Sustentável da Palma de Óleo".



APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTORES RURAIS

- Projeto Base do Plano de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Feijão



GESTÃO DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA

- Plano Nacional de Erva-Mate.



INCENTIVO À AGROPECUÁRIA

- Criação de linha de crédito para retenção de matrizes bovinas e caprinas no programa Agrícola Pecuário - PAP 2017/2018.

INTELIGÊNCIA AGROPECUÁRIA

Macroprocesso que objetiva minimizar os riscos relacionados aos fenômenos climáticos adversos e permite a cada município identificar a melhor época de plantio das culturas, nos diferentes tipos de solo e ciclos de cultivares. A gestão de cenários e estudos prospectivos são muito comuns em diversos países, já que os resultados desses trabalhos são usados para a definição e avaliação de políticas setoriais, devido a sua abrangência de longo prazo.

1. GERIR INFORMAÇÕES DE RISCOS E OPORTUNIDADES AGROPECUÁRIAS

O Zoneamento Agrícola de Risco Climático – ZARC (<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/riscos-seguro>) é um estudo que quantifica o risco na produção agrícola, com base em dados climáticos históricos, associados à fenologia das plantas e a capacidade de retenção de água dos solos. Seu principal objetivo é minimizar perdas de lavouras causadas por eventos climáticos adversos. Em 2018, as faixas de riscos incluíram as datas de semeadura/plantio para uma probabilidade de risco de até 20%, 30% e 40%.

2. GERIR CENÁRIOS E ESTUDOS ESPECÍFICOS

O trabalho indica direções do desenvolvimento e fornece subsídios aos formuladores de políticas públicas quanto às tendências dos principais produtos do agronegócio. Trata-se de uma visão prospectiva do setor, base para o planejamento estratégico do MAPA bem como para outros diversos setores chaves do país.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Para gestão do risco climático, se destacam como ações durante o exercício de 2018 o aperfeiçoamento da metodologia, elaboração e validação dos Estudos de Zoneamento Agrícola para diversos produtos distribuídos em Estados e Regiões federativas, e também o desenvolvimento da metodologia para o ZARC de produção de forrageiras/pastagens.

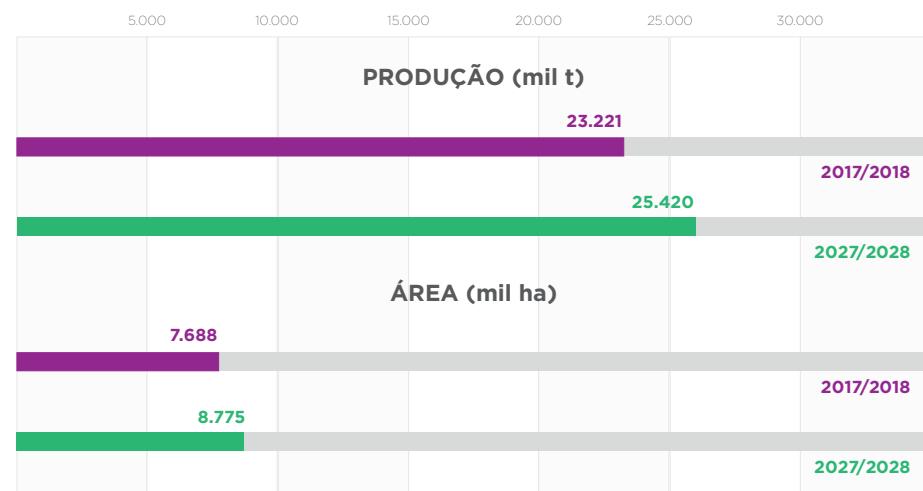


Maiores informações sobre a indicação do risco envolvido na produção em cada decênio do ano pode ser encontrada no Painel de Indicação de Riscos em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/zarc/index.htm>

Informações divulgadas pelo IBGE mostram que o Produto Interno Bruto - PIB acumulado nos últimos 4 trimestres deste ano cresceu 1,3% enquanto a agropecuária teve aumento de 6,1%, Indústria 0,6% e Serviços, 1,0% (trimestres acumulados iniciando em abril de 2017 até março de 2018). As projeções regionais têm por objetivo indicar possíveis tendências de produtos selecionados nas principais regiões produtoras e regiões em expansão, e também mostrar as previsões de forma um pouco mais desagregada.

A região formada pelos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, conhecida como MATOPIBA, tem uma dinâmica diferenciada de crescimento. Por esta razão o interesse em apresentar os resultados das principais projeções, destacando-se que seu crescimento tem sido extraordinário.

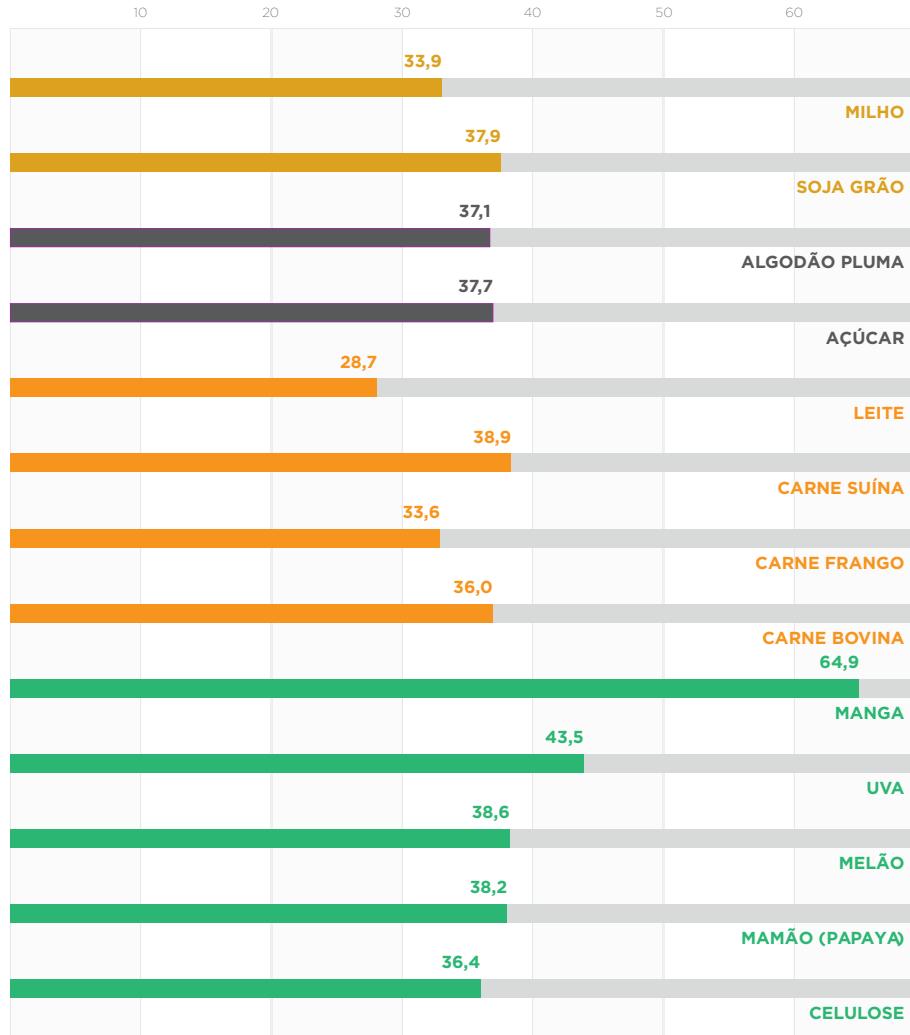
Gráfico 5.1. Projeção de produção de grãos na região do MATOPIBA



Fonte: Projeções do Agronegócio Brasil 2017/18 a 2027/28

Outro produto importante do Relatório de Projeções para o cenário nacional são os produtos a serem exportados, o Gráfico 5.2 apresenta a variação percentual dos principais produtos comercializados no Brasil.

Gráfico 5.2. Projeção de Exportação 2017/18 a 2027/28 - Produtos mais dinâmicos (variação percentual de quantidades exportadas)



Fonte: Projeções do Agronegócio Brasil 2017/18 a 2027/28

DESAFIOS E RISCOS

Cancelamentos de mais zoneamentos, haja vista que em 2018 foram revogadas as portarias de açaí, ameixa, cacau, caju, citros, coco, goiaba, nectarina, pera, pêssego, pimenta do reino e pupunha, em todas as Unidades da Federação. Estas ações foram motivadas pela falta de recursos, necessários para revisão da metodologia e indicativos de cultivo, que estavam desatualizados, causando transtornos aos agricultores que buscavam financiamentos para investimentos.

CADEIA 2

Incentivo à agropecuária

Figura 5.3. Segunda cadeia de valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Incentivo à agropecuária



Os instrumentos de política agrícola de incentivo econômico objetivam assegurar níveis adequados de proteção ao produtor rural, necessários à sustentabilidade do crescimento da agropecuária. Esta cadeia apoia-se no crédito e na proteção à produção e à comercialização agropecuária, os quais são gerados a partir do estímulo à concessão do crédito rural e da subvenção econômica à produção, que é realizada por meio do prêmio do seguro rural, da subvenção do óleo diesel e das ações de apoio ao produtor.

Eixo de impacto

Incentivo econômico: apoio ao crédito, proteção à produção e a comercialização agropecuária.

Diretrizes Estratégicas

Inovar mecanismos de incentivo à agropecuária (crédito, apoio à produção e seguro rural).

Objetivo Estratégico

Aprimorar os instrumentos econômicos de apoio ao produtor rural e pesqueiro e seus segmentos específicos.

Visão geral do objetivo

Melhorar os instrumentos de seguro rural e de apoio à comercialização, ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural, criar novas linhas de crédito ou aprimorar as linhas existentes a fim de atender segmentos específicos.

Indicadores

- Percentual de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural;
- Efetividade das intervenções realizadas.

FOMENTO AO CRÉDITO AGROPECUÁRIO

Os instrumentos de política agrícola de incentivo econômico objetivam assegurar níveis adequados de proteção ao produtor rural, necessários à sustentabilidade do crescimento da agropecuária.

1. CRÉDITO RURAL

Em 2018, as principais medidas adotadas foram: (i) aumento na disponibilidade de recursos e melhoria nas condições de financiamento para diferentes finalidades e beneficiários; (ii) ajustes nas normas operacionais do crédito rural; e, (iii) adoção de metodologias de cálculo das taxas de juros do crédito rural, pré e pós fixadas, a serem objeto de escolha pelo tomador do crédito.

2. FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA - FUNCAFÉ

No exercício de 2018, foram disponibilizadas linhas de crédito no valor de até R\$ 4,960 bilhões, para financiamento de custeio, estocagem, aquisição, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, e recuperação de cafezais danificados, conforme Resolução CMN nº 4.646, de 28 de março de 2018. Considerando um comparativo com o ano de 2017, houve acréscimo de 1,4% no valor.

Para operacionalizar o recurso (aplicar e administrar junto aos beneficiários finais das linhas de crédito), foram contratadas 37 instituições financeiras credenciadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

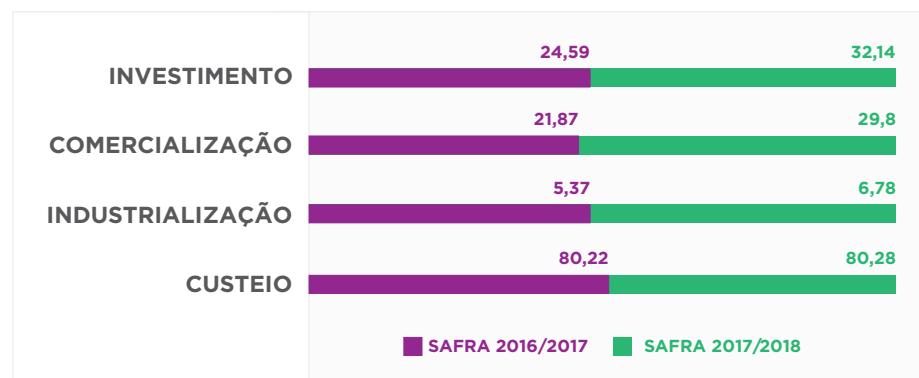
A aplicação total de recursos do crédito rural, no ano agrícola 2017/2018, apresentou uma elevação de 12,8%. Os destaques foram as operações de crédito de comercialização e de investimentos, com respectivamente R\$ 7,93 bilhões e R\$ 7,55 bilhões de aplicação superior à safra anterior.

A perspectiva do desempenho do crédito rural para a safra 2018/2019 é positiva, devendo superar esta que se encerrou, pois há expectativa tanto de aumento de produção como de área, em 7,5% e 1,3%, respectivamente, segundo dados do Levantamento de Safras da Conab e das Projeções do Agronegócio do MAPA.

PRINCIPAIS RESULTADOS

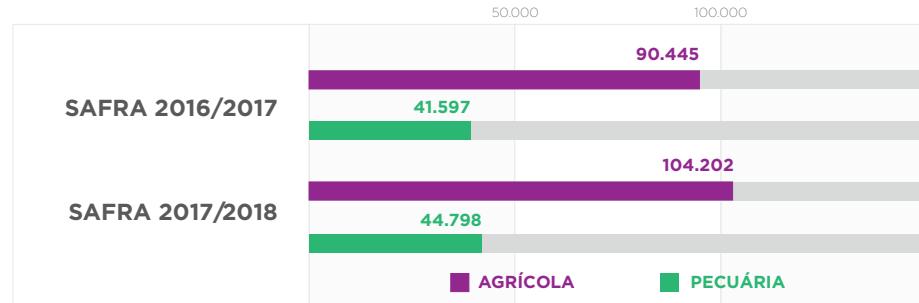
O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2018/19, que pode ser acessado na íntegra no endereço eletrônico <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario>, incorpora medidas que reafirmam a estratégia de ampliar a disponibilidade de recursos para crédito de investimento. O total das contratações de crédito rural foi de R\$ 149 bilhões, em 560.300 operações, resultando num aumento de 8,1% das operações, resultado do bom desempenho da safra recorde 2016/2017 e das perspectivas favoráveis de mercado dos agentes empreendedores do agronegócio.

Gráfico 5.3. Crédito rural empresarial - em Bilhões



Fonte: SICOR/Banco Central

Gráfico 5.4. Distribuição da aplicação do crédito rural por atividade - R\$ milhões



Fonte: SICOR/Banco Central

FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA

O Brasil é o maior produtor e exportador de café do mundo e possui cerca de 308 mil estabelecimentos rurais de café.

Brasil desenvolve o maior programa mundial de pesquisas de café, com geração de tecnologias que promovem sustentabilidade, competitividade, inovação e incremento tecnológico da cafeicultura brasileira.

CULTIVARES COM ALTO POTENCIAL DE PRODUTIVIDADE E QUALIDADE, BIOTECNOLOGIA E MANEJO DE PRAGAS, TÉCNICAS E EQUIPAMENTOS DE PÓS-COLHEITA



PRODUÇÃO

Presente em 16 estados da Federação, para 2018, ano de bienalidade positiva, a estimativa de safra de café ficou em **61,7 milhões** de sacas beneficiadas de 60Kg (Arábica e Conilon), apresentando um crescimento de **37,1%** em comparação ao ano de 2017.



EXPORTAÇÕES

De acordo com as exportações de café no Agronegócio Brasileiro, de dezembro de 2017 a novembro de 2018, o café atingiu em receita o valor de **US\$ 4,84 bilhões** em exportações, ficando o produto no 5º lugar do ranking do agronegócio brasileiro, representando um recuo de 10,2%.

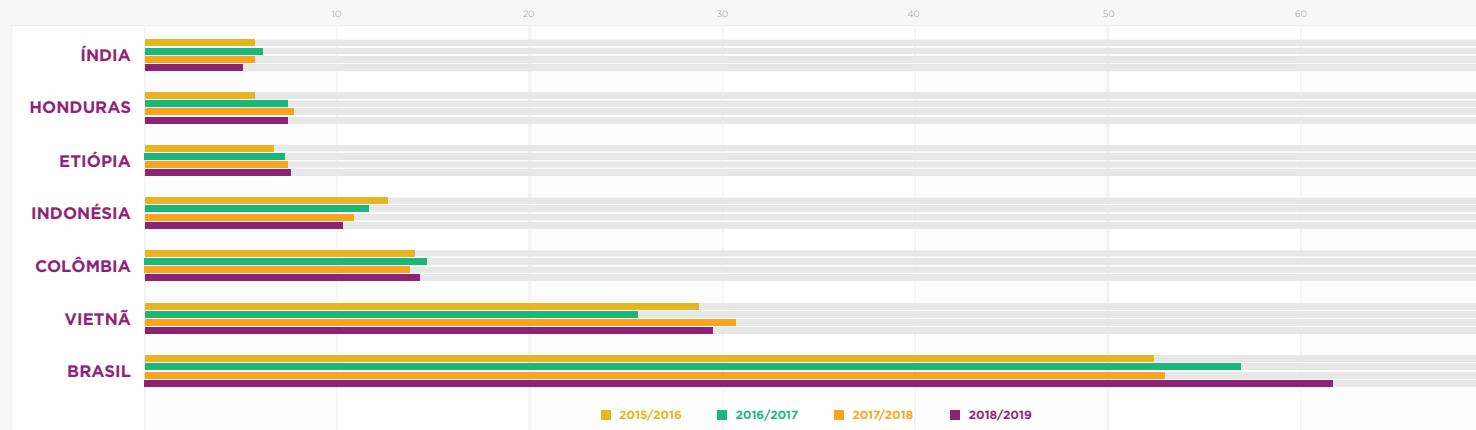


TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Execução de 92 projetos de pesquisa pela Embrapa Café para capacitação, junto a Conab para recadastramento de unidades armazenadoras para pesquisa dos estoques provados de café, realização do 2º, 3º e 4º Levantamentos da safra de café de 2017 e para o 1º de 2018 e para definição de unidades produtivas modais e levantamento do pacote tecnológico da cultura do café.

PRODUÇÃO MUNDIAL

Segundo o Relatório sobre o mercado de Café, dezembro 2018. Organização Internacional do Café:



APOIO ECONÔMICO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

As políticas de subvenção econômica objetivam o estímulo da produção, como a subvenção do prêmio do seguro rural, observados os estudos de zoneamento, o apoio à comercialização por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos, que buscará assegurar renda estável ao produtor e suprimento ao consumidor final a preços competitivos.

1. APOIO ECONÔMICO À COMERCIALIZAÇÃO E AO PRODUTOR

As políticas de apoio à comercialização alcançam, na safra 2017/2018, 57 diferentes culturas agropecuárias, em mais de 79 produtos amparados por mecanismos de garantia de preços mínimos e por financiamento da estocagem, o que reduz a incerteza de receita do produtor rural.

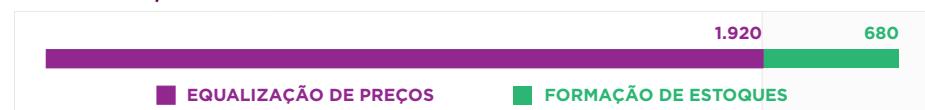
2. PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL (PSR)

O seguro rural configura-se como um dos pilares da política agrícola brasileira e funciona de maneira complementar às políticas de crédito e de apoio à comercialização. Por meio do PSR, o produtor rural é incentivado a proteger-se das perdas decorrentes de fenômenos climáticos adversos contratando uma apólice de seguro, que significa o pagamento de uma parcela dos custos de aquisição do seguro, a chamada subvenção econômica ao prêmio do seguro rural.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e seus já notórios instrumentos de ação (AGF - Aquisições do Governo Federal; PEP - Prêmio para o Escoamento de Produto; PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor e outros) exercem papel de destaque na decisão de plantio, pois o Governo Federal, adquirindo a produção ou equalizando os preços, garante uma receita mínima ao agricultor quando o preço de mercado fica abaixo do mínimo estabelecido.

Gráfico 5.5. Orçamento PGPM em milhões

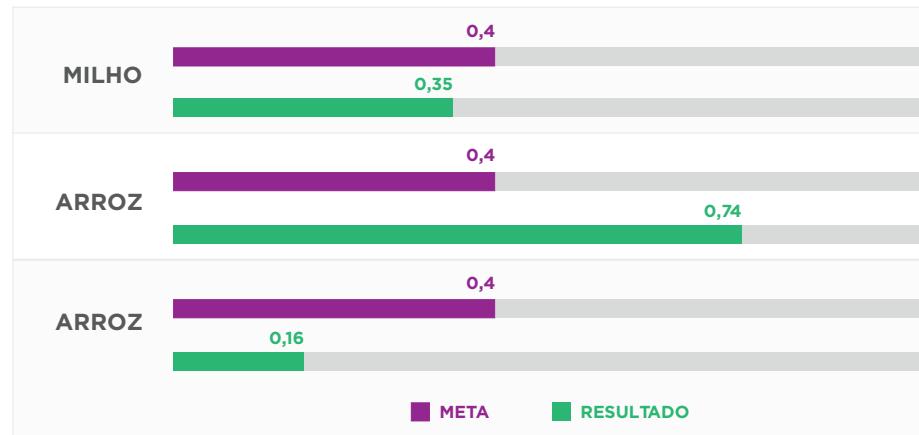


Fonte: SPA/MAPA

Em 2018, 260 mil toneladas de milho foram vendidas em operações de balcão para pequenos compradores das regiões Norte e Nordeste, além da comercialização de 50 mil toneladas de arroz para apoiar o abastecimento.

O indicador que mede o impacto da entrada do Governo como garantidor de renda e, especialmente o efeito sobre os preços ao nível do produtor, obteve os seguintes resultados (variação de 0 a 1, conforme maior ou menor atuação do governo):

Gráfico 5.6. Efetividade das Intervenções em 2018



Fonte: SPA/MAPA

Milho: correlação fraca entre as ações do governo e o preço. A correlação não foi maior pois o preço do milho é determinado externamente.

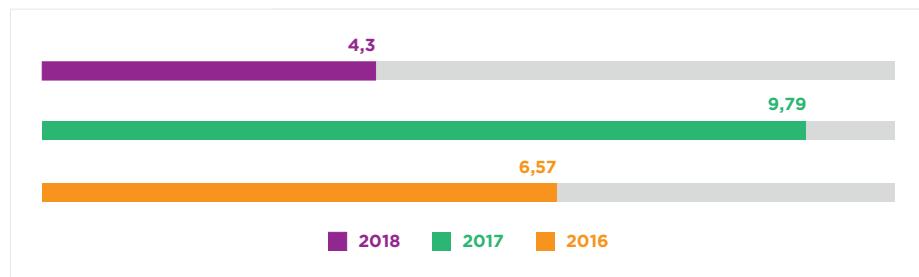
Arroz: correlação acima da esperada devido a intervenção da Conab que auxiliou o escoamento do produto.

Trigo: correlação fraca, pois a quantidade negociada foi muito pequena em relação à produção e com pouco poder de afetar os preços.

Em 2018 praticamente não houve apoio pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) através de mecanismos de apoio à comercialização. Os preços de mercado para quase todos os produtos estiveram em patamares acima dos preços mínimos.

O único produto que teve apoio à comercialização foi o arroz. Entre 2016 e setembro de 2018, as operações de apoio à comercialização no âmbito da PGPM atingiram o montante de 11,3 milhões de toneladas contemplando diversos produtos, como o arroz, o milho e o trigo. O ano de 2017 foi de maior atuação em função da abundante oferta de milho. No período analisado a opção do governo foi de priorizar as ações de apoio ao escoamento em detrimento das aquisições e formação de estoques.

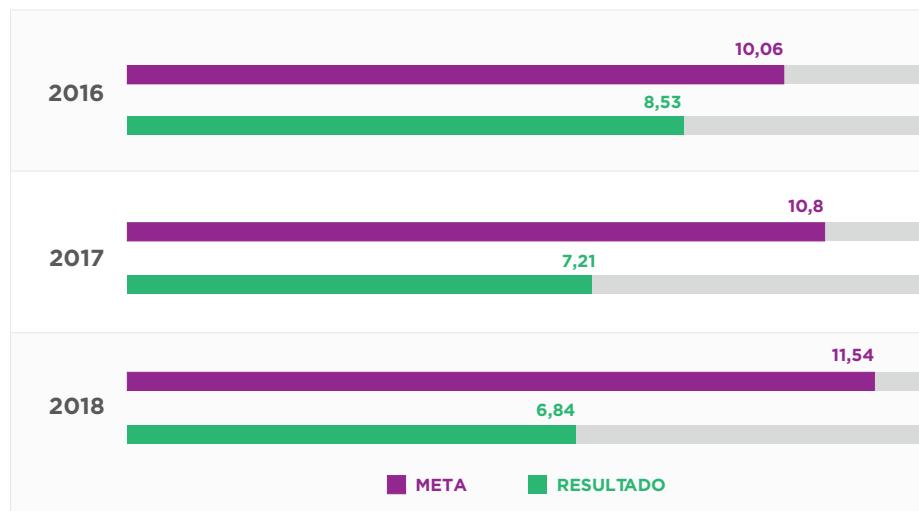
Gráfico 5.7. Taxa de Produção apoiada pela Política de Garantia dos preços mínimos (PGPM) - Percentual (%)



Fonte: SPA/MAPA

Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural: Quanto ao acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, este teve queda devido aos cortes e contingenciamentos dos recursos previstos.

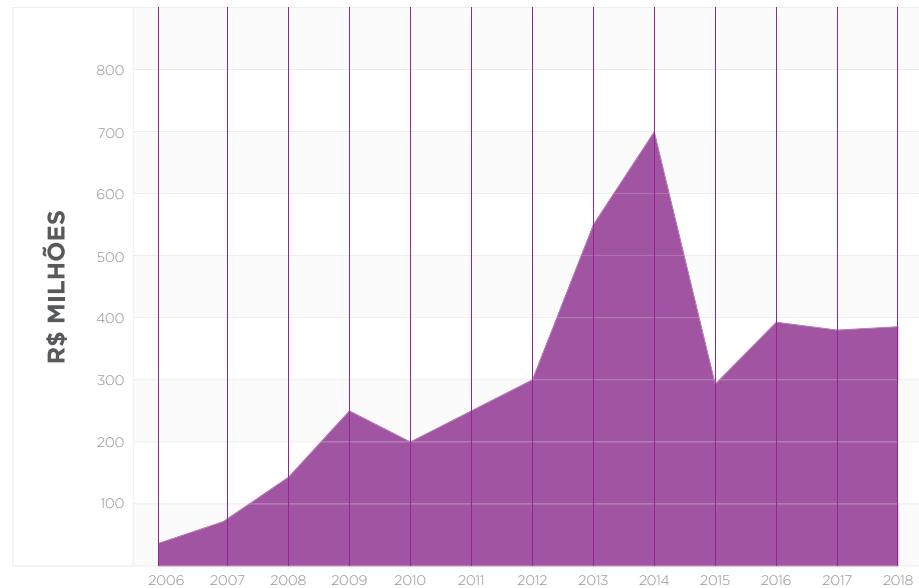
Gráfico 5.8. Percentual de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural



Fonte: SPA/MAPA

Com a finalidade de impulsionar o desenvolvimento do seguro rural e auxiliar o produtor a adquirir apólices, o governo regulamentou, no início dos anos 2000, um aparato institucional que permitiu a implementação de uma política de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural.

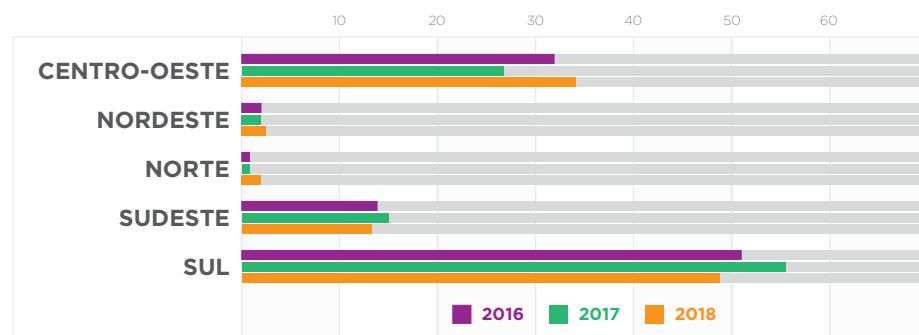
Gráfico 5.9. Histórico do total de subvenção



Fonte: SPA/MAPA

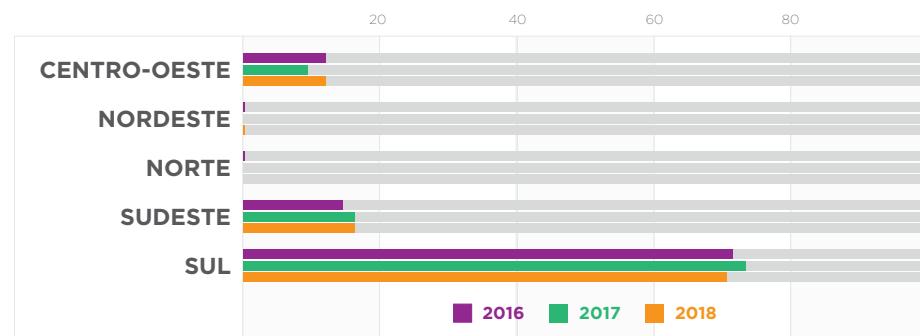
A Lei Orçamentária Anual - LOA 2018 destinou recursos da ordem de R\$ 395,3 milhões para o PSR, dos quais apenas R\$ 370,9 milhões estiveram disponíveis para o pagamento da subvenção ao prêmio do seguro rural nesse ano. Praticamente a totalidade do recurso disponível foi utilizado, aproximadamente R\$ 370,6 milhões em subvenção, os quais cobriram uma área de 4,7 milhões de hectares, aproximadamente, e beneficiaram 42.478 produtores rurais.

Gráfico 5.10. Percentual de Área Coberta pelo Seguro Rural (não cumulativo)



Fonte: SPA/MAPA

Gráfico 5.11. Percentual de Produtores Beneficiados pelo PSR (não cumulativo)



Fonte: SPA/MAPA



As informações sobre o PSR estão disponíveis no Atlas do Seguro Rural (<http://indicadores.agricultura.gov.br/atlasseguro/index.htm>), uma ferramenta online para realização de consultas para a sociedade. No Atlas constam informações desde 2006. O usuário pode pesquisar com diferentes parâmetros (ano, estado, município, atividade, seguradora, entre outros) atualizados diariamente.

DESAFIOS E RISCOS

No que se refere a Subvenção ao Prêmio Seguro Rural, a ocorrência de atrasos no pagamento da apólice gera um descrédito do Governo Federal e do Programa junto ao mercado securitário, aos produtores rurais e aos agentes do mercado de seguros. Outro desafio é a garantia da disponibilização tempestiva do valor dos recursos aprovados para o Programa, sem cortes ou contingenciamentos.

A manutenção - em relação à aplicação do crédito - da taxa de juros, pois isso dificultaria o acesso ao crédito por parte dos produtores. Porém as taxas de juros apresentaram viés de baixa para os últimos anos. Assim, salienta-se que a redução da taxa de juros alavancou o crédito rural.



CADEIA 3

Gestão de Conhecimento e Tecnologia Agropecuária

Viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agropecuária.

Figura 5.4. Terceira cadeia de valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Gestão de Conhecimento e Tecnologia Agropecuária

3. GESTÃO DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA

DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES AGROPECUÁRIAS

Gerir projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação	Transferir conhecimento técnico para a sociedade e agentes de ATER
Embrapa, CEPLAC	Embrapa, CEPLAC, DIMS (SMC)

Fomentar o desenvolvimento de pesquisas e estudos agropecuários

DEPROS, DIMS (SMC)

INovação CONHECIMENTO E TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA



SPA	SMC	SDA
SRI	SFA	EMBRAPA
CONAB	CEPLAC	INMET

Eixo de impacto

Inovação

Diretrizes Estratégicas

Promover pesquisa e inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira.

Objetivo Estratégico

Ampliar o desenvolvimento de pesquisas agropecuárias.

Visão geral do objetivo

Viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agropecuária.

Indicadores

Número de tecnologias e produtos desenvolvidos pela Embrapa no ano e Produtividade média nacional de cacau nos biomas Mata Atlântica e Floresta Amazônica do Brasil.

GESTÃO DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA

1. PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO



Considerando o grau de dinamicidade da agricultura brasileira e dos desafios/oportunidades do mercado doméstico e internacional, a introdução de tecnologias nos setores agropecuário, florestal, aquícola e agroindustrial precisa ser contínua e sustentável. O desenvolvimento de pesquisas agropecuárias se dá pela geração de novos conhecimentos em projetos de pesquisa, os quais são transformados em soluções tecnológicas, que, ao serem adotadas, transformam-se em inovação quando geram impactos positivos e valor para a sociedade. A gestão eficaz deste processo de contribuição para inovação é o foco neste processo. Para mais informações, acesse: <https://www.embrapa.br/solucoes-tecnologicas?link=acesso-rapido>

2. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO TÉCNICO PARA A SOCIEDADE E AGENTES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)



A pesquisa e inovação, integradas a assistência técnica e extensão rural conjuntamente com os parceiros, vêm contribuindo para a recuperação

da cacaicultura nacional, mais especificamente na Bahia, que tem passado por sucessivas crises de natureza sanitária, climática e de preços de amêndoas de cacau em nível de produtor, com consequências econômicas e sociais, ameaçando a sua sustentabilidade. Para mitigar os impactos socioeconômicos e ambientais, a CEPLAC desenvolveu ações estratégicas e ofertou às cadeias produtivas soluções tecnológicas e gerenciais cujo objetivo principal é agregar inovação tecnológica aos processos, visando garantir a sustentabilidade e a competitividade da cacaicultura e dos cultivos a ela associados. Assim, a CEPLAC vem atuando em melhoramento genético, extensão rural, capacitações, dentre outras ações. Para mais informações, acesse: <http://www.ceplac.gov.br/>

3. FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS E ESTUDOS AGROPECUÁRIOS



Diversas ações de fomento, voltadas ao desenvolvimento agropecuário, foram realizadas de forma a contribuir para a competitividade e sustentabilidade da produção agropecuária brasileira, visando o aumento da produção, da produtividade e da renda do produtor rural com base no desenvolvimento tecnológico e da inovação nas cadeias agroindustriais e produtivas. As principais linhas de trabalho foram: Agricultura de Precisão, Mecanização, Aviação Agrícola e Uso Sustentável e Conservação dos Recursos Genéticos.

PRIORIDADES E METAS

Em 2018, foi dada prioridade de gestão para o aperfeiçoamento do macroprocesso de inovação da Embrapa, à luz do novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018) e para o desenho da Política de Inovação da Embrapa. Também prioritária foi a diversificação da matriz de parcerias e estabelecimento de relacionamentos com foco em novos negócios e inovação aberta.

Foram priorizados também, pelo Sistema de Inteligência Estratégica (Agropensa), estudos prospectivos para revisar as tendências para o futuro da agricultura brasileira, no horizonte da Agenda 2030, demonstrando sua atuação, direta ou indiretamente, nas temáticas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Também ressaltando a sustentabilidade como estratégia de

inovação e negócios, a Embrapa atuou no estabelecimento de marcas-conceito, como a Carne Carbono Neutro (CCN) e Carne Baixo Carbono (CBC).

A CEPLAC teve como prioridade o melhoramento genético dos cacaueiros, especialmente à prevenção da infecção "Monilíase" do cacaueiro.

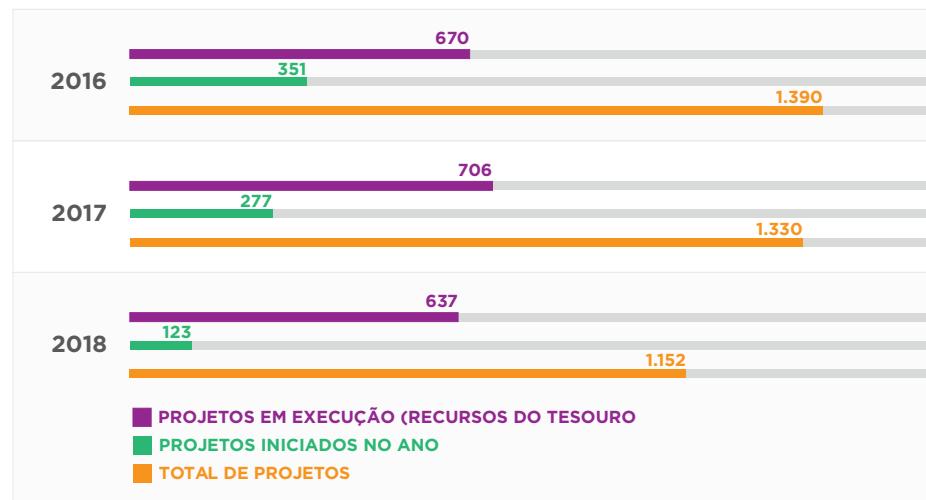
Com relação ao tema Aviação Agrícola, o MAPA priorizou ações que aumentassem a interlocução junto aos órgãos estaduais, essencialmente ações fiscalizatórias. Como ação coordenadora junto à Comissão Especial para Assuntos de Aviação Agrícola (CEAAA), discutiu alteração e criação de normas para regular o setor, tais como:

Proposta do Ministério Público Federal para implantação de rastreadores nas aeronaves agrícolas	Resolução de conflitos de competências na fiscalização da atividade aeroagrícola	Regulamentação das aplicações de agrotóxicos com uso de veículos aéreos não-tripulados (VANT's);
Revisão das IN MAPA 07/2004 e IN 42/2007 e outras normas relativas à Aviação Agrícola	Limitações do sistema de bula de agrotóxicos e receituário agronômico	

PRINCIPAIS RESULTADOS

A Embrapa contou, em 2018, com 1.152 projetos de pesquisa em execução, organizados em 113 portfólios em temas estratégicos da agropecuária brasileira.

Gráfico 5.12. Projetos desenvolvidos pela Embrapa por ano



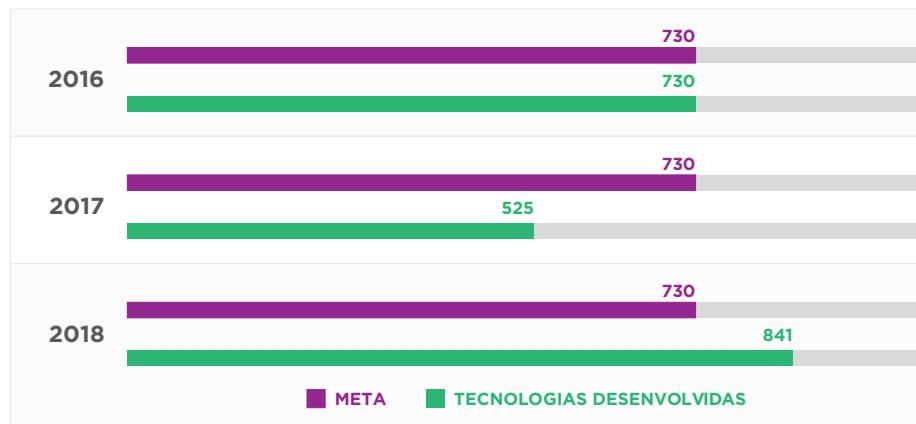
Fonte: Ideare Embrapa

Como forma de buscar a inserção produtiva e redução da pobreza rural, algumas tecnologias podem ser destacadas: a implantação do Sistema Integrado Alternativo para Produção de Alimentos, conhecido como "Sisteminha Embrapa" em 30 comunidades quilombolas no Tocantins; ampliação da inteligência estratégica e da capacidade de gestão na Amazônia Legal, por meio de ferramenta de gestão territorial, o WebGIS TerraClass; uso da gestão territorial para auxiliar o mapeamento das vulnerabilidades sociais ("Geoweb Inclusão Produtiva no seu município"). A disseminação de tecnologias ocorreu também por meio de 192 programas de rádio nas diversas regiões do país. No ano 2018, o Ambiente Virtual de Aprendizagem da Embrapa (AVA-Embrapa) foi colocado em total funcionamento. Além disso, foi sistematizado o acesso a um total de 2.691 soluções tecnológicas.

Foram formalizados 69 Convênios Nacionais de Cooperação para Assistência Técnica e Extensão Rural.

O maior número de tecnologias desenvolvidas em 2018 é resultado do maior número de projetos em 2016, cujos resultados começam a aparecer após o segundo e terceiro anos de início dos projetos.

Gráfico 5.13. Quantidade de Tecnologias Desenvolvidas



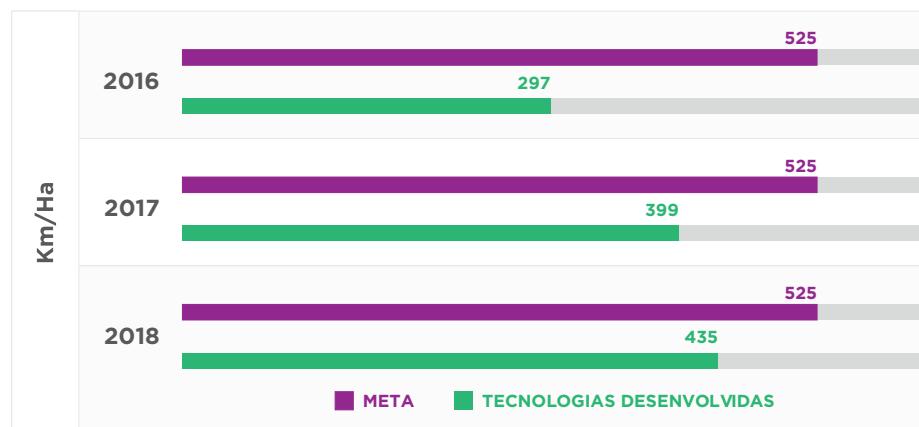
Fonte: Ideare Embrapa

No plano de pesquisa em melhoramento genético, a CEPLAC conta com um Banco de Germoplasma (ex-situ) de cacaueiro, com unidades localizadas nos estados da Bahia, Pará e Rondônia, que abriga coleção de 5.518 acessos, ocupando área total de 70 hectares. A utilização de alguns desses cultivares pelos produtores tem possibilitado a obtenção de produtividades entre 150 a 200@/ha de amêndoas secas de cacau. No pós-colheita e agroindústria, tem sido dada ênfase especial à agregação de valor ao cacau, pela melhoria da qualidade e aperfeiçoamento e expansão da agroindústria. Isso tem contribuído

para dinamizar a produção e surgimento de dezenas de marcas de chocolate da própria região cacaueira, frutos do processo de incubação na Fábrica de Chocolates da CEPLAC. O desenvolvimento de Pesquisa e Extensão pela CEPLAC, conjuntamente com as diversas instituições parceiras no contexto das regiões produtoras de cacau, tem facilitado e oportunizado o acesso às novas tecnologias.

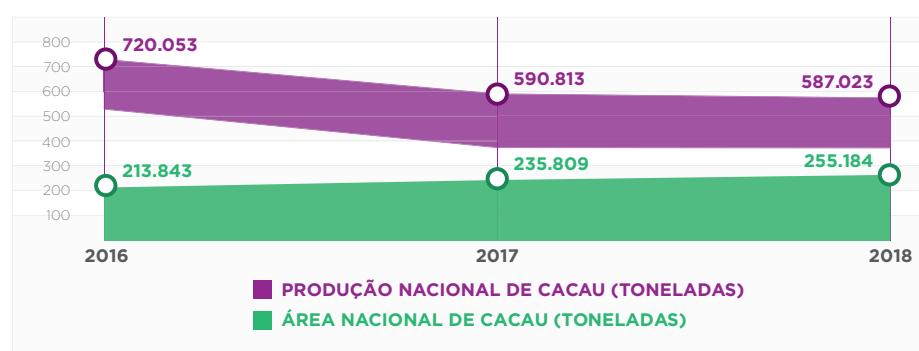
Ressalta-se ainda que, de 2016 a 2018, a produtividade nacional média de cacau cresce aproximadamente 9,02% de 2017 a 2018, enquanto a Produção Nacional de cacau cresce 8,22%, e a área plantada decresce -0,64%. Isso confirma a efetividade das tecnologias utilizadas nas lavouras de cacau.

Gráfico 5.14. Produtividade Nacional Média de Cacau



Fonte: CEPLAC/MAPA

Gráfico 5.15. Produção e área plantada de Cacau no Brasil



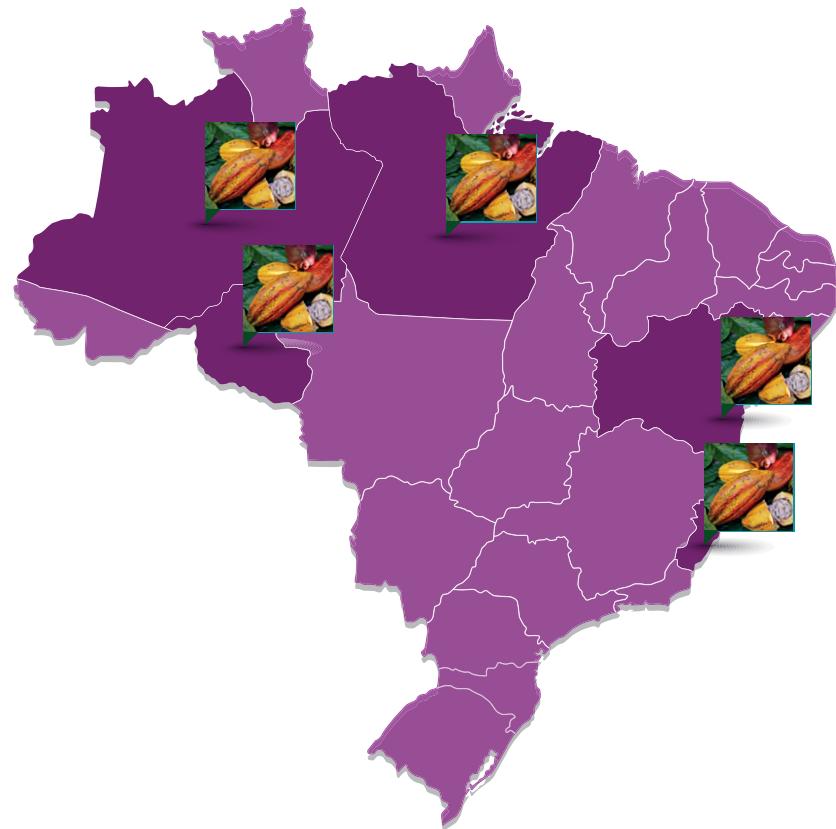
Fonte: CEPLAC/MAPA

Ainda no campo da pesquisa, a CEPLAC lançou em setembro de 2018 dois novos clones de cacau: CEPEC-2176 e CEPEC-2204 com produtividade e resistência à vassoura de bruxa iguais ou superiores às variedades disponibilizadas anteriormente e com o diferencial de possuírem genes de resistência a monilíase. Além desses clones, estão sendo pesquisadas variedades de cacau com características de resistência à seca.

Figura 5.5. Dois novos clones de cacau, CEPEC-2176 e CEPEC-2204, lançados em setembro de 2018 pela CEPLAC



Figura 5.6. Unidades de pesquisa da CEPLAC no Brasil



PRINCIPAIS RESULTADOS

No âmbito das atribuições do MAPA relacionadas ao Uso Sustentável e Conservação dos Recursos Genéticos e Agricultura de Precisão (AP) foram realizadas parcerias com diversas instituições em 2018 com o objetivo de elaborar relatórios sobre o tema, apoiar programas de melhoramento genético e projetos de pesquisa e capacitação de técnicos e pesquisadores para atuação em AP, além de apoio à realização de Workshops, seminários e congressos voltados à temática Agricultura de Precisão. Por meio da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão (CBAP), a área técnica da AP possui interface com os principais atores envolvidos no tema, com vistas ao levantamento de dados e informações setoriais, identificação de demandas e projetos prioritários, que sirvam como subsídio ao estabelecimento de políticas setoriais. Alguns dos temas discutidos na CBAP no ano de 2018 foram:

- Agenda Estratégica do setor (<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustabilidade/tecnologia-agropecuaria/agricultura-de-precisao-1/arquivos-de-agricultura-de-precisao/agenda-estrategica-do-setor-de-agricultura-de-precisao.pdf>);

- Privacidade dos dados na Agricultura;
- Plano de ação para Internet das Coisas no setor agropecuário;
- Manufaturas avançadas – indústria 4.0;
- Pecuária, irrigação e fruticultura de Precisão;
- Classificação Brasileira de Ocupação – CBO, para inclusão dos profissionais da área de AP;
- Linhas de crédito para financiamento de máquinas, equipamento e assessorios para AP; e
- Levantamento estatístico sobre a utilização de AP no Brasil.

Figura 5.7. Vantagens de se trabalhar com Agricultura de Precisão



Fonte: <https://blog.aegro.com.br/agricultura-de-precisao/>

DESAFIOS E RISCOS

- Implantação do Sistema Integrado de Gestão (ERP) no contexto da Embrapa. Os recursos de investimento para apoio a projetos de P&D não receberam limite e, portanto, não foram descentralizados, situação que repete o ocorrido em 2017.
- Desenvolvimento do tema 'Certificação de Máquinas e Pulverizadores Agrícolas' envolvendo as entidades relacionadas, em especial ANFAVEA, ABIMAQ e ABNT, visando a implementação de sistema de auto certificação, em atendimento ao Decreto 56.690/65, que estabelece a obrigatoriedade de ensaios para tratores e implementos agrícolas.

INOVAÇÕES E MELHORIAS



A Tecnologia Shield® que oferece garantia extra para o produtor. O produto inoculante APRINZA, desenvolvido em parceria Embrapa-BASF, para aumento da produtividade da cana-de-açúcar. O Programa Nacional de Solos do Brasil (PronaSolos - <https://www.embrapa.br/pronasolos>, Decreto Presidencial nº 9.414, 19/06/2018), o Renovabio, política que visa traçar estratégia conjunta, pesquisa-governo-setor privado, para o uso sustentável de todos os tipos de biocombustíveis visando também a redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, o qual pode ser lido na íntegra aqui: <http://www.anp.gov.br/producao-de-biocombustiveis/renovabio>. Ainda nessa seara, a Embrapa lançou ou atualizou quatorze aplicativos móveis, que tratam de temas diversos como, por exemplo o Pastejando.

CADEIA 4

Apoio ao Desenvolvimento dos Produtores Rurais

Esta cadeia tem como foco fortalecer os produtores rurais, por meio da inclusão produtiva e mobilidade do pequeno produtor, da utilização de mecanismos de cooperativismo e associativismo rural, das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e das ações de suporte à sustentação de renda como vetor de desenvolvimento.



Figura 5.8. Quarta cadeia de valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Apoio ao Desenvolvimento dos Produtores Rurais



Eixo de impacto

Inclusão Produtiva.

Diretrizes Estratégicas

Promover a ascensão de produtores rurais e formular políticas que contemplam uma diversidade social, cultural e econômica dos produtores rurais, visando a melhoria da sua renda e da qualidade de vida.

Objetivo Estratégico

Melhorar a capacidade econômica e a qualidade de vida dos produtores rurais e pescadores, observando a inclusão produtiva.

Visão geral do objetivo

Promover a inclusão produtiva dos produtores rurais e pescadores, com ações de aumento de renda e qualidade de vida a partir da profissionalização, do estímulo ao cooperativismo e à associação e do acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural.

Indicadores

Número de pequenos e médios produtores capacitados, e oferta de assistência técnica ao médio produtor rural.

FORTALECIMENTO DOS PRODUTORES RURAIS

Compreende a execução de convênios e parcerias para promover a inclusão e mobilidade social, e o desenvolvimento de programas para promoção da mobilidade social, sobretudo da classe D, como o programa Campo na Classe Média. Objetiva-se, ainda, promover a cultura e profissionalização do cooperativismo e associativismo rural, e fortalecê-los por meio do programa Intercooperação, além de ações de assistência técnica e extensão rural desse segmento de usuários nas regiões cacaueiras.

1. COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO



O fortalecimento do cooperativismo e o associativismo rural visa à melhoria da qualidade de vida, organização e sustentabilidade da base produtiva, geração de trabalho, emprego e renda, inclusão social e redução das desigualdades regionais. Para mais informações acesse: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/cooperativismo-brasil>

2. PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PRODUTOR RURAL DAS CLASSES C E D

Desenvolver, implementar e acompanhar políticas públicas para o produtor rural, por intermédio do incentivo ao desenvolvimento econômico e social dos produtores rurais das classes C e D, em suas diversidades e amplitudes, com vistas à expansão da classe média rural, priorizando a qualificação profissional dos produtores rurais e realização de ações coletivas em parceria com instituições públicas e privadas para criar, estruturar e aumentar o número de cooperativas e associações rurais.

3. PROGRAMA GÊNERO E COOPERATIVISMO - COOPERGÊNERO



O programa promove a incorporação do componente gênero como política pública, apoia ações de capacitação, divulgação intercooperação, intercâmbio e a organização produtiva entre mulheres e homens em cooperativas e associações rurais com base no desenvolvimento sustentável, visando a equidade de gênero e a igualdade de oportunidades. Apoia e propõe projetos de formação, educação e capacitação para as mulheres do agronegócio, por meio de ações institucionais, convênios, parcerias e outros instrumentos. Para mais informações, acesse: <http://www.agricultura.gov.br/agro-mulher/arquivos/GneroCooperativismoeAssociativismo.pdf>

4. PROJETO ESTRATÉGICO AGRO+ PRODUTOR RURAL - OPORTUNIDADE



O Projeto Estratégico Agro+ Produtor Rural - Oportunidade, implementado em 2016, contemplou 6 (seis) Entes da Federação: Ceará, Goiás, Minas Gerais, Piauí, Maranhão e Tocantins, por meio de convênios com as Secretarias de Estado. Beneficia cerca de 5 (cinco) mil pequenos e médios produtores rurais, para fomento das seguintes cadeias produtivas: da bovinocultura de leite, da mandioca, dos bovinos de corte, da caprinocultura, da ovinocultura, da avicultura, da fruticultura, da psicultura, da cajucultura, da apicultura, do feijão e do milho. Para mais informações, acesse: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/ater/desenvolvimento-da-classe-media-rural>

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)

Desenvolvimento de projetos, programas e atividades relativos a ATER e promoção de parcerias e ações para a capacitação de produtores rurais e extensionistas, sobretudo em relação a classe Média rural.

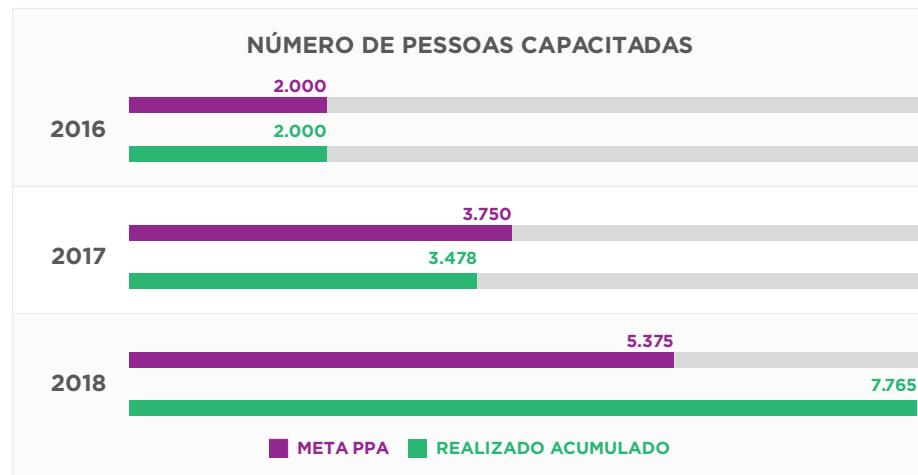
6. EXTENSÃO RURAL EM REGIÕES CACAUEIRAS

Difusão de tecnologias de produção sustentáveis e modernização dos serviços de ATER, com foco na inclusão socioprodutiva e sucessão rural nas regiões produtoras de cacau nos biomas Mata Atlântica e Floresta Amazônica do Brasil. Ainda nesse aspecto, o Projeto Cacau de Alta Produtividade visa difundir entre os produtores rurais a tecnologia do manejo integrado, com a implantação de Sistemas Agroflorestais - SAFs.

PRINCIPAIS RESULTADOS

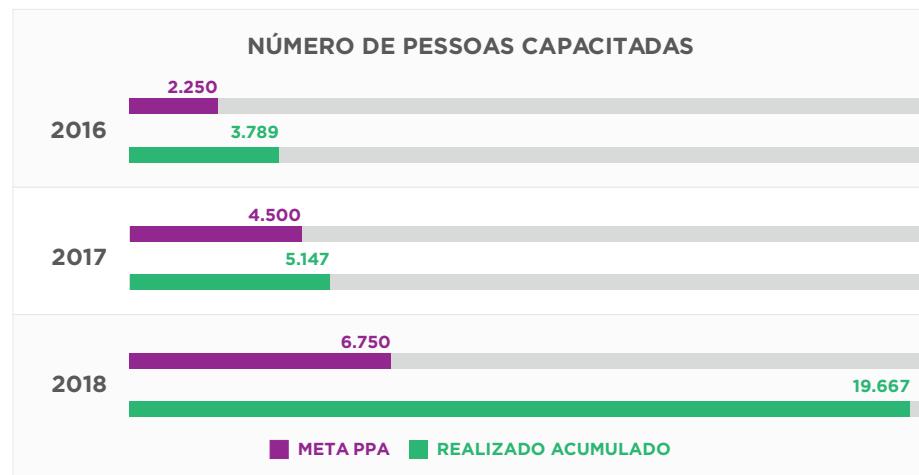
Em 2018, as principais ações voltadas ao fortalecimento do cooperativismo e o associativismo rural foram as diversas capacitações realizadas. As metas contidas no Plano Plurianual 2016-2019 já foram superadas, tanto na capacitação de profissionais como para associados e não associados, conforme demonstrado nos Gráficos 5.16 e 5.17.

Gráfico 5.16. Capacitação profissional para dirigentes e empregados



Fonte: SIOP

Gráfico 5.17. Capacitação de associados ou não de cooperativas e associações rurais



Fonte: SIOP

O Projeto Estratégico “Agro + Produtor Rural” contemplou 833 produtores rurais no estado de Tocantins, e promoveu Seminários Técnicos, por meio de Termo Execução Descentralizada (TED) efetivado com a Embrapa Acre.

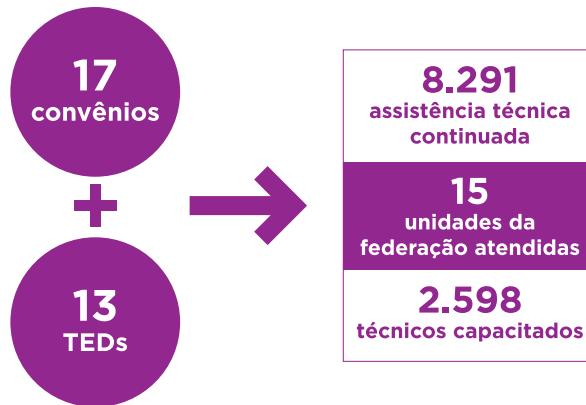
Mediante apoio à Feiras Agropecuárias no Estado de São Paulo, negócios regionais foram dinamizados proporcionando valorização das cadeias produtivas e no fomento ao cooperativismo e associativismo.

Os resultados de 2018 que se referem ao monitoramento e acompanhamento de ações, por meio da plataforma digital MAISATER foram:

Figura 5.9. Resultados do monitoramento e acompanhamento realizados por meio da plataforma digital MAISATER



Fomento ao estabelecimento de 358 unidades de referência tecnológica, em cadeias produtivas prioritárias aos médios produtores, e outras ações relacionadas a Assistência Técnica e Rural.



A extensão rural em regiões cacaueiras possui como atividade de destaque o Projeto "Cacau de Alta Produtividade", eficaz no aumento da produtividade, chegando a índices superiores a 100 arrobas por hectare, representando cinco vezes a média atual da região e contribuindo para ampliar a competitividade e sustentabilidade do setor.

No foco ambiental, as tecnologias disponibilizadas no exercício de 2018, possibilitaram o aperfeiçoamento de modelos sustentáveis de produção, como o uso de Sistemas Agroflorestais (SAFs), envolvendo cacau, seringueira e outros cultivos, com ampla receptividade e adesão pelos produtores. Esses sistemas têm proporcionado evolução nas condições socioeconômicas das famílias rurais, particularmente nos itens alimentação, meios de transporte, serviços de água e luz, acesso a eletrodomésticos, aumento da renda e do conhecimento quanto aos aspectos ambientais.

PROJETOS DE PESQUISA

65 Cadeias de cultivo do cacaueiro

17 Outras cadeias de cultivo

Na inclusão socioprodutiva e na sucessão rural trabalhou-se com mulheres rurais, culminando com a realização de grande encontro de Mulheres Agricultoras do Sul da Bahia, realizado na Sede Regional da CEPLAC. Da mesma forma, trabalhou-se com jovens rurais, por meio dos cursos de Jovem Empreendedor Rural, que se constituem na principal ação de formação profissional com vistas à sucessão rural.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Adesão do MAPA a "Rede Brasil Mulher" cuja finalidade é estimular ações que promovam a igualdade entre mulheres e homens, de modo a proporcionar a dignidade e a autonomia da mulher, e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. O Programa foi construído por meio de cooperação técnica com a União Europeia, para promover a coesão social na América Latina, apoiar políticas públicas nacionais dirigidas a melhorar os níveis de coesão social, e fortalecer as instituições que as executam.

Figura 5.10. Ações promovidas pelo COOPERGÊNERO em 2018



PRIORIDADES E METAS

Os programas prioritários são o AgroJovem Empreendedor, CooperAgro, CooperGênero e PROMOCOOP, Projeto Estratégico Agro + Produtor Rural - Oportunidade. Complementarmente, a prioridade é continuar ofertando as capacitações, auxiliando na organização da base produtiva e na gestão da propriedade rural, por meio do estabelecimento de convênios e Termos de Execução Descentralizada (TEDs), que viabilizam a assistência técnica continuada aos médios produtores rurais em diversas unidades da Federação.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

Incremento na capacitação devido à execução de parcerias institucionais; Desenvolvimento dos programas CooperGênero e AgroJovem Empreendedor; Implementação da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável; Atualização do Censo Agropecuário 2006; Desenvolvimento de plataforma digital para o planejamento e acompanhamento das atividades técnicas em campo (MAISATER); e, lançamento do Programa Agro+ Mulher, última etapa para execução do programa CooperGênero. Para mais informações a respeito do Agro+ Mulher, acesse: <http://www.agricultura.gov.br/agro-mulher>

DESAFIOS E RISCOS

1. Dar continuidade aos Convênios já celebrados e realizar eventos em temas do CooperGênero, AgroJovem Empreendedor e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
2. Possibilidade de novos contingenciamentos orçamentários como os ocorridos nos exercícios de 2017 e 2018.
3. Mudanças de gestão política no âmbito federal, estadual e municipal, a impossibilidade de entidades estaduais públicas de ATER assinarem convênios, assim como a impossibilidade de repasse de recursos à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER).
4. Estabelecimento de novos convênios para prestação de assistência técnica continuada com entidades estaduais de ATER nos seguintes estados: AM, MA, PB, PI e RJ; e, reforçar novas ações em outros estados da federação.
5. Dar continuidade às ações em parceria com o PRONATEC, ampliando o número de vagas para o ensino técnico presencial, à distância e de formação inicial. Realizar parcerias com países interessados em compartilhar conhecimentos na área de extensão rural e aperfeiçoar ações já desenvolvidas.
6. Para o COOPERTGÊNERO, após a oficialização do Programa como AGRO+ Mulher, iniciam-se os desafios inerentes à implementação da política no novo cenário político. Nesse contexto, espera-se que as parcerias com a União Europeia, Embrapa e IBGE auxiliem no fortalecimento do programa.



CADEIA 5

Fomento à Produção Agropecuária Sustentável e à Agregação de Valor

Ampliar as ações em prol da adoção de práticas sustentáveis nas cadeias produtivas agropecuárias, estimulando o crédito para linhas de programas que visem à sustentabilidade, aprimorando políticas de responsabilidade ambiental e redução de riscos climáticos, capacitando produtores rurais e pescadores, e promovendo a utilização de tecnologia e boas práticas nas atividades agropecuárias.

Figura 5.11. Quinta cadeia de valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Fomento à Produção Agropecuária Sustentável e à Agregação de Valor

5. FOMENTO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL E À AGREGAÇÃO DE VALOR

FOMENTO À MELHORIA DA QUALIDADE E PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS, AGROINDUSTRIAS, EXTRATIVISTAS SUSTENTÁVEIS

Gerir programas e projetos de desenvolvimento de região ou fomento de cadeia produtiva ou atividade
DEPROS, DIMS (SMC), SFAs, DAC (SPA)

Gerir ações de redução do impacto ambiental na produção
DEPROS (SMC)

Promover o uso sustentável dos recursos naturais na produção
DEPROS (SMC), SFAs

Promover o uso de boas práticas e sistemas agropecuários
DEPROS (SMC), SFAs, Embrapa

Regulamentar as atividades de pesca e aquicultura
DEPROS (SMC)

Ordenar as atividades de aquicultura e pesca
DEPROS (SMC), SFAs

FOMENTO À AGREGAÇÃO DE VALOR E DIFERENCIAMENTO

Incentivar o uso de indicações geográficas e marcas coletivas
DEPROS (SMC), SFAs

Regulamentar os selos de produção integrada e orgânicos
DEPROS (SMC)

Auditar certificação da produção integrada e orgânicos
DEPROS (SMC), SFAs

Incentivar a proteção de cultivares
SDA, SFAs

Gerir a preservação de recursos genéticos e registros genealógicos pecuários
DEPROS (SMC), SFAs

SPA	SMC	SDA
SRI	SFA	EMBRAPA
CONAB	CEPLAC	INMET

SUSTENTABILIDADE E AGREGAÇÃO DE VALOR
ESPECIALIZAÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO E AGREGAÇÃO DE VALOR DOS AGENTES DA CADEIA AGROPECUÁRIA



Eixo de impacto

Sustentabilidade e Agregação de Valor.

Diretrizes Estratégicas

Fomento à produção agropecuária sustentável e à agregação de valor.

Objetivo Estratégico

Aumentar o uso de práticas sustentáveis nas cadeias agropecuárias, observando a conservação dos recursos naturais e a redução dos impactos ambientais.

Visão geral do objetivo

Ampliar as ações em prol da adoção de práticas sustentáveis nas cadeias produtivas agropecuárias estimulando o crédito para linhas de programas que visem à sustentabilidade, aprimorando políticas de responsabilidade ambiental e redução de riscos climáticos, capacitando produtores rurais e pescadores e promovendo a utilização de tecnologias e boas práticas nas atividades agropecuárias.

Indicadores

Índice de área irrigada; número de municípios com tecnologias do Plano ABC financiadas; e taxa de crescimento do número de unidades de produção orgânica cadastradas.

FOMENTO À MELHORIA DA QUALIDADE E PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS, AGROINDUSTRIAS, EXTRATIVISTAS SUSTENTÁVEIS

1. AGRICULTURA IRRIGADA

Fomentar a expansão da agricultura irrigada e o aprimoramento do manejo das áreas já irrigadas, com vistas a assegurar elevação da produção e da produtividade, o uso racional da água e a agregação de valor da agricultura brasileira.

2. AGRICULTURA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO (PLANO ABC)



Expandir a adoção de práticas sustentáveis na agropecuária e pesca, estimulando o crédito para linhas de programas que visem à sustentabilidade, aprimorando políticas de responsabilidade ambiental, capacitando produtores rurais e pescadores e também promovendo a utilização de tecnologias e boas práticas nas atividades agropecuárias e pesqueiras.

O objetivo geral do Plano ABC é promover a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) na agricultura, conforme preconizado na Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC), melhorando a eficiência no uso de recursos naturais, aumentando a resiliência de sistemas produtivos e de comunidades rurais, e possibilitando a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas. Para o PPA 2016-2019, o Programa 2050 – Mudança do Clima traz um conjunto de objetivos que, de forma integrada com as metas e as iniciativas propostas, procura evidenciar a evolução do estágio de implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Para mais informações acesse: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustabilidade/plano-abc/objetivos-e-diretrizes> e <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustabilidade/plano-abc>

PRIORIDADES E METAS

Fomentar a expansão de 1,5 milhões de hectares das áreas irrigadas no país, aprimorar o manejo das áreas irrigadas por meio do crédito rural adequado às suas peculiaridades, expandir a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono e preconizar o uso de práticas e sistemas que conservem os recursos naturais, em especial o solo e a água.

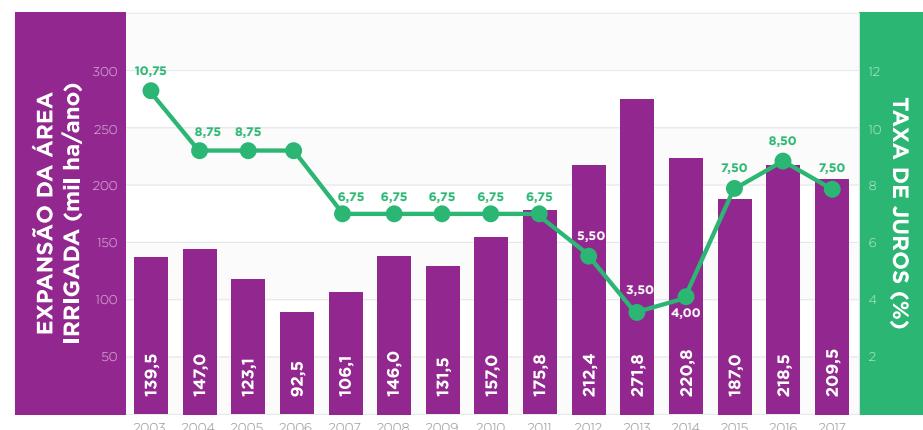
PRINCIPAIS RESULTADOS

Com recursos da ordem de R\$ 4.750,00 e a participação do técnico da SFA-TO/MAPA como instrutor, seis eventos com a temática da Agricultura Irrigada foram realizados, totalizando 766 participantes, entre técnicos e produtores. As demais ações se deram no campo da articulação institucional, por meio dos Acordos de Cooperação Técnica.

No desenvolver dos trabalhos de fomento da expansão da agricultura irrigada, foi constatada a relação estreita entre a taxa de juros e o crescimento anual da área irrigada (Gráfico 5.18).

Haja vista que o crédito proporciona maior poder de investimento por parte dos produtores rurais, que vão utilizar desse instrumento para adquirir insumos para produção, o que diretamente afeta produção e consequentemente a necessidade de irrigação da área.

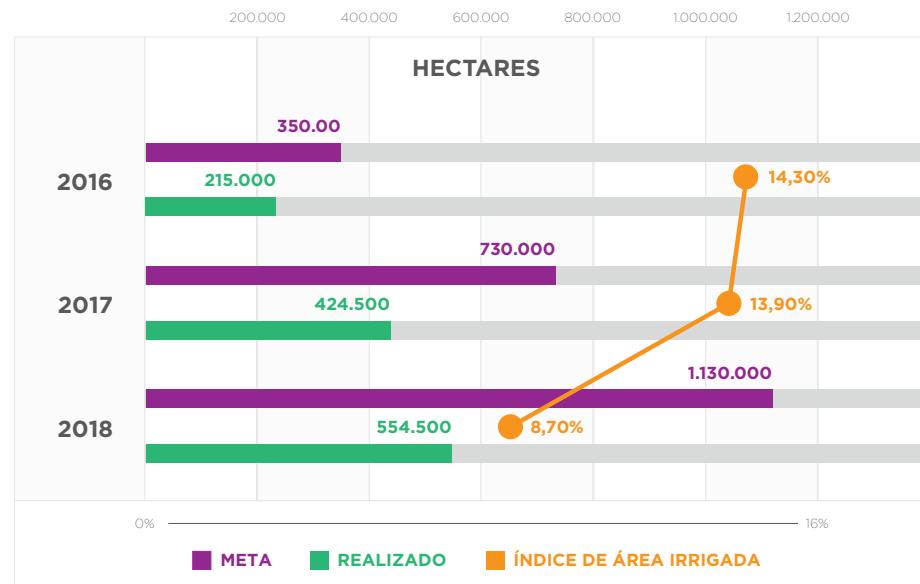
Gráfico 5.18. Relação entre a taxa de juros e a expansão da área irrigada de 2003 a 2017



Fonte: SMC/MAPA

O índice de área irrigada, importante indicador deste Macroprocesso, sofreu queda conforme demonstrado no gráfico 5.19.

Gráfico 5.19. Meta, total realizado e índice de área irrigada dos anos de 2016, 2017 e 2018



Fonte: SMC/MAPA

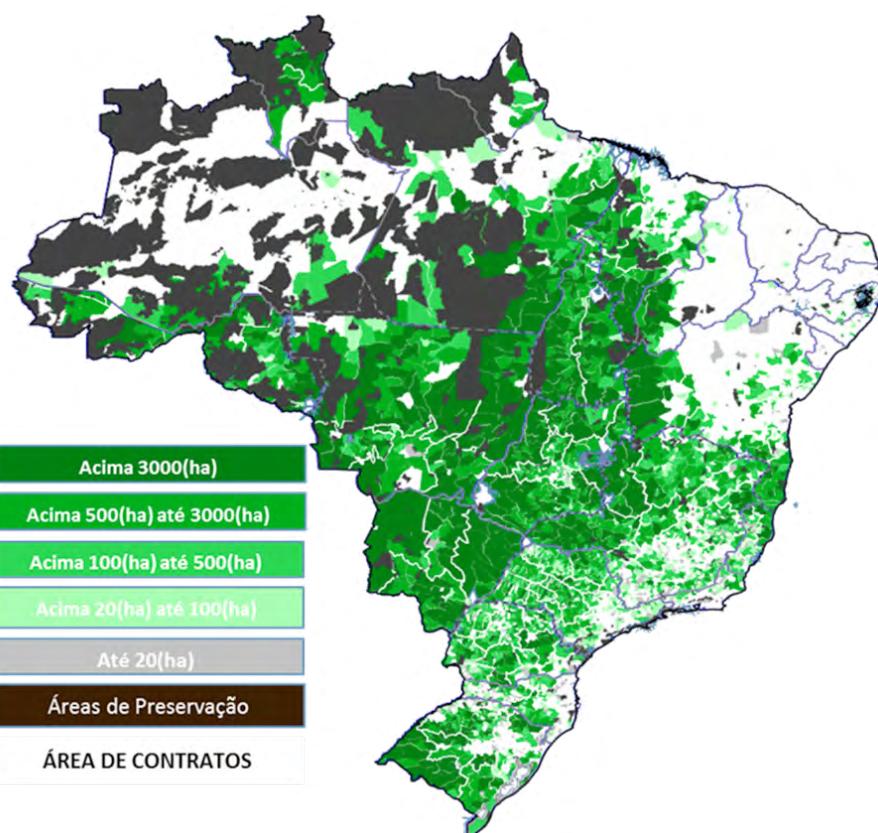


PRINCIPAIS RESULTADOS

O Plano ABC apresentou ótimos resultados em 2018, aumentando sua área de alcance, capacitando pessoas, além de aumentar o número de Unidades de Teste e Demonstração (UTDs) ou de Referência Tecnológica (URT), que são instrumentos vitais para ampliar a difusão e a aceitação do Plano ABC em todo o Brasil, por meio de ações de transferência de tecnologia.

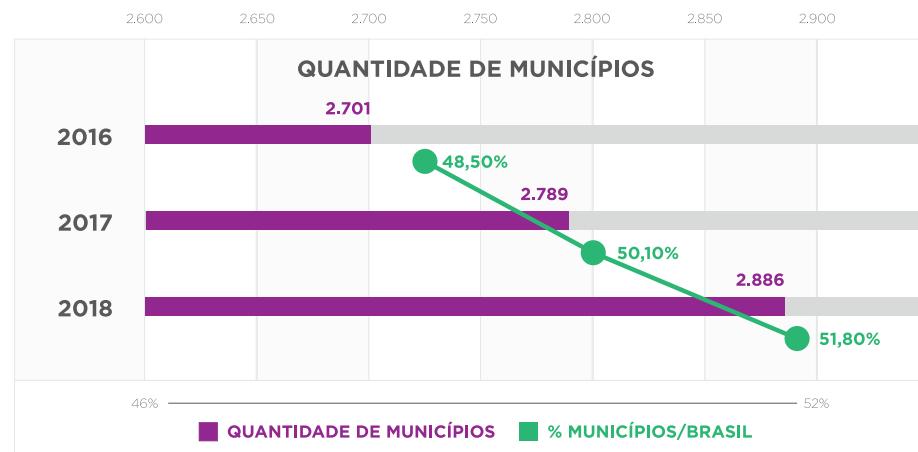
No mapa abaixo é possível observar a distribuição espacial dos contratos firmados para implementação das tecnologias do Plano ABC:

Figura 5.12. Distribuição espacial dos contratos firmados para implementação das tecnologias do Plano ABC



Fonte: SMC/MAPA

Gráfico 5.20. Número de Municípios com Financiamentos de Tecnologias do Plano ABC



Fonte: SMC/MAPA

INOVAÇÕES E MELHORIAS

Dentre as tecnologias do Plano ABC, destacam-se a Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD), Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), Sistema Plantio Direto (SPD), Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), Tratamento de Dejetos Animais (TDA) e Florestas Plantadas (FP). A entrada em funcionamento da Comissão Executiva Nacional do Plano ABC - CENABC e do Comitê Gestor da Plataforma ABC (nos quais participam diversas entidades do setor público e privado), a realização de reuniões e tratativas para aumentar a adoção do Plano ABC, tanto em nível nacional, quanto estadual e municipal.

DESAFIOS E RISCOS

Estabelecer um marco legal que amplie as atribuições do MAPA relativas a agricultura irrigada, o que, possivelmente, gerará uma disponibilização de recursos compatível à demanda e o fortalecimento do quadro de pessoal, trazendo dinamismo e efetividade às ações previstas, além da implementação do Cadastro Nacional de Irrigantes.

Implantação de tecnologia adequada para medir a real e efetiva contribuição das tecnologias do Plano ABC à redução da emissão de gases de efeito estufa e à resiliência/adaptação dos sistemas de produção; articulação entre responsáveis e parceiros para implementação das ações previstas no Plano ABC; desenvolvimento de sistema informatizado para a governança do Plano ABC; e desenvolver a gestão e o aumento da eficiência/eficácia/efetividade da ação dos Grupos Gestores Estaduais.

FOMENTO À AGREGAÇÃO DE VALOR E DIFERENCIADA

1. INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS (IG)

Responsável pela identificação e mapeamento de produtos/regiones potenciais e apoio aos processos de organização da cadeia e ao registro de indicações geográficas e marcas coletivas brasileiras.

Para mais informações acesse:

<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-indicacao-geografica-ig>



2. PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA

Apoiar e fortalecer os setores da produção, processamento e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica, promovendo o desenvolvimento, a capacitação, a adequação de marcos regulatórios e o fomento à produção e comercialização de produtos orgânicos. Criação e manutenção de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica em instituições de ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e em Universidade Pública ou Privada sem fins lucrativos. Para mais informações, acesse: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/orgnicos>

3. PROTEÇÃO DE CULTIVARES

Manter a proteção de cultivares protegidas e incentivar a adoção de novas espécies passíveis de proteção. Reconhecer a propriedade intelectual sobre uma nova cultivar, resultante de melhoramento genético vegetal e/ou engenharia genética.

Para mais informações acesse:

<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/protecao-de-cultivar/protecao-de-cultivares>



PRINCIPAIS RESULTADOS

Elevou-se o quantitativo de capacitações e reuniões técnicas sobre Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários em articulação com diversas parcerias, como Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), entre outras. Foram capacitadas 575 pessoas e apoiados diversos projetos em regiões de indicações geográficas (IG) ou marcas coletivas, totalizando 85 regiões trabalhadas no período, dentre as mais de 290 regiões mapeadas.

Figura 5.13. Área mapeada de produtos tradicionais ou com qualidade vinculada ao território



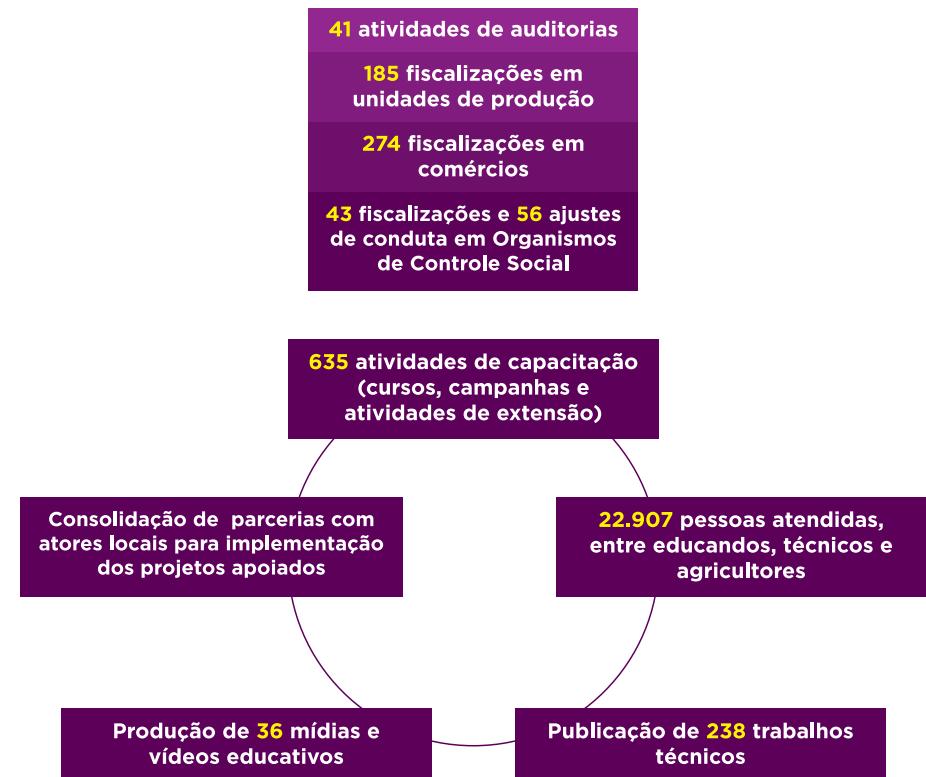
Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Coordenação de Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG).

Para mais informações a respeito do mapa interativo de produtos tradicionais ou com qualidade vinculada ao território acesse: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustabilidade/indicacao-geografica/mapa-interativo>

O desempenho obtido quanto ao setor produtivo orgânico se mostrou aquém do esperado e planejado para viabilizar todas as metas previstas em razão do drástico corte orçamentário. Assim os recursos orçamentários foram destinados

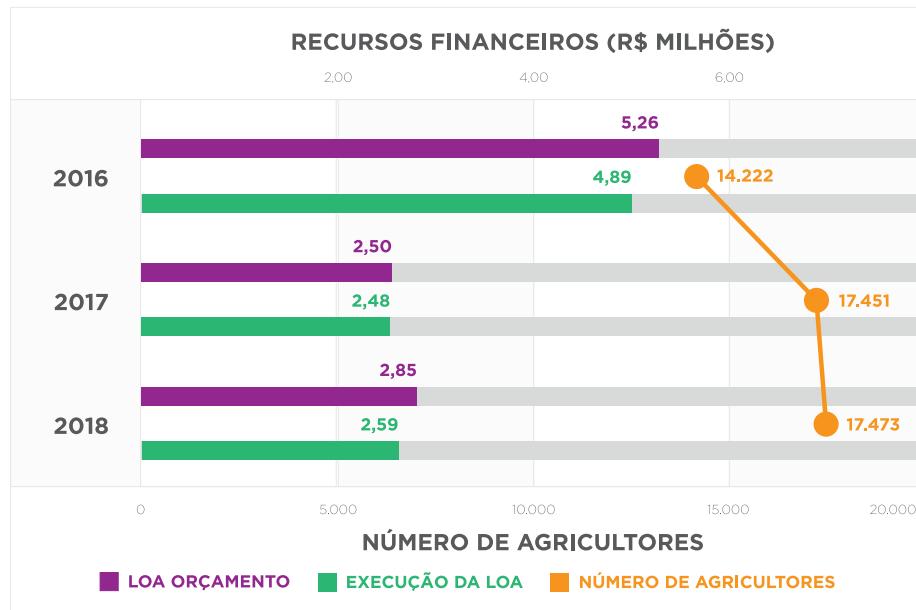
às ações de controle, fiscalização e auditoria do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e para ações de capacitação, em detrimento das ações para desenvolvimento e regularização da rede de produção orgânica.

Figura 5.14. Atividades fiscalizatórias da Agricultura Orgânica em 2018



Até dezembro de 2018, registrou-se 17.473 produtores orgânicos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, sem aumento significativo em relação a dezembro de 2017, quando constavam 17.451 produtores orgânicos cadastrados. Essa estagnação no crescimento, anteriormente registrado em mais de 20% ao ano, demonstra a importância na execução das iniciativas e políticas para desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica. Em razão dos severos cortes orçamentários aplicados, assim como à outras iniciativas e políticas de fomento à produção orgânica e à agricultura familiar, pouco foi executado no ano de 2018.

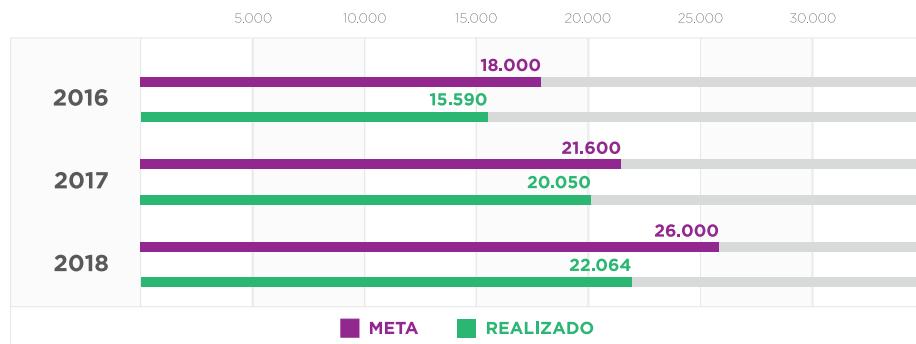
Gráfico 5.21. Quantidade de Agricultores X Recursos Orçamentários



Fonte: COAGRE/SMC/MAPA

Em consulta ao Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica (SigOrgWeb), foi verificado o quantitativo de 22.064 unidades de produção controladas, que corresponde a um incremento de 10,04% em relação ao final de 2017.

Gráfico 5.22. Meta e quantitativo total de Unidades de Produção Orgânica nos anos de 2016 a 2018



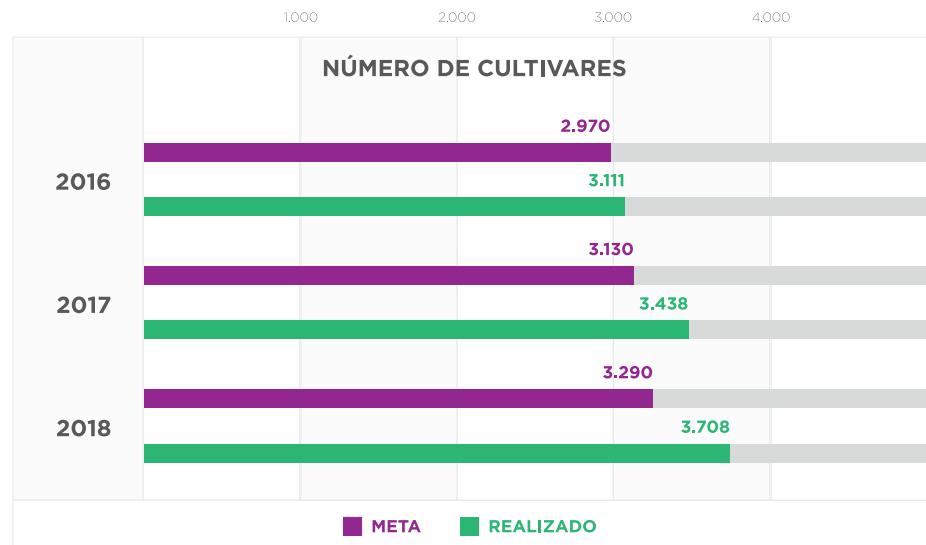
Fonte: COAGRE/SMC/MAPA

Figura 5.15. Organizações de controle e avaliação dos produtos orgânicos existentes em 2018



Em 2018, a meta de 3.440 cultivares protegidas projetada para o quadriênio de 2016 a 2019 foi superada. O número de novas cultivares protegidas em 2018, porém, foi consideravelmente menor que nos anos anteriores. Foram incluídas no regime de proteção 7 novas espécies, totalizando 197 espécies que podem ter suas cultivares protegidas no Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC). Para mais informações sobre este serviço: (http://sistemas.agricultura.gov.br/snpc/cultivarweb/cultivares_protegidas.php)

Gráfico 5.23. Meta e quantitativo total de Cultivares Protegidas nos anos de 2016 a 2018



Fonte: SDA/MAPA

PRIORIDADES E METAS

No que diz respeito à IG, a prioridade é ampliar o uso de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas em regiões de produtos tradicionais.

Já quanto à Agricultura Orgânica, priorizar as ações de controle e fiscalização, em cumprimento às exigências da Lei 10.831/2003, bem como implementar ações e políticas públicas de desenvolvimento que contribuam para a retomada do crescimento da rede de produção orgânica.

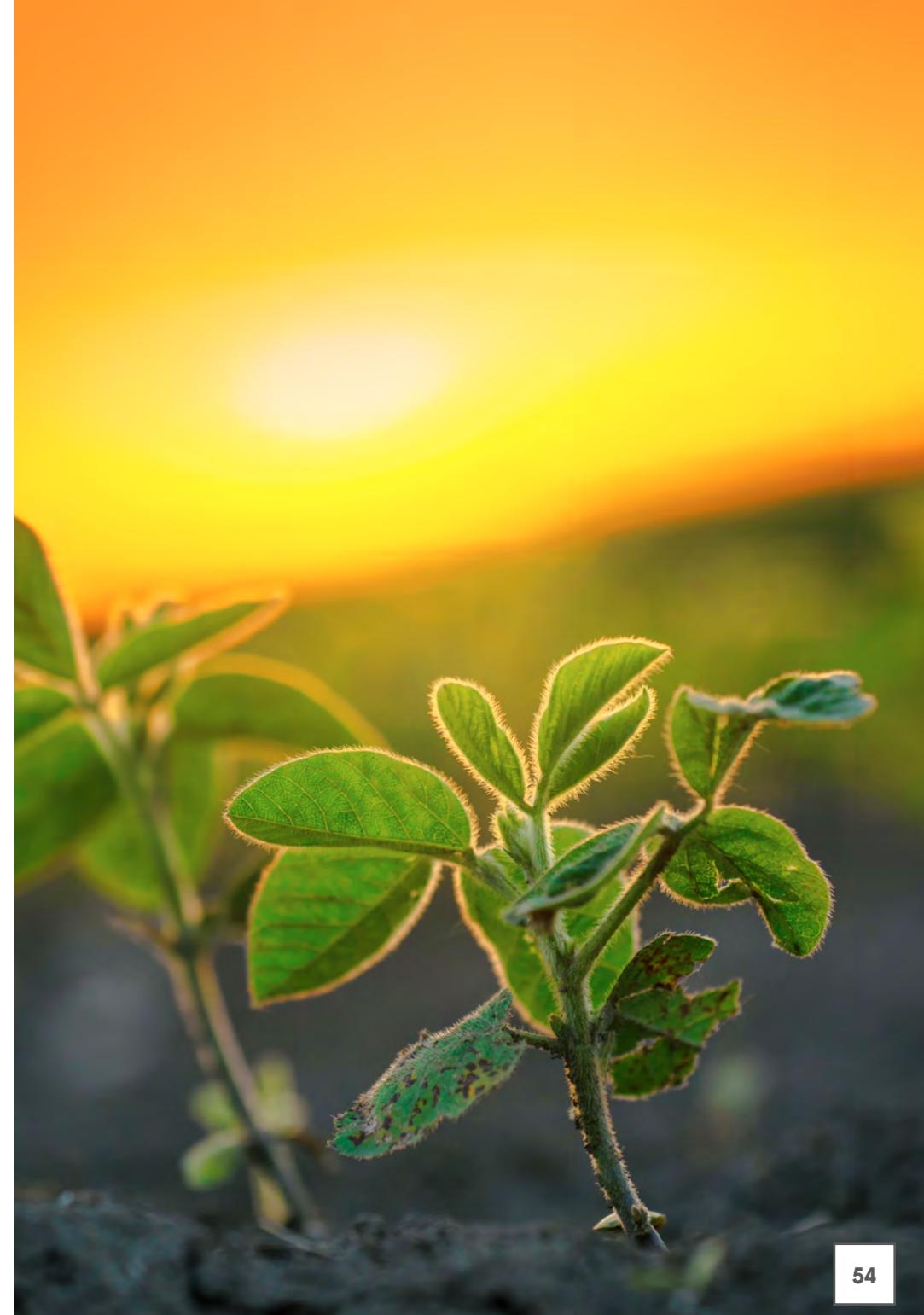
INOVAÇÕES E MELHORIAS

O fortalecimento e a consolidação de parcerias têm sido essenciais para o andamento das ações e mitigação das dificuldades enfrentadas.

DESAFIOS E RISCOS

Capacitação de 3.600 técnicos e extensionistas rurais para atuação como multiplicadores sobre o uso de Signos Distintivos Coletivos, como instrumento de desenvolvimento territorial, a criação de 12 redes estaduais e 01 nacional de promoção e gestão do uso de signos distintivos coletivos, a realização de campanha nacional de consumo de produtos tradicionais ou com qualidade vinculada à origem, e o aperfeiçoamento do Marco Regulatório.

Contingenciamentos, cortes orçamentários e a redução significativa de servidores nos setores têm influenciado negativamente no alcance de metas e apoio a projetos.



CADEIA 6

Gestão da Defesa Agropecuária

Reducir os riscos envolvidos nas cadeias produtivas agropecuárias e à saúde-pública, no que se refere à disseminação de pragas e doenças da agropecuária e da pesca nacional, a partir do aperfeiçoamento do monitoramento e da instrumentalização do planejamento e execução do processo de fiscalização.



Figura 5.16. Sexta cadeia de valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Gestão da Defesa Agropecuária

6. GESTÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

CONCESSÃO DE REGISTROS, CERTIFICAÇÕES E CLASSIFICAÇÕES AGROPECUÁRIAS

Registrar fabricantes e produtos de origem animal e de insumos pecuários	Registrar fabricantes e produtos de origem vegetal e de insumos agrícolas
DIPOA, DFIP (SDA)	DIPOV, DFIA (SDA)

Conceder certificação para o trânsito internacional	Conceder certificação de prestadores de serviços aeroagrícolas e de embarcações
VIGIAGRO (SDA), SFAs	SMC

Gerir a padronização e classificação de produtos de origem vegetal
DIPOV (SDA)

INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS E INSUMOS AGROPECUÁRIOS

Regulamentar a fiscalização de estabelecimentos, insumos e produtos agropecuários	Fiscalizar fabricantes e produtos de origem animal e de insumos pecuários
DIPOA, DFIP, DIPOV, DFIA (SDA)	SFAs, DIPOA, DFIP, (SDA)

Fiscalizar fabricantes e produtos de origem vegetal e de insumos agrícolas	Fiscalizar embarcações e serviços de mecanização e aviação agrícola
SFAs, DIPOV, DFIA (SDA), SMC	DEPROS (SMC)

SPA	SMC	SDA
SRI	SFA	EMBRAPA
CONAB	CEPLAC	INMET

MONITORAMENTO E PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PRAGAS

Regulamentar as ações de saúde animal e sanidade vegetal

DSA, DSV, DIPOA (SDA)

Gerir riscos químicos e biológicos identificados	Promover ações educacionais de prevenção de doenças e pragas
DIPOA, DSA, DSV (SDA), Embrapa, CEPLAC	DIPOA, DSA, DSV (SDA), CEPLAC

Regulamentar a importação e a exportação de animais vivos, vegetais e partes vegetais, de produtos, subprodutos e insumos agropecuários

DSA, DSV, DIPOA, DIPOV, DFIP, DFIA (SDA)

Fiscalizar a importação e a exportação de animais vivos, vegetais e partes vegetais, de produtos, subprodutos e insumos agropecuários

SFAs, VIGIAGRO (SDA)

GESTÃO DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA

Apoiar a atuação das instâncias intermediárias e locais do SUASA

DSA, DSA, DIPOV, DPOA, DFIA, DFIP (SDA)

Auditar a atuação das instâncias intermediárias e locais do SUASA

DSA, DSA, DIPOV, DPOA, DFIA, DFIP (SDA)

GESTÃO DE ANÁLISES LABORATORIAIS AGROPECUÁRIAS

Gerir a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários	Desenvolver e aplicar métodos laboratoriais
CGAL, LANAGROS (SDA)	LANAGROS (SDA)

DEFESA
SEGURANÇA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E DO CONSUMO



Eixo de impacto

Defesa Agropecuária

Diretrizes Estratégicas

Manter o arcabouço regulatório atualizado, baseado em ciência e alcançar a excelência técnico operacional no provimento de serviços de defesa agropecuária.

Objetivo Estratégico

- Reduzir riscos sanitários, fitossanitários e de fraude na agropecuária nacional.
- Aumentar a agilidade e a eficiência nos processos de registros, certificações e habilitações de produtos, insumos e estabelecimentos agropecuários e pesqueiros.

Visão geral do objetivo

Reducir os riscos envolvidos em toda a cadeia produtiva e à saúde pública, os riscos de disseminação de pragas e doenças da agropecuária e pesca nacional a partir do aperfeiçoamento do monitoramento e da instrumentalização do planejamento e execução das fiscalizações. Reduzir o tempo, com eficiência, dos processos priorizados, por meio da modernização do sistema de defesa agropecuário e pesqueiro, transformação de processos e aperfeiçoamento da legislação.

Indicadores

- Taxa de conformidade de produtos de origem e vegetal e animal;
- Índice de Atendimento a Demandas no Prazo;
- Taxa de introdução de pragas quarentenárias;
- Percentual de Processamento de Amostras Recebidas, e
- Prazo de análise para processos prioritários de concessão de registros, certificações e habilitações de insumos e produtos agropecuários.

CONCESSÃO DE REGISTROS, CERTIFICAÇÕES E CLASSIFICAÇÕES AGROPECUÁRIAS

Compreende a interação com o solicitante, seja ele para registro de insumos pecuários ou de produtos de origem vegetal ou animal, autorizando o funcionamento de estabelecimentos que exerçam as atividades de fabricação, rotulagem e comercialização desses.

1. REGISTRO DE FABRICANTES E PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E DE INSUMOS AGRÍCOLAS

O Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos – SIPE é responsável por controlar os estabelecimentos e produtos registrados no Ministério. O sistema tem a função de guardar informações sobre a qualidade do produto e a localização dos estabelecimentos credenciados, registrados e autorizados, além de possibilitar a geração de relatórios gerenciais, tanto de controle quanto administrativos, e a emissão do certificado de registro de produtos e estabelecimentos habilitados pelo MAPA. Consultas por parte dos interessados podem ser feita acessando o link: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/registro-de-produtos-e-estabelecimentos>

2. SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO – SIF



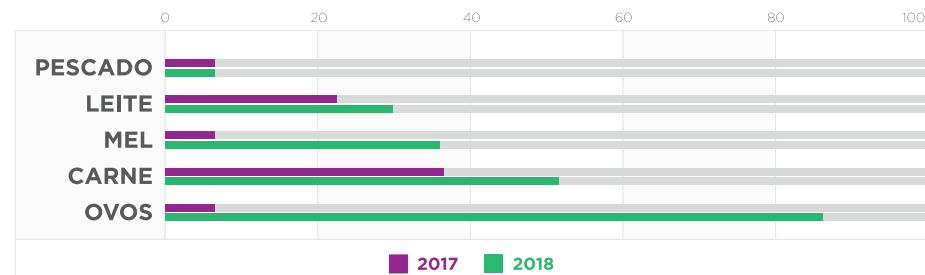
O Serviço de Inspeção Federal, conhecido mundialmente pela sigla SIF, é o responsável por assegurar a qualidade de produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis destinados ao mercado interno e externo, bem como de produtos importados. Em 2018, o SIF atuou em mais de 5 mil estabelecimentos brasileiros. Além de participar da área de registro o S.I.F também participa do processo de fiscalização e inspeção de produtos e insumos agropecuários. Para mais informações, acesse: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/sif/servico-de-inspecao-federal-sif>

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2018, a área de Insumos Pecuários do MAPA possuía 12.271 estabelecimentos registrados em todo o país, com volume de 26.690 processos analisados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e força de trabalho com efetivo de 77 Auditores Fiscais Agropecuários em todo o país.

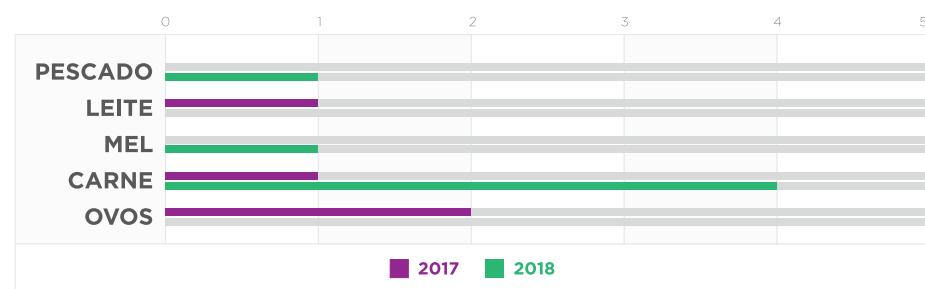
Os gráficos 5.24 e 5.25 demonstram os principais resultados de registro e cancelamento de estabelecimento no SIF para os anos de 2017 e 2018.

Gráfico 5.24. Quantidade de registros de estabelecimento no SIF em 2017 e 2018



Fonte: SDA/MAPA

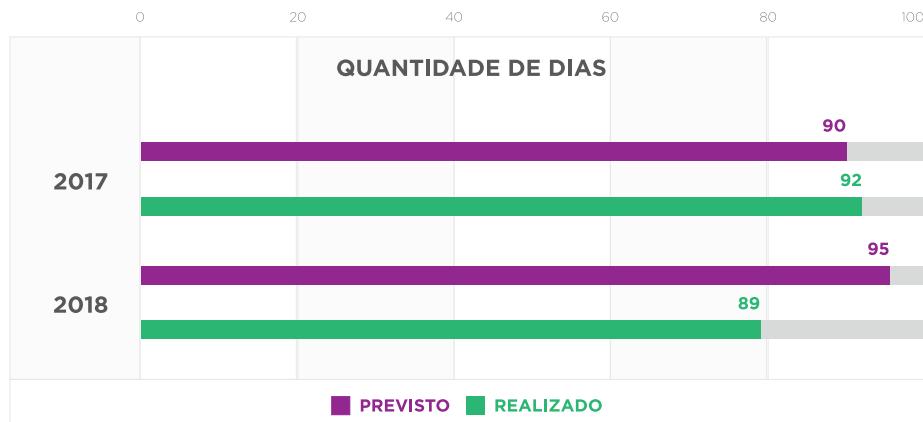
Gráfico 5.25. Quantidade de cancelamentos de estabelecimento no SIF em 2017 e 2018



Fonte: SDA/MAPA

O gráfico 5.26, mede o prazo real entre entrada e concessão de registros, certificações e habilitações, em comparação com meta e padrões estabelecidos. Quanto menor o prazo, melhor a eficiência do processo. Em 2018, o indicador superou a meta estabelecida de 95 dias, sendo as concessões realizadas em 89 dias, em média.

Gráfico 5.26. Prazo de análise para processos prioritários para concessão de registros, certificações



Fonte: SDA/MAPA

PRIORIDADES E METAS

Restruturação da cadeia de comando e controle do SIF, atualização dos procedimentos para a emissão do Certificado Fitossanitário Internacional e aprovação de 4.500 novos registros no Registro Nacional de Cultivares.

INOVAÇÕES E MELHORIAS APRESENTADAS

Atualização de normas e normatização de temas que eram legislados com normas infralegais, e a presença de servidores oficiais – médicos veterinários – em todos os turnos de abate.

Instituição de divisão específica para verificar a atuação dos servidores no SIF e, consequentemente, a conformidade das empresas e estabelecimentos de inspeção baseada em risco – suínos.

DESAFIOS E RISCOS

Implantação de inspeção baseada em risco para aves e bovinos e padronização da fiscalização.

INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS E INSUMOS AGROPECUÁRIOS

Compreende a edição, publicação e gestão de normas, portarias, atividades de análise de recorrência e riscos, planejamento, execução e avaliação dos resultados da fiscalização e outros que regulamentem a fiscalização de estabelecimentos, insumos e produtos agropecuários.

1. INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

As funções da inspeção e supervisão foram separadas, de forma a se promover uma efetiva avaliação das atividades dos estabelecimentos de produtos de origem animal e dos SIF atuantes nos mesmos. A nova Divisão de Inspeção coordena a atuação das 10 Regionais do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA), estando suas áreas de abrangência oficializadas por meio da Portaria nº 266, de 28 de fevereiro de 2018.

2. INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

A inspeção dos produtos de origem vegetal é realizada pelos serviços técnicos das Superintendências Federais de Agricultura (SFA), onde estão incluídas as fiscalizações em estabelecimentos e as coleta de amostras, para verificação da conformidade dos produtos com os padrões oficiais determinados pelo MAPA.

3. FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

Este é o resultado da ação do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (DFIA) coordenando cerca de 150 Auditores Fiscais Federais Agropecuários (AFFAs), lotados nas SFAs das 27 Unidades da Federação, onde são realizadas as fiscalizações nos estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e comerciais, trabalho esse que culmina com a manutenção do índice de conformidade de insumos agrícolas sempre acima de 90%.

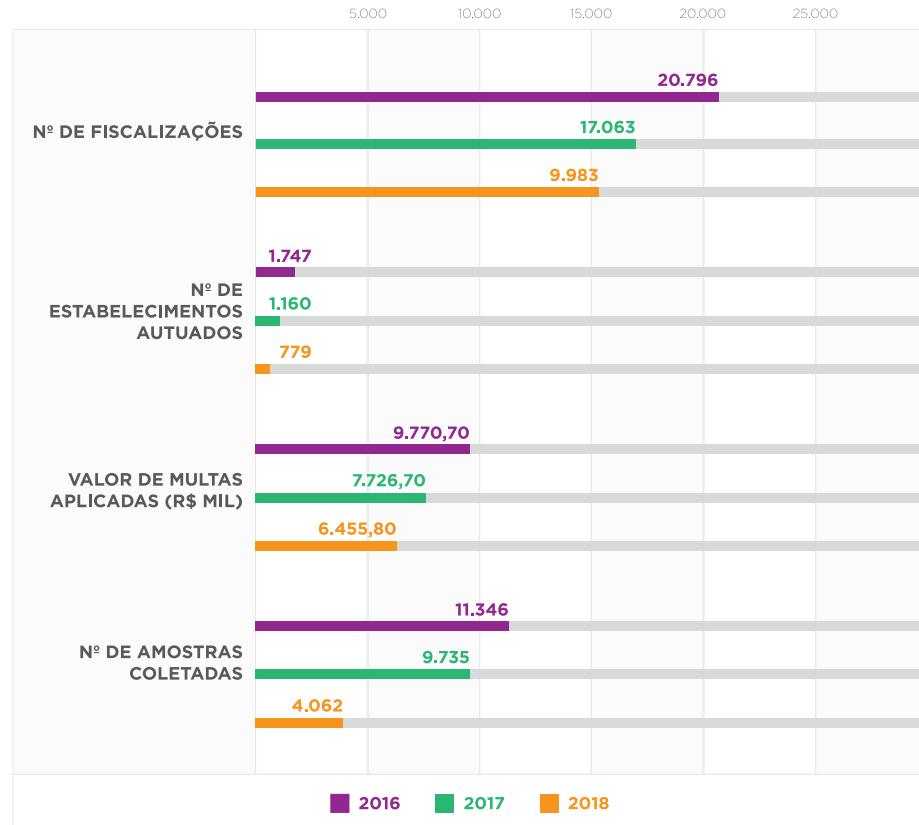
4. FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS PECUÁRIOS

Publicação da Instrução Normativa nº 12, de 2 de fevereiro de 2018 que atualizou, após 25 anos, as regras para emissão do Certificado Especial de Identificação e Produção (CEIP) para bovinos com aptidão para Corte. Os programas de CEIP registrados no MAPA disponibilizam anualmente mais de 20 mil touros avaliados geneticamente, promovendo o melhoramento genético e aumento de produtividade do rebanho de corte desde a década de 90.

PRINCIPAIS RESULTADOS

As principais ações referentes à fiscalização de insumos agropecuários, no período de 2016 a 2018 (Gráfico 5.27), demonstram que houve a redução da atuação de fiscalização e aliado a isso, redução no número de estabelecimentos autuados e no número de amostras coletadas.

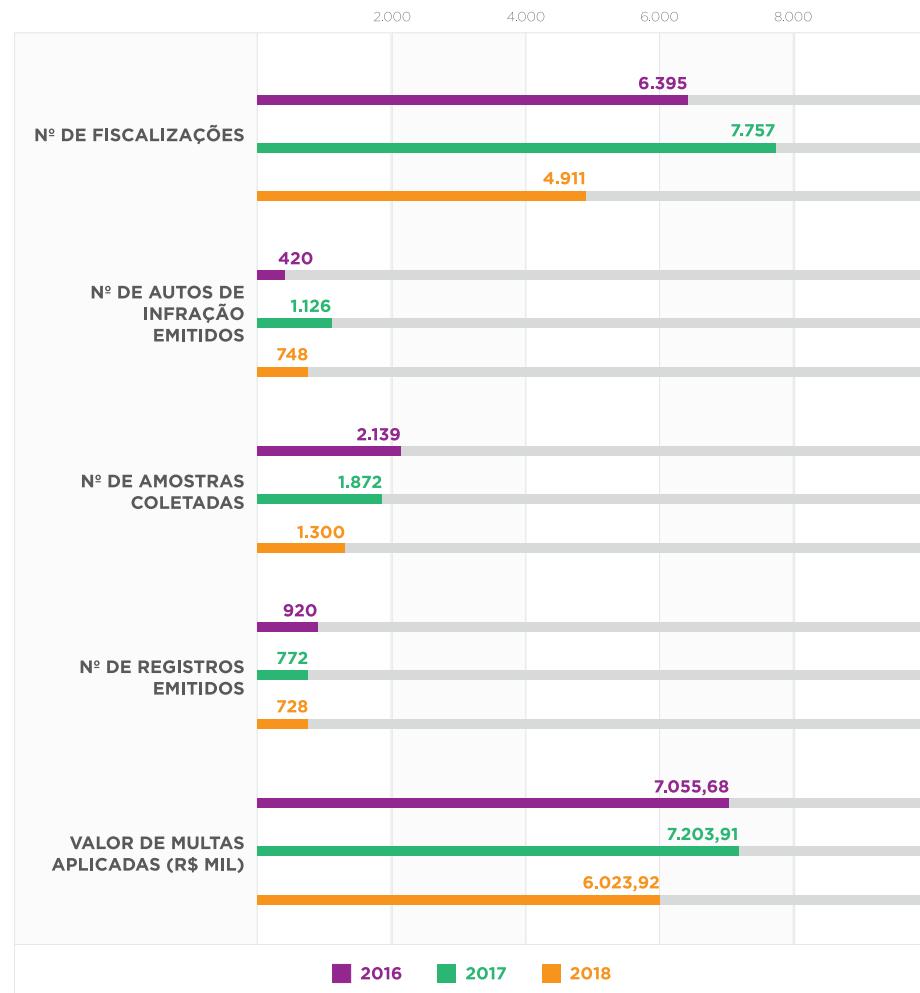
Gráfico 5.27. Resultados das principais ações de fiscalização de insumos agropecuários nos anos de 2016, 2017 e 2018



Fonte: SIOP (até setembro de 2018)

No gráfico 5.28, observam-se as principais ações referentes à fiscalização de insumos pecuários, no período de 2016 a 2018. Nota-se que a quantidade de fiscalizações caiu em 2018, comparativamente aos anos anteriores.

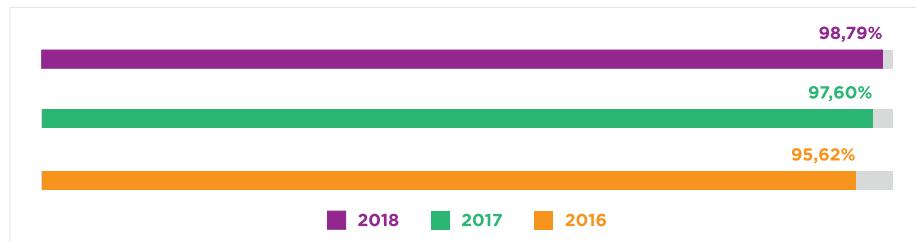
Gráfico 5.28. Resultados das principais ações de fiscalização de insumos pecuários nos anos de 2016, 2017 e 2018



Fonte: SIOP

O Índice de Conformidade na Fiscalização do Trânsito internacional de Animais e Vegetais mede a relação entre o número de emissões de declarações agropecuárias de trânsito deferidos e a quantidade de fiscalizações realizadas. Em 2018 foram emitidas 299.368 declarações e 13.101 notificações de autuação emitidas.

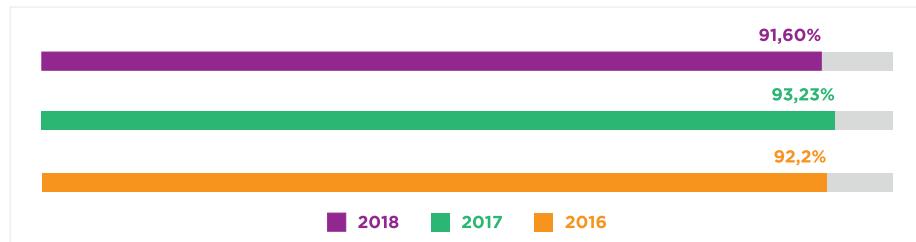
Gráfico 5.29. Índice de conformidade na Fiscalização do Trânsito nos anos de 2016, 2017 e 2018



Fonte: SIOP

O Índice de Conformidade de Insumos Agropecuários propõe avaliar se os produtos agropecuários disponibilizados para o consumo humano se encontram em condições seguras e em conformidade com os padrões do MAPA. Destaca-se que, apesar de desde 2016 o número de fiscalizações ter apresentado queda, o índice manteve-se dentro de seu padrão aceitável (maior que 90%).

Gráfico 5.30. Índice de Conformidade de Insumos Agropecuários nos anos de 2016, 2017 e 2018



Fonte: SIOP

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Averiguar a taxa de conformidade de produtos de origem vegetal e animal fiscalizados em relação aos padrões de segurança.
- Priorizar ações junto às empresas comprovadamente infratoras no cometimento de irregularidades que envolvem a identidade do produto que envolveram fiscalizações qualitativas e quantitativas.
- Apoiar de forma determinante a produção de produtos de origem animal de qualidade.
- Acompanhar a fiscalização da fabricação de vacinas de interesse oficial para os programas de Controle de Doenças do MAPA como Febre Aftosa, Brucelose, Tuberculose, Influenza Aviária, entre outras, fiscalização e acompanhamento da fabricação e comercialização (importação e exportação) de medicamentos de uso veterinário para todas as espécies animais, fiscalização e acompanhamento da fabricação e comercialização (importação e exportação) de produtos para alimentação animal de qualidade.

INOVAÇÕES E MELHORIAS APRESENTADAS

Em dezembro de 2017, foi publicado o Decreto nº 9.250, o qual transferiu para a SDA a execução das ações relativas à inspeção de produtos de origem animal e de vigilância agropecuária internacional. Nesse normativo foi criada a Divisão de Auditoria em Estabelecimentos, a qual coordena a atuação das 10 Regionais do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA). As regionais foram divididas de forma a ficarem com números equivalentes de estabelecimentos para coordenar.



As funções da inspeção e supervisão foram separadas, de forma a se promover uma efetiva avaliação das atividades dos estabelecimentos de produtos de origem animal e dos SIF atuantes no mesmo.

Revisão da Instrução Normativa MAPA nº 67/2018, que trata da exportação e importação de bebidas, vinhos e derivados do vinho e da uva, assim como a modelagem, automação e implantação do processo de exportação de bebidas.

DESAFIOS E RISCOS

Implementar o Modelo de Gestão da Defesa Agropecuária com apoio da consultoria específica para coletar elementos e características básicas, componentes do Modelo de Gestão Integrada da Defesa Agropecuária (MGDA); e, na esfera operacional, espera-se no próximo obter os seguintes resultados:

- Execução dos projetos associados ao Programa ProDefesa - Projeto por Resultado e Cooperação Técnica da Secretaria de Defesa Agropecuária;
- Consolidar o processo de reestruturação da cadeia de comando e controle da inspeção de produtos de origem animal e da vigilância internacional agropecuária; e
- Criação de taxas para serviços da defesa agropecuária e o exercício do poder de polícias.



MONITORAMENTO E PREVENÇÃO DE PRAGAS E DOENÇAS

Atividades de análise de recorrência, risco, planejamento, execução e avaliação dos resultados da fiscalização da importação e exportação de animais vivos, vegetais e partes vegetais, de produtos, subprodutos e insumos agropecuários em locais de fronteiras, portos marítimos e fluviais, aeroportos internacionais e estações aduaneiras especiais.

1. SAÚDE ANIMAL

Em 2018, foram feitas novas parcerias comerciais por atos internacionais e acordos bilaterais sobre questões sanitárias. Compreende a edição, a publicação e gestão de normas, portarias e outros instrumentos legais referentes às questões de saúde animal nacional e internacional.

2. SANIDADE VEGETAL

Manter a garantia da conformidade fitossanitária e aumentar a confiabilidade da certificação brasileira.

3. VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL



Automação de serviços no âmbito da Plataforma da Cidadania Digital, em parceria com o Departamento de Modernização da Gestão Pública (INOVA), do Ministério do Planejamento.

O primeiro serviço a passar por esse processo foi o sistema de emissão online dos Certificados Veterinários Internacionais (CVI) para animais de companhia (cães e gatos). A ferramenta desburocratiza a emissão de certificados, otimizando o emprego dos recursos humanos e financeiros do MAPA. Para mais informações, acesse: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/vigilancia-agropecuaria/animais-estimacao>

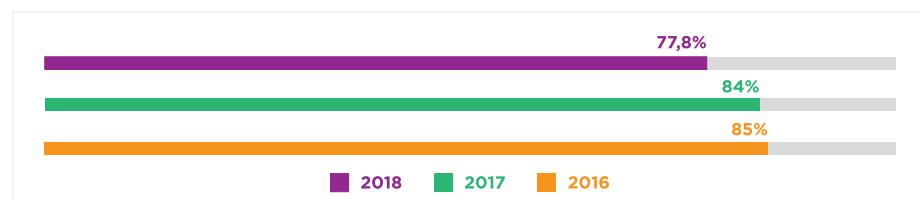
PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2018, foram instituídos modelos para amparar as exportações e importações brasileiras, quando se tratar de certificado zoosanitário estrangeiro em formato e conteúdo aceitos pelo Departamento de Saúde Animal, ou de documentos que contenham os requisitos zoosanitários gerais para as importações.



O percentual de suspeitas atendidas no prazo é um indicador complexo, responsável por medir a ocorrência de suspeitas de doenças de síndromes controladas em aves e suínos. O indicador é medido através do Serviço Veterinário Oficial (SVO) e reflete a capacidade técnica de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais.

Gráfico 5.31. Percentual de suspeitas atendidas no prazo nos anos de 2016, 2017 e 2018



Fonte: SDA/MAPA

A Taxa de introdução de pragas quarentenárias é um importante indicador para a atuação do Ministério no sentido de evitar os riscos de disseminação de pragas e doenças da agropecuária.

Gráfico 5.32. Taxa de introdução de Pragas Quarentenárias nos anos de 2016, 2017 e 2018



INOVAÇÕES E MELHORIAS APRESENTADAS

A Instrução Normativa nº 71/2018 simplificou os procedimentos de Certificação Internacional vigentes desde 2013. A demanda, contemplada pelo Plano Agro+, teve um impacto positivo no comércio internacional dos produtos brasileiros, inclusive mantendo as garantias das conformidades fitossanitárias e aumentando a confiabilidade da certificação brasileira.

A instalação do sistema de emissão online dos certificados Veterinários Internacionais (CVI) para animais de companhia (cães e gatos) também foi uma inovação bastante relevante no período.

PRIORIDADES E METAS

- Conquista de novos parceiros comerciais por atos internacionais e acordos bilaterais sobre questões sanitárias;
- Atualização dos procedimentos para a emissão do Certificado Fitossanitário Internacional; e
- Atualização das regras de controle do Cancro Cítrico.

DESAFIOS E RISCOS

Se ajustar às novas demandas normativas, qualitativas e à crescente demanda proveniente da expansão agropecuária e do comércio exterior.



GESTÃO DA REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS AGROPECUÁRIOS

1. GERENCIAR A REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS AGROPECUÁRIOS

Compreende as atividades de gerenciamento da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, composta por 6 Laboratórios Nacionais Agropecuários – Lanagros, e laboratórios públicos e privados credenciados junto ao MAPA. Em relação aos laboratórios credenciados, as atividades compreendem os serviços de credenciamento e fiscalização desses laboratórios.

2. DESENVOLVER E VALIDAR MÉTODOS LABORATORIAIS

Compreende o desenvolvimento e validação dos métodos laboratoriais a serem adotados tanto pelos laboratórios oficiais (Lanagros), quanto pela rede credenciada. Inclui, ainda, a demonstração de equivalência com métodos internacionalmente aceitos.

INOVAÇÕES E MELHORIAS APRESENTADAS

O indicador de processamento de amostras nos laboratórios oficiais do MAPA (Lanagros) vem passando por melhorias desde sua criação, de forma a refletir mais adequadamente o trabalho desempenhado por tais laboratórios. Visando aprimorar a qualidade dos dados deste indicador, a Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários (CGAL/DAS) publicou em 28/09/2018, a quarta versão do documento DOC CGAL 002 – Coleta do Indicador 12 – Percentual de Amostras Processadas.

Esse documento é fruto de uma série de reuniões para discussão de harmonização de conceitos e descreve com maior detalhamento, como considerar os vários possíveis status de uma amostra dentro da linha de processamento do laboratório.

PRIORIDADES E METAS

- Manter, sob orientação da SDA, o gerenciamento do estudo de definição de demandas laboratoriais, que vem sendo realizado junto aos Departamentos da SDA;
- Manter, sob orientação da SDA, o desenvolvimento do Hub Laboratorial, sistema que congrega todos os sistemas dos departamentos da SDA que solicitam ensaios laboratoriais;
- Padronizar os fatores que interferem na coleta de indicadores estratégicos da Rede Lanagro;

- Aprimorar o monitoramento financeiro da Rede Lanagro, por meio de ferramentas específicas para este fim;
- Aprimorar os processos de planejamento de investimentos da Rede Lanagro; e
- Identificar processos a serem padronizados nas áreas administrativas da Rede Lanagro.

DESAFIOS E RISCOS

- Execução de projetos de melhorias do Sistema de Gerenciamento de Informações Laboratoriais (LIMS) na Rede Lanagro;
- Mapeamento e automação de processos prioritários;
- Integração de sistemas ao Hub Laboratorial;
- Definição de demandas por ensaios laboratoriais pelos departamentos da Secretaria de Defesa Agropecuária; e
- Dificuldade de cumprir o planejamento devido a intempestividade da liberação de recursos orçamentários/financeiros, ou de seu contingenciamento.



PRINCIPAIS RESULTADOS REDE LANAGRO 2018

RESULTADOS

- Início do desenvolvimento do estudo de demandas laboratoriais;
- Início do desenvolvimento do projeto Hub Laboratorial;
- Implantação da gestão financeira para a Rede Lanagro;
- Instituição da Comissão de Biossegurança de Laboratórios Agropecuários - COMBIOLAB, com a presença de representantes da CGAL/MAPA, ABIN, Embrapa, Ministério da Defesa, Ministério da Saúde e Centro Pan-American de Febre Aftosa (Panafotsa);
- Certificação da unidade de Biossegurança NB3-Ag do Lanagro/MG pela FAO/ONU - Food Agriculture Office - ONU, primeiro laboratório no mundo a atingir esta certificação;
- Implantação de sistema informatizado para credenciamento de laboratórios junto ao MAPA, disponível na plataforma do Governo Federal;
- Inauguração das instalações com nível de biossegurança NB3-Ag, onde poderão ser manipuladas amostras suspeitas de doenças animais que exigem alto nível de biocontenção, como Influenza Aviária e Doença de Newcastle.

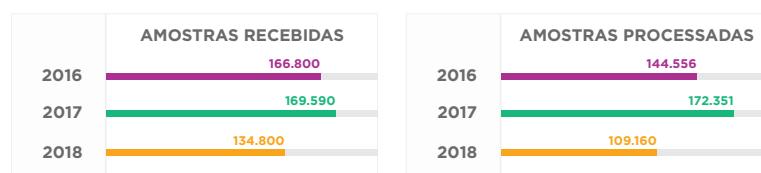
INDICADOR ESTRATÉGICO

O Percentual de processamento de amostras recebidas avalia a eficiência no controle da introdução e estabelecimento de pragas quarentenárias na produção vegetal. A análise laboratorial das amostras fiscais é parte essencial e estratégica para o exercício da defesa agropecuária.

Gráfico 5.33. Percentual de processamento de amostras recebidas nos anos de 2016, 2017 e 2018



Gráfico 5.34. Número de amostras Rede Lanagro nos anos de 2016, 2017 e 2018



PLANO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

O PDA tem como objetivo promover e implantar programas e ações de defesa agropecuária contribuindo com o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, possibilitando as garantias para a preservação da vida e da saúde humana e animal; do meio ambiente; da segurança alimentar; e do acesso a mercados.

Figura 5.17. Plano de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Para maiores informações sobre o PDA, acesse:

<http://www.agricultura.gov.br/noticias/secretario-do-mapa-explica-em-video-metas-do-plano-de-defesa-agropecuaria/1.pdf>

CADEIA 7

Inserção dos Produtos e Insumos nos Mercados Agropecuários

Aumentar a competitividade brasileira no comércio internacional de produtos agrícolas, incentivando a agregação de valor dos produtos brasileiros, bem como a consolidação da imagem do Brasil como fornecedor de produtos seguros, de alta qualidade e produzidos de forma sustentável.



Figura 5.18. Sétima cadeia de valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Inserção dos Produtos e Insumos nos Mercados Agropecuários

7. INSERÇÃO DOS PRODUTOS E INSUMOS NOS MERCADOS AGROPECUÁRIOS

DEFINIÇÃO E EXECUÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE TRANSPORTE, ESCOAMENTO E ABASTECIMENTO INTERNO

Monitorar o comportamento da produção atual e futura e do mercado interno de abastecimento de produtos alimentares e não alimentares

Conab, DCA (SPA), Embrapa

Coordenar ações de garantia do abastecimento nacional (CIEP)

DCA (SPA)

Executar as ações de garantia do abastecimento

Conab

Monitorar a localização, capacidade e certificação de armazéns e escoamento

DILOG (SPA)

Articular as necessidades e políticas de infraestrutura e logística relacionadas

DILOG (SPA)

PROMOÇÃO, ABERTURA E MANUTENÇÃO DE MERCADOS

Analisar ameaças e oportunidades do mercado externo para os produtos do agronegócio brasileiro

Adidos, DAC (SRI), SPA

Promover o agronegócio brasileiro, seus produtos, marcas e patentes

DPI: Adidos (SRI), CEPLAC, DCA (SPA)

Gerir missões internacionais

DPI (SRI), GM, DSA (SDA)

Negociar barreiras tarifárias e não tarifárias

GM, DNNT (SRI), SDA, SPA

Manter mercados internacionais

GM, Adidos (SRI), DSA (SDA)

PROTEÇÃO DO MERCADO AGROPECUÁRIO BRASILEIRO

Formular ações de proteção comercial

DAC, DNNT (SRI)

Acompanhar a implementação de ações de proteção comercial

DAC, DNNT (SRI)

COMPETITIVIDADE E ABASTECIMENTO
COMPETITIVIDADE DOS PRODUTOS E
INSUMOS AGROPECUÁRIOS NO COMÉRCIO



Eixo de impacto

Competitividade.

Diretrizes Estratégicas

Promover a competitividade da agropecuária e o abastecimento interno, com ênfase na redução de perdas nas cadeias produtivas e em acordos comerciais de relevância econômica.

Objetivo Estratégico

- Ampliar o acesso aos mercados externos para produtos brasileiros de origem agropecuária
- Aprimorar a cadeia de abastecimento de produtos de origem agropecuária para a sociedade

Visão geral do objetivo

- Abrir e manter mercados externos de produtos de origem agropecuária.
- Ampliar a capacidade de armazenagem e aprimorar os mecanismos de distribuição da produção agropecuária.

Indicadores

- Índice de abertura de mercados para produtos agropecuários brasileiros,
- Taxa de capacidade de armazenagem da produção.

DEFINIÇÃO DE EXECUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE TRANSPORTE, ESCOAMENTO E ABASTECIMENTO INTERNO

Consiste no monitoramento do mercado, da produção, da armazenagem, do escoamento e das projeções. Tem foco voltado para a análise econômica e de abastecimento, entre outras atividades.

1. MONITORAR A LOCALIZAÇÃO, CAPACIDADE E CERTIFICAÇÃO DE ARMAZÉNS

Compreende as informações sobre armazenamento e necessidades logísticas para o escoamento da produção, bem como a certificação de armazéns privados.

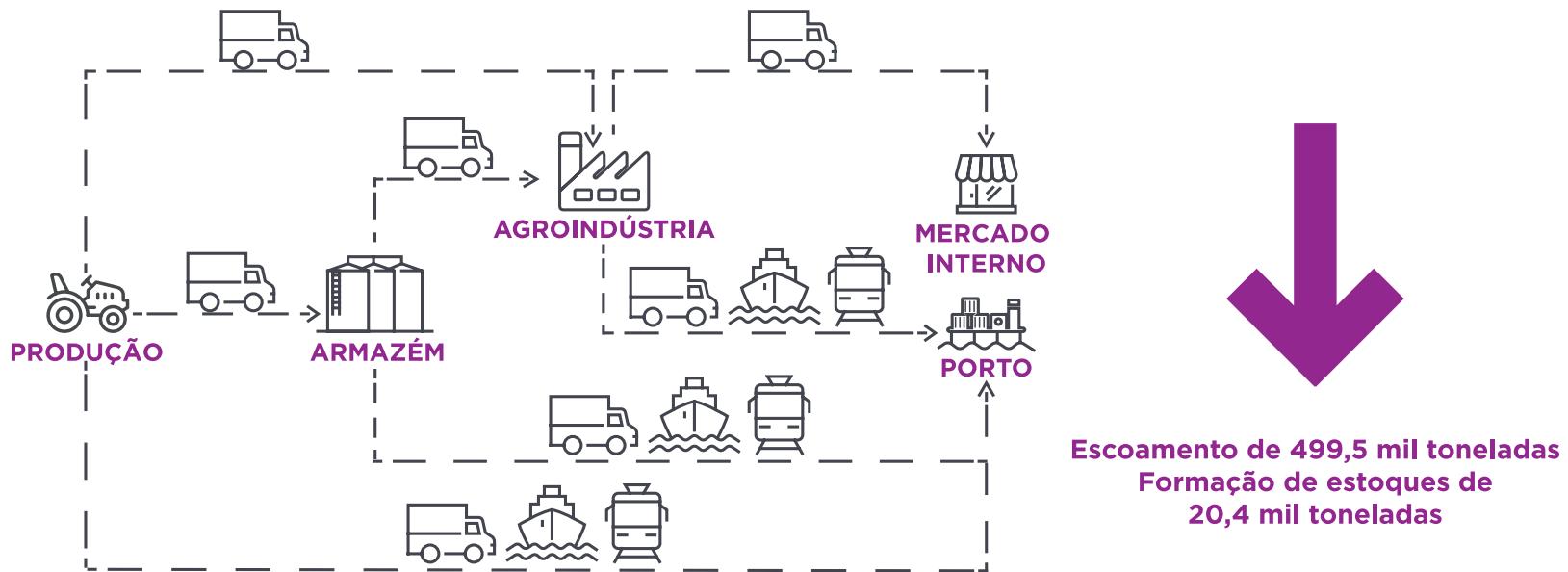
2. COORDENAR AÇÕES DE GARANTIA DO ABASTECIMENTO NACIONAL

Compreende as discussões e articulações no Conselho Interministerial de Estoques Públicos (CIEP). As análises de impacto de ação, tais como leilão, estoque e afins, são feitas nesse processo e observam os beneficiários: sociedade, com abastecimento acessível, e produtor, com retorno financeiro e estímulo à permanência na atividade agropecuária.

PRINCIPAIS RESULTADOS

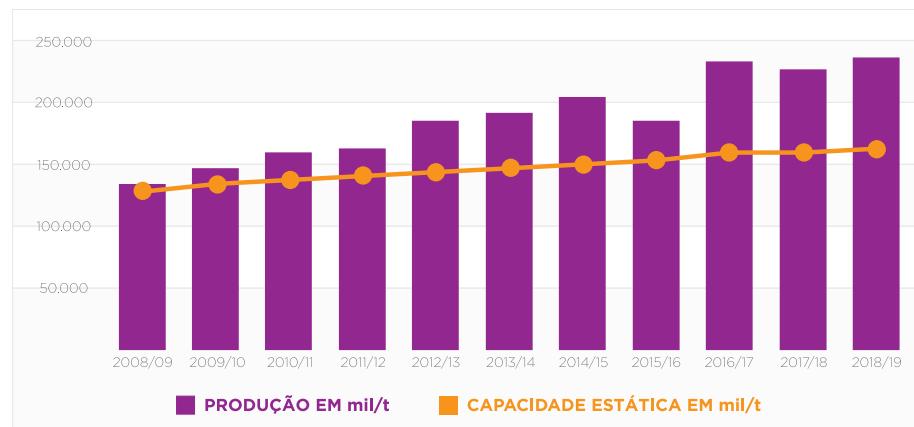
O parque de armazenagem brasileiro apresenta um déficit da ordem de 71 milhões de toneladas de capacidade estática, em relação aos volumes da produção agrícola. Apesar dos números, a velocidade de escoamento da safra de soja, aliada a sazonalidade da produção do milho, tem contribuído para a acomodação dos grãos, sem grandes percalços.

- Modernização dos normativos referentes aos seus instrumentos de apoio à comercialização, em especial, àqueles referentes às operações de Aquisição do Governo Federal (AGF).
- No ano de 2018, o único produto que teve apoio a comercialização foi o arroz, sendo que a opção do governo foi por lançar leilões de Prêmio para Escoamento do Produto (PEP) e Prêmio Equalizador Pago ao produtor Rural (PEPRO), em detrimento das operações de aquisição direta (Aquisição do Governo Federal - AGF).



Considerando a evolução da produção e da capacidade estática do país, houve um aumento da produção superior ao acréscimo de capacidade para armazenagem, especialmente após o ano de 2010, conforme Gráfico 5.35.

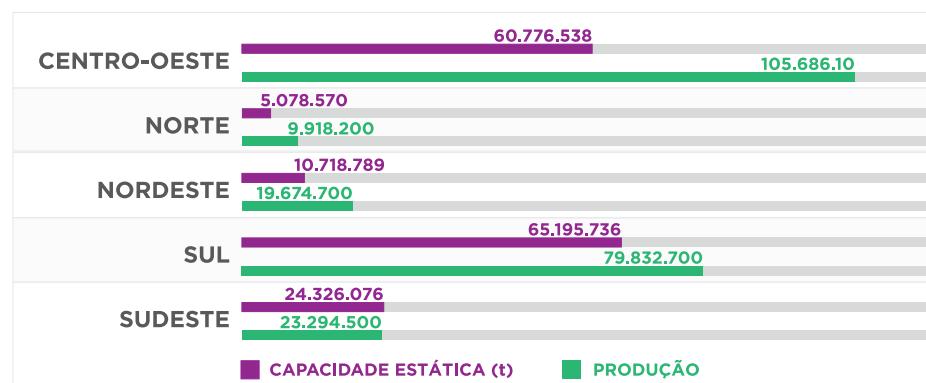
Gráfico 5.35. Evolução da Produção de Grãos e da Capacidade Estática (mil t)



Fonte: Conab/SUARM, 2018

A propensão de aumento da produção de grãos não acompanhada da expansão da rede armazenadora tende a aumentar o déficit de armazenagem no Brasil, o que evidencia a necessidade de investimentos na rede armazenadora para suprir a demanda por armazenagem no país. O Gráfico 5.36 demonstra a produção de grãos e a capacidade estática por região em 2018.

Gráfico 5.36. Produção de grãos e Capacidade Estática por Região em 2018

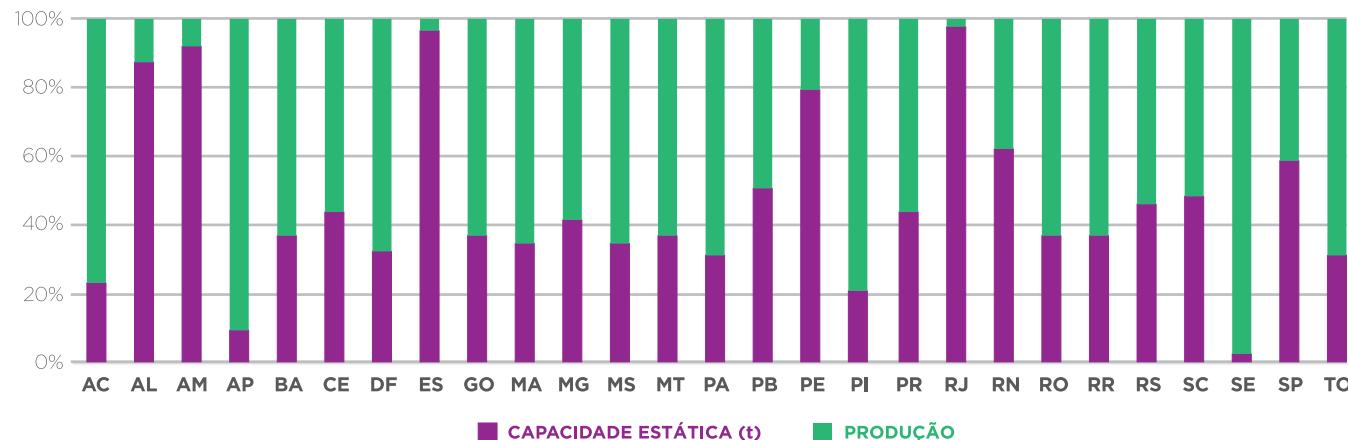


Fonte: Conab/SUARM, 2018

A armazenagem, como operação estratégica para o abastecimento e escoamento de produtos, depende das condições e da localização das unidades para melhor logística e redução de custos. Conforme o Gráfico 5.37, alguns estados apresentam déficit expressivo de capacidade de armazenagem, como o Mato Grosso, principal estado em quantitativo de produção agrícola nacional.

As demais regiões com alto volume de produção, como Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e a fronteira agrícola do MATOPIBA, que compreende os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, também apresentam grande deficiência de capacidade para armazenamento de produtos.

Gráfico 5.37. Comparativo de produção coberta por Unidades de Armazenamento para cada Unidade Federativa em 2018



Fonte: Conab/SUARM, 2018

O déficit entre a capacidade de armazenagem e a produção pode resultar no escoamento da produção para regiões com maior capacidade de armazenagem, ou até mesmo em perdas qualitativas e quantitativas de grãos, causando prejuízos expressivos no pós-colheita.

A Conab realizou levantamento prévio de roteiros de cadastramento, a fim de priorizar as regiões com maior volume de produção e/ou com recadastramento mais antigo. A execução das ações foi realizada com o máximo de aproveitamento dos roteiros de viagem, a fim de reduzir custos com o deslocamento.



O déficit no setor de armazenamento brasileiro, a distribuição desigual entre os locais de produção de grãos e os locais de armazenamento e a dificuldade de escoamento da produção contribuem para a perda de competitividade dos produtos agrícolas nacionais.

A taxa de capacidade de armazenagem da produção mensura a capacidade estática de armazenagem em relação ao volume da produção:

Gráfico 5.38. Capacidade de Armazenagem da Produção nos anos de 2016, 2017 e 2018



Fonte: Conab/SUARM, 2018

PRIORIDADES E METAS

A Política Nacional de Armazenagem carece de atualização, uma vez que o Programa de Construção de Armazéns – PCA, instituído em 2013, com juros negativos e dilatado prazo para pagamento não apresentou a eficiência esperada para alavancar a capacidade estática de armazenagem no campo.

DESAFIOS E RISCOS

Ampliação de incentivos em construção, reforma e modernização de unidades armazenadoras, o que permite um incremento da capacidade de armazenamento do país, e aumento de recursos financeiros e orçamentários destinados ao cadastramento e recadastramento de armazéns, para atualização do banco de dados do Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras – SICARM.



PROMOÇÃO ABERTURA E MANUTENÇÃO DE MERCADOS

Compreende as participações em feiras nacionais e internacionais e outras ações de promoção, manutenção e abertura de mercados.

1. ANALISAR AMEAÇAS E OPORTUNIDADES DO MERCADO EXTERNO PARA OS PRODUTOS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Contempla o monitoramento de informações de exportação e importação. As informações coletadas pelos adidos agrícolas também geram inteligência para apoiar e orientar as ações de negociação e de orientação da produção para aumentar a competitividade.

2. PROMOVER O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO, SEUS PRODUTOS, MARCAS E PATENTES

Ampliar a participação brasileira no comércio internacional dos produtos agrícolas tem sido um dos principais objetivos que orientaram a atuação do MAPA em 2018. Para tanto, a ampliação da base exportadora nacional, por meio da diversificação de produtos e mercados, a maior inserção na pauta exportadora brasileira de produtos com maior valor agregado e a consolidação da imagem do Brasil como fornecedor de produtos seguros, de alta qualidade e produzidos de forma sustentável, foram e deverão ser fundamentais para o atingimento desse objetivo.

3. MANTER MERCADOS INTERNACIONAIS

Manter mercado externo para os produtos agropecuários brasileiros depende de uma atuação estratégica, observando-se questões geopolíticas, mercadológicas, sanitárias, fitossanitárias, políticas, econômicas, científicas e de estruturação das cadeias produtivas, visando a identificação de oportunidades. Os produtos agropecuários brasileiros já possuem grande presença no mercado internacional, tendo alcançado 224 destinos em 2018, em um universo de 287 destinos cadastrados no sistema estatístico de comércio exterior do agronegócio brasileiro (Agrostat).

PRINCIPAIS RESULTADOS

O bom desempenho e a evolução das exportações é decorrente de diversos fatores, dentre eles: disponibilidade de terras, que possibilitou a ampliação de suas fronteiras agrícolas, o avanço tecnológico, resultante da notoriedade e excelência da contribuição das instituições de pesquisa nacionais e, o fator humano, representado por pessoal qualificado e empreendedor.

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E SALDO DE 2017 E 2018

O agronegócio é considerado o principal setor da economia brasileira e teve nas suas exportações o principal suporte para a balança comercial brasileira nos últimos anos. Em 2018, os US\$ 101,69 bilhões exportados, referentes ao agronegócio, correspondem a 42,39% do total das exportações brasileiras e representou um aumento de 5,9% no valor das exportações, quando comparado ao valor obtido no ano de 2017, conforme Tabela 5.1.

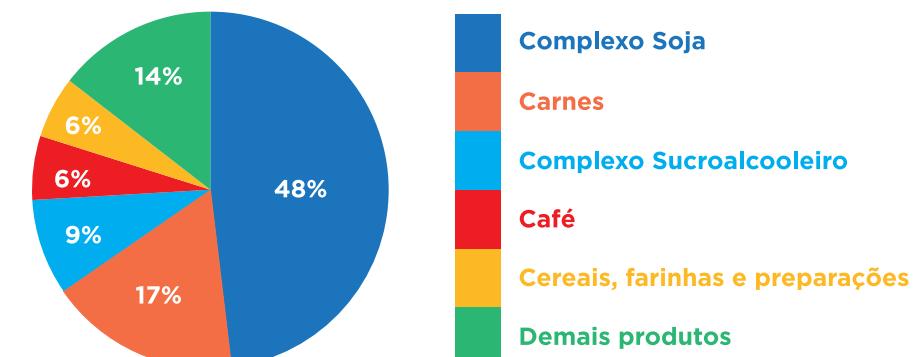
Tabela 5.1. Exportação, importação e saldo da balança comercial brasileira em 2017 e 2018

	Exportação (US\$ milhões)			Importação (US\$ milhões)			Saldo (US\$ milhões)	
	2017	2018	Δ%	2017	2018	Δ%	2017	2018
Total Brasil	217.739	239.889	10,2	150.749	181.231	20,2	66.990	58.659
Agronegócio	96.014	101.686	5,9	14.153	14.038	-0,8	81.861	87.648
Demais Produtos	121.725	138.203	13,5	136.596	167.193	22,4	-14.872	-28.990
Participação do Agronegócio (%)	44,1	42,4	-	9,4	7,7	-	-	-

PARTICIPAÇÃO DOS DIVERSOS SETORES NAS EXPORTAÇÕES AGROPECUÁRIAS BRASILEIRAS 2018

A participação brasileira nas exportações mundiais do agronegócio aumentou de 6,9%, em 2017, para 7,0%, em 2018, revelando a tendência crescente das exportações brasileiras de produtos agrícolas. A alta no resultado foi influenciada pela exportação recorde de soja em grãos em 2018.

Gráfico 5.39. Participação dos setores nas exportações agropecuárias brasileiras de 2018



INDICADOR ESTRATÉGICO: ÍNDICE DE ABERTURA DE MERCADOS PARA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS BRASILEIROS

Avalia a capacidade do Brasil em acessar mercados de produtos agropecuários brasileiros, mantendo a atenção às negociações sanitárias e fitossanitárias para abertura e manutenção de mercados, bem como aos aspectos da comunicação sobre a forma de produção dos produtos agropecuários no Brasil.

O cálculo do indicador é feito a partir do número de destinos para os quais o Brasil exporta produtos agropecuários, em comparação ao número de destinos cadastrados no sistema Agrostat (Gráfico 5.40).

Gráfico 5.40. Índice de Abertura de Mercados para Produtos Agropecuários Brasileiros



Fonte: Conab/SUARM, 2018

PRIORIDADES E METAS

- Envidar esforços contínuos para o incremento da qualidade da fiscalização agropecuária nacional;
- Fortalecer a promoção da imagem de qualidade e sustentabilidade dos produtos do agronegócio brasileiro;
- Intensificar a busca por acordos comerciais com outros mercados, para que se amplie de maneira constante o alcance dos produtos do agronegócio brasileiro ao redor do mundo.

DESAFIOS E RISCOS

- Garantir a segurança, previsibilidade e continuidade das políticas, projetos e iniciativas em curso, em especial, o registro nacional e internacional da Marca "O Melhor do Agro";
- Implementação da Estratégia para abertura, ampliação e promoção do agronegócio brasileiro no mercado internacional – ESIAGRO;
- Desenvolvimento e implantação do Painel de Relações Internacionais;
- Ampliação do número e do escopo de atuação dos adidos agrícolas.

PROMOÇÃO, ABERTURA E MANUTENÇÃO DE MERCADOS

Em 2018, buscou-se resguardar a competitividade da produção brasileira frente ao produto importado e garantir o mercado em caso de redução de oferta do produto nacional.

Eventos para atração de Investimentos

Feira Expodireito Cotrijal em Não-Me-Toque/RS; Brazil Investment Forum (BIF) em São Paulo (SP); Agrishow 2018 em Ribeirão Preto/SP; Annual Investment Meeting (AIM) em Dubai/Emirados Árabes; Asia Investor Road Show Agribusiness (AIRSA); Agriscape em Abu Dhabi/EAU

Participação em Fóruns

Global Forum for Food and Agriculture – GFFA; Fórum Econômico Mundial em Davos; Reunião do G20 em Buenos Aires/Argentina; XXXVI Reunião Ordinária do Conselho Agrícola do Sul (CAS) em Buenos Aires/Argentina; 8ª Reunião dos ministros da Agricultura dos BRICS na África do Sul; Forum for the Future of Agriculture (FFA) na Bélgica.

Iniciativa Estruturante

Criação da marca O melhor do Agro, que se encontra na fase final de registro, que será a forma de comunicação própria e exclusiva para o mercado exterior. De propriedade do Governo Federal, a marca afirmará a origem e qualidade do produto agropecuário nacional, visando ressaltar e reafirmar para o mundo e para o consumidor seus atributos nos quesitos de sustentabilidade, de respeito às leis e da qualidade dos produtos, além das suas características específicas e únicas, aumentando a competitividade do agronegócio brasileiro no exterior.

Atuação do MAPA

O MAPA teve relevante ação internacional em temas sanitários e fitossanitários, tendo atuado em 962 negociações, envolvendo 130 países. Faz gestões para a organização de 13 missões internacionais com vistas à exportação de produtos brasileiros para 23 países, resultando na abertura de mercado para 33 produtos, envolvendo 13 países.

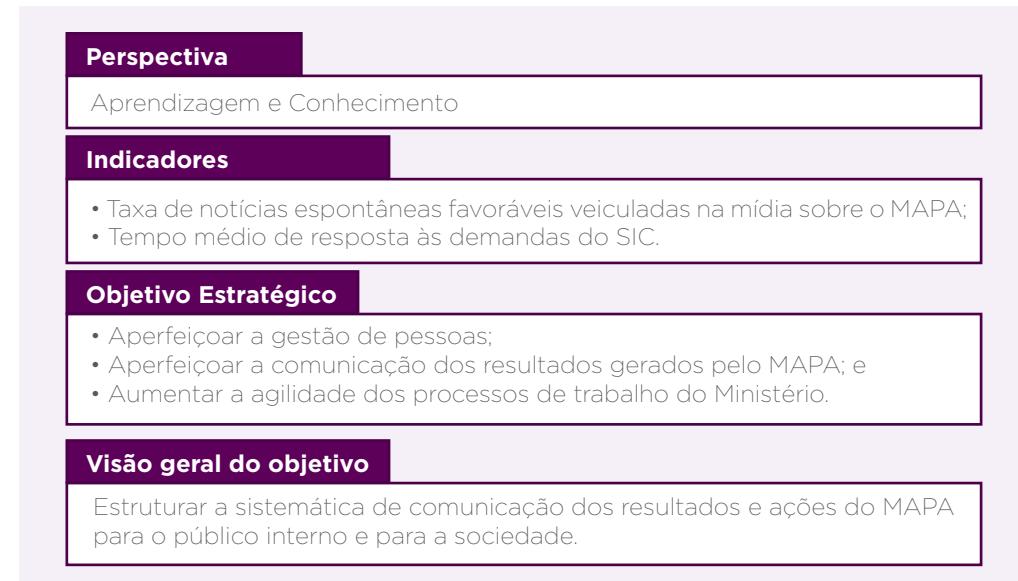
Barreiras Tarifárias e Não Tarifárias

Foi dada continuidade ao processo de negociação de acordos de comércio preferencial envolvendo produtos agropecuários com diversos países e blocos econômicos, dentre os quais se destacam os acordos entre: o Mercosul e a União Europeia (EU), a Índia, a União Aduaneira da África Austral (SACU), o Canadá, A EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio), o Japão, A Coréia do Sul, o Egito, A Tunísia, Singapura e Marrocos, além das tentativas para a ampliação do acordo existente com o México (ACE-53) e com o Chile.

CADEIA 8

Relacionamento com o Produtor e a Sociedade¹

Figura 5.19. Oitava cadeia de valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Relacionamento com o produtor e a sociedade



¹Para fins de elaboração do Relatório de Gestão 2018 as informações relativas a Cadeia 8 abrangerão também os objetivos e elementos da estratégia referentes à perspectiva de suporte.

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELACIONADAS À AGROPECUÁRIA

Prestar informações sobre o setor agropecuário brasileiro, fornecendo dados para os mais diferentes públicos (produtores, pesquisadores, entre outros), funcionando como um hub pelo qual são redirecionadas as informações mais relevantes para a Sociedade.

1. GERIR INFORMAÇÕES METEOROLÓGICAS E CLIMÁTICAS

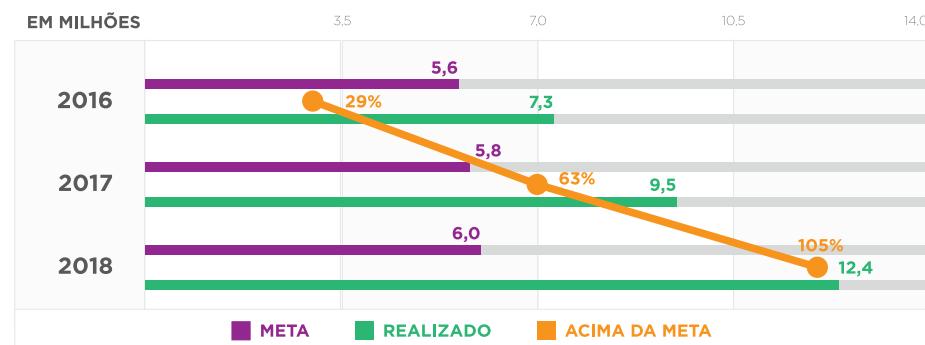
Compreende a atuação do INMET nas atividades de monitoramento, análise e previsão do tempo e do clima, desde a produção até a divulgação das informações produzidas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Deu-se continuidade à implementação de atividades que garantissem ampliar as áreas de monitoramento meteorológico e agrometeorológico, bem como o acesso público às informações meteorológicas e climáticas. Nesse contexto, o adensamento da rede de observação de superfície juntamente com o aperfeiçoamento contínuo dos Modelos Numéricos de Tempo e a incorporação de milhões de informações ao seu banco de dados meteorológico, ampliou a capacidade de monitoramento dos fenômenos meteorológicos. Em 2018, foram realizados **12,5 milhões de acessos ao Portal do INMET**, o que demonstra a importância das informações disponibilizadas para a sociedade.

Houve também a ampliação da capacidade de armazenamento computacional de 0,7 para 1,4 petabyte, para as séries históricas de dados e rotinas diárias de processamento dos modelos de previsão do Tempo e Clima.

Gráfico 5.41. Número de acessos ao Portal INMET



Fonte: SIOP

PRIORIDADES E METAS

O esforço continuado no adensamento da rede de observação de superfície juntamente com o aperfeiçoamento contínuo dos Modelos Numéricos de previsão do Tempo e da incorporação de informações ao banco de dados meteorológico ampliarão sobremaneira a capacidade de monitoramento climático dos fenômenos meteorológicos.

O acompanhamento, acesso e utilização das novas técnicas de previsão de Tempo e Clima permitirá a melhoria contínua da classificação e divulgação dos eventos e desastres meteorológicos no território brasileiro, informações essas sempre disponibilizadas em tempo real para o setor agropecuário, para a Defesa Civil, parceiros institucionais e cidadãos.

INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

Em 2018 foi dada continuidade à implementação de atividades para garantir a ampliação das áreas de monitoramento meteorológico e agrometeorológico, bem como, o acesso público às informações meteorológicas e climáticas, visando a ampliação da sua aplicação na produção e na produtividade agropecuária como também para melhor orientar as ações de diminuição do Risco Agrícola climático, da salvaguarda da vida e do uso de informações meteorológicas e climáticas no apoio à tomada de decisão, desde o nível do produtor agrícola ao de ações e políticas governamentais.

DESAFIOS E RISCOS

O grande desafio para o INMET é entregar produtos e serviços com informações capazes de prevenir a população com a antecedência necessária quando da possibilidade de ocorrência de fenômenos temporais como secas e enchentes. Contudo, ainda existe uma lacuna acentuada entre a característica dessas informações e a real necessidade da sociedade.

Os produtos e serviços desenvolvidos e disponibilizados gratuitamente pelo INMET para a sociedade já incluem a previsão do tempo, divulgação de avisos em tempo real sobre a ocorrência de fenômenos meteorológicos severos, e análises e tendências sobre o monitoramento das condições climáticas.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E SETOR AGROPECUÁRIO E ANÁLISE DA PERSPECTIVA DE SUPORTE

Aperfeiçoar a comunicação dos resultados gerados pelo MAPA, a gestão de pessoas e de processos.

1. PRESTAR ORIENTAÇÃO E ATENDIMENTO PARA A SOCIEDADE

Compreende o fornecimento de informações sobre o órgão, seja de forma proativa, como reativa, tendo como principal objetivo o esclarecimento do usuário em relação ao Ministério e seus serviços. As informações são prestadas através do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, site do ministério e pelas cartas de serviços.

As cartas de serviços são responsáveis por fornecer ao cidadão informações de forma a garantir atendimento acessível de qualidade. Para mais informações, acesse: <http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/servico-informacao-cidadao-sic>

2. OUVIDORIA

Canal destinado aos usuários internos e externos, para encaminhamento de reclamações, denúncias, sugestões e elogios.

Mais informações: <http://www.agricultura.gov.br/ouvidoria>

3. APERFEIÇOAR A GESTÃO DE PESSOAS

Um dos objetivos das unidades de suporte é aperfeiçoar a Gestão de Pessoas, que diz respeito às ações de capacitação, desenvolvimento e motivação do quadro de pessoal considerando as competências necessárias para alcance dos resultados do MAPA.

4. APERFEIÇOAR A COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS GERADOS

Outro objetivo de suporte refere-se ao aperfeiçoamento da comunicação dos resultados gerados, que atua na estruturação sistemática de comunicação dos resultados e ações do MAPA para o público interno e para a sociedade.

5. AUMENTAR A AGILIDADE DOS PROCESSOS DE TRABALHO

Tornar os processos de trabalho do Ministério mais ágeis, utilizando, quando possível, a sistematização e a automatização dos processos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O e-OUV, sistema utilizado pela ouvidoria do MAPA, recebeu 4.386 manifestações em 2018, referente à denúncias, reclamações, solicitações e sugestões.

Gráfico 5.42. Quantidade de manifestações recebidas pela Ouvidoria/MAPA por mês em 2018

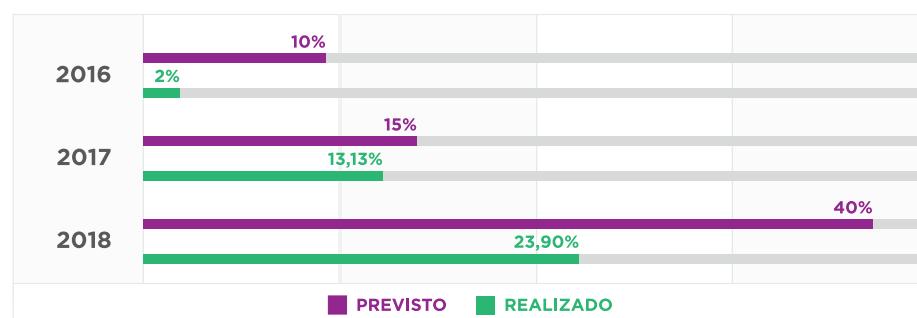


Fonte: Ouvidoria/MAPA

Considerando que o MAPA adota o modelo de Gestão por Competências para o desenvolvimento dos seus servidores, busca-se medir as competências a serem desenvolvidas internamente para que os servidores possam desempenhar melhor suas atividades.

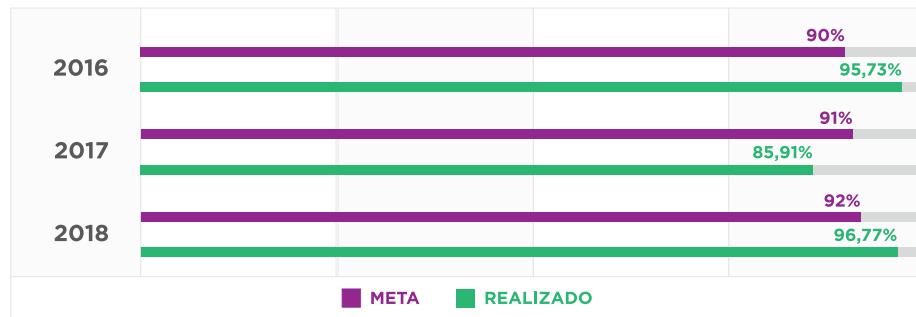
De 2016 a 2018, o indicador de desenvolvimento de competências no MAPA ficou abaixo das metas estipuladas. Apesar disso, observa-se ao longo do período houve crescimento da taxa, indicando o comprometimento do MAPA em relação ao desenvolvimento de seu quadro de pessoal.

Gráfico 5.43. Taxa de desenvolvimento de competências em 2016, 2017 e 2018



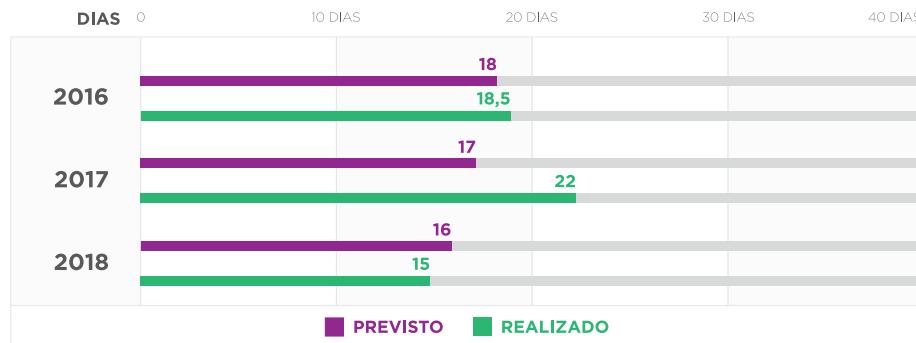
Fonte: ENAGRO/MAPA

Gráfico 5.44. Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o MAPA em 2016, 2017 e 2018



Fonte: ACE/MAPA

Gráfico 5.45. Tempo médio de respostas às demandas do SIC em 2016, 2017 e 2018



Fonte: BINAGRI/MAPA

O indicador mede o tempo médio de resposta das demandas do SIC. Houve melhora expressiva dos resultados em comparação com 2017.

Essa melhora é associada ao feedback dos servidores das áreas consultadas, com a adequada agilidade na prestação da informação, mantendo, dessa forma, o Ministério dentro dos limites da Lei de Acesso a Informação (LAI).

Foi prevista a agilização de 1 processo crítico para o exercício 2018. Foram realizados os mapeamentos de 4 processos da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (ACST) e 1 da ENAGRO, descritos a seguir:

CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS:

- Criação e Composição de Câmara Setorial ou Temática;
- Organização de Reunião;
- Elaboração da Memória de Reunião;
- Acompanhamento de Proposições.

Gráfico 5.46. Número de processos críticos agilizados em 2016, 2017 e 2018



Fonte: CGDI/MAPA

6

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

O Departamento de Administração - DA/SE integra a estrutura da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, conforme o Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016. As suas competências regimentais encontram-se regidas pela Portaria Mapa nº 561, de 11 de abril de 2018, que fundamenta a definição da missão institucional de coordenar, orientar e executar as atividades relacionadas a gestão estratégica, a administração de pessoas, ao processo de aquisições, a execução orçamentária e financeira, a logística institucional e as ações de tecnologia da informação.

O Diretor de Administração exerce um papel de articulação das Unidades Gestoras e Executoras do MAPA com os Órgãos Centrais dos Sistemas Federais Intervenientes, destacando-se, neste sentido, o entendimento das normas divulgadas para a devida orientação junto às unidades do MAPA quanto ao cumprimento das mesmas em relação aos Sistemas de: Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG, Planejamento e Orçamento - SIOP, Administração Financeira Federal (quanto à programação financeira), Contabilidade Federal, Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, Nacional de Arquivos - SINAR e Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

Em 2018, destacaram-se três Objetivos Estratégicos vinculados à competência da Gestão do DA/SE, quais sejam:

I- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas - acompanhamento dos indicadores de desempenho de mapeamentos realizados em 2017, ligados aos processos: "gerir quadro de pessoal e provimento de cargos" e "gerir Saúde e Segurança Ocupacional", sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP/DA/SE, além disso, contempla o mapeamento realizado no processo "Gerir Desenvolvimento e Educação Corporativa", sob responsabilidade da Escola Nacional de Gestão Agropecuária - ENAGRO;

Marcus Vinicius Severo de Souza Pereira
Diretor de Administração



II- Aperfeiçoamento da comunicação dos resultados gerados pelo MAPA - criação de um webservice de e-mails e telas iniciais para atender o público interno e as ações internas ao MAPA. Para o público externo, a divulgação de seus resultados e principais notícias é realizada por meio da sua página online; e

III- Aumento da agilidade dos processos de trabalho e vinculação por meio do mapa estratégico e da cadeia de valor da organização - Foram realizadas reuniões com as Secretarias Finalísticas e CEPLAC, visando a divulgação e captação de interessados na automação de serviços oferecidos pelo MAPA diretamente ao usuário-cidadão. Com a parceria entre o Mapa e o então Ministério do Planejamento - MP, no projeto conhecido como "Digitização", foram selecionados dois serviços para automação: "participação em feiras internacionais" (já finalizado e em operação) e "habilitar laticínios ou cooperativas de leite no programa Mais Leite Saudável" (em andamento).

Ainda em 2018, destacaram-se as seguintes ações sob a coordenação do Diretor de Administração:

I- A Gestão do Acervo Patrimonial e de Infraestrutura de materiais de consumo junto as áreas do MAPA na Sede, nas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA, nas Superintendências Regionais de Desenvolvimento da Lavoura cacaueira..

II- Pesquisas de boas práticas com órgãos de referência gerencial, como o Tribunal de Contas da União - TCU, o Senado Federal e o Superior Tribunal Militar - STM, a fim de buscar procedimentos passíveis de replicação no MAPA para construção de uma administração mais eficiente.

III- Aquisição de equipamentos necessários ao melhor desempenho dos LANAGROs.

A evolução da utilização de informações de custos no MAPA tem sido contínua, envolvendo todo um processo de conscientização, sensibilização e capacitação de servidores. Após a atualização do Sistema de Informações de Custos - SIC pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN a gestão de custos ficou mais abrangente, possibilitando a geração de relatórios, no mínimo, obtendo os custos por programa e unidade administrativa, de forma que as informações extraídas atendam à legislação aplicável, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF no seu âmbito de aplicação.

Para assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação (TI), o MAPA cumpre um conjunto de normativos estabelecidos pelo Governo Federal, órgãos de controle e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MP, além de obedecer às normas internas.

As ações de manutenção do ambiente tecnológico, sustentação e desenvolvimento de soluções de software, são consideradas de extrema relevância, por garantir a disponibilidade dos serviços de TI e atendimento de suporte aos usuários de forma presencial e remota a nível nacional, além de proporcionar a eficiência dos serviços quanto ao pleno funcionamento dos servidores de rede, backup, domínio, telefonia VoIP, Wi-Fi, antivírus, licenciamento, e-mail etc. em sua Sede e nas regionais.

Em 2018 o Ministério contou com 157 sistemas e serviços informatizados em ambiente de produção, mantendo inclusive os dados relevantes sobre o escoamento de alimentos e estabelecimentos relacionados, fórmulas patenteadas e padrões de rotulação de produtos.

Durante o ano de 2018, foram realizados 217.447 atendimentos. Os principais objetivos do serviço foram: garantia de disponibilização dos serviços de infraestrutura de TI no MAPA, com seu pronto restabelecimento através de um gerenciamento efetivo dos incidentes, com suporte técnico especializado e de qualidade aos seus usuários; aprimoramento das atividades de forma a prover informações, orientações e esclarecimentos dos recursos de TI, atendendo aos princípios da transparência e os requisitos da disponibilização segura de informações, reduzindo o tempo de restauração da operação normal dos serviços com o mínimo de impacto nos processos de negócios do MAPA gerando aumento do grau de satisfação dos usuários interno e externo na utilização da infraestrutura de TI do MAPA. Além disso, as atividades voltadas ao Escritório de Processos apoiaram a Secretaria de Defesa Agropecuária na aquisição de ferramenta para automação de processos de negócio (BPMS).

Entre os desafios da gestão administrativa do MAPA, destaca-se: a restrição orçamentária, que limitou as despesas da União e gerou constantes readequações e ajustes para o aprimoramento dos procedimentos de gestão orçamentária e financeira buscando a elevação da efetividade dos recursos empregados sem comprometer a qualidade da prestação de bens e serviços; o fortalecimento das ações finalísticas de governo, com o objetivo de fomentar o agronegócio brasileiro, e a morosidade do processo licitatório.

Todas as informações prestadas por esta Diretoria estão, detalhadamente, descritas no relatório de gestão e a conformidade e confiabilidade encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública (SIAFI, SIAPE, SIADS E SIASS).

Finalizando, DECLARO que os padrões de gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

6.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 consignou à administração direta do MAPA e ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), dotação orçamentária no montante de R\$ 5,54 bilhões. Com um acréscimo de R\$ 280 milhões, durante o exercício, a dotação final ficou em R\$ 5,82 bilhões.

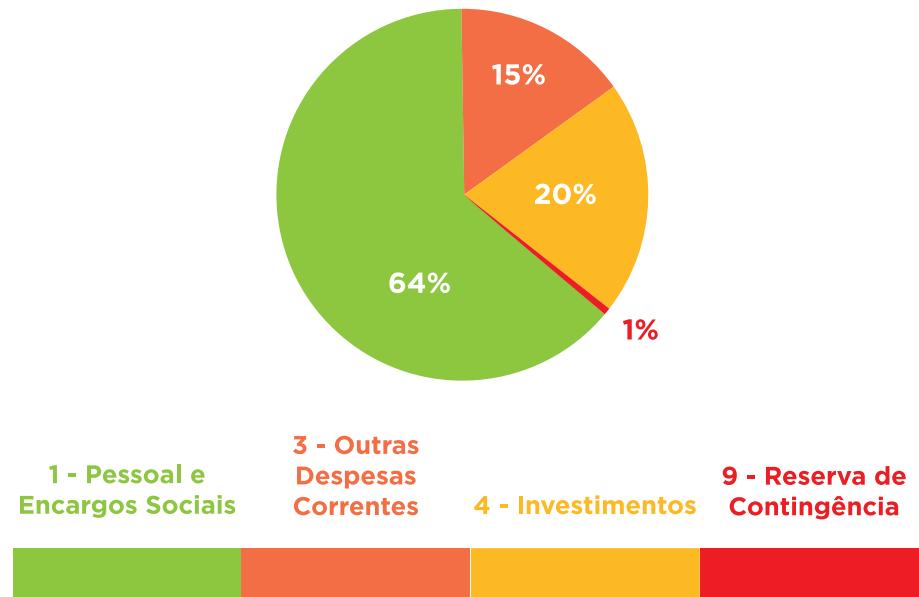
Desse montante, foram destinados R\$ 3,7 bilhões para despesas com pessoal e encargos sociais, R\$ 1,19 bilhão para investimentos, R\$ 886 milhões para outras despesas correntes e R\$ 36 milhões para reserva de contingência.

Tabela 6.1. Dotação atualizada de 2018 por Unidade Orçamentária e Grupo de Natureza de Despesa (GND)

Grupo de Natureza de Despesa - GNDs	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	Total	(R\$ MILHÕES)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.714,58	-	3.714,58	
3 - Outras Despesas Correntes	876,97	8,95	885,92	
4 - Investimentos	1.184,62	0,80	1.185,42	
9 - Reserva de Contingência	-	35,58	35,58	
Total	5.776,17	45,33	5.821,50	

Fonte: Tesouro Gerencial (21/1/2019)

Gráfico 6.1. Dotação orçamentária de 2018 distribuída por Grupo de Natureza de Despesa



Fonte: Tesouro Gerencial (21/1/2019)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Da dotação autorizada para 2018, foram empenhados R\$ 5,69 bilhões, representando um acréscimo de 3,9% e 11% em relação a 2017 e 2016, respectivamente. Além disso, foram liquidadas R\$ 4,49 bilhões, ou seja, 78,9% das despesas empenhadas. Já a execução financeira totalizou R\$ 4,2 bilhões em 2018, um decréscimo de 5,3% e 4,9% em relação a 2017 e 2016, respectivamente. As despesas pagas em 2018 representaram 94,2% das liquidadas e 74,3% das empenhadas.

Tabela 6.2. Execução orçamentária e financeira por Função de Governo - Fonte: Tesouro Gerencial (21/1/2019)

Função de Governo	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas			(R\$ MILHÕES)
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	
09 - Previdência Social	1.724,25	1.887,38	1.959,26	1.724,25	1.887,38	1.957,07	1.724,25	1.887,38	1.804,71	
20 - Agricultura	3.404,34	3.588,41	3.730,02	2.761,85	2.654,49	2.531,44	2.722,99	2.577,23	2.422,93	
28 - Encargos Sociais	0,02	0,06	2,16	0,02	0,06	1,97	0,02	0,06	1,79	
Total	5.128,61	5.475,85	5.691,45	4.486,13	4.541,93	4.490,49	4.447,27	4.464,67	4.229,43	

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA (GND) E ELEMENTO DE DESPESA

Dos R\$ 5,69 bilhões empenhados em 2018, R\$ 3,64 bilhões corresponderam às despesas com pessoal e encargos sociais, R\$ 1,18 bilhões aos investimentos e R\$ 874 milhões às outras despesas correntes, correspondendo a 64%, 21% e 15%, respectivamente, da execução orçamentária.

Tabela 6.3. Execução orçamentária e financeira por grupo de natureza da despesa 1 – pessoal e encargos sociais

(R\$ MILHÕES)

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
11 - Vencimentos e Vantagens fixas - Pessoal Civil	1.387,40	1.374,55	1.280,92
01 - Aposent. RPPS, Reserv. Remuner. E Refor. Militar	1.073,79	1.072,10	987,98
03 - Pensões do RPPS e do Militar	870,04	870,04	802,76
13 - Obrigações Patronais	276,40	262,97	262,52
Demais Elementos	32,33	30,96	28,80
Total GND 1	3.639,96	3.610,61	3.362,98

Fonte: Tesouro Gerencial (21/1/2019)

Tabela 6.4. Execução orçamentária e financeira por grupo de natureza da despesa 3 – outras despesas correntes

(R\$ MILHÕES)

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
45 - Subvenções Econômicas	370,61	370,61	370,61
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - OP.INT.ORC	137,03	109,17	108,22
37 - Locação de mão-de-obra	112,99	100,82	99,30
46 - Auxílio-Alimentação	50,45	49,56	45,50
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	48,94	29,44	29,21
30 - Material de Consumo	38,64	20,02	19,88
93 - Indenizações e Restituições	36,18	34,72	32,86
41 - Contribuições	20,42	9,90	9,60
14 - Diárias - Pessoal Civil	19,13	19,13	19,13
Demais Elementos	39,61	34,48	32,74
Total GND 3	874,00	777,85	767,04

Fonte: Tesouro Gerencial (21/1/2019)

Tabela 6.5. Execução orçamentária e financeira por grupo de natureza da despesa 4 – investimentos - Fonte: Tesouro Gerencial (21/1/2019)

(R\$ MILHÕES)

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
42 - Auxílios	956,14	51,78	49,24
52 - Equipamentos e Material Permanente	150,48	39,61	39,55
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - OP.INT.ORC	55,06	7,86	7,86
51 - Obras e Instalações	7,68	0,23	0,23
Demais Elementos	8,12	2,54	2,54
Total GND 4	1.177,49	102,03	99,41
Total da execução em 2018	5.691,45	4.490,49	4.229,43

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Do total da execução orçamentária em 2018, 31,1% referem-se aos programas das atividades finalísticas, com destaque para a Agropecuária Sustentável e Defesa Agropecuária (Tabela 6.6).

Tabela 6.6. Execução orçamentária dos programas de Governo

Programas de Governo	Despesas Empenhadas (R\$ MILHÕES)
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da união	1.959,26
2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura	1.958,57
2077 - Agropecuária Sustentável	1.564,98
2028 - Defesa Agropecuária	188,20
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	18,27
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	2,16
Total	5.691,45

Fonte: Tesouro Gerencial (21/1/2019)

Os projetos “152L – Reforma, Ampliação e Modernização dos Laboratórios Nacionais” e “147S – Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico” empenharam R\$ 6,9 milhões e R\$ 800 mil, respectivamente, em 2018, representando uma execução orçamentária de 98% da dotação orçamentária autorizada.

Em relação à execução orçamentária das principais ações de governo, 64% estão relacionadas às despesas com pessoal e encargos sociais. Das demais despesas empenhadas, destacam-se o Fomento ao Setor Agropecuário (19,6%), a Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (6,51%), a Administração da Unidade (3,1%) e a Implementação da Defesa Agropecuária (2,6%).

Tabela 6.7. Execução orçamentária das ações de Governo

(R\$ MILHÕES)

Ações de Governo	Despesas Empenhadas
Ações de Governo do GND 1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.639,96
20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	1.113,35
099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	370,61
2000 - Administração da Unidade	175,13
214W - Implementação da Defesa Agropecuária	147,34
Demais Ações de Governo	245,06
Total	5.691,45

Fonte: Tesouro Gerencial (21/1/2019)

Diferentemente dos exercícios anteriores, em 2018, o limite de movimentação e empenho foi igual à dotação autorizada das despesas discricionárias, ou seja, não houve contingenciamento das despesas. Dado esse cenário consistente com o esforço de otimização dos recursos disponibilizados, a execução orçamentária dessas despesas foi de 99%, traduzindo o êxito dos esforços despendidos.

DESAFIOS

- Adequar a gestão orçamentária e financeira ao quadro econômico atual;
- Fortalecer as ações finalísticas de governo com o objetivo de fomentar o agronegócio brasileiro; e
- Incorporar a nova estrutura administrativa do Ministério sem prejuízo às atividades administrativas e à população.

AÇÕES FUTURAS

- Fortalecer às ações de racionalização do gasto público;
- Ampliar a transparência da aplicação dos recursos públicos, utilizando ferramentas de inteligência;
- Estimular a cultura organizacional para o aprimoramento da execução orçamentária e financeira; e
- Dinamizar os canais de comunicação interna e com os órgãos centrais para que a nova estrutura administrativa atinja plenamente a proposta de harmonização e integração das iniciativas na agropecuária.

6.2. GESTÃO DE PESSOAS

Unidade central de gestão de pessoas do MAPA, a Coordenação-Geral de Administração de Pessoas (CGAP) age em conformidade com o Regimento Interno da Secretaria-Executiva, com atribuições definidas no art. 107, do Anexo I, da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018.

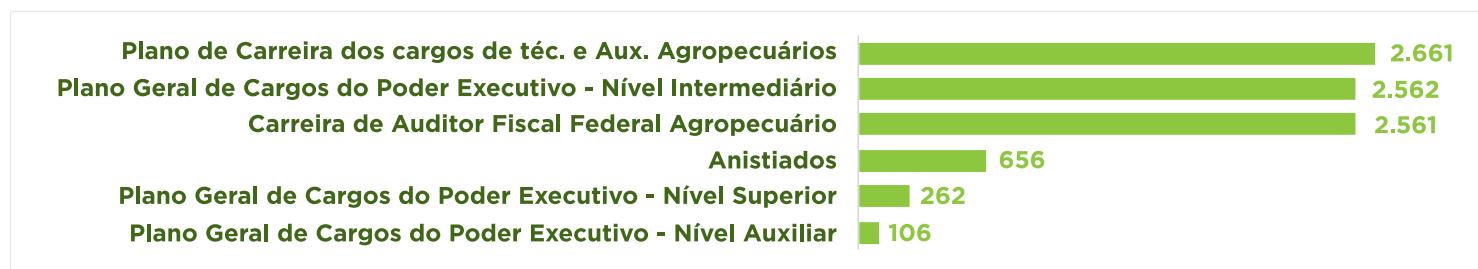
Com o intuito de facilitar e garantir maior fluidez dos trabalhos relativos a gestão de pessoas, o MAPA publicou internamente, em 2018, um painel digital e interativo sobre sua força de trabalho. A implantação do painel Força de Trabalho permitiu aos gestores o acesso rápido e fácil a informações imprescindíveis para as tomadas de decisões, e em especial, para a alocação de recursos humanos nos setores com maiores déficits de pessoal. A ferramenta fornece informações quanto à distribuição dos servidores, gênero, faixa etária, situação funcional, carreira, área de trabalho e unidade de lotação. Além disso, o recurso, que é baseado em informações existentes no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, foi desenvolvido pelo próprio corpo funcional do MAPA visando a redução de gasto público e a incorporação de conhecimento de novas tecnologias por seus servidores.

Outro importante destaque de 2018 foi a decisão, por parte do MAPA, em participar, como unidade piloto, do Projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). Esse projeto tem por objetivo a utilização do dimensionamento da força de trabalho como base para as estratégias de Gestão de Pessoas desenvolvidas nos órgãos da Administração Pública Federal.

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Para desempenhar suas diversas competências, em 2018, o MAPA contou com um total aproximado de **9.778 servidores**, distribuídos nas 27 unidades federativas do Brasil. Composto por 2 carreiras específicas, e 7 carreiras gerais da Administração Pública Federal, seu quadro de pessoal apresenta grande diversidade de perfis profissionais com 123 perfis ocupados por servidores ativos.

Gráfico 6.2. Quantidade de servidores nas principais carreiras do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

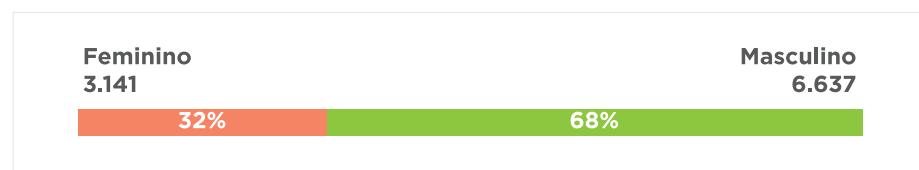


Fonte: SIAPE

Figura 6.1. Vencimentos iniciais e finais das principais carreiras do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

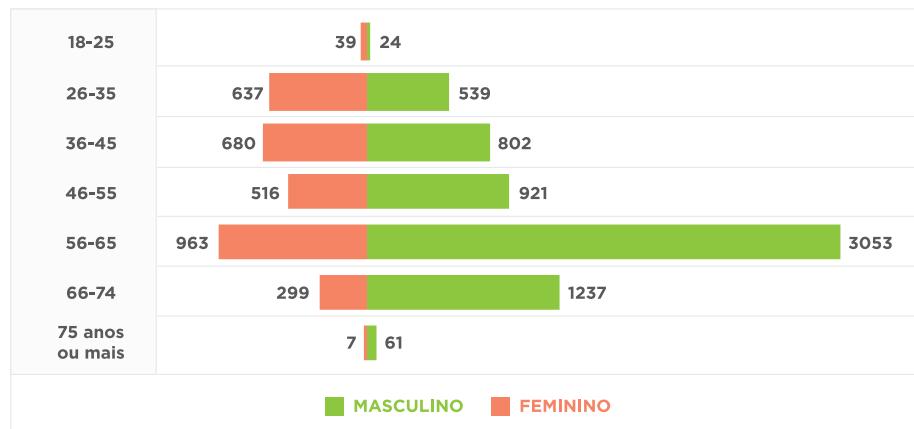
Auditor Fiscal Federal Agropecuário Vencimento inicial: R\$ 14.584,71 Vencimento final: R\$ 20.376,24	Agente de Atividades Agropecuárias Vencimento inicial: R\$ 3.029,26 Vencimento final: R\$ 3.313,31	Técnico em Laboratório Vencimento inicial: R\$ 3.029,26 Vencimento final: R\$ 3.313,31	Cargos de Nível Intermediário do PGPE Vencimento inicial: R\$ 1.749,57 Vencimento final: R\$ 2.145,23
--	---	---	--

Gráfico 6.3. Quantidade de servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por gênero



Fonte: SIAPE

Gráfico 6.4. Distribuição dos servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por idade e gênero



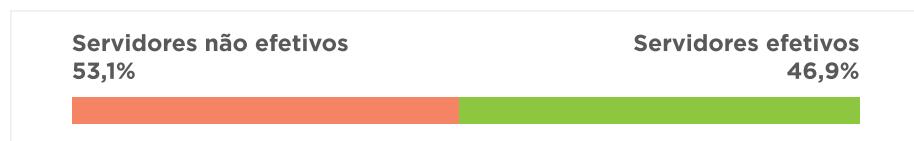
Fonte: SIAPE

Figura 6.2. Principais situações funcionais do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



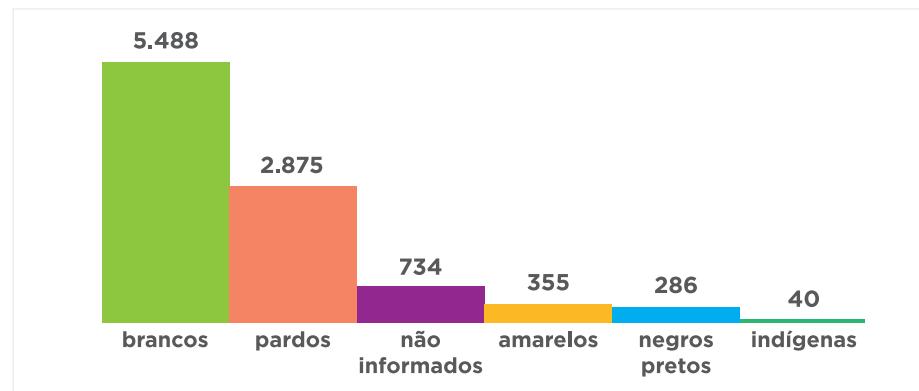
Fonte: SIAPE

Gráfico 6.5. Distribuição dos cargos gerenciais (Direção e Assessoramento Superior - DAS) por efetividade dos servidores



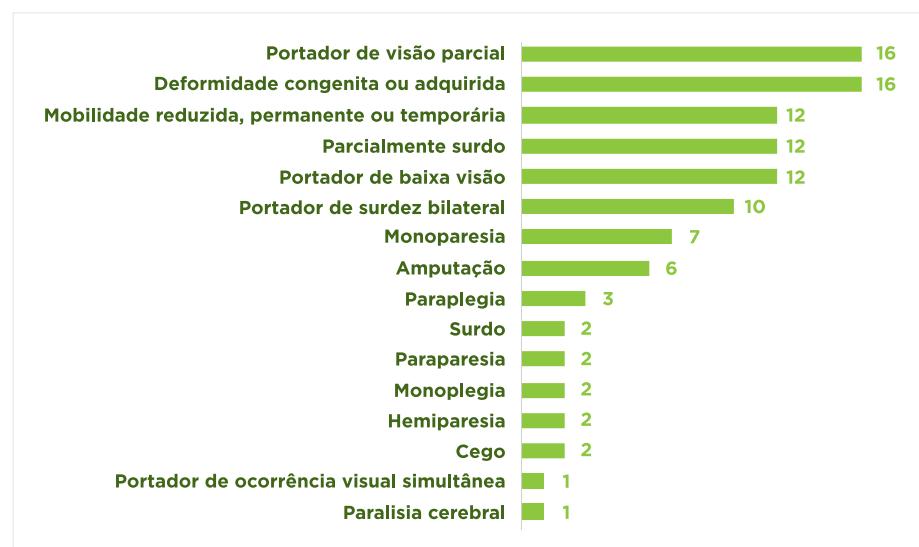
Fonte: SIAPE

Gráfico 6.6. Distribuição dos servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por etnia autodeclarada



Fonte: SIAPE

Gráfico 6.7. Quantidade de servidores portadores de deficiência do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Fonte: SIAPE

DESPESA DE PESSOAL: ATIVO, INATIVO E PENSIONISTA

Devido a avançada idade média do quadro de pessoal, o MAPA tem registrado um aumento de número de aposentadorias ao longo dos últimos anos. Consequentemente, os gastos com pessoal inativos e pensionistas também aumentaram consideravelmente.

Em razão da proposta de reforma da previdência, juntamente com outros fatores, presume-se que o número de aposentados no exercício de 2019 supere o do exercício de 2018.



Gráfico 6.8. Evolução da despesa de pessoal ativo, inativo e pensionistas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento dos anos de 2016 a 2018

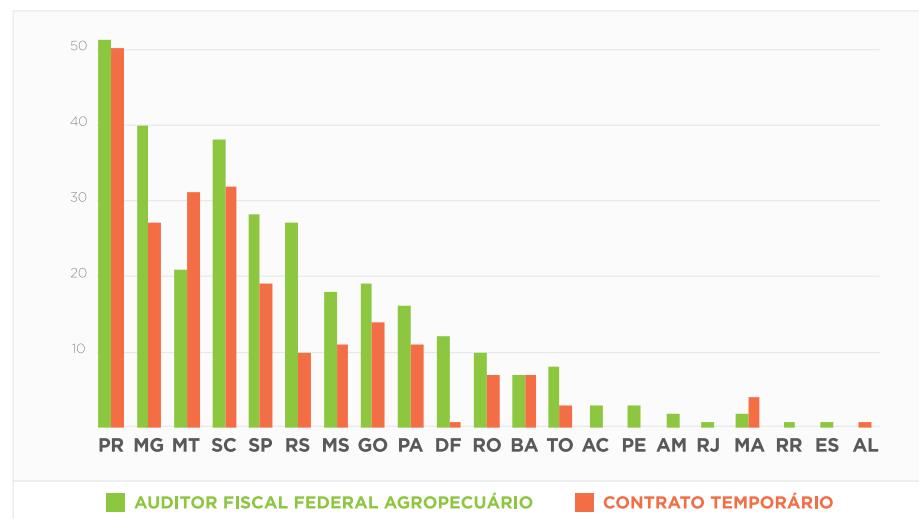
ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

No final do ano de 2017 e início do ano de 2018, deu-se início à contratação temporária de 300 Médicos Veterinários, conforme Processo Seletivo Público Simplificado, instituído pelo Edital nº 48, de 10 de agosto de 2017, da Escola de Administração Fazendária (Esaf).

Em março de 2018, como estratégia para melhorar a alocação do quadro de pessoal do MAPA, realizou-se o Concurso Interno de Remoção a Pedido, visando o preenchimento de vagas em aberto nas diversas unidades da federação.

Após a realização do concurso de remoção, deu-se início ao provimento de 300 Auditores Fiscais Federais Agropecuários, por Concurso Público, regido pelo Edital Esaf nº 59, de 25 de setembro de 2017, que foi motivado pela redução do número de auditores fiscais nos últimos anos, devido às aposentadorias ocorridas em 2016 e 2017, de 124 e 254 servidores respectivamente. Tal redução influenciou nas fiscalizações, emissão de certificados e outras atividades relacionadas ao seguimento agropecuário.

Gráfico 6.9. Distribuição por Unidade da Federação dos novos servidores contratados por meio de concursos públicos realizados em 2017



Ainda em 2018, houve a implantação do Teletrabalho, a título de experiência-piloto, pela Portaria nº 1.354, de 16 de agosto de 2018. A implantação do trabalho a distância visa instituir ações voltadas à melhoria contínua do ambiente organizacional, fortalecendo a qualidade de vida no trabalho, de forma a contribuir com o objetivo estratégico “Aperfeiçoar a gestão de pessoas” do Plano Estratégico do MAPA.

Figura 6.3. Linha temporal da estratégia de recrutamento e alocação de pessoas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no ano de 2018



AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Regularização dos 7º (2015-2016) e 8º (2016-2017) Ciclos de Avaliação de Desempenho;

- No 8º Ciclo, 5.739 servidores foram avaliados.

Inscrição do MAPA como unidade piloto para aplicação de nova forma de avaliação de Desempenho proposta pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

PROGRESSÃO FUNCIONAL

• Realizada em setembro de 2018 a progressão funcional dos servidores do MAPA tem como base normativa os Decretos nº 84.669/1980, 2.280/1985, 89.310/1984 e a Instrução Normativa MPOG nº 120/1981;

- Em 2018, a progressão funcional contemplou 3 Planos de Carreiras

ESTÁGIO PROBATÓRIO

As avaliações de estágio probatório ocorrem a cada 6 meses de efetivo exercício, durante os 3 primeiros anos do servidor em exercício na Administração Pública Federal. Objetivam avaliar a aptidão e a capacidade do servidor no exercício do cargo.

Em 2018, o MAPA realizou 140 avaliações de estágio probatório. Do total de servidores avaliados:

- 98 servidores foram aprovados e finalizaram seu estágio probatório;
- 42 servidores continuam em estágio probatório.

CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

A Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro), integrante do Sistema de Escola de Governo da União, foi criada em 2016 com a missão de oferecer programas de desenvolvimento e aprendizado de excelência, bem como propiciar condições para a aprendizagem contínua e efetiva que prepare todos os envolvidos nos arranjos produtivos e sociais da agropecuária com competência e ética. Para promover a excelência nos serviços prestados, o objetivo da Enagro está direcionado à promoção da aprendizagem individual e institucional, proporcionando o desenvolvimento de competências, além da retenção e disseminação do conhecimento, criando um ambiente flexível, dinâmico e sinérgico para promoção da aprendizagem de conhecimentos estratégicos; essenciais à melhoria contínua dos arranjos produtivos e sociais da agropecuária.

Figura 6.4. Áreas de atuação da Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro)



Ao longo de 2017 e 2018, a Enagro priorizou a implantação da Gestão por Competências no MAPA. Para efetivar a implementação do novo método de gestão, redesenhou o Plano Anual de Capacitação (PAEC), destacando-se, nessa matéria, como referência atual na Administração Pública.

PRINCIPAIS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO EM 2018

- Modernização, desburocratização e agilização dos processos de capacitação, possibilitando a implantação do Painel de Gestão de Capacitação (indicadores. agricultura.gov.br/gestaodacapacitacao/index.htm). A ferramenta é um mecanismo de controle, monitoramento e avaliação, que colabora com a transparência das ações de capacitação e desenvolvimento, que permite a aplicação racional e direcionada de investimentos.
- No contexto da Operação Carne Fraca, promoveu a elaboração e execução das Trilhas de Aprendizagem aplicada aos Superintendentes e o Curso de Integridade e Ética aplicado ao Serviço de Inspeção Federal (SIF).
- Promoção, a partir das orientações do TCU, de cursos de gestão e fiscalização, incluindo de forma ostensiva o corpo técnico descentralizado, em cooperação com a Escola Nacional de Administração Pública.
- Elaboração da proposta curricular do Curso de Especialização em Políticas Agropecuárias, a ser ofertado em 2019.
- Iniciou em 2018, em parceria com as áreas finalísticas do MAPA, a institucionalização da Gestão do Conhecimento no tocante da aprendizagem organizacional, por meio de narrativas, estudos de caso, infográfico e manualização.

Figura 6.5. Capacitação em números: Resultados da Escola Nacional de Gestão Agropecuária, em 2018



PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

DESAFIOS

- Parceria com demais escolas de governo bem como Instituições de Ensino Superior para oferta de cursos de especialização;
- Implementação de política para normatizar os critérios e a tabela de valores para percepção da GECC, no âmbito do MAPA;
- Implantação do modelo de avaliação de impacto e avaliação de aprendizagem;
- Modernização dos processos de trabalho utilizando a sistematização e automação.
- Migração para o sistema de ponto eletrônico do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP;
- Continuidade do detalhamento de atividades dos processos de trabalho da CGAP;
- Realização do Exame médico Período;
- Implantação do PPA - Preparação para a aposentadoria.

AÇÕES FUTURAS

- Adequação de competências para institucionalização da política de gestão por competências do MAPA;
- Realização do 2º ciclo do diagnóstico de necessidade de desenvolvimento;
- Ampliação da oferta de cursos em Ensino à Distância, considerando a adesão à Escola Virtual de Governo (EVG);
- Institucionalização do projeto de gestão do conhecimento.
- Disponibilização do painel Força de Trabalho ao público externo;
- Implantação do módulo Web Férias;
- Entrega do projeto de implantação das novas carteiras funcionais e de fiscalização;
- Reestruturação da Central de Relacionamento;
- Adesão ao Assentamento Funcional Digital.

6.3. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

362 Contratos assinados → Recursos R\$ 363.336.752,40 → 268 Contratos de Serviços R\$ 245.666.688,04
94 Contratos de Materiais R\$ 117.670.064,36

44 Unidades Contratantes

Gráfico 6.12. Valor total dos contratos assinados em 2018 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por unidade contratante

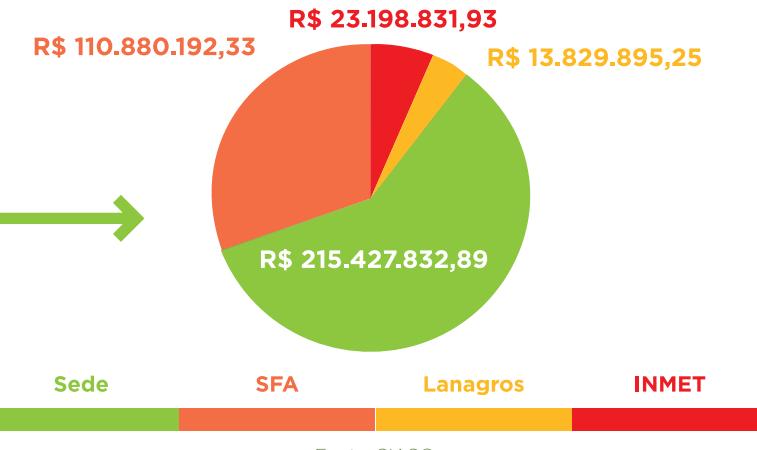


Gráfico 6.10. Valor total dos contratos assinados em 2018 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por modalidade de licitação

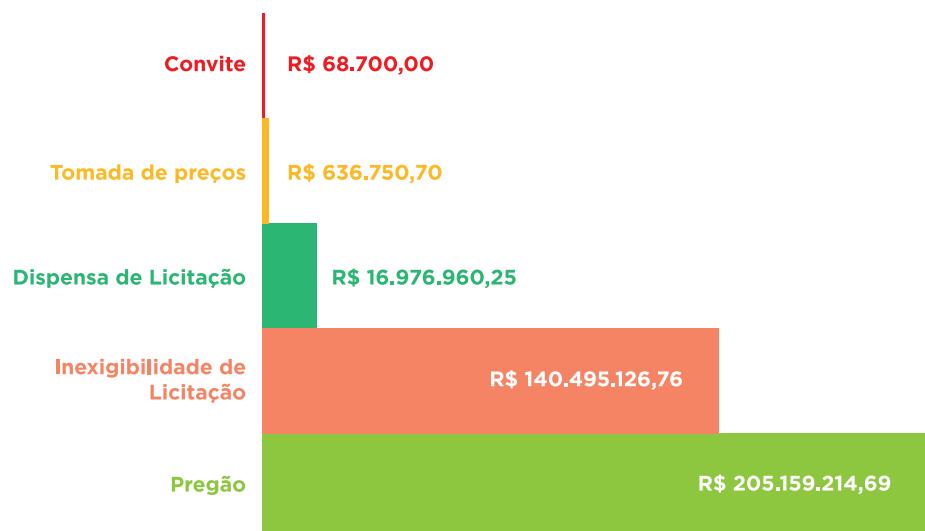
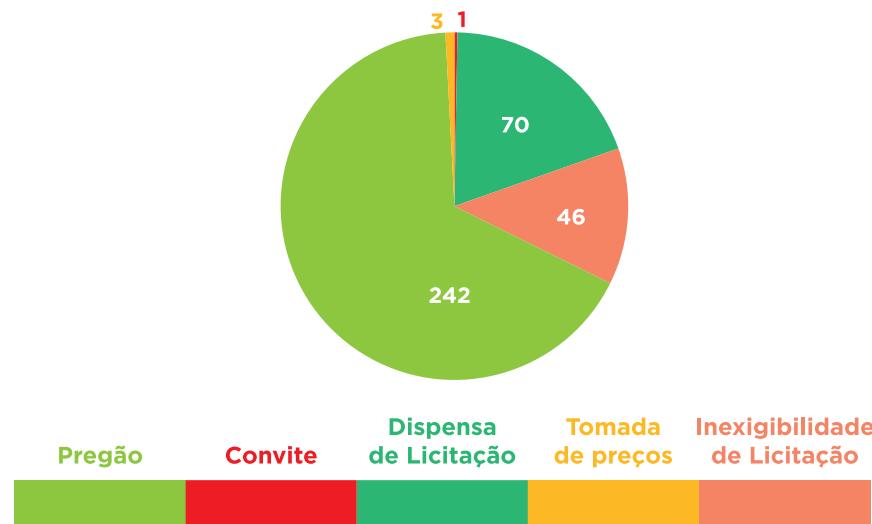


Gráfico 6.11. Quantidade total de contratos assinados em 2018 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por modalidade de licitação



As contratações por inexigibilidade de licitação se justificam em grande parte em função de critérios de padronização e/ou das características únicas e específicas que são atendidas por soluções/empresas especialistas e únicas no mercado. Dos 46 contratos de Inexigibilidade, o contrato de prestação de serviços pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para atuar como MANDATÁRIA da União, na operação de contratos de repasse representa 96,6% do valor.

Tabela 6.8. Principais contratos assinados em 2018 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Principais Contratos	Valor Inicial
Contratação direta de prestação de serviços pela Caixa Econômica Federal, para atuar como mandatária da União, na operação de contratos de repasse	R\$ 135.762.584,11
Equipamentos e Viaturas, a serem empregados pelas Unidades de Engenharia, nas obras de Cooperação e no apoio às operações militares	R\$ 77.404.769,28
Aquisição de microcomputadores, estações de trabalho e ultrabooks.	R\$ 10.739.050,00
Serviços de sustentação, manutenção e desenvolvimento de soluções de software para o MAPA	R\$ 9.720.150,40
Fornecimento de solução de monitoramento virtualizado, incluindo licenças de uso perpétuo, instalação, configuração e suporte técnico incluindo análise de dados para redes SAN	R\$ 8.294.020,00
Prestação de serviços de agenciamento de viagens para voos regulares internacionais e domésticos	R\$ 7.667.304,50
Contratação de serviços de continuados de vigilância orgânica desarmada e com armamento não letal	R\$ 6.211.966,65
Camionete pick-up cabine dupla, tração 4x4	R\$ 6.017.000,00
Contratação de serviços de engenharia especializada em manutenção predial, para prestação de serviços contínuos de operação, manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de peças, materiais de consumo e insumos	R\$ 5.442.110,37
Modernização de 08 (oito) elevadores instalados no Ed. Sede do MAPA	R\$ 5.330.000,00
Total	R\$ 272.588.955,31



CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES, SUA ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E JUSTIFICATIVAS

Tabela 6.9. Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas

Cadeia de Valor	Principais Iniciativas	Principais Resultados
Administração e Logística Gerir obras de engenharia predial e reformas	Modernização dos Elevadores	Aumentar a segurança e acessibilidade dos cidadãos que frequentam as dependências internas do MAPA.
Economicidade no Sistema de Telefonia	Modernização Sistema Telefonia nas Superintendências – Voip's	Padronização e modernização do Sistema de Telefonia das Superintendências.
Substituição de mobiliário em estado de conservação precário	Aquisição de Móveis	Melhorar a condição para que o servidor desempenhe suas funções.
Garantir limpeza e conservação dos bens móveis e prediais das SFAs	Limpeza e Conservação	Serviços de limpeza e conservação predial, considerados essenciais.
Prestação de serviços continuados	Apoio Administrativo	Execução de serviços de suporte, tendo em vista quadro de pessoal reduzido.
Gestão de Tecnologia da Informação Prover a infraestrutura de TIC	Acesso à internet e comunicação de dados via MPLS para a rede WAN	Aperfeiçoar a comunicação dos resultados gerados pelo MAPA.
Gestão de Tecnologia da Informação Segurança da informação	Subscrição de licenças de solução de segurança	Garantir a segurança e a integridade dos dados e das informações produzidas.
Gestão de Tecnologia da Informação Prover a infraestrutura de TIC	Serviços de vigilância e expansão da solução de armazenamento de dados	Suportar as novas soluções implantadas no MAPA.
Prestação de Informações relacionadas à agropecuária	Processamento do acervo meteorológico para atualização do Banco de Dados Meteorológico	Armazenar, gerir e disponibilizar milhões de novas informações meteorológicas históricas e diárias para melhoria da acurácia da previsão do Tempo, Clima e dos riscos agropecuários e para disponibilização para acesso pela sociedade.
Gerir informações de riscos e oportunidades agropecuárias	Atualização de Softwares e equipamentos para modernização da infraestrutura de TI	Adequar a capacidade de armazenamento e processamento das informações meteorológicas voltadas para previsão do Tempo, Clima e dos riscos agropecuários.
Gerir informações de riscos e oportunidades agropecuárias	Expansão e manutenção da rede meteorológica nacional	Adequar a capacidade de armazenamento e processamento das informações meteorológicas voltadas para previsão do Tempo, Clima e dos riscos agropecuários.
Reducir riscos sanitários, fitossanitários e de fraude na agropecuária nacional.	Contratação de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, manutenção corretiva e calibração em Balanças e Pesos-padrão	Garantir a conformidade requerida pela Norma NBR ISO 17025:2017.
Prestação de Informações relacionadas à agropecuária	Processamento do acervo meteorológico para atualização do Banco de Dados Meteorológico	Armazenar, gerir e disponibilizar milhões de novas informações meteorológicas históricas e diárias para melhoria da acurácia da previsão do Tempo, Clima e dos riscos agropecuários e para disponibilização para acesso pela sociedade

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Dentre os principais desafios e ações futuras pode-se destacar: fortalecer o apoio ministerial em referência ao desempenho das Superintendências Federais de Agricultura nos Estados, agilizar os processos de contratações, reduzir os custos, melhorar a gestão, reduzir os erros e mitigar os riscos envolvidos, tais como impugnações, recursos, representações no TCU e ações judiciais, estreitar o relacionamento entre as Secretarias e Coordenações do MAPA no sentido de sensibilizar a administração com vistas ao direcionamento de recursos orçamentários adequados para o cumprimento das metas, ações e iniciativas sob sua responsabilidade e dar sequência aos processos em andamento e relacionados à evolução continua do Mapa para fortalecer sua marca junto à sociedade brasileira e atuar cada vez mais nos vários segmentos transversais do Governo Federal, contribuindo decisivamente com produtos confiáveis para a tomada de decisão no desenvolvimento nacional sustentável.

Atualização do parque tecnológico do INMET à partir da aquisição de novos equipamentos para computação de alto desempenho (supercomputador) e dar continuidade ao adensamento da rede de observação automática de superfície juntamente com o aperfeiçoamento contínuo dos Modelos Numéricos de Tempo e da incorporação de milhões de informações do acervo ao seu banco de dados meteorológico para ampliação da capacidade de monitoramento dos fenômenos meteorológicos bem como ampliar a quantidade de ensaios acreditados junto à Cgcre/Inmetro.

Em relação as atividades finalísticas dos Lanagros, é possível destacar os serviço de limpeza, serviço de coleta de resíduos laboratoriais, cuja adequada remoção e tratamento são essenciais para as atividades do órgão e para a proteção do meio ambiente, contratos de manutenção de equipamentos e a aquisição de kits de diagnóstico e reagentes, contratar empresa para desenvolvimento de soluções no Sistema Informatizado de Gestão de informações Laboratoriais (LIMS), visando parametrização, ampliar os métodos de análises acreditados na Norma NBR ISO 17025:2017, e resolução de novas demandas apresentadas rotineiramente à rede de laboratórios do MAPA, implantar sistemática de monitoramento do novo laboratório de biossegurança NB3-Ag, dar continuidade no exercício de otimização das aquisições e contratações continuadas, de forma a tentar suprir as Unidades Analíticas de insumos e serviços necessários ao funcionamento das mesmas mantendo a qualidade analítica exigida pela NBR ISO/IEC 17025/17, desenvolver estratégias para reduzir o valor dos contratos vigentes como tentativa para se obter saldo orçamentário que permita firmar contrato para manutenção de equipamentos da marca Perkinelmer e Waters, bem como a impossibilidade de manter alguns contratos de manutenção de equipamentos frente aos cortes orçamentários ocorridos no exercício financeiro em 2018.

Uma das possíveis ações futuras para mitigação desses desafios envolvem a possibilidade de transformação de contratos regionais em nacionais, a exemplo

de fornecimento de combustível e serviço de correio; ainda, a efetiva utilização do sistema VITRO e a realização da Gestão de Riscos nas contratações e aumentar eficiência do serviço de limpeza e conservação.

6.4. GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

No decorrer do Ano de 2018, a gestão do acervo patrimonial e de infraestrutura de materiais de consumo foi realizada pelas seguintes unidades:

- Mapa-Sede: ocorre de forma centralizada, sob as competências da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços Gerais-CGRL/DA, com base Instrução Normativa nº 205, de 08 de abril de 1988 e Portaria Mapa nº 561, de 11 de abril de 2018);
- Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento: ocorre de forma descentralizada com o amparo da Portaria nº 385, de 28 de novembro de 2018;
- Superintendências Regionais de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueira, subordinadas à CEPLAC: ocorre de forma descentralizada nas três Unidades, com o amparo da Portaria nº 385, de 28 de novembro de 2018;
- Laboratórios Nacionais Agropecuários: ocorre de forma descentralizada por cada uma das seis Unidades, com base no Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018 e Instrução Normativa nº 205, de 08 de abril de 1988; e
- Instituto Nacional de Meteorologia: ocorre de forma descentralizada por cada uma das onze Unidades, com base no Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018 e Instrução Normativa nº 205, de 08 de abril de 1988.

Dentre a gestão realizada pelas unidades no exercício de 2018, destacam-se como mais relevantes:

MAPA-SEDE

Aquisições de cadeiras, sofás e fornos micro-ondas. Todas as compras foram realizadas seguindo critérios de sustentabilidade ambiental (Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1 de 19 de janeiro de 2010), sendo que a aquisição das cadeiras e sofás foram ainda realizadas com a exigência de bens com critérios de ergonomia (Norma Regulamentadora nº 17). Em 2018 não foram realizadas locações de imóveis e equipamentos pelo MAPA. Outra ação importante foi a viabilização da contratação de empresa especializada com o intuito de modernizar os 8 elevadores do edifício Sede do MAPA. A implementação deste projeto vai muito além de uma necessidade, pois representa uma oportunidade de valorizar o patrimônio público, bem como tornar a edificação mais sustentável e aumentar sua acessibilidade.

O MAPA-Sede priorizou a elaboração de um planejamento estratégico visando o desfazimento de bens no exercício 2019. Dentre as ações mais esperadas está a realização de leilão de bens inservíveis e o reaproveitamento de bens por outros órgãos públicos, através de disponibilização na ferramenta informatizada reuse (reuse.gov.br), além de outros tipos de doações e desmobilizações.

Em 2018, o MAPA realizou pesquisa de boas práticas com órgãos de referência gerencial, como o Tribunal de Contas da União, o Senado Federal e o Superior Tribunal Militar, a fim de buscar procedimentos passíveis de replicação

neste Ministério para construção de uma administração mais eficiente. Dentre os temas abordados destacam-se: o inventário de bens móveis; o sistema de identificação por radiofrequência - RFID, a capacitação de pessoal, o sistema de gestão de Almoxarifado e Patrimônio, o desfazimento de bens e a estrutura organizacional. Após conclusão dos estudos, consolidou-se um quadro de ações futuras que objetivam a melhoria, transparência e efetividade dos processos de gestão de bens patrimoniais.

Tabela 6.10. Quadro de ações futuras de melhoria, transparência e efetividade dos processos de gestão de bens patrimoniais

Solução	Descrição	Recomendação	Prioridade	Custo
RFIAD	Tecnologia que permite a captura automática de dados para identificação de objetos com dispositivos eletrônicos (tags).	Implementar	Média	Alto
DADOS ABERTOS	Dados públicos representados em meio digital, disponibilizados abertamente na internet para cidadão.	Implementar	Baixa	Médio
INVENTÁRIO DESCENTRALIZADO	Descentralização do processo de contagem de bens.	Implementar	Alta	Baixo
SIADS	Implementação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial Siads, instituído como Sistema de governo estruturante, economia de pelo menos R\$ 1.500.000,00 ao ano.	Implementar	Média	Baixo
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	Readequação da estrutura organizacional da Divisão de Patrimônio.	Implementar	Média	Baixo

SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA

Destacam-se os projetos de troca dos aparelhos telefônicos – Tipo VOIP, compras de veículos e mobiliários gerais perfazendo um total de R\$ 10.809.277,96.

SUPERINTENDÊNCIAS DA CEPLAC

Aquisição e matérias para a modernização da infraestrutura do viveiro de plantas e mudas localizado no município de Ouro Preto do Oeste - RO, em parceria com a Secretaria de Mobilidade e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, para a produção de mudas a serem distribuídas na região produtora de cacau no estado de Rondônia e Mato Grosso no valor de R\$ 114.054,57. Outro projeto foi a realização de quatro processos de desfazimento de ativos por meio de leilão. Destaca-se o desfazimento de bens semoventes (rebanho de gado, vacas, novilhas bezerros) na Superintendência da Bahia a qual terá seu retorno financeiro disponível para investimento (R\$ 420.000,00), leilão de leite “in natura” produzidos pela ÁREA de Pesquisas da Superintendência da Bahia

(R\$ 12.000,00), leilão de 3.389 arrobas de amêndoas de cacau produzidas na Superintendência da Bahia – SUBES (R\$ 500.000,00).

LABORATÓRIOS NACIONAIS AGROPECUÁRIOS

Aquisição, pelo Lanagro-MG, dos equipamentos Gerador de Aerossóis (PAO) e Fotômetro (aparelho que mede a intensidade da luz) para qualificação de cabines de segurança biológica e bancadas limpas e para certificação do sistema de filtragem das Unidades de Biossegurança Níveis 3 e 4 OIE (única em funcionamento no Brasil autorizada a realizar diagnóstico de Febre Aftosa), visando a realização de testes de estanqueidade e integridade de filtros absolutos. A aquisição destes equipamentos visou atender os requisitos de segurança biológica nos trabalhos laboratoriais desenvolvidos na Divisão Técnica Laboratorial do Lanagro-MG, e a economicidade de recursos na contratação de empresas externas certificadoras. Foram investidos R\$ 6.734.845,62 na aquisição, manutenção e modernização de equipamentos e infraestrutura do MAPA.

Um grande marco para o ano de 2018 foi a contratação de empresa para execução do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios e Pânico - PPCI para as duas unidades do Lanagro-PE. Estes PPCI são imprescindíveis à segurança dos colaboradores do Lanagro, bem como se constituiu numa importante ação no processo de gestão de riscos do laboratório. Por outro lado, esses planos surgem como atendimento às exigências do Ministério do Trabalho e do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado de Pernambuco-COSCIP-PE.

Da mesma forma, o Lanagro-SP tem priorizado investimentos relacionados à segurança dos colaboradores e preservação do patrimônio. Neste sentido, destacou-se em 2018 a contratação da obra de adequação às normas do Corpo de Bombeiros na SLAV-Jundiaí e a contratação da obra de adequação da Rede

de Baixa Tensão na área administrativa da base física de Campinas, que permitirá a interligação com o grupo gerador, incluindo a Central de Processamento de Dados (CPD).

O Lanagro-GO realizou em 2018, 01 processo de desfazimento de ativos por meio de doação de um equipamento laboratorial e seu estabilizador de energia. Dentre o objeto desfeito, destacam-se, Espectrômetro de emissão atômica com plasma acoplado indutivamente - ICP/OES, marca Varian, modelo ICP Vista - MPX, nº patrimônio 000131, doado à Universidade Federal de Goiás.

O Lanagro-MG iniciou em 2018, 05 (cinco) processos de desfazimento de ativos por meio de cessão de uso pelo prazo de 01 (um ano). Dentre os objetos desfeitos, destacam-se:

Tabela 6.11. Destaques dos objetos desfeitos pelo Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais em 2018

Destino	Nº do Termo	Breve descrição	Valor
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	2018000002 2018000007 2018000013	Sistema de Cromatografia líquida Centrifuga refrigerada Contador de colônia	R\$ 184.000,00 R\$ 23.000,00 R\$ 1,00
Associação Técnico Científica Paul EHRLICH - APABCAM	2018000003	Equipamento para congelamento rápido	R\$ 89.989,00
Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL	2018000006 2018000007	Sistema de Cromatografia Sistema de Cromatografia	R\$ 227.227,65 R\$ 454.455,30
Universidade Federal de São João Del Rey	2018000008	Sistema de Cromatografia, moinhos, centrifuga, balança e outros	R\$ 547.654,60
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG	2018000017	Registrador de temperatura, estufa laboratorial, pipetadores e outros	R\$ 329.300,50
TOTAL			R\$ 1.855.628,05

O Lanagro-RS realizou em 2018, 09 processos de desfazimento de ativos por meio de doação. Dentre os objetos desfeitos, destacam-se, equipamentos laboratoriais antigos, estantes, mobiliário e itens de informática e realizou 2 locações de equipamento no valor de R\$ 321.074,36.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA

A gestão patrimonial e infraestrutura ocorre com o amparo da Portaria nº 385, de 28 de novembro de 2018, de forma descentralizada por cada uma das onze Unidades Gestoras da Instituição. Foram investidos R\$ 18.616.882,75 na aquisição, manutenção e modernização de equipamentos e infraestrutura do INMET, com a seguinte distribuição:

Tabela 6.12. Gasto total de aquisição, manutenção e modernização de equipamentos e infraestrutura do INMET em 2018

Tipo	Valor (R\$)
Equipamentos	1.482.109,55
Infraestrutura	17.134.773,20

Em 2018, o INMET não realizou processo de desfazimento de ativos.

6.5. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Para assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação (TI), o MAPA atua conforme um conjunto de normativos estabelecidos pelo Governo Federal, órgãos de controle e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MP, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos.

O Modelo de Governança de TI do MAPA é um modelo híbrido voltado a processos, serviços e desenvolvimento, de forma a utilizar as melhores práticas de Information Technology Infrastructure Library (ITIL), Project Management Body of Knowledge (PMBOK) e Scrum (Metodologia usada para a gestão dinâmica de projetos e aplicada ao desenvolvimento ágil de softwares).

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

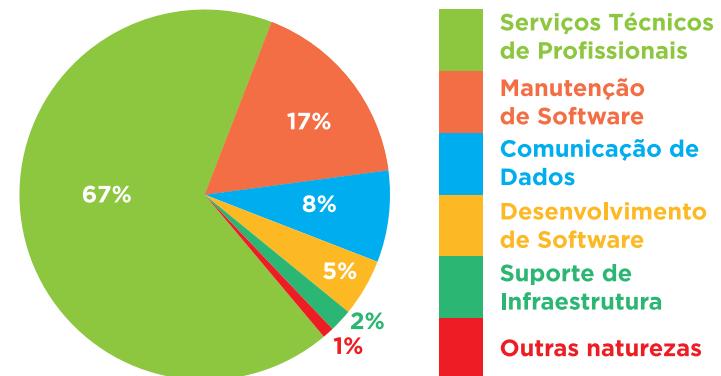
O Montante de recursos aplicados foram distribuídos em Investimentos e Custeio da área de Tecnologia de Informação e as despesas foram divididas em Empenhadas e Pagas durante o exercício de 2018.

Tabela 6.13. Total de despesas empenhadas e pagas em Tecnologia Informação no ano de 2018

Grupo	Despesas	
	Empenhadas	Pagas
Investimento	5,73	1,48
Custeio	30,67	21,09
Total	36,41	22,57

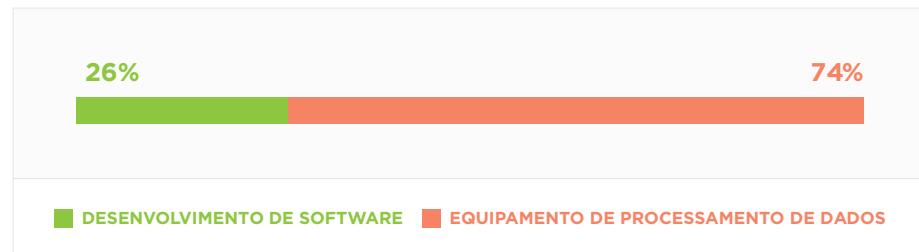
Fonte: CGTI/MAPA

Gráfico 6.13. Distribuição das despesas de custeio empenhadas em 2018 por natureza da despesa



Fonte: CGTI/MAPA

Gráfico 6.14. Distribuição por natureza de despesa do total de investimentos empenhados em 2018



Fonte: CGTI/MAPA

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS (FÁBRICA DE SOFTWARE)

Contrato	Nº 12/2018
Valor	R\$ 9.720.150,40
Objeto	Prestação de serviços de sustentação, manutenção e desenvolvimento de soluções de software para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE NOVOS SERVIDORES DE REDE

Contrato	Nº 20/2018
Valor	R\$ 1.430.000,00
Objeto	Contratação de empresa para fornecimento de novos Servidores de Rede, com maior poder de processamento, memória e I/O de rede, para substituir os 14 (quatorze) servidores adquiridos em 2011.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONECTIVIDADE (INTERNET E DADOS MPLS) À REDE NACIONAL DO MAPA

Contrato	Nº 10/2018
Valor	R\$ 1.058.054,83
Objeto	Refere-se à contratação de serviço de acesso à internet e comunicação de dados via MPLS (MultiProtocol Label Switching) para a rede WAN (Wide Area Network) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, contemplando serviços de detecção e mitigação de ataques DDoS (Distributed Denial of Service) e gerência da rede e serviços, mediante contrato nº 22101/10/2018.

PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR

Tabela 6.14. Principais iniciativas e resultados na área de TI por cadeia de valor

Cadeia de Valor	Principais iniciativas (Sistemas e projetos) na área de TI	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> - Análise do setor e Formulação de Políticas - Incentivo À Agropecuária - Fomento À Produção Agropecuária Sustentável - Inserção Dos Produtos e Insumos Nos Mercados Agropecuários 	<ul style="list-style-type: none"> - Evolução, Melhorias e Sustentação dos Sistemas: FUNCAFE - Sistema de Operacionalização das Linhas de Crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira. SISPROCER - Sistema de Processos da Comissão Especial de Recurso. SMW - Sistema Seguro Mapa WEB; 	<ul style="list-style-type: none"> - Automação das atividades necessárias à operacionalização das linhas de crédito do FUNCAFÉ com base nas regras das Resoluções nº 4.666 e nº 4.668 do Conselho Monetário Nacional - CMN. - A evolução do SISPROCER (Sistema de Julgamento de Recursos da Comissão Especial de Recursos (CER)) aumentou a agilidade e segurança no envio de recursos (processos físicos) no âmbito do MAPA e dos agentes que operam o Proagro. - Automação de solicitação pelo produtor diretamente ao Ministério do valor da subvenção ao prêmio do seguro rural.

Cadeia de Valor	Principais iniciativas (Sistemas e projetos) na área de TI	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> - Gestão De Conhecimento e Tecnologia Agropecuária - Apoio Ao Desenvolvimento Dos Produtores Rurais - Fomento À Produção Agropecuária Sustentável - Gestão De Defesa Agropecuária 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de Melhorias e sustentação dos sistemas: SIPEAGRO - Módulo Aviação Agrícola; 	<ul style="list-style-type: none"> - Automação de normas de trabalho que envolvem aviação agrícola;
<ul style="list-style-type: none"> - Gestão De Conhecimento e Tecnologia Agropecuária - Apoio Ao Desenvolvimento Dos Produtores Rurais - Fomento À Produção Agropecuária Sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de Melhorias e sustentação dos sistemas: SIGABC - Sistema de Governança do Plano ABC. 	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar a aferição do nível de execução de cada Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura e a contribuição de cada um para o Plano ABC Nacional.
<ul style="list-style-type: none"> - Gestão De Defesa Agropecuária 	<ul style="list-style-type: none"> - Evolução e Sustentação de sistemas: SIPEAGRO - Módulo SICAR (Sistema de Controle de Arrecadação); SIPEAGRO - Produto Veterinário; SISRES - Sistema de Controle de Resíduos e Contaminantes; Agrofit - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários; - Desenvolvimento e evolução de Painéis Qlikview SIPEAGRO - Prazos; SIPEAGRO - Fertilizante; 	<ul style="list-style-type: none"> - Automação na checagem documental automatizada comparando os dados da operação de exportação registradas no Portal Único do Comércio Exterior com os dados emitidos pelo sistema oficial de certificação do MAPA; - Facilitação da gestão de multas originárias de fiscalizações do MAPA; - Aumento de agilidade nos processos de resíduos e contaminantes; - Disponibilização de informações para a sociedade a respeito dos prazos de registro; - Automação da forma de certificação, conforme IN 23/2018, garantindo a segurança do processo de certificação sanitária de produtos de origem animal pelo MAPA; - Facilitação do acesso às informações de produtos fertilizantes, biofertilizantes, corretivos, inoculantes, remineralizadores, substratos para plantas e condicionadores de solos registrados junto ao MAPA à sociedade; - Facilitação do acesso às informações de Registro de Agrotóxicos e afins;
<ul style="list-style-type: none"> - Gestão De Defesa Agropecuária - Inserção Dos Produtos e Insumos Nos Mercados Agropecuários 	<ul style="list-style-type: none"> - Evolução e Sustentação de sistemas: SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários; SIGSIF – Sistema de Informações Gerenciais do SIF; 	<ul style="list-style-type: none"> - Automação na checagem documental automatizada comparando os dados da operação de exportação registradas no Portal Único do Comércio Exterior com os dados emitidos pelo sistema oficial de certificação do MAPA. - Disponibilização de informações para a sociedade a respeito dos prazos de registro; - Disponibilização de relatórios da operação do Sistema VIGIAGRO e de Recursos Humanos disponíveis para condução dos trabalhos e assim proporcionar uma melhor alocação da força de trabalho.

Cadeia de Valor	Principais iniciativas (Sistemas e projetos) na área de TI	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> - Gestão De Defesa Agropecuária - Inserção Dos Produtos e Insumos Nos Mercados Agropecuários 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento e evolução de Painéis Qlikview SIGVIG; Agrofit. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de informações para a sociedade a respeito dos prazos de registro; - Facilitação do acesso às informações de Registro de Agrotóxicos e afins.
<ul style="list-style-type: none"> - Análise Do Setor E Formulação de Políticas - Inserção Dos Produtos e Insumos Nos Mercados Agropecuários 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento do Painel QlikView Portfolio de Investimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitação do acesso às informações de Portfolio de Investimentos.
<ul style="list-style-type: none"> - Relacionamento com o Produtor e a Sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de Dados Abertos; - Publicação de painéis gerenciais disponíveis a sociedade; - Atendimento de demandas do SIC e Ouvidoria. 	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitação do acesso às informações;
<ul style="list-style-type: none"> - Gestão De Defesa Agropecuária - Inserção Dos Produtos e Insumos Nos Mercados Agropecuários 	<ul style="list-style-type: none"> - Evolução e Sustentação de sistemas: SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários; SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do SIF; 	<ul style="list-style-type: none"> - Automação na checagem documental automatizada comparando os dados da operação de exportação registradas no Portal Único do Comércio Exterior com os dados emitidos pelo sistema oficial de certificação do MAPA. - Disponibilização de informações para a sociedade a respeito dos prazos de registro; - Disponibilização de relatórios da operação do Sistema VIGIAGRO e de Recursos Humanos disponíveis para condução dos trabalhos e assim proporcionar uma melhor alocação da força de trabalho.
<ul style="list-style-type: none"> - Gestão De Defesa Agropecuária - Inserção Dos Produtos e Insumos Nos Mercados Agropecuários 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento e evolução de Painéis Qlikview SIGVIG; Agrofit. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de informações para a sociedade a respeito dos prazos de registro; - Facilitação do acesso às informações de Registro de Agrotóxicos e afins.
<ul style="list-style-type: none"> - Análise Do Setor E Formulação de Políticas - Inserção Dos Produtos e Insumos Nos Mercados Agropecuários 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento do Painel QlikView Portfolio de Investimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitação do acesso às informações de Portfolio de Investimentos.
<ul style="list-style-type: none"> - Relacionamento com o Produtor e a Sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de Dados Abertos; - Publicação de painéis gerenciais disponíveis a sociedade; - Atendimento de demandas do SIC e Ouvidoria. 	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitação do acesso às informações;

Cadeia de Valor	Principais iniciativas (Sistemas e projetos) na área de TI	Resultados
- Suporte	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI - versão 3.0; - Redução dos gastos com os contratos de fornecedores de TI; - Aperfeiçoamento do Plano de Dados Abertos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da eficiência dos serviços prestados pela CGTI; - Facilitação do acesso às informações; - Aumento da entrega de soluções tecnológicas, com maior agilidade e qualidade para as áreas finalísticas; - Aprimoramento da transparéncia pública; - Tramitação e assinatura de processos de forma eletrônica, por meio de app móvel do SEI, que proporcionou maior agilidade na resolução das demandas; - Modernização da infraestrutura de TI das Superintendências; - Conformidade com normativos externos.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O MAPA, por meio da Portaria nº 502, de 04 de abril de 2017, instituiu o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC. A Política de Segurança da Informação e Comunicações - PoSIC/MAPA foi aprovada por meio da Portaria nº 147, de 10 de julho de 2015 e trata dos seguintes temas: Tratamento da Informação, Tratamento de Incidentes de Rede, Gestão de Risco, Gestão de Continuidade, Monitoramento, Auditoria e Conformidade, Controles de Acesso, Uso do Correio Eletrônico e Acesso à internet.

As Normas Complementares à Política de Segurança da Informação e Comunicações estão publicadas na intranet corporativa do MAPA, e abordam os tópicos de:

- Gestão de Riscos;
- Monitoramento, Auditoria e Conformidade;
- Uso do Correio Eletrônico;
- Uso de Dispositivos Móveis;
- Uso Seguro da Internet;
- Geração de Cópias de Segurança;
- Uso Seguro das Redes Sociais;
- Controles de Acesso.

Dentre as ações de comunicação implantadas em 2018, destaca-se o compartilhamento, por meio de redes sociais internas, de vídeos relacionados à Segurança da Informação.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

DESAFIOS

- Ausência de processo de negócio mapeado.
- Priorização de demandas fora do escopo do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC.
- Falta de efetividade dos membros do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e Comunicação - CETIC
- Soluções com funcionalidades que não atendem as necessidades da área demandante.
- Falta de suporte tecnológico nos aplicativos móveis para camada de apresentação
- Morosidade do processo licitatório.
- Recursos orçamentários insuficientes para realizar a contratação.

AÇÕES FUTURAS

- Conscientizar a área de negócio da importância de um fluxo de negócio mapeado.
- Realizar reuniões de monitoramento e acompanhamento das ações do PDTIC junto às áreas de projetos;
- Reestruturação do CETIC com indicação de novos membros, conforme disposto no art. 9º do Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016;
- Acompanhar continuamente a qualidade dos serviços prestados e executar ajustes imediatos.
- Promover a adaptação dos sistemas para suportar tecnologia mobile.
- Cobrança junto à área responsável e agilidade na avaliação das propostas.
- Priorizar os recursos necessários e verificar a disponibilidade de recurso orçamentário.
- Implementar metodologia de previsão de despesa na proposta orçamentária do exercício.

6.6. GESTÃO DE CUSTOS

CONFORMIDADE LEGAL

A apuração das informações de custos vem sendo implantada no MAPA desde 2014, em conformidade ao art. 50, §3º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria STN 157, de 9 de março de 2011.

Para isso, utiliza-se o Sistema de Informações de Custos – SIC, gerido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que é o órgão central de custos do Governo Federal. Sendo lançado em 2017 o Portal de Custos do Governo Federal, com a intenção de fortalecer a transparência da gestão pública, evidenciando com maior clareza os recursos consumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

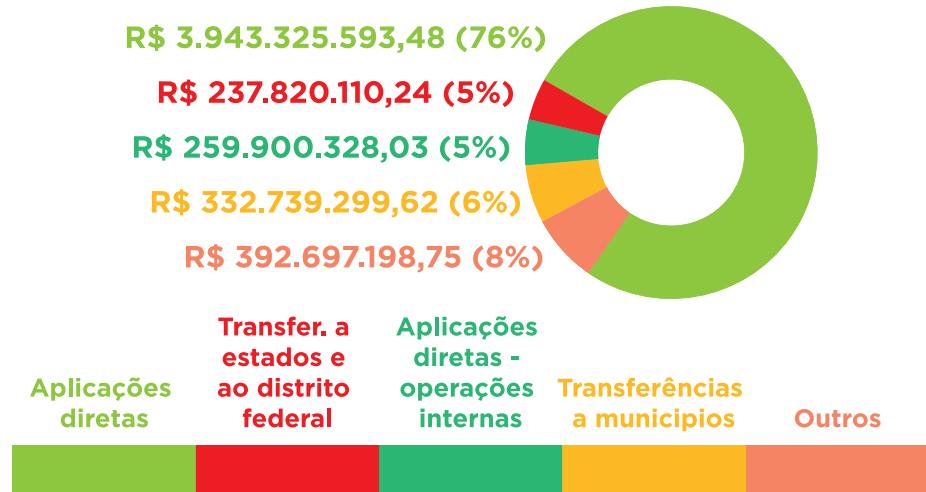
A evolução da utilização de informações de custos no MAPA tem sido contínua, envolvendo todo um processo de conscientização, sensibilização e capacitação, inerentes para construção e retenção do conhecimento. A gestão de custos ficou mais abrangente após atualizações no Sistema de Informações de Custos – SIC, como a disponibilização da funcionalidade Detalhamento de Custos – DetaCusto e a criação da métrica VPD – que representa todo o consumo de recursos do Órgão ou Unidade Gestora conforme o regime de competência, contemplando consumo de estoques, depreciação, etc.

Assim, as informações de custo atendem à legislação aplicável, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF no seu âmbito de aplicação, gerando relatórios, no mínimo, pelos custos por programa e unidade administrativa. Deste modo, atende ao princípio de utilidade, em relação ao custo benefício positivo, ou seja, é esperado que os benefícios propiciados pela informação gerada superem seus custos de obtenção.



ESTIMATIVA DE CUSTOS

Gráfico 6.15. Gastos por Modalidade de Aplicação



Fonte: Tesouro Gerencial

O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos.



Tabela 6.15. Custo direto por elemento da despesa

ELEMENTO DA DESPESA	CUSTO DIRETO
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 1.257.503.095,46
Aposent. RPPS, Reser.Remuner. e Refor.Militar	R\$ 1.029.602.314,60
Pensões do RPPS e do Militar	R\$ 836.358.485,50
Auxílios	R\$ 538.145.506,55
Subvenções Econômicas	R\$ 370.607.726,81
Sem Informação	R\$ 363.233.154,68
Obrigações Patronais	R\$ 262.972.418,50
Outros Serviços de Terceiros PI - Op.Int.Orc.	R\$ 149.113.128,28
Locação de mão-de-obra	R\$ 112.480.664,43
Auxilio-alimentação	R\$ 49.559.201,89
Indenizações e Restituições	R\$ 34.827.358,97
Contribuições	R\$ 32.762.861,30
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PI	R\$ 29.248.797,71
Diárias - Pessoal Civil	R\$ 18.352.527,63
Material de Consumo	R\$ 16.984.296,51
Sentenças Judiciais	R\$ 12.575.897,36
Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 10.491.832,06
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 8.113.226,07
Outros Benef.Assist. do Servidor e do Militar	R\$ 6.646.183,17
Auxilio-transporte	R\$ 6.590.513,35
Contratação por tempo determinado - Pes. Civil	R\$ 5.585.113,83
Outros Serviços de Terceiros - P. Física	R\$ 3.729.648,07
Contribuição a Entidade Fechada Previdência	R\$ 3.594.624,92
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	R\$ 2.593.453,93
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 1.857.072,63
Rateio Pela Participação em Consorcio Publico	R\$ 1.457.269,16
Obrigações Tributarias e Contributivas	R\$ 730.657,12
Indenizações e Restituições Trabalhistas	R\$ 464.916,00

ELEMENTO DA DESPESA	CUSTO DIRETO
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas	R\$ 209.760,00
Pensões Especiais	R\$ 48.654,00
Serviços de Consultoria	R\$ 42.169,63
Total	R\$ 5.166.482.530,12

Toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos para o período do PPA.

Tabela 6.16. Custo direto por programas de governo

Programas De Governo	Custo Direto
Previdencia de Inativos e Pensionistas da Uniao	R\$ 1.880.901.274,37
Programa de Gestao e Manutencao do Ministerio da Agricultura	R\$ 1.770.038.982,09
Agropecuaria Sustentavel	R\$ 974.596.431,71
Sem Informação	R\$ 363.233.154,68
Defesa Agropecuaria	R\$ 137.001.021,68
Pesquisa e Inovacoes para a Agropecuaria	R\$ 29.596.975,39
Programa de Gestao E Manutencao da Presidencia da Republica	R\$ 4.631.891,72
Pesca e Aquicultura	R\$ 3.813.920,30
Operacoes Especiais: Outros Encargos Especiais	R\$ 1.974.769,07
Programa de Gestao e Manutencao do Ministerio da Industria,	R\$ 455.052,09
Agropecuaria Sustentavel, Abastecimento e Comercializacao	R\$ 191.492,85
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuario	R\$ 31.750,00
Democracia e Aperfeiçoamento da Gestao Publica	R\$ 15.814,17
Total Geral	R\$ 5.166.482.530,12

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 6.17. Custo direto por ação de governo

Ação De Governo	Custo Direto
Aposentadorias E Pensões Civis Da União	R\$ 1.880.901.274,37
Ativos Civis Da União	R\$ 1.298.390.292,74
Fomento Ao Setor Agropecuário	R\$ 560.251.890,94
Concessão De Subvenção Econômica Ao Prêmio Do Seguro Rural	R\$ 370.607.726,81
Sem Informação	R\$ 363.233.154,68
Contribuição Da União, De Suas Autarquias E Fundações Para O	R\$ 237.253.210,34
Administracão Da Unidade	R\$ 137.007.931,66
Implementacão Da Defesa Agropecuária	R\$ 116.027.050,09
Benefícios Obrigatórios Aos Servidores Civis, Empregados, Mi	R\$ 67.715.960,10
Produção E Divulgação De Informações Meteorológicas E Climat	R\$ 30.656.965,14
Assistência Médica E Odontológica Aos Servidores Civis, Empr	R\$ 22.986.509,65
Assistência Técnica E Extensão Rural Para O Produtor Rural	R\$ 18.168.957,29
Fortalecimento Do Sistema Unificado De Atendacão A Sanidade Ag	R\$ 14.440.807,12
Desenvolvimento Sustentável Das Regiões Produtoras De Cacau	R\$ 11.246.316,62
Publicidade De Utilidade Pública	R\$ 10.818.940,20
Promoção Do Agronegócio Brasileiro No Mercado Internacional	R\$ 6.882.955,59
Vigilância E Inspeção Das Operações De Comércio Exterior De	R\$ 6.083.774,37
Funcionamento Dos Terminais Pesqueiros Públicos De Proprieda	R\$ 3.804.822,65
Indenização A Servidores Em Exercício Em Localidades De Fron	R\$ 1.926.115,07

Ação De Governo	Custo Direto
Desenvolvimento Econômico E Social Dos Produtores Rurais	R\$ 1.673.335,90
Desenvolvimento Do Associativismo Rural E Do Cooperativismo	R\$ 1.442.526,29
Apoio Ao Desenvolvimento E Controle Da Agricultura Orgânica	R\$ 1.235.871,59
Desenvolvimento Das Cadeias Produtivas Da Agropecuária	R\$ 1.139.438,41
Ajuda De Custo Para Moradia Ou Auxílio-Moradia A Agentes Pub	R\$ 968.895,38
Apoio Ao Desenvolvimento De Agricultura De Baixa Emissão De	R\$ 738.222,83
Fiscalização De Atividades Agropecuárias	R\$ 435.579,90
Fomento A Tecnologia Agropecuária E Aos Recursos Genéticos	R\$ 181.701,48
Desenvolvimento E Difusão De Tecnologias, Estudos E Pesquisa	R\$ 158.991,06
Benefícios E Pensões Indenizatórias Decorrentes De Legislação	R\$ 48.654,00
Apoio Ao Pequeno E Médio Produtor Agropecuário	R\$ 31.750,00
Promoção Da Defesa Agropecuária	R\$ 13.810,20
Ordenamento, Monitoramento, Controle	
Total Geral	R\$ 5.166.482.530,12

Fonte: Tesouro Gerencial

DESAFIOS

- Criação de uma cultura de avaliação e gestão de custos na Administração Pública;
- Conversão para modelos gerenciais proativos e busca de índices aceitáveis de qualidade do gasto público;
- Qualidade das informações de custos;
- Refinamento metodológico contínuo.

ACÕES FUTURAS

- Propagação de práticas bem-sucedidas;
- Formação de benchmarking interno;
- Construção de base de dados históricos;
- Capacitação de usuários dos sistemas de custos e de multiplicadores na temática de custos.

6.7. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

A consideração de critérios de sustentabilidade nos procedimentos de contratação pública é uma obrigação imposta a todos os Poderes Públicos, a qual decorre não apenas do atual comando normativo explícito do art. 3º da Lei de Licitações (Lei n. 8.666/93), mas igualmente do dever de proteção socioambiental prescrito pelo art. 225 da Constituição e, em uma visão mais ampla, do próprio sistema normativo constitucional.

Visto isso, as unidades do MAPA visam elaborar os seus editais de contratações e aquisições pautados nos critérios, práticas e diretrizes do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaborado pela AGU, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1 de 19.01.2010, Instrução Normativa IBAMA Nº 31/2009 (CTFAPP), os normativos do CONAMA e a Lei 6.938/198, bem como ao atendimento as determinações dispostas no Decreto nº 7.746/2012.

Destacando-se especificamente os Lanagros, a sustentabilidade ambiental tem sido analisada em relação ao tipo de objeto contratado, se material ou serviço, sendo identificadas características desejáveis e requerimentos essenciais, ponderados pelos Guias e regulamentos incidentes, bem como, pela disponibilidade de fornecimento no mercado, dado os múltiplos graus de oferta dos bens e serviços demandados, em amplitude desde bens comuns de mercado, prontamente disponíveis, a itens de fornecimento restrito, transitando

por itens não aderentes, que recebem abordagem diferenciada. Há priorização, quando possível, de planejamento das aquisições utilizando-se de Atas de Registro de Preços que permitiram evitar o excesso de estoque e facilitar o armazenamento.

Cabe ressaltar que o INMET adota, em maior ou menor parte, em consonância com a Portaria MF nº 507, de 16 de dezembro de 2014, e a Orientação para contratações sustentáveis, os seguintes critérios de sustentabilidade:

- Aquisição/Utilização de produtos constituídos por materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis;
- Aquisição/Utilização de equipamentos com melhor índice eficiência energética, com Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE).

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

O consumo de papel foi reduzido drasticamente com a adoção da política de digitalização dos procedimentos e implantação do SEI, que ocorreu em 2015. Devido a isso, diversos procedimentos foram alterados, reduzindo a utilização de papel e aumentando a utilização de tecnologias da informação. Por conseguinte, foram mudados os procedimentos de envio de correspondência e documentos oficiais ao público externo, adotando a mesma prática supracitada. Nos Lanagros, além da redução drástica da utilização do papel, foram reduzidos também os custos com os serviços prestados pelos CORREIOS, acarretando economia aos cofres públicos, assim como foram promovidas ações de conscientização, como a publicação de cartilhas e comunicados acerca da redução no consumo de energia elétrica e água.

Na Sede do MAPA, ocorreu a contratação de empresa especializada para realização da modernização de 8 elevadores do edifício, os quais, após a implantação e funcionamento, utilizarão sistema de reaproveitamento de energia.

Já no âmbito do INMET, há utilização de torneiras com temporizador que limita a saída de água em pias de banheiros e copas/cozinhas, substituição paulatina de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED, de menor consumo e maior durabilidade, em todos os ambientes corporativos do Instituto; substituição dos dois aparelhos de ar-condicionado central (tipo Fan Coil) por aparelhos tipo Splits, garantindo maior economia energética, reduzindo uso de água para resfriamento e custos de manutenção; e maior foco nas manutenções hidráulicas e preventivas para evitar desperdício de água nas tubulações de água e esgoto.

No âmbito dos Laboratórios Nacionais de Agricultura – Lanagro, a utilização de sistemas de purificação de água por osmose reversa, em detrimento dos destiladores tradicionais tem possibilitado a redução do consumo de água. Além disso, a implantação de sistema de lavadoras de vidrarias prevê redução significativa de consumo de consumo de água e detergentes.

Figura 6.6. Iniciativas de sustentabilidade ambiental de unidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Lanagro-MG

Foi responsável pela elaboração e execução de um projeto de redução do consumo de água, por meio de recirculação da água utilizada para a produção do vácuo utilizado pelos laboratórios. Anteriormente, a água que alimentava as bombas de vácuo era descartada na rede de esgoto geral, sendo esta água de qualidade potável. O consumo mensal girava em torno de 100.000 litros, porém com a instalação de um novo sistema de recirculação da água, o consumo mensal caiu para aproximadamente 2.000 litros. Indiretamente o sistema também economiza energia elétrica, pois alivia o volume de efluentes bombeados para a Estação de tratamento.

Lanagro-RS

Adotou controle diário de desligamento de luzes e aparelhos de ar condicionado, bem como a substituição gradual de lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas LED, no momento da queima destas lâmpadas antigas.

Lanagro-SP

Realizou a aquisição de vasos sanitários e torneiras mais eficientes, visando economia de água. Além disso, foram intensificadas ações para controle de vazamentos. Foram adotadas também, medidas de conservação fomentadas pela comissão A3P, Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, que visam promover a internalização dos princípios de sustentabilidade socioambiental na Administração, atentando para a conservação e descarte dos produtos e seus resíduos, naquilo que for aplicável.

REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

No ano de 2018, a Divisão de Infraestrutura Predial, setor que integra a estrutura organizacional da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços Gerais (CGR/DA), realizou a contratação de empresa especializada que efetuou os estudos e testes para viabilizar a retirada dos tanques de armazenamento de combustíveis, que se encontram localizados ao lado do Edifício Sede e no Edifício Garagem Oficial.

A CEPLAC desenvolveu ações de gestão integrada de resíduos sólidos, aquisição de material de consumo com origem de reflorestamentos, além de projetos de pesquisa voltados para a área ambiental, como a produção de Cacau Cabruca (produção sem a necessidade de desmatamento da floresta nativa).

Os Lanagros possuem contratos de destinação de resíduos conforme suas classificações. Os resíduos gerados são: resíduos biológicos, químicos, perfurocortantes, oleosos, sucatas metálico-ferrosos e não ferrosos, recicláveis, pilhas e baterias, borrachas e pneus, construção civil, mercuriais, EPIs, elementos filtrantes, mistos, embalagens, isopor, domésticos (não recicláveis), dentre outros. Há também programas de destinação de resíduos recicláveis destinados às respectivas prefeituras ou cooperativas e instituições.

O gerenciamento de resíduos perigosos nas Lanagros tem como objetivo reduzir os riscos ambientais para níveis mínimos e aceitáveis, visando a proteção das pessoas e do meio ambiente, a execução de procedimentos de reutilização, recuperação e tratamento dos resíduos; a redução na quantidade/frequência de utilização de substâncias/materiais perigosos; a substituição de substâncias perigosas por outras ou mudança de processos sempre que possível em todas as atividades que envolverem substâncias perigosas.

Alguns Lanagros, como os localizados em MG, PE e SP, possuem tratamento dos efluentes líquidos gerados com Estação de Tratamento de Efluentes composta por lagoas mediante escoamentos e bombeamentos em redes específicas e segregadas. Não há o lançamento de efluentes tratados em corpos hídricos superficiais, uma vez que os mesmos interagem com o ambiente externo através do processo de decantação, tratamento biológico e evaporação natural.

O Lanagro-GO emprega procedimentos analíticos que reduzem os riscos de poluição ambiental, com destaque para a esterilização de materiais contaminados e a utilização de cabines de segurança com sistema de lavagem de gases, para evitar a liberação de resíduos potencialmente danosos na atmosfera.

Considerando o ciclo de reduzir o consumo, reutilizar, reciclar e repensar, o Lanagro-MG vem buscando como alternativa a reutilização das caixas de isopor, devido ao seu grande uso em função da recepção de grande quantidade de amostras. As caixas de isopor são coletadas e segregadas, considerando as inscrições permanentes, contaminações químicas e biológicas. As caixas boas são destinadas à própria fiscalização para reutilização e reenvio com amostras, para reutilização mediante documentação de liberação e fiscalização de saída na portaria, enquanto as não adequadas para uso são devidamente destruídas ou destinadas à empresa contratada.

No Lanagro-PE, houve a implantação de novas metodologias que permitem a redução de resíduos perigoso como a técnica de ELISA para detecção de proteínas priônicas em substituição à técnica de imuno-histoquímica utilizada na CFIA (Agência Canadense de Inspeção de Alimentos), resultando na eliminação do uso de Metanol na análise.

7

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR GERAL

A Coordenação de Contabilidade – CCONT, de acordo com o Inciso VIII, do Art. 2º da Portaria SE/MAPA nº 561, de 11 de abril de 2018 (http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/documentos/RegimentosInternosMAPA_compilaoBinagri27042018.pdf), compõe a estrutura do Departamento de Administração – DA/SE e exerce as competências de Órgão Setorial de Contabilidade do MAPA descritas no Art. 64 da citada Portaria. A Declaração do Contador visa apresentar as demonstrações contábeis consolidadas do MAPA Administração Direta, Indireta e Fundos, tendo como base as Unidades Administrativas e Empresas Públicas Vinculadas a seguir relacionadas:

- Secretaria Executiva;
- Secretaria de Mobilidade Social do Produtor Rural e do Cooperativismo;
- Secretaria de Política Agrícola;
- Secretaria de Defesa Agropecuária;
- Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio;
- Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e no DF;
- Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira nos Estados e no DF;
- Instituto Nacional de Meteorologia nos Estados;
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; e
- Companhia Nacional de Abastecimento.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pelo Coordenador de Contabilidade da CCONT/DA, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI após a inserção das restrições contábeis no Sistema de Conformidade Contábil – CONFCON (<http://sistemas.agricultura.gov.br/confcon>). Este processo assegura a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações existentes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, sistema do Governo Federal no qual são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Alberto Jeronimo Pereira

CRC nº 6624/DF

Contador Geral do Ministério da
Agricultura, Pecuária e Abastecimento





As Demonstrações Contábeis do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do Ministério em nível amplo;
- Balanço Orçamentário – traz informações do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada com base na Lei nº 4.320/64;
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do Ministério no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – esta peça contábil demonstra as mutações do patrimônio líquido, bem como sua evolução em 31/12/2018. As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 – LRF, Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e Manual SIAFI.

Portanto, considerando os avanços implantados desde 2015 com a vigência do novo Plano de Contas aplicado ao Setor Público - PCASP, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: A) Balanço Orçamentário; B) Balanço Patrimonial; C) Demonstração das Variações Patrimoniais; D) Demonstração do Fluxo de Caixa; E) Balanço Financeiro e F) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do MAPA, exceto no tocante as ressalvas apontadas em Declaração apresentada à Secretaria do Tesouro Nacional - STN onde constam as restrições contábeis do mês de dezembro/2018 com os respectivos motivos que impediram a emissão da Declaração Plena.

7.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Tabela 7.1. Previsão inicial, previsão atualizada, receitas realizadas e saldo das receitas orçamentárias de 2018

VALORES EM MILHÕES DE REAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	938,50	938,50	989,71	51,21
Receitas Tributárias	8,68	8,68	7,56	-1,12
Taxes	8,68	8,68	7,56	-1,12
Receitas de Contribuições	20,12	20,12	156,91	136,79
Contribuições Sociais	19,75	19,75	156,57	136,82
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,37	0,37	0,34	-0,03
Receita Patrimonial	269,79	269,79	414,75	144,95
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	9,33	9,33	8,06	-1,27
Valores Mobiliários	260,46	260,46	406,69	146,23
Receita Agropecuária	11,92	11,92	10,14	-1,78
Receita Industrial	0,15	0,15	0,14	-0,01
Receitas de Serviços	456,27	456,27	242,68	-213,59
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	47,90	47,90	47,32	-0,59
Serviços e Atividades Financeiras	408,36	408,36	195,35	-213,01
Outros Serviços	0,01	0,01	0,01	0,01
Transferências Correntes	5,86	5,86	3,17	-2,69
Outras Receitas Correntes	165,71	165,71	154,36	-11,34
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	32,30	32,30	35,13	2,83
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	120,60	120,60	99,48	-21,12
Demais Receitas Correntes	12,80	12,80	19,75	6,95
RECEITAS DE CAPITAL	6.242,54	6.242,54	3.436,76	-2.805,78

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Alienação de Bens	1.405,92	1.405,92	15,09	-1.390,83
Alienação de Bens Móveis	1.404,39	1.404,39	4,74	-1.399,65
Alienação de Bens Imóveis	1,54	1,54	10,35	8,82
Amortização de Empréstimos	4.832,33	4.832,33	3.421,67	-1.410,66
Transferências de Capital	4,29	4,29	-	-4,29
SUBTOTAL DE RECEITAS	7.181,04	7.181,04	4.426,48	-2.754,57
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	7.181,04	7.181,04	4.426,48	-2.754,57
DEFÍCIT			11.660,66	11.660,66
TOTAL	7.181,04	7.181,04	16.087,14	8.906,10
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	90,00	90,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	90,00	90,00	-

Tabela 7.2. Dotação inicial e atualizada, despesas empenhadas, liquidadas e pagas e saldo das despesas orçamentárias de 2018

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	9.420,38	9.669,38	9.555,95	9.086,73	8.554,71	113,43
Pessoal e Encargos Sociais	7.643,05	7.902,50	7.704,53	7.534,40	7.054,87	197,97
Outras Despesas Correntes	1.777,33	1.766,89	1.851,42	1.552,33	1.499,84	-84,54
DESPESAS DE CAPITAL	7.613,61	7.929,60	6.531,19	4.476,07	4.470,74	1.398,42
Investimentos	902,04	1.218,04	1.204,92	108,97	106,09	13,11
Inversões Financeiras	6.711,57	6.711,57	5.326,26	4.367,10	4.364,65	1.385,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	35,58	35,58	-	-	-	35,58
SUBTOTAL DAS DESPESAS	17.069,57	17.634,56	16.087,14	13.562,81	13.025,45	1.547,42
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	17.069,57	17.345,6	16.087,14	13.562,81	13.025,45	1.547,42
TOTAL	17.069,57	17.634,56	16.087,14	13.562,81	13.025,45	1.547,42

Tabela 7.3. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12 DO EXERC. ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	130,24	916,47	657,66	644,29	95,32	307,09
Pessoal e Encargos Sociais	0,09	25,36	25,25	25,25	0,19	0,01
Outras Despesas Correntes	130,15	891,11	632,41	619,04	95,13	307,08
DESPESAS DE CAPITAL	233,16	2.324,41	691,36	659,70	1.513,10	384,77
Investimentos	221,76	747,86	548,45	516,85	74,30	378,48
Inversões Financeiras	11,40	1.576,54	142,92	142,85	1.438,80	6,29
TOTAL	363,39	3.240,87	1.349,02	1.303,99	1.608,42	691,86

Tabela 7.4. Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	22,55	52,04	58,40	3,50	12,68
Pessoal e Encargos Sociais	0,19	17,62	17,12	0,01	0,68
Outras Despesas Correntes	22,36	34,42	41,28	3,50	12,00
DESPESAS DE CAPITAL	98,62	180,35	182,32	7,60	89,05
Investimentos	97,07	116,94	119,23	7,37	87,41
Inversões Financeiras	1,55	63,40	63,09	0,23	1,64
TOTAL	121,17	232,38	240,72	11,10	101,73

Em 2018, o MAPA pagou cerca de 69,77% dos restos a pagar de exercícios anteriores.

Dos Restos a Pagar inscritos e reinscritos somente 4,69% foram cancelados.

O Resultado Orçamentário apresentou um déficit de 11.660,66 milhões, haja vista que a Receita Realizada foi inferior à Despesa Empenhada em 27,52%.

B) BALANÇO PATRIMONIAL

Tabela 7.5. Balanço patrimonial: Ativo, passivo e patrimônio líquido de 2018

VALORES EM MILHÕES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	5.049,86	5.442,76	PASSIVO CIRCULANTE	2.537,11	2.671,54
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.932,73	3.844,40	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	822,28	376,53
Créditos a Curto Prazo	28,31	13,62	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.138,81	1.527,77
Clientes	28,31	13,62	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	109,42	68,13
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	520,03	697,24	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1,42	1,39
Estoques	568,78	887,42	Provisões a Curto Prazo	74,47	92,60
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	390,70	605,13
VPDs Pagas Antecipadamente	0,02	0,07			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.575,40	10.050,47	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	595,17	3.321,99
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.149,45	5.405,00	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	2,43
Créditos a Longo Prazo	5.269,88	4.536,49	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Clientes	203,63	203,66	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	5.066,25	4.332,84	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	879,56	868,51	Provisões a Longo Prazo	247,26	227,22
Estoques	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	32,04	2.776,48
Investimentos	37,16	37,85	Resultado Diferido	-	-
Participações Permanentes	35,54	36,17	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.132,28	5.993,53

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	1,69	1,43	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	34,63	42,55	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-0,79	-7,81	Patrimônio Social e Capital Social	3.267,74	364,80
Demais Investimentos Permanentes	1,62	1,68	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	20,08	29,61
Demais Investimentos Permanentes	1,62	1,68	Reservas de Lucros	66,72	72,82
Imobilizado	4.368,57	4.581,25	Resultados Acumulados	9.138,45	9.032,47
Bens Móveis	825,62	1.011,94	Resultado do Exercício	-11,24	990,07
Bens Móveis	1.751,47	1.851,81	Resultados de Exercícios Anteriores	9.032,47	10.422,29
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-902,43	-817,67	Ajustes de Exercícios Anteriores	117,22	-2.379,89
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-23,42	-22,20	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.492,99	9.499,70
Bens Imóveis	3.542,95	3.569,30			
Bens Imóveis	4.061,03	4.050,49			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-518,07	-481,18			
Intangível	20,22	26,37			
Softwares	20,22	26,00			
Softwares	60,36	55,07			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-40,14	-29,08			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	0,38			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	0,38			
TOTAL DO ATIVO	15.625,26	15.493,23	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.625,26	15.493,23

Tabela 7.6. Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	4.175,93	4.158,77	PASSIVO FINANCEIRO	3.891,53	4.097,97
ATIVO PERMANENTE	11.449,33	11.334,46	PASSIVO PERMANENTE	2.411,81	5.499,01
			SALDO PATRIMONIAL	9.321,92	5.896,24

Tabela 7.7. Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.372,73	1.542,29	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.769,76	5.805,42
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.372,73	1.542,29	Execução dos Atos Potenciais Passivos	3.769,76	5.805,42
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	140,19	129,23	Garantias e Contrag. Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	1.203,33	1.384,65	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	1.512,77	1.167,93
Direitos Contratuais a Executar	29,20	28,41	Obrigações Contratuais a Executar	2.256,98	4.637,49
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.372,73	1.542,29	TOTAL	3.769,76	5.805,42

Tabela 7.8. Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFÍCIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.666,55
Recursos Vinculados	1.950,95
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-22,23
Recursos de Receitas Financeiras	-229,36
Operação de Crédito	37,07
Alienação de Bens e Direitos	17,85
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.085,48
Outros Recursos Vinculados a Fundos	0,01
Demais Recursos	62,14
TOTAL	284,40

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução no Exercício de 2018 em relação ao de 2017. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Ministério da Agricultura, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

C) DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Tabela 7.9. Variações Patrimoniais Quantitativas

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	38.317,72	42.057,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10,80	17,84
Taxas	10,80	17,84
Contribuições	227,08	257,36
Contribuições Sociais	226,60	256,80

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,48	0,56
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	311,72	479,99
Venda de Mercadorias	269,04	449,17
Vendas de Produtos	0,12	-10,65
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	42,56	41,46
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	628,12	746,55
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	195,35	263,15
Juros e Encargos de Mora	7,10	56,10
Variações Monetárias e Cambiais	11,18	4,44
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	414,49	422,86
Transferências e Delegações Recebidas	34.897,58	38.524,59
Transferências Intragovernamentais	34.412,08	36.425,89
Transferências Intergovernamentais	2,39	0,96
Transferências das Instituições Privadas	0,78	0,68
Transferências do Exterior	0,63	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	481,71	2.097,06
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.986,76	1.808,90
Reavaliação de Ativos	55,49	23,01
Ganhos com Alienação	30,76	5,62
Ganhos com Incorporação de Ativos	743,18	540,20
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.157,33	1.240,08
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	255,66	221,99

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	11,31	13,95
Resultado Positivo de Participações	0,43	0,66
VPA de Dívida Ativa		14,95
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	95,87	43,32
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	148,05	149,11
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	38.335,06	41.087,53
Pessoal e Encargos	5.721,53	5.788,91
Remuneração a Pessoal	4.131,59	4.176,41
Encargos Patronais	1.360,71	1.328,39
Benefícios a Pessoal	97,79	100,16
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	131,44	183,95
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.015,40	1.882,05
Aposentadorias e Reformas	1.157,97	1.070,64
Pensões	851,68	805,69
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5,75	5,72
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.112,84	1.143,01
Uso de Material de Consumo	89,18	92,09
Serviços	862,30	869,71
Depreciação, Amortização e Exaustão	161,36	181,21
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	147,49	270,58
Juros e Encargos de Mora	8,92	11,45
Variações Monetárias e Cambiais	3,29	146,41
Descontos Financeiros Concedidos	6,39	9,19
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	128,89	103,53

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Transferências e Delegações Concedidas	25.772,40	28.398,23
Transferências Intragovernamentais	24.357,16	26.406,87
Transferências Intergovernamentais	606,71	1.140,39
Transferências ao Exterior	-	0,03
Outras Transferências e Delegações Concedidas	808,54	850,93
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.811,58	2.243,42
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	42,99	2,25
Perdas com Alienação	3,35	2,88
Perdas Involuntárias	8,38	14,30
Incorporação de Passivos	987,65	1.747,94
Desincorporação de Ativos	769,21	476,05
Tributárias	30,78	115,52
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	29,45	114,03
Contribuições	1,33	1,50
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	664,06	538,89
Custo das Mercadorias Vendidas	661,34	536,99
Custos dos Produtos Vendidos	2,72	1,90
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.058,98	706,93
Premiações	0,21	0,07
Incentivos	2,62	2,82
Subvenções Econômicas	907,90	579,69
Constituição de Provisões	115,91	98,78
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	32,33	25,58
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-17,34	969,69

O resultado patrimonial de 2018 demonstra que ocorreu um Déficit de 17,34 milhões em relação ao ano de 2017 e que ocorreu decréscimo em quase todas as rubricas, mais acentuadamente nas Transferências e Delegações Recebidas.

D) DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

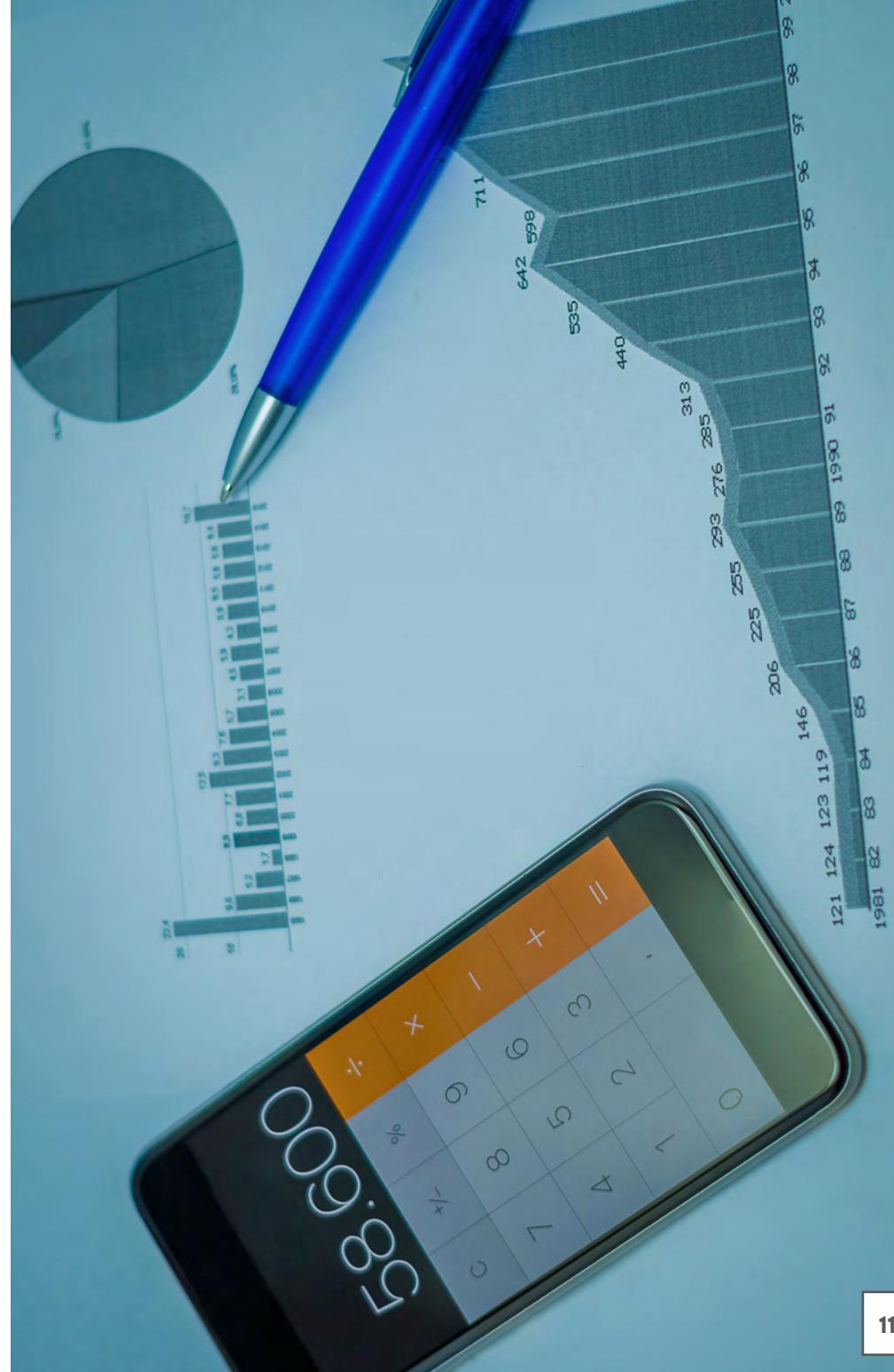
Tabela 7.10. Demonstração do Fluxo de Caixa

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2018	2017
	1.223,28	1.458,49
INGRESSOS	35.359,40	37.297,41
Receitas Derivadas e Originárias	986,54	1.246,31
Receita Tributária	7,56	13,89
Receita de Contribuições	156,91	249,76
Receita Patrimonial	8,22	8,76
Receita Agropecuária	10,14	9,98
Receita Industrial	0,14	0,08
Receita de Serviços	242,68	312,07
Remuneração das Disponibilidades	406,52	405,76
Outras Receitas Derivadas e Originárias	154,36	246,01
Transferências Correntes Recebidas	3,17	1,20
Intergovernamentais	2,39	0,43
Dos Estados e/ou Distrito Federal	1,55	0,43
Dos Municípios	0,84	0,01
Intragovernamentais	-	0,53
Outras Transferências Correntes Recebidas	0,78	0,24
Outros Ingressos das Operações	34.369,69	36.049,91
Ingressos Extraorçamentários	289,12	-979,62
Restituições a Pagar	0,04	0,30
Passivos Transferidos		0,02

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2018	2017
	1.223,28	1.458,49
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,08	0,01
Transferências Financeiras Recebidas	33.925,51	35.532,75
Arrecadação de Outra Unidade	137,54	
Valores para Compensação	0,11	0,04
Demais Recebimentos	17,30	1.496,41
DESEMBOLSOS	-34.136,12	-35.838,92
Pessoal e Demais Despesas	-8.198,85	-8.438,93
Essencial à Justiça	-0,01	-0,05
Administração	-8,36	-4,88
Assistência Social	-101,13	-156,64
Previdência Social	-1.804,72	-1.887,75
Educação	-	0,00
Urbanismo	-0,06	-
Gestão Ambiental	-0,80	-1,32
Ciência e Tecnologia	-0,03	-0,17
Agricultura	-6.179,79	-6.256,01
Organização Agrária	-0,54	-1,11
Indústria	-0,87	-6,13
Encargos Especiais	-102,52	-124,88
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-0,02	0,01
Transferências Concedidas	-1.799,61	-1.428,06
Intergovernamentais	-679,40	-411,40
A Estados e/ou Distrito Federal	-298,23	-133,65
A Municípios	-381,16	-277,75
Intragovernamentais	-1.085,84	-1.000,16
Outras Transferências Concedidas	-34,38	-16,50

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2018	2017
	1.223,28	1.458,49
Outros Desembolsos das Operações	-24.137,66	-25.971,93
Dispêndios Extraorçamentários	-285,43	-488,50
Transferências Financeiras Concedidas	-23.852,23	-25.473,33
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-10,10
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.134,96	-175,95
INGRESSOS	3.436,76	3.846,17
Alienação de Bens	15,09	8,50
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	3.421,67	3.837,66
DESEMBOLSOS	-4.571,72	-4.022,12
Aquisição de Ativo Não Circulante	-79,07	-57,08
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-4.215,26	-3.271,48
Outros Desembolsos de Investimentos	-277,38	-693,56
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	88,33	1.282,54
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.844,40	2.561,86
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.932,73	3.844,40

O Fluxo de caixa do MAPA no exercício de 2018 em relação a 2017 teve uma redução de aproximadamente 959,0 milhões.



E) BALANÇO FINANCEIRO

Tabela 7.11. Balanço Financeiro: Ingressos e Dispêndios

VALORES EM MILHÕES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	4.426,48	5.093,67	Despesas Orçamentárias	16.087,14	16.446,65
Ordinárias	3,27	167,72	Ordinárias	9.557,62	7.183,43
Vinculadas	4.463,80	5.017,67	Vinculadas	6.529,52	9.263,21
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	201,26	2.020,46
Recursos de Receitas Financeiras		-	Previdência Social (RPPS)	276,52	-
Alienação de Bens e Direitos	16,55	7,16	Recursos de Receitas Financeiras	364,75	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.447,24	5.010,51	Operação de Crédito	146,42	2.091,10
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-40,59	-91,72	Alienação de Bens e Direitos	3,41	3,82
			Doações		1,70
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	5.537,16	5.146,13
Transferências Financeiras Recebidas	33.925,51	35.532,75	Transferências Financeiras Concedidas	23.852,23	25.473,33
Resultantes da Execução Orçamentária	23.980,33	24.709,88	Resultantes da Execução Orçamentária	14.809,90	14.950,32
Cota Recebida	9.102,70	9.539,93	Repasso Concedido	4.736,85	4.980,20
Repasso Recebido	4.813,17	5.199,82	Sub-repasso Concedido	10.061,18	9.970,11
Sub-repasso Recebido	10.061,18	9.970,11	Cota Devolvida	8,58	
Repasso Devolvido	1,40		Repasso Devolvido	1,40	
Sub-repasso Devolvido	1,89	0,01	Sub-repasso Devolvido	1,89	0,01
Independentes da Execução Orçamentária	9.945,18	10.822,88	Independentes da Execução Orçamentária	9.042,33	10.523,00
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.097,75	1.322,26	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	912,07	699,89

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Demais Transferências Recebidas	1.779,38	2.445,69	Demais Transferências Concedidas	1.779,69	2.452,72
Movimentação de Saldos Patrimoniais	6.068,03	7.054,92	Movimento de Saldos Patrimoniais	6.350,56	7.370,40
Movimentações para Incorporação de Saldos	0,01		Movimentações para Incorporação de Saldos	0,01	
Recebimentos Extraorçamentários	3.505,87	3.937,77	Despesas Extraorçamentárias	1.830,17	1.361,68
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	537,36	179,73	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	240,72	149,09
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.524,33	3.240,87	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.303,99	713,99
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	289,12	-979,62	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	285,43	488,50
Outros Recebimentos Extraorçamentários	155,06	1.496,79	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,02	10,10
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		0,01	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	0,02	
Restituições a Pagar	0,04	0,30	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		10,10
Passivos Transferidos		0,02			
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,08	0,01			
Arrecadação de Outra Unidade	137,54				
Valores para Compensação	0,11	0,04			
Demais Recebimentos	17,30	1.496,41			
Saldo do Exercício Anterior	3.844,40	2.561,86	Saldo para o Exercício Seguinte	3.932,73	3.844,40
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.844,40	2.561,86	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.932,73	3.844,40
TOTAL	45.702,26	47.126,06	TOTAL	45.702,26	47.126,06

Os Ingressos de recursos em 2018 reduziu somente em 3,02% em relação a 2017. Em relação ao total de Restos a Pagar Não Processados inscritos em 2018 (R\$ 2.524 bilhões), o mesmo foi inferior a 2017 em torno de 22,11%.

F) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Tabela 7.12. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 2017

VALORES EM MILHÕES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	364,80	-	-	93,19	1,65	10.780,41	-	-	11.240,06
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	302,80	19,99	-	-	-	-2.403,20	-	-	-2.080,41
Aumento/ Redução de Capital	-302,80	9,63	-	-	-	-0,23	-	-	-293,40
Resgate/ Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-1,65	23,54	-	-	21,89
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	969,69	-	-	969,69
Constituição/ Reversão de Reservas	-	-	-	-20,38	-	20,38	-	-	-
Dividendos/ Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Provisão Tributária - IR/ CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-358,12	-	-	-358,12
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	364,80	29,61	-	72,82	-	9.032,47	-	-	9.499,70

Tabela 7.13. Demonstraçao das Mutações do Patrimônio Líquido em 2018

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	364,80	29,61	-	72,82	-	9.032,47	-	-	9.499,70
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.873,32	6,16	-	-	-	126,89	-	-	3.006,37
Aumento/ Redução de Capital	29,61	-15,69	-	-	-	-0,15	-	-	13,77
Resgate/ Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-9,52	-	-	-9,52
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-17,34	-	-	-17,34
Constituição/ Reversão de Reservas	-	-	-	-6,10	-	6,10	-	-	-
Dividendos/ Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/ CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	3.267,74	20,08	-	66,72	-	9.138,45	-	-	12.492,99

As principais origens das alterações na situação líquida do MAPA em 2018 foram o Déficit Patrimonial do exercício em R\$ 17,34 milhões e os Ajustes de Exercícios Anteriores em R\$ 3.006 milhões.

7.2. NOTAS EXPLICATIVAS

1. INFORMES GERAIS:

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é responsável por gerir as políticas públicas que estimulam à agropecuária, pelo apoio ao agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o MAPA busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o MAPA visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

Para a consecução de seus objetivos, o MAPA contou com uma estrutura fixa de cinco secretarias, 27 superintendências estaduais, uma rede de seis laboratórios, além de duas empresas públicas vinculadas, o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e o Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), que abrigaram cerca de 11 mil servidores espalhados por todo o Brasil.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) são empresas públicas que atuam sobre ingerência e coordenação do MAPA. Também são entes descentralizados do ministério, organizados sobre a forma de sociedades de economia mista, as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A (Ceasa/MG), a Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (Casemg) e a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp). Além disso, o ministério coordenou as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

O MAPA é organizado em secretarias, responsáveis pelos diferentes setores do agronegócio nacional, são elas:

- a) Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA;
- b) Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo - SMC;
- c) Secretaria de Política Agrícola - SPA; e
- d) Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Em sequência são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito do MAPA, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

a. Moeda funcional

A moeda funcional praticada pelo MAPA e a moeda da apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real. Caso haja algum saldo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

No MAPA o encerramento do Exercício de 2018 foi de R\$ R\$ 3.932.728,00 (três bilhões, novecentos e trinta e dois milhões e setecentos e vinte e oito mil reais) destacando o valor de R\$ 2.917.660 (dois bilhões, novecentos e dezessete milhões e seiscentos e sessenta mil reais) em Recursos da Conta Única Aplicados pelo Fundo de Defesa da Economia Cacaueira.

c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo. Destaca-se no âmbito do MAPA, especificamente, na Conab, o valor de R\$ 15.297 (quinze milhões, duzentos e noventa e sete mil reais) referente a Clientes - Faturas/Duplicatas. a Receber - Prestação de Serviço.

d. Estoques

No âmbito do MAPA a Conab tem estoques de R\$ 508.596 (quinhentos e oito milhões, quinhentos e noventa e seis mil reais) de Mercadorias em Armazéns de Terceiros.

e. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo, porém no MAPA não há estoques no Ativo Não Circulante.

f. Investimentos

g. No âmbito do MAPA somente a Embrapa possui participações permanentes (MEP), com o devido registro da Provisão para Perdas Prováveis.

h. Imobilizado

No encerramento do Balanço de 2018 o MAPA registrou o valor total líquido de R\$ 4.368.573,00 (quatro bilhões, trezentos e sessenta e oito milhões de reais)

de imobilizado, sendo que 77,14% está concentrado na Administração Direta e 22,86% na Administração Indireta.

i. Intangível

No MAPA o Intangível bruto é de R\$ 60.356 (sessenta milhões, trezentos e cinquenta e seis mil reais), dos quais R\$ 40.136 (quarenta milhões, cento e trinta e seis mil reais) já foram amortizados.

j. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não registrados no SPIUnet e bens móveis

No MAPA a Depreciação Acumulada de Bens Móveis perfaz o valor de R\$ 902.429 (novecentos e dois milhões, quatrocentos e vinte e nove mil reais), onde 70,30% desse valor está concentrado na Embrapa.

k. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

No MAPA a Depreciação Acumulada de Bens Imóveis perfaz o montante de R\$ 437.299 (quatrocentos e trinta e sete milhões, duzentos e noventa e nove mil reais), onde 46,45% desse valor está concentrado na Embrapa e 46,23% estão registrados na Conab.

l. Passivos circulantes e não circulantes

No MAPA o Passivo Circulante monta o valor total de R\$ 2.537.106 (dois bilhões, quinhentos e trinta e sete milhões, cento e seis mil reais), sendo que 63,25% desse valor está concentrado na Conab relativos a Débitos de Operações Especiais.

m. Empréstimos e financiamentos

No âmbito do MAPA não existem empréstimos e financiamentos internos e externos.

n. Provisões

No âmbito do MAPA só existem registros de provisões na Embrapa e Conab.

PRINCIPAIS MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis no decorrer do 4º trimestre de 2018.

MUDANÇAS DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

a. Foi criada a Unidade Gestora SMC/MAPA - CEF secundária da Unidade Gestora SMC/MAPA para as operacionalizações dos contratos de repasse da Caixa Econômica Federal previstas na IN/MP nº 02/2018.

COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE:

- a) No subgrupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” o Órgão do FUNCAFE obteve uma variação diminutiva de (9,35) %, na conta contábil “CTU – Recursos da Conta Única aplicados”, referindo-se aos registros de aplicações de recursos da Conta Única (CTU) em processo de aplicações e resgates pelo Fundo de defesa da Economia Cafeeira;
- b) No subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” a variação diminutiva ocorreu nos Órgãos da Conab e do Funcafé onde se destacou neste último o registro duplicado da devolução de despesas no valor de (R\$ 62.954.677,42). Portanto, não existia Créditos e Valores a receber no curto prazo no exercício de 2017, mas um registro indevido que foi corrigido no exercício de 2018.
- c) No subgrupo “Estoques” destaca-se a variação diminutiva no Órgão da Conab referente a venda de milho no programa de venda em leilão e balcão;
- d) No subgrupo “Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) Pagas Antecipadamente” ocorreu decréscimo de (75,20) % decorrentes de amortizações de despesas pagas antecipadamente na Embrapa e Conab por pagamentos antecipados referente a de prémios de seguros, assinaturas e anuidades.

2. Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

- a) Os “Empréstimos e Financiamentos Concedidos” apresentaram um acréscimo de 16,92%, no Órgão do Funcafé, pois ocorreu uma ampliação de cerca de 3,5% no valor disponível para financiamentos em 2018, com base na Ação 0012 – Financiamentos ao Agronegócio Café e Resolução nº 4.464/2018, do Banco Central;
- b) Os “Investimentos” são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 006 (clique aqui e veja abaixo);
- c) O “Imobilizado” do MAPA é objeto de análise a parte conforme a Nota nº 004 (clique aqui e veja abaixo);
- d) O “Intangível” do MAPA é objeto de análise a parte conforme a Nota nº 005 (clique aqui e veja abaixo).

3. Balanço Patrimonial - PASSIVO CIRCULANTE:

a) As "Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo" teve a variação aumentativa de 130%, destacou-se na rubrica "Pessoal a Pagar", os valores permaneceram na conta em dezembro de 2018, em razão de problemas na execução da nova rotina de Ordens Bancárias implementadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, mas regularizada em 02/01/2019, com a emissão novas Ordens Bancárias.
b) Os "Fornecedores e Contas a Pagar" são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 001;
c) As "Provisões de Curto Prazo" do MAPA são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 003;
d) As "Demais Obrigações a Curto Prazo" destacaram-se nos Órgãos do MAPA, Conab e Funcafé. No MAPA a redução expressiva ocorreu na Unidade Gestora da Caixa Econômica Federal, pois a maioria dos CONVÊNIOS executados por meio de Emendas Parlamentares foram pagas no Exercício 2018 e no exercício anterior os valores a pagar foram inscritos em Restos a Pagar. No Funcafé os destaques são nos Empréstimos e Financiamentos a liberar e Subvenções a Pagar, sendo que o primeiro diminuiu 100%. A Embrapa teve uma variação aumentativa na ordem de 177%, basicamente, relacionada ao não recolhimento dentro do mês de dezembro das consignações em folha de pagamentos tais como: Pensão Alimentícia, Plano de Previdência e Assistência Médica, Cooperativas e Empréstimos Consignados. Os valores, na sua maioria, não foram pagos dentro do exercício devido a problemas técnicos na implantação das novas regras para geração de ordem bancária.

4. Balanço Patrimonial - PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

a) As "Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Longo Prazo" se apresentam com um decréscimo de 99,93% decorrente de remanejamento na Embrapa para o curto prazo em virtude de quitação da dívida de INSS-Débito Parcelado junto à Receita Federal do Brasil.
b) O subgrupo "Demais Obrigações a Longo Prazo" teve variação diminutiva de (98,87) % na conta contábil "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital" os valores foram incorporados ao Capital Social em 31 de agosto de 2018, conforme decisão da 3ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09/08/2018. O saldo de R\$ 31.322.684,15 apresentado em 31 de dezembro refere-se à atualização dos meses de junho a dezembro que será incorporado ao Capital Social no próximo Exercício.
c) As "Provisões de Longo Prazo" do MAPA são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 003.

5. Balanço Patrimonial - PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

a) O "Patrimônio Social e Capital Social" destacou-se uma variação positiva de 795,76 %, tendo em vista incorporação do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, conforme decisão da 3ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09/08/2018

6. Balanço Patrimonial - COMPENSAÇÕES:

a) As Obrigações Contratuais que fazem parte das Compensações são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 002.

7. Balanço Orçamentário - RECEITAS:

a) Para o exercício de 2018, no orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a receita foi estimada em R\$ 1.719.478.462,00, considerando-se todas as fontes de recursos, exceto a 100. No Exercício de 2018, o montante arrecadado correspondeu 22,62% (R\$ 389.027.666,00), incluído o valor de R\$ 66.571,25, referente à arrecadação na fonte 172, proveniente de Dívida Ativa, que não consta do Relatório "BO - Receitas - Órgão Superior".
b) Inconsistências detectadas no Relatório "BO - Receitas - Órgão Superior":
• não consta o valor de R\$ 66.571,25, referente à arrecadação na fonte 172, proveniente de Dívida Ativa;
• a Unidade Orçamentária (UO) "74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeara/Funcafé - MAPA" faz parte do Órgão "74000 - Operações Oficiais de Crédito - 2OC" e não do Órgão 22000;
• a UO "98000 - Receita do Tesouro da União" não é do Órgão 22000; e
• a UO "22212 - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP" faz parte do Orçamento de Investimento.

8. Balanço Orçamentário - RECEITAS CORRENTES:

a) Nas Receitas Correntes, destaca-se o excesso de arrecadação das Receitas de Contribuições, superando em 779,83% o valor da Previsão Inicial.

9. Balanço Orçamentário - RECEITAS DE CAPITAL:

a) Da Previsão Inicial e Atualizada de R\$ 1.410.209.440,00, foi arrecadado apenas o correspondente a 1,07% (R\$ 15.091.453,79).

10. Balanço Orçamentário - DOTAÇÃO:

- a) Nas Despesas, todos os grupos sofreram alteração em relação à Dotação Inicial constante da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2018, exceto os grupos "Inversões Financeiras" e "Reserva de Contingências".
- b) Foram empenhadas despesas, no montante de R\$ 16,0 bilhões, das quais foram liquidadas (2º estágio da despesa) R\$ 13,5 bilhões (84,31), sendo que as que tiveram o maior percentual de liquidação foram as Despesas Correntes (67%), com destaque para as despesas com Pessoal e Encargos Sociais (82,92%).
- c) Do total das despesas liquidadas, 96,04% foram pagas.

11. BO - Restos a Pagar Processados e Não Processados:

Foi inscrito em Restos a Pagar o montante de R\$ 1.754.461.607,75, sendo: R\$ 272.251.745,68 Processados e R\$ 1.482.209.862,07 Não Processados, equivalentes a 15,52% e 84,48%, respectivamente, do total inscrito:

Restos a pagar processados

R\$ mil

Unidade Orçamentária	Inscrito	Cancelado	Pago	A pagar
MAPA (21101)	234.397	8.671	128.738	96.988
Embrapa (21101)	9.945	159	7.110	2.676
Conab (21101)	24.561	948	21.157	2.455
Funcafé (21101)	3.349	243	3.106	-
Total	272.252	10.022	160.111	102.119

Restos a pagar processados

R\$ mil

Unidade Orçamentária	Inscrito	Cancelado	Pago	A pagar
MAPA (21101)	1.249.104	132.977	578.164	537.964
Embrapa (21101)	169.980	7.648	109.160	53.173
Conab (21101)	60.951	18.215	35.262	7.475
Funcafé (21101)	2.175	134	1.879	161
Total	1.482.210	158.974	724.464	598.772
TOTAL GERAL	1.754.462	168.996	884.575	700.891

12. Balanço Orçamentário - ANÁLISES DOS QUOCIENTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (conforme MCASP):

Quociente do Equilíbrio Orçamentário \rightarrow (Prev.Inic.da Receita)/(Dotação Inicial da Despesa) \rightarrow 7.181.044.169,00/17.069.568.430,00 = 42,06%

Este quociente indica que a previsão inicial das receitas do MAPA em 2018 alcançou menos da metade das despesas fixadas inicialmente para este órgão;

Quociente de Execução da Receita \rightarrow (Receita Realizada)/(Previsão Atualizada da Receita) \rightarrow (4.426.475.967,32)/(7.181.044.169,00) = 61,64%

A receita efetivamente arrecada do Ministério da Agricultura alcançou cerca de 61,64% de sua receita inicialmente prevista e atualizada no orçamento.

Quociente de Execução da Despesa \rightarrow (Despesa Executada)/(Dotação Atualizada da Despesa) \rightarrow (16.087.140.914,89)/(17.485.627.624,00) = 92,00%

Houve economia na despesa executada pelo MAPA, posto que esta alcançou 92,00% do total das despesas fixadas no orçamento.

Quociente do Resultado Orçamentário \rightarrow 4.426.475.967,32 - 16.087.140.914,89 = 11.660.664.947,57

A diferença entre Receita Realizada e Despesa Empenhada culminou num déficit orçamentário de R\$ 11.660.664.947,57 (onze bilhões, seiscentos e sessenta milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), devido a Despesa Empenhada ter superado a Receita Realizada nesta quantia;

Quociente de Execução Orçamentária Corrente \rightarrow (Receita Realizada Corrente)/(Despesa Empenhada Corrente) \rightarrow (989.713.801,14)/(9.555.954.917,55) = 10,35%

A Receita Realizada corrente alcançou apenas 10,35% das despesas empenhadas correntes;

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária \rightarrow (Receita Realizada)/(Despesa Paga) \rightarrow (4.426.475.967,32)/(13.025.445.427,38) = 33,98%

13. Demonstração das Variações Patrimoniais - VPA - TAXAS:

a) Houve variação a menor em R\$ 7.041 mil (equivalente a 39,46%) no total das taxas arrecadadas pelo MAPA, decorrente da ausência de arrecadação, no ano de 2018, da receita de taxas de prestação de serviços de aquicultura e pesca. Tal receita era arrecadada pela antiga Secretaria de Aquicultura e Pesca do MAPA, a qual deixou de integrar a estrutura deste Ministério em 2018 e passou a integrar o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC.

14. Demonstração das Variações Patrimoniais - VPA - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS:

a) Houve redução de R\$ 30.204 mil (equivalente a 11,76%) em outras contribuições sociais do MAPA, decorrente da diminuição, em 2018, da receita decorrente de Contribuição da Previdência Social - GPS sobre a folha de salários pagos por pessoas jurídicas ou cooperativas que exerçam atividades rurais.

15. Demonstração das Variações Patrimoniais - VPA - CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO:

a) Houve diminuição de R\$ 77 mil (equivalente a 13,75%), devido à diminuição, em 2018, da contribuição pelas entidades turísticas à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional.

16. Demonstração das Variações Patrimoniais - VPA - VENDAS DE MERCADORIAS:

a) Houve diminuição de R\$ 180.130 mil (equivalente a 40,10%), devido principalmente à empresa Conab, cuja variação foi de R\$ 184.423 mil (41,65%).

17. Demonstração das Variações Patrimoniais - VPA - VENDAS DE PRODUTOS:

a) Houve variação positiva de R\$ 118 mil (equivalente a 101,12%). No órgão Conab havia saldo negativo de R\$ 10.694.816,49 devido a erro de classificação da dedução do ICMS de vendas de mercadorias, cujo valor foi registrado em ICMS de vendas de produtos em 2017.
b) No órgão Embrapa, houve aumento de R\$ 69.100,43 (equivalente a 139,16%) decorrentes das vendas de vinhos e derivados.

18. Demonstração das Variações Patrimoniais - VPA - JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS:

a) Houve variação negativa de R\$ 67.802 mil (equivalente a 25,77%), devido à arrecadação de recursos aplicados nos recursos emprestados pelo órgão Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFE, juros por empréstimos concedidos, serem menores no quarto trimestre de 2018 em comparação ao mesmo período de 2017.

19. Demonstração das Variações Patrimoniais - VPA - JUROS E ENCARGOS DE MORA:

a) Houve variação negativa de R\$ 48.997 mil (equivalente a 87,34%), devido a atualizações de saldo devedor de empresas inadimplentes por compras de café em leilão dos estoques governamentais do órgão Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFE ocorridos em 2017.

20. Demonstração das Variações Patrimoniais - VPA - VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS:

a) Houve aumento de R\$ 6.732 mil (equivalente a 151,48%), ocorrido principalmente na Embrapa, referente à atualização dos valores registrados em bancos oficiais no exterior.

21. Demonstração das Variações Patrimoniais - VPA - TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS:

a) Houve variação positiva de R\$ 1.435 mil (equivalente à 149,83%), devido à empresa Embrapa, referente às transferências recebidas a título de recursos de convênios registrados principalmente nas unidades gestoras do mesmo órgão: CPATUR, CPAO, CNPSO e CNPAT.

22. Demonstração das Variações Patrimoniais - VPA - TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS:

Houve variação positiva de R\$ 96 mil (equivalente à 14,19%), devido principalmente à empresa Embrapa, referente às transferências a títulos de convênios, registrados nas unidades gestoras: CPAF - Rondônia, CPATSA, CNPDIA e CPAC; recebidos do Banco da Amazônia S.A., Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco e Fundação Banco do Brasil.

23. Demonstração das Variações Patrimoniais - VPA - TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR:

a) Houve aumento de R\$ 627 mil (equivalente a 100%), devido a entrada de recursos na Embrapa, provenientes de conta bancária mantida na agência do Banco do Brasil em Nova York.

24. Demonstração das Variações Patrimoniais - VPA - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS:

a) Houve variação negativa de R\$ 1.615.359 mil (equivalente a 77,03%), devido às transferências de imóveis de uso especial no SPIUNET, ocorridos até o quarto trimestre de 2017, no órgão MAPA.

25. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – REAVALIAÇÃO DE ATIVOS:

a) Houve aumento de R\$ 32.486 mil (equivalente a 141,21%), devido às reavaliações de bens imóveis de uso especial no SPIUNET do órgão MAPA até o quarto trimestre de 2018.

26. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – GANHOS COM ALIENAÇÃO:

a) Houve variação positiva de R\$ 25.140 mil (equivalente a 4247,46%), devido principalmente à empresa Conab, cuja variação foi de R\$ 28.784 mil (7830,37%), referente à venda de imóveis em 2018 nas Superintendências Regionais de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia.

27. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – GANHOS COM A INCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

a) Houve aumento de R\$ 202.984 mil (equivalente a 37,58%), no ganho de incorporação de ativo nas empresas Embrapa e Conab.
b) Quanto a Embrapa, cujo aumento foi de R\$ 5.754 mil (6,44%), referente basicamente as transferências para a unidade gestora GFC-EFI de adiantamentos de férias registrados nas unidades; registro de valores em créditos a compensar de PIS e Cofins; e incorporação de bens recebidos de terceiros conforme previsto em convênios firmados.
c) Quanto a Conab, a variação a maior foi de R\$ 197.273 mil (43,77%).

28. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

a) Houve redução de R\$ 82.767 mil (equivalente a 6,76%), devido principalmente à empresa Conab.

29. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – A CLASSIFICAR:

a) Houve variação negativa de R\$ 2.641 mil (equivalente a 18,93%), decorrente dos registros das receitas próprias arrecadadas via sistema da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que são registradas por meio de processo Batch denominado arrecadação decendial – fita 50, no órgão Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFE.

30. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES:

a) Variação negativa de R\$ 226 mil (equivalente a 34,56%) na empresa Embrapa, referente ao registro da equivalência patrimonial da empresa EMEPA, no valor de R\$ 263.425,95; considerando a participação da Embrapa no Capital Social daquela instituição. Os valores estão registrados na UG Embrapa/SGE-EFI.

31. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES PARA PERDAS:

a) Houve um acréscimo de R\$ 52.548 mil (equivalente a 121,29%), decorrente do registro de reversão da provisão de riscos fiscais no valor de R\$ 95.871 mil, na unidade gestora Embrapa/SGE-EFI.

32. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – PESSOAL E ENCARGOS:

a) Houve variação negativa de R\$ 52.511 mil (equivalente a 28,55%) em Outras Variações Patrimoniais Diminutivas de Pessoal e Encargos no quarto trimestre de 2018 em relação ao mesmo trimestre de 2017.
b) A quantia citada na alínea “a”, anterior, foi menor no órgão MAPA em R\$ 2.081 mil (40,30%), a qual liquidou menos despesas com resarcimentos de salário de servidores requisitados ou cedidos de outros órgãos ou entes da federação em 2018.
c) Na empresa Conab, também a menor em R\$ 50.429 mil (28,21%), ocasionado principalmente pela redução do valor pago pelo Plano de Desligamento Voluntário Incentivado (PDVI) da Conab. O PDVI iniciou em maio de 2017 com pagamentos mensais aos participantes durante cinco anos. A cada ano há a redução de cinco pontos percentuais no valor pago.

33. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – Depreciação, Amortização e Exaustão:

a) Houve redução de R\$ 19.844 mil (equivalente a 10,95%) no montante das Variações Patrimoniais Diminutivas de Depreciação, Amortização e Exaustão no quarto trimestre de 2018 em relação ao mesmo trimestre de 2017. Tal redução ocorreu em consequência das transferências de bens imóveis do MAPA para a Secretaria de Aquicultura e Pesca - MDIC, ocorridos em 2018.

34. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – JUROS E ENCARGOS DE MORA:

a) Houve redução de R\$ 2.525 mil (equivalente a 22,06%), com maior destaque na Embrapa.

35. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS:

a) Houve redução de R\$ 143.126 mil (equivalente a 97,75%) no montante das Variações Patrimoniais Diminutivas Monetárias e Cambiais. Tal redução é bastante significativa e originou na Embrapa em decorrência do não registro em 2018 das atualizações sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC nesta conta, uma vez que as atualizações pela Selic passaram a ser registradas a partir de julho de 2017 na conta contábil “Outras VPDs Financeiras”.

36. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – DESCONTOS FINANCIEROS CONCEDIDOS:

a) Houve variação negativa de R\$ 2.795 mil (equivalente a 30,43%), principalmente no órgão MAPA referente a repasse para arrecadação da Guia da Previdência Social GPS que foram maiores no quarto trimestre de 2017 em comparação com o mesmo trimestre de 2018.

37. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS:

a. Houve aumento de R\$ 25.364 mil (equivalente a 24,50%) na empresa Embrapa, decorrente às atualizações pela Selic dos recursos recebidos do Tesouro Nacional a título de investimentos registrados na conta contábil Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital.

38. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS:

a) Houve variação negativa de R\$ 533.688 mil (equivalente a 46,80%) principalmente no órgão MAPA, referente às transferências voluntárias de convênios para Estados e municípios.

39. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇOES CONCEDIDAS:

a) Houve redução de R\$ 42.394 mil (equivalente a 4,98%) devido, principalmente, ao órgão MAPA, referente às doações de imóveis de uso especial no SPIUNET para a Secretaria de Aquicultura e Pesca – MDIC, ocorridos em 2018

40. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO E VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTES P/ PERDAS:

a) Houve aumento de R\$ 40.731 mil (equivalente a 1807,19%), referente principalmente às empresas Embrapa e Conab.
b) Quanto a Embrapa, o aumento de R\$ 125 mil (6050,98%) ocorreu devido ao registro de R\$ 14 mil na UG Embrapa / SPM – Escritório do Triângulo Mineiro e de R\$ 108 mil na UG Embrapa / SGE-EFI, referente à contrapartida do lançamento efetuado na conta contábil Duplicatas e Títulos e Contencioso e Títulos e Valores Mobiliários.
c) Quanto a Conab, a variação foi de R\$ 40.565 mil (1801,43%).

41. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – PERDAS COM ALIENAÇÃO:

a) Houve variação a maior de R\$ 470 mil (equivalente a 16,34%) referente principalmente a empresa Embrapa, decorrente de registros das baixas de bens alienados que tiveram prejuízo contábil, conforme apuração.

42. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – PERDAS INVOLUNTÁRIAS:

a) Houve variação a menor de R\$ 5.921 mil (equivalente a 41,42%) devido principalmente à empresa Conab, cuja redução foi de R\$ 9.186 mil (67,51%), referentes a perda de armazenagem em Mercado de Opções de Minas Gerais, no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de Sergipe e desvio em armazenagens de Terceiros no Mercado de Opções de Goiás, ocorridos em 2017.

43. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

a) Houve redução de R\$ 760.284 mil (equivalente a 43,50%) principalmente na empresa Conab, cuja variação foi de R\$ 826.134 mil (47,44%).

NOTA N° 001 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 425.282 (quatrocentos e vinte cinco milhões, duzentos e oitenta e dois mil reais), relacionados com fornecedores e contas pagar.

A seguir, apresenta-se a tabela segregando- essas obrigações entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 7.14. Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

COMPOSIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	R\$ MIL
Circulante Curto Prazo	109.418	68.126	60,61%	
Nacionais	109.098	67.360	61,96%	
Estrangeiros	320	766	-58,22%	
Não Circulante (Longo Prazo)	315.864	315.864	0%	
Nacionais	315.864	315.864	0%	
Total	425.282	383.990	10,75%	

Fonte: SIAFI 2017, 2018 Tesouro Gerencial

Para os fornecedores e contas a pagar de curto prazo e de longo prazo em 31/12/2018 os valores relevantes são os de fornecedores nacionais de Longo Prazo, os quais representam 74,27% do total a ser pago.

Na tabela a seguir, estão relacionados os órgãos contratantes com os valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar em 31/12/2018.

Tabela 7.15. Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante

ÓRGÃO	31/12/2018	AV (%)	R\$ MIL
MINIST. DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	61.504	14,46%	
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	24.237	5,70%	
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	23.677	5,57%	
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	315.864	74,27%	
Total	425.282	100%	

Fonte: SIAFI 2018 e Tesouro Gerencial

No âmbito do MAPA, o FUNCAFE é responsável por 74,27% do total das obrigações.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os fornecedores mais significativos do MAPA com os respectivos saldos em aberto, na data base de 31/12/2018.

Tabela 7.16. Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

FORNECEDOR	31/12/2018	AV (%)	R\$ MIL
0000000000191 BANCO DO BRASIL SA	315.941	79,18%	
00360305000104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	56.124	14,06%	
69034668000156 SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	12.097	3,03%	
08097092000181 CAIXA DE ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA BRASILEI	8.938	2,24%	
07569161000220 G10 - TRANSPORTES LTDA	1.323	0,33%	
03143181000101 CAST INFORMATICA S/A	1.125	0,28%	
806030 SERPRO - SEDE - BRASILIA	1.015	0,25%	
01670751000188 TAPUIA ARMAZENS GERAIS LTDA	909	0,23%	
07924993000218 TURAMIX NUTRICAO ANIMAL LTDA	843	0,21%	
10434950000188 DEOXI BIOTECNOLOGIA LTDA	718	0,18%	
Total	399.033	100%	

Fonte: SIAFI 2018, Tesouro Gerencial

Tabela 7.17. Fornecedores – Principais Transações

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
Banco do Brasil S/A	Reconhecimento de Dívida – “DAÇÃO EM PAGAMENTO”.	315.864	31/12/2018
Caixa Econômica Federal	Contrato De Prestação De Serviços Que Entre Si celebram a União, por meio do Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a Caixa Econômica Federal,	57.484	09/12/2016 a 12/03/2017 Aditivo: 12/03/2017 12/06/2017 Aditivo: 26/04/2018

Fonte: SIASG, SIAFI Órgão: 22905, Unidade Gestora 130137; Órgão: 22000, Unidade Gestora 420013, 2018.

O Reconhecimento de Passivos referente ao contrato “Dação em Pagamento”, - Banco do Brasil S/A - Medida Provisória nº 2.196, de 24.08.2001. Processos nº 70010.000765/2010-96 e 21000.00734 /2001-06, referem-se ao grupo Fornecedor e contas a pagar em Longo Prazo - Órgão 22905 registrado na unidade gestora do Funcafé.

Conforme publicação no DOU, em 26 de abril de 2018, do EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2018, do órgão 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento onde a Caixa Econômica Federal celebra Contrato de Prestação de Serviços abrangendo todas as atividades de gestão operacional para execução dos contratos de repasse firmados no âmbito dos programas e ações geridos pelo MAPA. Processo SEI nº 21000.012272/2018-60.

NOTA Nº 002 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2018, a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, possuiu saldo a executar de Obrigações Contratuais no valor total de R\$ 2.256.985 (dois bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e oitenta e cinco mil reais), valor este extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial de 31/12/2018.

A Tabela 7.18 apresenta os dados consolidados referente as obrigações contratuais em 31/12/2018.

Tabela 7.18. Obrigações Contratuais – Composição

ITENS	31/12/2018	31/12/2017	R\$ MIL AH (%)
Aluguéis	5.796	33.546	-82,72%
Fornecimento de Bens	92.458	67.244	37,50%
Empréstimos e Financiamentos	0	2.676.025	100,00%
Seguros	625.052	15.563	3.916,14%
Serviços	1.518.327	1.829.762	-17,02%
Demais	15.352	15.351	0,00%
Total	2.256.985	4.637.493	-51,33%

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Ainda, com base nas informações da tabela 01, pode-se observar que as obrigações contratuais do MAPA apresentaram redução significativa no espaço de tempo mencionado, culminando em decréscimo principalmente nas rubricas de empréstimos e financiamentos e aluguéis.

Dentre as obrigações contratuais relacionadas, as de Fornecimento de Bens representam 37,50% do total das obrigações assumidas pelo Ministério.

Tabela 7.19. Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante

ÓRGÃO	31/12/2018	AV (%)	R\$ MIL
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	588.047	26,05%	
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	309.273	13,70%	
Companhia Nacional de Abastecimento	1.354.295	60,00%	
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	5.369	0,24%	
Total	2.256.984	100,00%	

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A tabela 7.19 acima relacionando os órgãos subordinados contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2018, apresenta a Conab com 60% do valor total das obrigações contratuais.

Tabela 7.20. Obrigações Contratuais – Composição da Unidade CGEOF / CGRL

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	R\$ MIL
Aluguéis	380	28.540	-98,67%	
Fornecimento de Bens	60.781	34.979	73,76%	
Serviços	329.681	670.866	-50,86%	
Demais	6.846	6.845	0%	
Total	397.688	741.231	-46,35%	

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A Unidade Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira, a qual agrega a parte patrimonial da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços, é responsável pela maioria dos contratos a executar do MAPA como Administração Direta, representando o valor de R\$ 397.688 mil reais do citado Órgão.

Como se pode observar do exame da tabela 03, os saldos das obrigações contratuais da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL do MAPA decresceram em termos de valores para a maioria das rubricas, sinalizando que houve apropriação de valores nos documentos hábeis de liquidação, baixando os saldos contábeis de contratos, assim como também houve a baixa parcial de saldos que não seriam mais movimentados.

Na Tabela 7.21, seguinte, estão relacionados os 10 (dez) contratados mais significativos e os respectivos saldos a executar, na data base de 31/12/2018:

Tabela 7.21. Obrigações Contratuais – Por Contratado da Unidade CGRL / CGEF

CONTRATADO – SALDO A EXECUTAR	31/12/2018	AV (%)	R\$ MIL
A - 34358432000271 LINK/BAGG COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA	45.326	23,85%	
B - 01644731000132 CTIS TECNOLOGIA S.A	41.008	21,57%	
C - 34358432000190 LINK/BAGG COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA	25.155	13,23%	
D - 01645738000250 INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA	14.601	7,68%	
E - 07275920000161 LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA	13.418	7,06%	
F - 19877285000252 LANLINK SOLUCOES E COMERCIALIZACAO EM INFORMATICA S/A	11.034	5,80%	
G - 05340845000140 MBA - TECNOLOGIA LTDA	10.865	5,72%	
H - 08597377000181 SUPERNOVA SOLUCOES GRAFICAS E EDITORA LTDA	9.921	5,22%	
I - 01017250000105 VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	9.746	5,13%	
J - 34028316000707 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	9.001	4,74%	
Total	190.076	100,00%	

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Os contratados: A, B, C, D e E representam 73,40% das obrigações com contratos de serviços da Unidade.

NOTA N° 003 - PROVISÕES

Em 31/12/2018, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 321.729 (trezentos e vinte e um milhões, setecentos e vinte e nove mil reais) relacionados a provisões de curto e longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 4º Trimestre 2018.

Tabela 7.22. Provisões - Composição

COMPOSIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	R\$ MIL
Provisões a curto prazo	74.470	92.598	-19,58%	
Provisões a longo prazo	247.259	227.216	8,82%	
Total	321.729	319.814	0,60%	

Fonte: SIAFI2017, 2018 e Tesouro Gerencial

PROVISÕES A CURTO PRAZO

O item Provisões de Curto Prazo, do Passivo Circulante, é constituído principalmente por Provisões para Risco Trabalhista e para Indenizações Cíveis registrada na Conab, no valor de R\$ 74.470 mil reais.

As provisões de curto prazo estão distribuídas por Órgão conforme a tabela a seguir.

Tabela 7.23. Provisões de Curto Prazo por órgão

ÓRGÃO	31/12/2018	AV (%)	R\$ MIL
22211 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	74.470	100,00%	
Total	74.470	100,00%	

Fonte: SIAFI2018

A Conab é responsável por 100% do total de provisões a curto prazo.

Tabela 7.24. Provisões de Curto Prazo - Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	R\$ MIL
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	61.035	66.869	-8,73%	
Riscos Cíveis a Curto Prazo	13.435	25.728	-47,78%	
Total	74.470	92.597	-19,58%	

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

PROVISÕES DE LONGO PRAZO

O item Provisões de Longo Prazo, do Passivo não Circulante, é constituído principalmente por provisões para Riscos de Indenizações Trabalhistas pela Embrapa e Conab no valor de R\$ 131.346.266,88.

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme a Tabela 7.25, a seguir.

Tabela 7.25. Provisões de Longo Prazo por órgão

	31/12/2018	AV (%)	R\$ MIL
22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária	244.043	98,70%	
22211 - Companhia Nacional de Abastecimento	3.216	1,30%	
Total	131.346	100,00%	

Fonte: SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A Embrapa é responsável por 98,70% do total de provisões a longo prazo.

Tabela 7.26. Provisões a Longo Prazo - Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	R\$ MIL
Conab - Riscos Fiscais	3.216	3.216	0%	
Embrapa - Riscos Trabalhistas	244.043	224.000	-8,95%	
Total	247.259	227.216	8,82%	

Fonte: SIAFI2018, SIAFI2017 e Tesouro Gerencial.

A provisão para Indenizações Trabalhistas é a mais relevante dentre as de longo prazo. Em 31/12/2018 o saldo apresentado na conta foi de R\$ 244.043 mil reais, registrado pela Unidade Gestora 135037, conforme a composição enviada pela Assessoria Jurídica/Embrapa, a seguir:

Natureza Trabalhista	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	61.198.200	Ad. Insalubridade-periculosidade/ horas intinere/Equiparação Salarial/ Reenquadramento Funcional/ Categoria Profissional Especial Jornada de trabalho e outros
Natureza Cível	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	91.369.738	Apólice de Seguros/Processos Licitatórios/ Indenizações/ Anulação de ato Administrativo e outros
Natureza Trabalhista	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	41.713.661	Encargos Fiscais
Natureza Trabalhista	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	49.761.246	Anulação de débito fiscal/ Cobrança de Imposto - IPTU
Total	244.042.845	

NOTA Nº 004 – IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), o qual é preservado para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos. Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2018, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de R\$ 4.368.573 (quatro bilhões, trezentos e sessenta e oito milhões e quinhentos e setenta e três mil reais) líquidos da depreciação e amortização e representou um decréscimo de (4,64%) em relação ao 4º trimestre/2018.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 7.27. Imobilizado – Composição

Imobilizado – Composição	31/12/2018	31/12/2017	R\$ MIL AH%
Bens Móveis	825.619	1.011.943	-18,41%
(+) Valor Bruto Contábil	1.751.468	1.851.810	-5,42%
(-) Depreciação/Amortização/ Exaustão Acum. de Bens Móveis	(902.429)	(817.668)	10,37%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(23.420)	(22.198)	5,51%
Bens Imóveis	3.542.954	3.569.304	-0,74%
(+) Valor Bruto Contábil	4.061.028	4.050.487	0,26%
(-) Depreciação/ Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Imóveis	(518.074)	(481.183)	7,67%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	4.368.573	4.581.248	-4,64%

Fonte: SIAFI2018 e 2017.

BENS MÓVEIS

Os Bens Móveis em 31/12/2018 totalizaram R\$ 825.619 (Oitocentos e vinte e cinco milhões e seiscentos e dezenove mil reais), líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 7.28. Bens Móveis - Composição

Bens Móveis - Composição	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)	R\$ MIL
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	830.127	885.997	-6,31%	
Bens de Informática	334.925	333.421	0,45%	
Móveis e Utensílios	204.940	203.921	0,50%	
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	29.552	29.354	0,67%	
Veículos	309.015	351.692	-12,13%	
Peças e Conjuntos de Reposição	0	-	-	
Bens Móveis em Andamento	3.895	2.537	53,51%	
Bens Móveis em Almoxarifado	122	1	18.538,76%	
Armamentos	2	1	0%	
Semoventes e Equipamentos de Montaria	6.152	6.404	-3,93%	
Demais Bens Móveis	32.739	38.482	-14,92%	
Depreciação / Amortização Acumulada	(902.429)	(817.668)	10,37%	
Redução ao Valor Recuperável	(23.420)	(22.198)	5,50%	
Total	825.619	1.011.944	-18,41%	

Fonte: SIAFI2018 e 2017.

Dos Bens Móveis registrados o valor de R\$ 15.219 (quinze milhões e duzentos e dezenove mil reais) no fechamento do balanço de 2017 refere-se a conta de Bens Não Localizados, relativos ao Patrimônio do extinto Ministério de Aquicultura e Pesca – MPA dentre os que não foram encontrados nas Superintendências Federais. E no final do 4º Trimestre/2018, o valor reduziu-se para R\$ 10.730.

A variação de (1,58%) ocorrida em Bens Não Localizados explica-se pela baixa

desta conta com o consequente ingresso nas correspondentes contas de bens móveis, inclusive com a atualização da depreciação relativa ao bem localizado no Sistema de Controle Patrimonial, em função do Ofício de Requisição 39-462/2016, de 26 de janeiro de 2017, da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.

Diante disso gerou-se o Processo SEI nº 21000.004025/2017-17 em que as Unidades Descentralizadas envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, nas respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes.

BENS IMÓVEIS

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2018 totalizavam R\$ 3.542.954 (três bilhões, quinhentos e quarenta e dois milhões e novecentos e cinquenta e quatro mil reais), líquidos de depreciação/amortização, e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 7.29. Bens Imóveis - Composição

Bens Imóveis - Composição	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)	R\$ MIL
Bens de Uso Especial	3.572.333	3.532.295	1,13%	
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	-	
Bens Dominicais	-	-	-	
Bens Imóveis em Andamento	155.085	185.121	-16,22%	
Instalações	92.408	91.825	0,63%	
Demais Bens Imóveis	35.308	39.108	-9,72%	
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	205.894	202.137	1,86%	
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	(518.074)	(481.182)	7,67%	
Total	3.542.954	3.569.304	-0,74%	

Fonte: SIAFI2018 e 2017.

De acordo com a tabela 7.29, os BENS DE USO ESPECIAL correspondem a 87,97% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial, perfazendo o montante de R\$ 3.572.333 mil reais em 31/12/2018 a valores brutos.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL considerados como os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são os constantes na relação abaixo

Tabela 7.30. Bens de Uso Especial – Composição

Bens de Uso Especial – Composição		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)	R\$ MIL
Fazendas, Parques e Reservas	190.756	191.139	-	-0,20%	
Terrenos, Glebas	188.740	194.447	-	-2,94%	
Aquartelamentos	-	-	-	-	
Imóveis de Uso Educacional	542	542	-	0%	
Edifícios	938.610	930.800	-	0,84%	
Complexos, Fábricas e Usinas	1.603.573	1.603.573	-	0%	
Imóveis Residenciais e Comerciais	86.022	36.561	-	135,29%	
Aeroportos, Estações e Aeródromos	664	664	-	0%	
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	563.425	574.517	-	-1,93%	
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	-	-	-	-	
Unidade/instalação de Aquicultura/P	-	52.032	-	-100%	
Total	3.573.333	3.532.295	-	1,13%	

Fonte: SIAFI2018 e 2017

Tabela 7.31. Cessão de Uso – Bens Cedidos

ÓRGÃO	Valor em 31/12/2018	Valor em 31/12/2017	R\$ MIL
MAPA-Adm. Direta	1.267	1.267	
Conab	28.528	28.675	
Total	29.795	29.942	

Tabela 7.32. Comodato de Bens – Concedidos

ÓRGÃO	Valor em 31/12/2018	Valor em 31/12/2017	R\$ MIL
MAPA-Adm. Direta	54	54	
Embrapa	8.100	7.516	
Conab	3	3	
Total	8.158	7.574	

Fonte: SIAFI2018, SIAFI2017 e Tesouro Gerencial.

Tabela 7.33. Mercadorias e Bens em Poder de Terceiros

ÓRGÃO	Valor em 31/12/2018	Valor em 31/12/2017	R\$ MIL
MAPA-Adm. Direta	13.027	13.026.543,58	
Embrapa	-	-	
Conab	510.495	830.851	
Total	523.521	843.878	

Fonte: SIAFI2018, SIAFI2017 e Tesouro Gerencial.

(A) REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Em níveis dos procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

No MAPA não foi vislumbrado as reavaliações e reduções ao valor recuperável dos bens por conta contábil anteriores ao ano de 2010, tendo em vista que o Gestor do principal Sistema de Controle Patrimonial, o ASI da Link data S/A, que englobam as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Nacional Agropecuário, não se manifestou em nenhum momento, mesmo mediante várias tentativas documentais por Notas Técnicas emitidas pela Setorial Contábil, exceto o Laboratório Nacional Agropecuário do Pará, que firmou contrato nº 11/2017 com a empresa LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A, inscrita no CNPJ nº 24.936.973/0001-03, para realizar a prestação de serviços especializados na instalação e configuração no ambiente tecnológico dos dados e informações do Lanagro/PA subsidiando os serviços de saneamento físico e reavaliação de bens, bem como a atualização dos dados. Portanto, foram registrados no mês de junho/2018 as reavaliações e a redução ao valor recuperável, baseado no processo SEI nº 21003.000660/2018-78.

O Gestor do Sistema de Controle Patrimonial da CEPLAC, também não se manifestou quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

O Gestor do Sistema de Controle Patrimonial do INMET e seus Distritos Meteorológicos providenciou os registros à conta de REDUCAO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO, conforme abaixo, porém não apresentou nenhuma informação de como foi embasado tais registros:

Tabela 7.34. Registros à conta de redução ao valor recuperável de imobilizado do INMET

UNIDADE GESTORA	VALOR R\$	R\$ MIL
INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA	14.929	
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE RECIFE	802	
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE SALVADOR	576	
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELO HORIZONTE	1.521	
DISTRITO DE METEOROLOGIA DO RIO DE JANEIRO	1.892	
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE MANAUS	1.001	
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELEM	1.475	
LABORATORIO NACIONAL AGROCECUARIO DO PARA	1.225	
TOTAL	23.420	

Fonte: SIAFI2018, SIAFI2017 e Tesouro Gerencial.

(A.1) REAVALIAÇÃO

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitorias, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(A.2) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - *IMPAIRMENT*

(A.3) DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET E BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admitem-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

(A.4) DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES REALIZADOS EM CONTRAPARTIDA NO IMOBILIZADO

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Tabela 7.35. Ajustes de Exercícios Anteriores

Órgão	NL - Classificação Contábil 1	NS - Classificação Contábil 1	Movimento R\$ (Conta Contábil)	R\$ MIL
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO		123110101	720	
		123110102	-12.192	
		123110103	-12.295	
		123110104	-12.192	
		123110105	-12.197	
		123110106	-12.197	
		123110107	-1.661	
		123110108	-1.661	
		123110109	-1.661	
		123110120	-1.661	
		123110121	-1.661	
		123110125	722	
		123110201	-1.629	
		123110301	-1.655	
		123110302	-1.661	
		123110303	-1.655	
		123110402	-2	
		123110403	-1	
		123110405	-1.646	
		123110406	-0	
		123110501	12	
		123110503	-136	

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	123119909	-19
	123119910	-131
	123810100	35.719
	123110101	-1
	123110103	-171
	123110107	-0
	123110120	40
	123110121	-7
	123110201	-4
	123110301	-4
	123111000	-148
	123810100	1.888
	123110101	65
	123110103	-78
	123110105	1
	123110106	185
	123110107	1.522
	123110108	1.379
	123110121	1
	123110125	0
	123110201	21
	123110301	370
	123110302	185
	123110303	18
	123110405	12
	123110503	256
	123110702	421
	123111000	-25
	123119909	55
		(34.759,32)

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTA Nº 005 – INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No MAPA não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, mas o MAPA até a presente data não procedeu o teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.

Conforme anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, DOU 29/09/2015, o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação, preparação de sistemas desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2018, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 20.220 (vinte milhões, duzentos e vinte mil reais) relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 7.36. Intangível – Composição

Intangível – Composição	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)	R\$ MIL
Software com Vida Útil Definida	57.274	53.153	7,75%	
Software com Vida Útil Indefinida	1.625	462	251,73%	
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	377	-	
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Indefinida	-	-	-	
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado		-	-	
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado		-	-	
Amortização Acumulada	(40.136)	(29.075)	38,04%	
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-	
Softwares Não Localizados	1.457	1.457	0%	
Total	20.220	26.374	-23,33%	

Fonte: SIAFI / TG. 2017 e 2018.

Advindos do extinto MPA o valor de R\$ 1.278.000,00 da empresa XYS Tecnologia Ltda., por lançamentos de transposição de saldos, este software não foi localizado pela CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, o que resultou em transferência para a conta de 124119900 – Softwares Não Localizados, assim como o valor de R\$ 178.418,00 da empresa CIMCORP – Com. Internacional e Inform.

As adições e baixas efetuadas até 31/12/2018, foram:

Tabela 7.37. Adições e baixas efetuadas até 31/12/2018

Órgão	Conta Contábil	ADIÇÕES	BAIXAS	R\$ MIL
MINIST. DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	124110101	= SOFTWARES	24.757	-
	124110102	= SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	-	-
	124110201	= SOFTWARES	1.249	-
	124110202	= SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	375	-
	124119900	= SOFTWARES NAO LOCALIZADOS	1.457	-
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	124110101	= SOFTWARES	59.342	29.831
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	124110101	= SOFTWARES	3.328	322
			90.508	30.153

Fonte: Tesouro Gerencial

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – IMPAIRMENT

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Mas o MAPA não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (impairment) dos ativos.

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES REALIZADOS NO INTANGÍVEL

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Tabela 7.38. Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

Órgão UGE	NS - Classificação Contábil 1	R\$ MIL
		Movimento R\$ (Conta Contábil)
MINIST. DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	124810100	(1.719,68)
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	124110101	43,48
	124210103	1,29
	124810100	2,97
		(1.671,94)

Fonte: SIAFI2018 e 2017.

NOTA N° 006 – INVESTIMENTOS

Os investimentos no MAPA são compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos.

PARTICIPAÇÕES PERMANENTES

Tabela 7.39. Investimentos – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Participações Permanentes	36.325	43.977	%
Propriedades para Investimento	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	1.624	1.682	%
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(790)	(7.812)	%
Total	37.160	37.847	%

Fonte: SIAFI2017 e 2018.

Os investimentos permanentes da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social e no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/95, conforme legislação pertinente.

Em novembro/2018 as 1.517.727,05 cotas (Certificado de Investimento CI-FND nº 068A), do valor existente em 31 de dezembro de 2017, ocorreu devido ao

recebimento do valor de R\$ 1.463.439,10 relativo ao recebimento de cotas do extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento, conforme Termo de Quitação nº 012/2018.

Os investimentos na Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB e na Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, em razão de a Embrapa ser titular de mais de 20% do capital votante dessas empresas, sem controlá-las. Cabem destacar os seguintes fatos:

Tabela 7.40. Participações Permanentes – Composição por investimento

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento (R\$ milhares)	% de Participação da Embrapa	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2017	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2017
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA (1)	Agricultura	631.059,00	7,74	0,00	0,00
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB	Agricultura	1.693.906,20	45,00	3.764.236	585.391
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI	Agricultura	5.279.722,00	4,74	-18.727.801	7.020.889
- Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A – EMPAER/MT	Agricultura	150.661,00	0,43	7.224.112.017	-23.376.353.004
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER	Agricultura	2.392,90	0,01	53.597.738,68	619.700,81
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	Agricultura	726.984,37	49,00	-3.019.725	(1.278.278)

Fonte: Siafi e Demonstrações Contábeis das empresas, (1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação.

Tabela 7.41. Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes (Embrapa)

Entidade	Saldo em 31/12/2017	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 31/12/2018
EMEPA/PB	1.430.480,25	-	263.425,95	-	-	1.693.906,20
EMPARN	726.984,37	-	-	-	-	726.984,37
Total	2.157.464,62	-	263.425,95	-	-	2.420.890,57

Fonte: SIAFI e Demonstrações das Empresas. *Valores não consolidados

A equivalência patrimonial da EMEPA/PB, foi registrada com base no balanço apurado em 31/12/2017, em 2018, foi realizado o registro de R\$ 263.425,95, para fins de atualização do valor da participação da Embrapa nesta empresa, referente ao lucro apresentado no ano de 2017.

A EMPARN, apresentou um prejuízo de R\$ 1.278.278 em 2017, a empresa permaneceu com patrimônio líquido negativo no valor de R\$ 3.019.725. Portanto, em 2018, permaneceu o registro da participação acionária e da provisão para perdas prováveis no valor de R\$ 726.984,37.

Tabela 7.42. Composição das ações investimento

Companhia	Quantidade	Tipo	Valor Unitário	Valor Total	Banco	UG Responsável
CPFL ENERGIA S/A	20	ON	23,87	569,60	BB	135046
OI S/A	4.545	ON	2,25	5.772,15	BB	135046
OI S/A	3.289	PN	2,01	4.144,14	BB	135046
CONTAX	200	EO	4,16	900,00	Itaú	135046
CONTAX	200	EP	0,01	10,00	Itaú	135046
EMBRATEL	271.569	EO	0,01	2,71	Itaú	135046
EMBRATEL	1.429.772	EO	0,01	14,29	Itaú	135046
EMBRATEL	1.121.542	EP	0,01	11,21	Itaú	135046
TELEFONICA BRASIL	187	PN	39,2	8.523,46	Bradesco	135032
TELEFONICA BRASIL	137	PN	39,2	6.244,46	Bradesco	135033
TELEFONICA BRASIL	125	PN	39,2	5.697,50	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	18	PN	39,2	820,44	Bradesco	135035
TELEFONICA BRASIL	12	ON	36,3	486,48	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	52	ON	11,73	605,28	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	312	ON	11,73	3.631,68	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	2.942	ON	36,3	119.268,68	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	3.547	PN	39,2	161.672,26	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	4.715	ON	11,73	54.882,60	Bradesco	135046
TELEBRAS	142	ON	28,04	3.993,04	Bradesco	135046
TELEBRAS	112	PN	21,55	2.296,00	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	554	ON	36,3	22.459,16	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	523	ON	11,73	6.087,72	Bradesco	135046

DEMAIS INVESTIMENTOS

Os demais investimentos representam 5,22% no valor de 427.637,30, são compostos por participações em companhias do ramo de telefonia com ações negociadas na bolsa de valores BM & FBOVESPA. A Embrapa já iniciou o processo de alienação das ações, apresentando a seguinte composição:

Companhia	Quantidade	Tipo	Valor Unitário	Valor Total	Banco	UG Responsável
TELEBRAS	27	ON	28,04	759,24	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	208	PN	39,2	9.480,64	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	666	ON	11,73	7.752,24	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	104	ON	11,73	1.210,56	Bradesco	135046
CPFL ENERGIA S/A	12	ON	23,87	341,76	Bradesco	135046
Total				427.637,30		

Fonte: EMBRAPA

Tabela 7.43. Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes (Conab)

EMPRESA	Saldo em 31/dez/2017	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 31/12/2018
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA	838.268,33	-	-	-	-	838.268,33
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	0,00	-	-	-	-	3.856,16
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLV	69.074,55	-	-	-	-	69.074,55
SANYO DA AMAZONIA, INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELE	840,02	-	-	-	-	0,00
BANCO DA AMAZONIA SA	137.559,31	-	-	-	-	137.559,31
RIBEIRO CORDEIRO INDUSTRIA E COMERCIO S A	334.135,09	-	-	-	-	334.135,09
FRIGORIFICO VALE DO TOCANTINS S A	232.646,57	-	-	-	-	232.646,57
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	81.444,72	-	-	-	-	81.444,72
VICUNHA TEXTIL S/A.	1.720,50	-	-	-	-	1.720,50
AGRICOLA VALE DO MANGEREBA LTDA	35.304,54	-	-	-	-	35.304,54
PRIMEINVEST EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A	0,00	-	-	-	-	70.161,00
CICANORTE INDUSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTICIAS S/A	8.411,24	-	-	-	-	8.411,24
COMPANHIA DE COCOS DO NORDESTE	4.906,60	-	-	-	-	0,00
COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO EST DE MG CASEMG	13.791.215,87	-	-	-	-	13.791.215,87
COMPANHIA BRASILEIRA DE PARTIC AGROINDUSTRIAL BRASAGRO	13.441,19	-	-	-	-	13.441,19

EMPRESA	Saldo em 31/dez/2017	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 31/12/2018
COMPANHIA MATERIAIS SULFUROSOS MATSULFUR	12.584,40	-	-	-	-	0,00
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPIRITO SANTO S/A	840,02	-	-	-	-	840,02
LOGASA INDUSTRIA E COMERCIO S A	39.947,25	-	-	-	-	39.947,25
MORADA DO SOL PARTICIPACOES S/A	34.694,02	-	-	-	-	34.694,02
LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.	0,00	-	-	-	-	12.584,40
CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE	962.333,73	-	-	-	-	962.333,73
ALGAR TELECOM S/A	0,00	-	-	-	-	48.568,00
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	840,03	-	-	-	-	840,03
CIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DO PARANA CODAPAR	2.918.437,66	-	-	-	-	2.918.437,66
MULTILOG S/A	0,00	-	-	-	-	11.163,26
COMPANHIA CATARINENSE DE FIACAO	4.555,46	-	-	-	-	4.555,46
PBG S/A	0,00	-	-	-	-	4.449,15
REFINADORA CATARINENSE SA	16.513,39	-	-	-	-	16.513,39
COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZENS	8.214.743,55	-	-	-	-	8.214.743,55
TOTAL	27.754.458,04	-	-	-	-	27.886.908,99

Fonte: Conab

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

No âmbito do MAPA não há propriedades para investimento no 4º Trimestre de 2018.

8

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

8.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

As principais determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) tratadas em 2018, são:

a) Acórdão 234 - TCU/Plenário - solicitando informações a respeito das providências adotadas no MAPA com fito de cumprimento à determinação constante do Acórdão nº 234/2018 - TCU/Plenário, o qual que DETERMINOU a alguns Ministérios, entre eles o MAPA, conforme consta do item 1.6.2-b, que, no prazo não superior a 60 (sessenta) dias, conforme consta dos itens 9.4, 9.4.1 e 9.9 do Acórdão 936/2016, instaure e protocole junto ao TCU os processos de tomada de contas especial (TCE) relativamente aos contratos de repasse nº 196.836-27 (TP 010/2007); 234.142-44; 244.545-28 e 244.396-20 (CC 1/2008), celebrados com a Prefeitura Municipal de Barra do Corda/MA, o qual somente foi possível concluir já ao final do exercício de 2018, com a remessa das 4 TCE;

b) Acórdão 1355 - TCU/Plenário - solicitando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não utilize a ata de registro de preços decorrente do Pregão Eletrônico 19/2016 do Ministério da Integração Nacional, em face da ausência de estudos técnicos preliminares suficientes para determinar, conforme estabelece a IN 4/2017-SLTI/MP e a Lei 8.666/1993, com razoável segurança, que a referida ARP é o instrumento mais adequado para atender às suas necessidades. O responsável pela Área de TI do MAPA registrou que o MAPA não atuou como participante da Ata de Registro de Preços (PE SRP) 19/2016, promovido pelo Ministério da Integração Nacional;

c) Acórdão 058/2017 - TCU/Plenário - determinando ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência da deliberação, informasse ao TCU, em relação ao Contrato de Repasse 806282/2014 firmado com o município de Caiçara do Rio do Vento-RN sobre a conclusão das respectivas obras ou, caso contrário, que adote as providências de sua alcada com vistas à imediata instauração de tomada de

contas especial. Conforme consta no Processo SEI 21000.022069/2018-00, a CAIXA informou via Ofício nº 1236/2018/GEGOP, de 18/12/2018 que o prazo para manifestação do município em relação à notificação de abertura da TCE se extinguiu em 25/11/2018, sem apresentação de justificativas ou resarcimento ao erário, dessa forma restou a opção de instauração da Tomada de Contas Especial;

d) Acórdão 6061 - TCU/2ª Câmara - solicitando ao MAPA que adote medidas com o intuito de fortalecer a sistemática de controle de convênios/contratos de repasse que tratem da aquisição de patrulhas mecanizadas, dado que se verificou a possível sobreposição do objeto do Contrato de Repasse 850929/2017 assinado com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado de Goiás com os objetos dos demais instrumentos assinados com municípios de Goiás, caracterizando risco de fraude nas prestações de contas referentes a estes; e que o MAPA avalie a existência de incompatibilidades ou de não complementariedade entre os equipamentos recebidos pelos municípios por meio do Contrato de Repasse 850929/2017 e aqueles previstos em outros instrumentos assinados, procedendo às devidas alterações nos planos de trabalho quando ainda possível. As determinações foram atendidas em parte até o momento, em especial no que se refere às ações que estariam sendo praticadas para FORTALECIMENTO DA SISTEMÁTICA DE CONTROLE de convênios/contratos de repasse que tratem da aquisição de patrulhas mecanizadas. Já no que se refere ao Contrato de Repasse 1044231-71 (Convênio 850929), foi esclarecido que o mesmo não teve sua execução iniciada nem desbloqueio de recursos ao Tomador;

e) Acórdão 1712 - SECEX/RJ - Ofício que comunica auditoria visando identificar irregularidades e mitigar riscos na aquisição de veículos por meio de transferências voluntárias no âmbito deste Ministério. Após tramitações em diversas Áreas do MAPA, foi encaminhada resposta final ao TCU por meio do Ofício 1051/218/SE-MAPA, de 10 de setembro de 2018, dando tratamento definitivo ao caso;

f) Acórdão 8355 - TCU/2ª Câmara - Acórdão que trata do julgamento das contas ordinárias da Secretaria-Executiva do MAPA de 2012, com a gestão de alguns dirigentes ressalvadas, a grande maioria com suas contas julgadas regulares e sem determinação ou recomendação para melhoria da gestão do Órgão;

g) Ofício 9264 - TCU/SecexAmbiental - informando sobre a realização de auditoria a ser realizada na Fiscalização Agropecuária Federal, com o objetivo de avaliar a fiscalização e inspeção agropecuária realizada pelo MAPA, bem como os processos administrativos decorrentes das infrações autuadas na execução

dessas atividades, verificando a eficácia e identificando oportunidades de melhoria. Ainda sem publicação do Acórdão;

h) Acórdão 2581 - TCU/Plenário - representação da SECEXAMBIENTAL a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), relacionadas a alocação de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafеeira (Funcafé) ao Banco do Brasil S.A. (BB), no exercício de 2013, no valor de R\$ 1 bilhão, em desrespeito aos critérios estabelecidos de rateio dos recursos entre os bancos interessados nos recursos do Funcafé e sem cumprimento da contrapartida, conforme compromisso assumido pelo Banco de alocar ao setor cafеeiro, com recursos próprios, valor igual ao repassado pelo Fundo. o Tribunal considerou-a parcialmente procedente, acatando parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis e arquivou os autos.

A lista de recomendações do TCU pode ser encontrada [neste link](#).



CRÉDITOS

Participaram da elaboração deste Relatório de Gestão todos os órgãos específicos e singulares integrantes do Ministério da Agricultura. Esse Relatório é o resultado da construção coletiva e orientado pelas boas práticas destacadas nas organizações públicas.

Governo Federal

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministra de Estado da Agricultura

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

Coordenação e Supervisão Geral

Secretário Executivo

Marcos Montes Cordeiro

Coordenador geral de Controle Operacional

Jefferson de Alcantara e Silva

Execução

Gabinete do Ministro

Secretaria Executiva

Secretaria da Defesa Agropecuária

Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo

Secretaria de Política Agrícola

Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências

Coordenação de Contabilidade

Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional

Coordenação-Geral de Planejamento

Ouvidoria

Corregedoria

Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

Coordenação-Geral de Controle Operacional

Coordenação-Geral de Administração de Pessoal

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços Gerais

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação

Assessoria Especial de Controle Interno

Coordenação-Geral de Café

Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Instituto Nacional de Meteorologia
Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários
Escola Nacional de Gestão Agropecuária
Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Arte

Gabinete do Ministro

Capa e Projeto Gráfico: Assessoria de Comunicação e Eventos/MAPA

Diagramação: Assessoria de Comunicação e Eventos/MAPA

Fotos: Istock/MAPA

Edição

Coordenação: Luisa Teixeira Puppin Gonçalves

Revisão

Ana Cristina Tomaz Batalha, Clara Pandolfi dos Santos, Daniel Montserrat Barbacena de Oliveira, Helena Carvalho Frois, Iran de Almeida Nunes, Juliana Maria de Jesus, Naim Jose Pereira da Silva e Rogério Ribeiro de Araújo

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABC - Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ABIN - Agência Brasileira de Inteligência
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACE - Assessoria de Comunicação e Eventos
ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas
AECI - Assessoria Especial de Controle Interno
AFAC - Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital
ÁGATHA - Sistema de Gestão de Riscos desenvolvido pelo Ministério do Planejamento
AFFA - Auditores Fiscais Federais Agropecuários
AGF - Aquisição do Governo Federal
AGROBASE - Base de Dados Bibliográfica Agrícola Nacional
AGROFIT - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários
AGROSTAT - Sistema Estatístico de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro
AIM - Annual Investment Meeting
AIRSA - Asia Investor Road Show Agribusiness
ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
AP - Agricultura de Precisão
ARP - Ata de Registro de Preços
ASPAR - Assessoria Parlamentar
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BB - Banco do Brasil
BIF - Brazil Investment Forum
BINAGRI - Biblioteca Nacional de Agricultura
BRICS - Grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BSC - Balanced Scorecard
CAPS - Coordenação de Administração Predial e Serviços
CAS - Conselho Agrícola do Sul
CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
CBAP - Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão
CBC - Carne Baixo Carbono
CBO - Classificação Brasileira de Ocupação
CCCCN - Comissão Coordenadora de Criação do Cavalo Nacional
CCN - Carne Carbono Neutro

CCONT - Coordenação de Contabilidade
CDPC - Conselho Deliberativo da política do Café
CEAAA - Comissão Especial para Assuntos de Aviação Agrícola
CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA/MG - Central de Abastecimento de Minas Gerais
CEF - Caixa Econômica Federal
CEIP - Certificado Especial de Identificação e Produção
CENAB - Comissão Executiva Nacional do Plano ABC
CEPLAC - Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira
CER - Comissão Especial de Recursos
CETIC - Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e Comunicação
CFIA - Agência Canadense de Inspeção de Alimentos
CGAI - Coordenação-Geral de Articulação Institucional
CGAL - Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários
CGAP - Coordenação-Geral de Administração de Pessoas
CGATA - Coordenação-Geral de Apoio Técnico e Administrativo
CGCRE/INMETRO - Coordenação Geral de Acreditação / Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
CGCO - Coordenação-Geral de Controle Operacional
CGCS - Coordenação-Geral de Comunicação Social
CGDI - Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional
CGEC - Coordenação-Geral de Eventos e Cerimonial
CGEF - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
CGEOF - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CG-IC BRASIL - Comitê de Gestão da Informação e Documentação
CGOF - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGOP - Coordenação-Geral de Gestão de Operações
CGPAR - Comissão interministerial de Governança e de Administração de Participações Societárias da União
CGPLAN - Coordenação-Geral de Planejamento
CGRC - Comitê de Governança, Riscos e Controle
CGRL - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços Gerais
CGSE - Coordenação-Geral de Suporte Estratégico
CGSI - Comitê Gestor de Segurança da informação
CGSR - Comitê Gestor Interministerial de Seguro Rural
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU - Controladoria-Geral da União
CI - Certificado de Investimento
CIEP - Conselho Interministerial de Estoques Públicos
CIG - Comitê Interministerial de Governança
CIMA - Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool
CMAP - Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas
CIPV - Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais
CMN - Conselho Monetário Nacional

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas-Fiscal
CND - Conselho Nacional de Desburocratização
CNPA - Conselho Nacional de Política Agrícola
CNPAT - Centro Nacional de Pesquisa de Agroindústria Tropical: Embrapa Agroindústria Tropical
CNPDI - Centro Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Instrumentação Agropecuária: Embrapa Instrumentação
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPSo - Centro Nacional de Pesquisa de Soja: Embrapa Soja
COFINS - Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social
COMBIOLAB - Comissão de Biossegurança de Laboratórios Agropecuários
COMEX - Comércio Exterior
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil
CONJUR - Consultoria Jurídica
COP24 - Convenção de Biodiversidade
CPAC - Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados: Embrapa Cerrados
CPAF - Centro de Pesquisa Agroflorestal de Rondônia: Embrapa Rondônia
CPAO - Centro de Pesquisa Agropecuária Oeste: Embrapa Agropecuária Oeste
CPATSA - Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido: Embrapa Semiárido
CPATU - Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido: Embrapa Amazônia Oriental
CSIC - Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
CTFAPP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais
CTU - Conta Única
CVI - Certificados Veterinários Internacionais
DA - Departamento de Administração
DAMC - Departamento de Acesso a Mercados e Competitividade
DAS - Direção e Assessoramento Superior
DCA - Departamento de Comercialização e Abastecimento
DCAE - Departamento de Café, Cana-de-açúcar e Agroenergia
DCEE - Departamento de Crédito e Estudos Econômicos
DEGER - Departamento de Gestão de Riscos

DEPROS - Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável
DFIA - Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DFIP - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
DILOG - Departamento de Infraestrutura e logística para o Setor Agropecuário
DIMP - Divisão de Material e Patrimônio
DIMS - Departamento de Integração e Mobilidade Social
DINF - Divisão de Infraestrutura Predial
DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIPOV - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DNNT - Departamento de Negociações Não-Tarifárias
DOU - Diário Oficial da União
DPI - Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio
DSA - Departamento de Saúde Animal
DSV - Departamento de Sanidade Vegetal
EAD - Ensino à Distância
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEPA/PB - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A
EMPAER/MT - Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A
EMPARN - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte
ENCE - Etiqueta Nacional de Conservação de Energia
ENAGRO - Escola Nacional de Gestão Agropecuária
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A
EPPs - Empresas de Pequeno Porte
ESAF - Escola de Administração Fazendária
ESIAGRO - Estratégia para Abertura, Ampliação e Promoção do AGRO
e-SIC - Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão
e-OUV - Sistema de Ouvidoria do MAPA
EUA - Estados Unidos da América
EVG - Escola Virtual de Governo
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FBN - Fixação Biológica de Nitrogênio
FFA - Fórum For The Future Of Agriculture
FP - Florestas Plantadas
FUNCAFÉ - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
FAQ - Perguntas Mais Frequentes (frequently asked questions)
GECC - Gratificação por Encargo de Curso e Concurso
GEES - Gases de Efeito Estufa

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

GFFA - Global Forum For Food and Agriculture
GIRC - Rede de Gestão, Integridade, Riscos e Controles
GM - Gabinete do Ministro
GND - Grupo de Natureza de Despesa
GTTI - Grupos Técnicos de Trabalho Intergovernamentais
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IG - Indicações Geográficas
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
ILPF - Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
IN - Instrução Normativa
INMET - Instituto Nacional de Meteorologia
INOVA - Departamento de Modernização da Gestão Pública
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial
ISO - Organização Internacional para Padronização (International Organization for Standardization)
ITIL - Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (Information Technology Infrastructure Library)
LAI - Lei de Acesso a informação
LANAGROS - Laboratórios Nacionais Agropecuários
LFDA - Laboratório Federal de Defesa Agropecuária
LIMS - Sistema de Gerenciamento de Informações Laboratoriais
LOA - Lei Orçamentária Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MATOPIBA - Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MCASP - Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MD - Ministério da Defesa
MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MGAP - Ministério da Ganadería, Agricultura e Pesca
MGDA - Modelo de Gestão Integrada da Defesa Agropecuária
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MP - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPA - Ministério de Aquicultura e Pesca
MS - Ministério da Saúde

ME's - Micro Empresas
MGAP - Ministério de Ganadería, Agricultura y Pesca (Uruguay)
MPDG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPLS - Comutação de Rótulos Multiprotocolo (Multiprotocol Label Switching)
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NBR - Norma Brasileira
NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OAC - Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIE - Organização Mundial de Saúde Animal
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAEC - Plano Anual de Capacitação
PANAFTOSA - Centro Pan-Americano de Febre Aftosa
PAP - Programa Agrícola Pecuário
PCA - Programa de Construção de Armazéns
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDA - Plano de Defesa Agropecuário
PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PDVI - Plano de Desligamento Voluntário
PEP - Prêmio para Escoamento do Produto
PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor e Outros
PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos
PGRCI - Política de Gestão de Riscos e Controles Internos
PIB - Produto Interno Bruto
PICCP - Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PIS - Programa de Integração Social
PNMC - Política Nacional Sobre Mudanças do Clima
PoSIC/MAPA - Política de Segurança da Informação e Comunicações
PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROFIP - Programa de Fomento à Integridade Pública da Controladoria Geral da União
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSA - Peste Suína Africana
PSR - Prêmio do Seguro Rural
PSR - Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural
PAC - Plano anual de Contratações
PGC - Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações
PMBOK - Base de Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Project Management Body of Knowledge)
PNAT - Programa Nacional de Avaliação de Touros Jovens
PPA - Plano Plurianual
PROFIP - Programa de Fomento à Integridade Pública
RAE - Reunião de Análise Estratégica

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

RFID - Identificação por radiofrequência ou RFID ("Radio-Frequency IDentification")
RIISPOA - Revisão e Atualização do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal
RPD - Recuperação de Pastagens Degradadas
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social
SAFs - Sistemas Agroflorestais
SCRUM - Metodologia usada para a gestão dinâmica de projetos e aplicada ao desenvolvimento ágil de softwares
SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária
SE - Secretaria-Executiva
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX - Secretaria Executiva
SEI - Sistema Eletrônico de Informações
SFA - Superintendência Federal de Agricultura
SGI - Sistema de Gestão Integrada
SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços
SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICARM - Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SICOR - Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro
SIF - Serviço de fiscalização e inspeção
SIGABC - Sistema de Governança do Plano ABC
SIGORGWEB - Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica
SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do SIF
SIVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários
SISP - Sistema Integrado de Segurança Pública
SLTI-MP - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - Ministério Públco
SMW - Sistema Seguro MAPA WEB
SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias;
SIORG - Sistema de Organização e Inovação Institucional

SIEPAGRO - Sistema de Controle de Arrecadação
SIPOA - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SISLEGIS - Sistema de Legislação Agropecuária
SISPROCER - Sistema de Processos da Comissão Especial de Recurso
SISRES - Sistema de Controle de Resíduos e Contaminantes
SMC - Secretaria de Mobilidade Social do Produtor Rural e do Cooperativismo
SNPC - Serviço Nacional de Proteção de Cultivares
SPA - Secretaria de Política Agrícola
SPD - Sistema Plantio Direto
SPG - Sistemas Participativos de Garantia
SPIUNET - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria do Patrimônio da União
SRCI - Subcomitê de Riscos e Controles Internos
SRH - Sistema de Controle de Recursos Humanos
SRI - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SVO - Serviço Veterinário Oficial
TCU - Tribunal de Contas da União
TDA - Tratamento de Dejetos Animais
TED - Termos de Execução Descentralizada
TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação
UG - Unidade Gestora
UGRCI - Unidades de Gestão de Riscos e Controles Internos
UJ - Unidade Jurisdicionada
UO - Unidade Orçamentária
URTs - Unidades de Referência Tecnológica
UTDs - Unidades de Teste e Demonstração
VIGIAGRO - Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária
VPA - Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD - Variação Patrimonial Diminutiva
VITRO - Sistema VITRO
VOIP - Telefonia Internet em Banda Larga (Voice over Internet Protocol)
WAN - Rede WAN - Rede de Longa Distância
ZARC - Zoneamento Agrícola de Risco Climático

LISTA DE TABELAS

- Tabela 2.1.** Identificação detalhada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 7
- Tabela 2.2.** Principais normas regulamentadoras das competências e da estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e outros documentos relacionados. | 7
- Tabela 3.1.** Quantitativo de manifestação registradas na Ouvidoria em 2018 por tipo e mês de registro | 17
- Tabela 4.1.** Principais riscos estratégicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2018 e suas respostas para mitigação | 22
- Tabela 5.1.** Exportação, importação e saldo da balança comercial brasileira em 2017 e 2018 | 70
- Tabela 6.1.** Dotação atualizada de 2018 por Unidade Orçamentária e Grupo de Natureza de Despesa (GND) | 78
- Tabela 6.2.** Execução orçamentária e financeira por Função de Governo | 78
- Tabela 6.3.** Execução orçamentária e financeira por grupo de natureza da despesa 1 – pessoal e encargos sociais | 79
- Tabela 6.4.** Execução orçamentária e financeira por grupo de natureza da despesa 3 – outras despesas correntes | 79
- Tabela 6.5.** Execução orçamentária e financeira por grupo de natureza da despesa 4 – investimentos | 79
- Tabela 6.6.** Execução orçamentária dos programas de Governo | 80
- Tabela 6.7.** Execução orçamentária das ações de Governo | 80
- Tabela 6.8.** Principais contratos assinados em 2018 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por inexigibilidade de licitação | 87
- Tabela 6.9.** Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas | 88
- Tabela 6.10.** Quadro de ações futuras de melhoria, transparência e efetividade dos processos de gestão de bens patrimoniais. | 90
- Tabela 6.11.** Destaques dos objetos desfeitos pelo Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais em 2018 | 91
- Tabela 6.12.** Gasto total de aquisição, manutenção e modernização de equipamentos e infraestrutura do INMET em 2018 | 91
- Tabela 6.13.** Total de despesas empenhadas e pagas em Tecnologia Informação no ano de 2018 | 92
- Tabela 6.14.** Principais iniciativas e resultados na área de TI por cadeia de valor | 93
- Tabela 6.15.** Custo direto por elemento da despesa | 98
- Tabela 6.16.** Custo direto por programas de governo | 98
- Tabela 6.17.** Custo direto por ação de governo | 99
- Tabela 7.1.** Previsão inicial, previsão atualizada, receitas realizadas e saldo das receitas orçamentárias de 2018 | 104

- Tabela 7.2.** Dotação inicial e atualizada, despesas empenhadas, liquidadas e pagas e saldo das despesas orçamentárias de 2018 | 105
- Tabela 7.3.** Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados | 106
- Tabela 7.4.** Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados | 106
- Tabela 7.5.** Balanço patrimonial: Ativo, passivo e patrimônio líquido de 2018 | 107
- Tabela 7.6.** Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes | 109
- Tabela 7.7.** Quadro de Compensações | 109
- Tabela 7.8.** Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial | 110
- Tabela 7.9.** Variações Patrimoniais Quantitativas | 110
- Tabela 7.10.** Demonstração do Fluxo de Caixa | 112
- Tabela 7.11.** Balanço Financeiro: Ingressos e Dispêndios | 114
- Tabela 7.12.** Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 2017 | 116
- Tabela 7.13.** Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 2018 | 117
- Tabela 7.14.** Fornecedores e Contas a Pagar – Composição | 126
- Tabela 7.15.** Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante | 126
- Tabela 7.16.** Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor | 126
- Tabela 7.17.** Fornecedores – Principais Transações | 127
- Tabela 7.18.** Obrigações Contratuais – Composição | 127
- Tabela 7.19.** Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante | 128
- Tabela 7.20.** Obrigações Contratuais – Composição da Unidade CGEOF / CGRL | 128
- Tabela 7.21.** Obrigações Contratuais – Por Contratado da Unidade CGRL / CGEF | 128
- Tabela 7.22.** Provisões – Composição | 129
- Tabela 7.23.** Provisões de Curto Prazo por órgão | 129
- Tabela 7.24.** Provisões de Curto Prazo – Composição | 129
- Tabela 7.25.** Provisões de Longo Prazo por órgão | 129
- Tabela 7.26.** Provisões a Longo Prazo – Composição | 129
- Tabela 7.27.** Imobilizado – Composição | 130
- Tabela 7.28.** Bens Móveis - Composição | 131
- Tabela 7.29.** Bens Imóveis – Composição | 131
- Tabela 7.30.** Bens de Uso Especial – Composição | 132
- Tabela 7.31.** Cessão de Uso – Bens Cedidos | 132
- Tabela 7.32.** Comodato de Bens – Concedidos | 132
- Tabela 7.33.** Mercadorias e Bens em Poder de Terceiros | 132
- Tabela 7.34.** Registros à conta de redução ao valor recuperável de imobilizado do INMET | 133
- Tabela 7.35.** Ajustes de Exercícios Anteriores | 134
- Tabela 7.36.** Intangível – Composição | 135
- Tabela 7.37.** Adições e baixas efetuadas até 31/12/2018 | 136
- Tabela 7.38.** Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível | 136
- Tabela 7.39.** Investimentos – Composição | 136
- Tabela 7.40.** Participações Permanentes – Composição por investimento | 137
- Tabela 7.41.** Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes (Embrapa) | 137
- Tabela 7.42.** Composição das ações investimento | 138
- Tabela 7.43.** Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes (Conab) | 139

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1. Estrutura Organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento vigente no ano de 2018 | 8

Figura 2.2 Cadeia de Valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 11

Figura 3.1. Estrutura de Governança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 13

Figura 3.2. Carteira de Projetos Estratégicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no ano de 2018 | 14

Figura 3.3. Estrutura de Governança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 15

Figura 3.4. Detalhamento dos processos contidos no macroprocesso “Relacionamento com a sociedade e setor agropecuário” da cadeia nº 8, Relacionamento com o produtor e a sociedade, da Cadeia de Valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. | 16

Figura 3.5. Principais ações e informações do ano de 2018 sobre as Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 16

Figura 3.6. Canais para denúncias de empresas fiscalizadas pelo MAPA estabelecidos pela Portaria nº 1.370, de 20 de agosto de 2018 | 18

Figura 3.7. Resultado das ações de captação, tratamento da informação, e atendimento a demandas, no ano de 2018, realizadas pela Biblioteca Nacional Agropecuária | 18

Figura 4.1. Principais ações de capacitação em Gestão de Riscos realizadas em 2018 | 19

Figura 4.2. Modelo de gestão de Riscos e controles do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 20

Figura 4.3. Mapa de risco à exposição à fraude e corrupção contido no Acórdão 2.699/2018 do Tribunal de Contas da União (TCU). | 21

Figura 5.1. Primeira cadeia de valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Análise do setor e formulação de políticas | 28

Figura 5.2. Destaque de fóruns e reuniões técnicas, realizadas em 2018, nos quais houve participação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. | 29

Figura 5.3. Segunda cadeia de valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Incentivo à agropecuária | 32

Figura 5.4. Terceira cadeia de valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Gestão de Conhecimento e Tecnologia Agropecuária | 38

Figura 5.5. Dois novos clones de cacau, CEPEC-2176 e CEPEC-2204, lançados em setembro de 2018 pela CEPLAC | 41

Figura 5.6. Unidades de pesquisa da CEPLAC no Brasil | 41

Figura 5.7. Vantagens de se trabalhar com Agricultura de Precisão | 42

Figura 5.8. Quarta cadeia de valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Apoio ao Desenvolvimento dos Produtores Rurais | 43

Figura 5.9. Resultados do monitoramento e acompanhamento realizados por meio da plataforma digital MAISATER | 45

Figura 5.10. Ações promovidas pelo COOPERGÊNERO em 2018 | 46

Figura 5.11. Quinta cadeia de valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Fomento à Produção Agropecuária Sustentável e à Agregação de Valor | 48

Figura 5.12. Distribuição espacial dos contratos firmados para implementação das tecnologias do Plano ABC | 50

Figura 5.13. Área mapeada de produtos tradicionais ou com qualidade vinculada ao território | 52

Figura 5.14. Atividades fiscalizatórias da Agricultura Orgânica em 2018 | 52

Figura 5.15. Organizações de controle e avaliação dos produtos orgânicos existentes em 2018 | 53

Figura 5.16. Sexta cadeia de valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Gestão da Defesa Agropecuária | 55

Figura 5.17. Plano de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 64

Figura 5.18. Sétima cadeia de valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Inserção dos Produtos e Insumos nos Mercados Agropecuários | 65

Figura 5.19. Oitava cadeia de valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Relacionamento com o produtor e a sociedade | 72

Figura 6.1. Vencimentos iniciais e finais das principais carreiras do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 81

Figura 6.2. Principais situações funcionais do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 82

Figura 6.3. Linha temporal da estratégia de recrutamento e alocação de pessoas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no ano de 2018 | 84

Figura 6.4. Áreas de atuação da Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro) | 84

Figura 6.5. Capacitação em números: Resultados da Escola Nacional de Gestão Agropecuária, em 2018 | 85

Figura 6.6. Iniciativas de sustentabilidade ambiental de unidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1. Quantidade de manifestações por origem de registro e sua participação no total de manifestações registradas pela Ouvidoria em 2018. Manifestações originadas via aplicativo Whatsapp não foram contabilizadas | 17

Gráfico 3.2. Índice de satisfação dos usuários relativo às manifestações registradas junto à Ouvidoria, no ano de 2018. | 17

Gráfico 3.3. Quantidade de demandas atendidas, em 2018, pelos canais de comunicação com a sociedade via: Telefone (0800 704 1995 e Referência); E-mail; Sistema Eletrônico (e-SIC); Comex Responde; e Portal MAPA. | 18

Gráfico 5.1. Projeção de produção de grãos na região do MATOPIBA | 30

Gráfico 5.2. Projeção de Exportação 2017/18 a 2027/28 - Produtos mais dinâmicos (variação percentual de quantidades exportadas) | 31

Gráfico 5.3. Crédito rural empresarial - em Bilhões | 33

Gráfico 5.4. Distribuição da aplicação do crédito rural por atividade - R\$ milhões | 33

Gráfico 5.5. Orçamento PGPM em milhões | 35

Gráfico 5.6. Efetividade das Intervenções em 2018 | 35

Gráfico 5.7. Taxa de Produção apoiada pela Política de Garantia dos preços mínimos (PGPM) - Percentual (%) | 36

Gráfico 5.8. Percentual de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural | 36

Gráfico 5.9. Histórico do total de subvenção | 36

Gráfico 5.10. Percentual de Área Coberta pelo Seguro Rural (não cumulativo) | 36

Gráfico 5.11. Percentual de Produtores Beneficiados pelo PSR (não cumulativo) | 37

Gráfico 5.12. Projetos desenvolvidos pela Embrapa por ano | 39

Gráfico 5.13. Quantidade de Tecnologias Desenvolvidas | 40

Gráfico 5.14. Produtividade Nacional Média de Cacau | 40

Gráfico 5.15. Produção e área plantada de Cacau no Brasil | 40

Gráfico 5.16. Capacitação profissional para dirigentes e empregados | 45

Gráfico 5.17. Capacitação de associados ou não de cooperativas e associações rurais | 45

Gráfico 5.18. Relação entre a taxa de juros e a expansão da área irrigada de 2003 a 2017 | 49

Gráfico 5.19. Meta, total realizado e índice de área irrigada dos anos de 2016, 2017 e 2018 | 50

Gráfico 5.20. Número de Municípios com Financiamentos de Tecnologias do Plano ABC | 51

Gráfico 5.21. Quantidade de Agricultores X Recursos Orçamentários | 53

Gráfico 5.22. Meta e quantitativo total de Unidades de Produção Orgânica nos anos de 2016 a 2018 | 53

Gráfico 5.23. Meta e quantitativo total de Cultivares Protegidas nos anos de 2016 a 2018 | 53

Gráfico 5.24. Quantidade de registros de estabelecimento no SIF em 2017 e 2018 | 57

Gráfico 5.25. Quantidade de cancelamentos de estabelecimento no SIF em 2017 e 2018 | 57

Gráfico 5.26. Prazo de análise para processos prioritários para concessão de registros, certificações | 57

Gráfico 5.27. Resultados das principais ações de fiscalização de insumos agropecuários nos anos de 2016, 2017 e 2018 | 58

Gráfico 5.28. Resultados das principais ações de fiscalização de insumos pecuários nos anos de 2016, 2017 e 2018 | 59

Gráfico 5.29. Índice de conformidade na Fiscalização do Trânsito nos anos de 2016, 2017 e 2018 | 59

Gráfico 5.30. Índice de Conformidade de Insumos Agropecuários nos anos de 2016, 2017 e 2018 | 59

Gráfico 5.31. Percentual de suspeitas atendidas no prazo nos anos de 2016, 2017 e 2018 | 61

Gráfico 5.32. Taxa de introdução de Pragas Quarentenárias nos anos de 2016, 2017 e 2018 | 61

Gráfico 5.33. Percentual de processamento de amostras recebidas nos anos de 2016, 2017 e 2018 | 63

Gráfico 5.34. Número de amostras Rede Lanagro nos anos de 2016, 2017 e 2018 | 63

Gráfico 5.35. Evolução da Produção de Grãos e da Capacidade Estática (mil t) | 67

Gráfico 5.36. Produção de grãos e Capacidade Estática por Região em 2018 | 67

Gráfico 5.37. Comparativo de produção coberta por Unidades de Armazenamento para cada Unidade Federativa em 2018 | 68

Gráfico 5.38. Capacidade de Armazenagem da Produção nos anos de 2016, 2017 e 2018 | 68

Gráfico 5.39. Participação dos setores nas exportações agropecuárias brasileiras de 2018 | 70

Gráfico 5.40. Índice de Abertura de Mercados para Produtos Agropecuários Brasileiros | 70

Gráfico 5.41. Número de acessos ao Portal INMET | 73

Gráfico 5.42. Quantidade de manifestações recebidas pela Ouvidoria/MAPA por mês em 2018 | 74

Gráfico 5.43. Taxa de desenvolvimento de competências em 2016, 2017 e 2018 | 74

Gráfico 5.44. Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o MAPA em 2016, 2017 e 2018 | 75

Gráfico 5.45. Tempo médio de respostas às demandas do SIC em 2016, 2017 e 2018 | 75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 5.46. Número de processos críticos agilizados em 2016, 2017 e 2018 | 75

Gráfico 6.1. Dotação orçamentária de 2018 distribuída por Grupo de Natureza de Despesa | 78

Gráfico 6.2. Quantidade de servidores nas principais carreiras do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 81

Gráfico 6.3. Quantidade de servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por gênero | 81

Gráfico 6.4. Distribuição dos servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por idade e gênero | 82

Gráfico 6.5. Distribuição dos cargos gerenciais (Direção e Assessoramento Superior - DAS) por efetividade dos servidores | 82

Gráfico 6.6. Distribuição dos servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por etnia autodeclarada | 82

Gráfico 6.7. Quantidade de servidores portadores de deficiência do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 82

Gráfico 6.8. Evolução da despesa de pessoal ativo, inativo e pensionistas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento dos anos de 2016 a 2018 | 83

Gráfico 6.9. Distribuição por Unidade da Federação dos novos servidores contratados por meio de concursos públicos realizados em 2017. | 83

Gráfico 6.10. Valor total dos contratos assinados em 2018 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por modalidade de licitação | 86

Gráfico 6.11. Quantidade total de contratos assinados em 2018 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por modalidade de licitação | 86

Gráfico 6.12. Valor total dos contratos assinados em 2018 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por unidade contratante | 86

Gráfico 6.13. Distribuição das despesas de custeio empenhadas em 2018 por natureza da despesa | 92

Gráfico 6.14. Distribuição por natureza de despesa do total de investimentos empenhados em 2018 | 92

Gráfico 6.15. Gastos por Modalidade de Aplicação | 97



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL